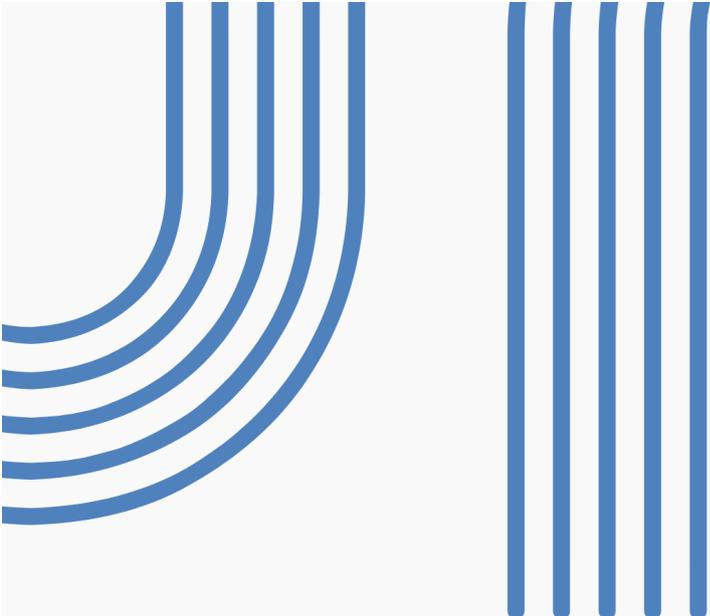


MUNICÍPIO DE AVEIRO

CARTA SOCIAL

2025-2028





MUNICÍPIO DE AVEIRO

CARTA SOCIAL

2025-2028



Ficha técnica

Título

Carta Social de Aveiro

Câmara Municipal de Aveiro

José Ribau Esteves (Presidente)

Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho

(Vereadora)

Divisão de Ação Social

Coordenação técnica e científica | Primelayer -

Multiaveiro

Lúcia Santos

Equipa | Primelayer - Multiaveiro

Andreia Aires

Cristina Barros

Mara Santos

Design gráfico

Lúcia Santos

Cristina Barros

Aveiro, maio 2025

Mensagem do presidente

O constante crescimento do nível de coesão social do Município de Aveiro é um objetivo da Câmara Municipal, das entidades que integram a Rede Social do município, assim como dos cidadãos, dado constituir uma base sólida de uma comunidade que aposta de forma solidária e determinada na tripla dimensão da sustentabilidade, ambiental, económica e social.

A Carta Social do Município de Aveiro é uma oportunidade para fazer um ponto de situação, rever, debater e perspetivar o dimensionamento das infraestruturas de âmbito social em todo o território municipal, bem como definir as principais linhas de orientação estratégica do seu desenvolvimento para os próximos anos.

O Município de Aveiro é dotado de uma Rede de Serviços e Equipamentos Sociais com uma quantidade e uma qualidade que consideramos globalmente boa e adequada e que tem vindo a crescer, dando resposta às necessidades dos cidadãos em cada tempo, sendo que a leitura que no presente conseguimos projetar para o futuro exige definições prospetivas para que possamos, cuidando bem do planeamento, criar melhores condições para a conquista de oportunidades de

financiamento para o crescimento da referida rede, sejam de origem em fundos municipais, nacionais ou comunitários.

Assumimos como relevante a articulação com os municípios da Região de Aveiro no planeamento da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais, para o que este documento do Município de Aveiro constitui-se, também, como um contributo para a Carta Social Intermunicipal que a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro tem em desenvolvimento de execução.

Agradecendo a todos o trabalho já realizado neste processo, reitero o convite aos membros do Conselho Local de Ação Social de Aveiro, em particular, e aos cidadãos, em geral, para a reflexão e a participação contributiva neste importante trabalho à escala municipal que é a elaboração da Carta Social do Município de Aveiro.



José Ribau Esteves

Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

Siglas e acrónimos

AAC - Ajuda Alimentar a Carenciados

ABVD - Atividades Básicas da Vida Diária

ACIDI - Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

AE - Agrupamento de Escolas

AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular

AEIES - Apoio Especial para Investimento em Equipamentos Sociais

AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo

AMU - Área Mediamente Urbana

ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil

APR - Área Predominantemente Rural

APU - Área Predominantemente Urbana

ARH - Administração da Região Hidrográfica

BPI - Banco Português de Investimento

CAARPD - Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

CAb - Casa de Abrigo

CAC - Casa de Acolhimento

CACI - Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAD - Comportamentos Aditivos e Dependências

CAFAP - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CAT - Centro de Alojamento Temporário

CATL - Centro de Atividades de Tempos Livres

CAVI - Centro de Apoio à Vida Independente

CC - Centro Comunitário

CCISM - Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental

CD - Centro de Dia

CDSS - Centro Distrital da Segurança Social

CHBV - Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE

CI - Comunidade de Inserção

CIM - Comunidade Intermunicipal

CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro

CJD - Crianças e jovens com deficiência

CJSP - Crianças e jovens em situação de perigo

CLAIM - Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLASA - Conselho Local de Ação Social de Aveiro

CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social

CMA - Câmara Municipal de Aveiro

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CRI - Centro de Respostas Integradas

DECAS - Departamento de Educação, Cultura e Ação Social

DIAP - Departamento de Investigação e Ação Penal

DS - Diagnóstico Social

EA - Estrutura de Atendimento

EAD - Equipa de Apoio Domiciliário

ECCI - Equipa de Cuidados Continuados Integrados

EFTA - Escola de Formação em Turismo de Aveiro

EIC - Equipa de Intervenção na Comunidade

EID - Equipa de Intervenção Direta

ENCP - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza

ENEAS - Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável

ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania

ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação

ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

EPA - Escola Profissional de Aveiro

ER - Equipa de Rua

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

ETRS - Equipa de Tratamento e Reinserção Social

FAMI - Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração

FEINPT - Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros

GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento

GIP - Gabinete de Inserção Profissional

GNR - Guarda Nacional Republicana

GPE - Gabinete de Planeamento e Estratégia

hab./km² - Habitantes por km²

ICAD - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências

IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

INE - Instituto Nacional de Estatística

IP - Intervenção Precoce

IPMA - Instituto Português do Mar e da Atmosfera

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

ISF - Índice Sintético de Fecundidade

ITED - Infraestruturas de Telecomunicações de Edifício

JI - Jardim de Infância

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais

LR - Lar Residencial

ME - Ministério da Educação

MP - Ministério Público

MTSSS - Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

NA - Não aplicável

NAVVD - Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica

ND - Não disponível

NE - Núcleo Executivo

NIAVE - Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas

NISS - Número de Identificação de Segurança Social

NPISA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

NPISAA - Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo de Aveiro

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONGPD - Organizações Não Governamentais das Pessoas com Deficiência

PAD - Pessoas adultas com deficiência

PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais

PDM - Plano Diretor Municipal

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PEEMA - Plano Estratégico Educativo do Município de Aveiro

PEM - Plano Estratégico para as Migrações

PES - Programa de Emergência Social

PIEM - Programa Individual de Estudos Multidisciplinares

PMAA - Programa Municipal de Apoio às Associações

PMI - Plano Municipal para a Igualdade

PNCT - Programa Nacional para a Coesão Territorial

PND - Perturbações do Neurodesenvolvimento

PNPOT - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

PNS - Plano Nacional de Saúde

PNSM - Programa Nacional para a Saúde Mental

POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas

PORI - Plano Operacional de Repostas Integradas

PRI - Programa de Respostas Integradas

PROCOOP - Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais

PROT-C - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

PSD - Pessoas em situação de dependência

PSP - Polícia de Segurança Pública

PSSA - Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

PT - Pessoas toxicodependentes

PVVD - Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

R/CS - Refeitório/Cantina Social

RAI - Residência de Autonomização e Inclusão

RAMa - Residência de Apoio Máximo

RAMo - Residência de Apoio Moderado

RAP - Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica

RATF - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

RIS - Rede de Intervenção Social

RIVD - Rede Especialista em Intervenção com Vítimas de Violência no Concelho de Aveiro

RNAVVD - Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica

RNCCI - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

RSES - Rede de Serviços e Equipamentos Sociais

RSI - Rendimento Social de Inserção

RTA - Residência de Treino de Autonomia

SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

SAD - Serviço de Apoio Domiciliário

SAPAPDI - Serviço de Assistência Pessoal de Apoio à Pessoa com Deficiência ou Incapacidade

SCMA - Santa Casa da Misericórdia de Aveiro

SCML - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

SPA - Substância Psicoativa

SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)

TIPAU - Tipologia de Áreas Urbanas

UA - Universidade de Aveiro

UC - Unidade de Convalescença

UCC - Unidade de Cuidados na Comunidade

UF - União das Freguesias

ULDM - Unidade de Longa Duração e Manutenção

ULS - Unidade Local de Saúde

ULSRA - Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro

UMDR - Unidade de Média Duração e Reabilitação

VAB - Valor Acrescentado Bruto

Índice geral

INTRODUÇÃO	21
I. ENQUADRAMENTO	25
I.1. Enquadramento legal	25
I.2. Enquadramento conceptual	27
I.3. Enquadramento metodológico	29
II. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL	37
II.1. Enquadramento geográfico	37
II.2. Aspetos físicos	39
II.3. Dinâmica demográfica: passado, presente e futuro	43
II.3.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2021	44
II.3.1.1. Evolução e distribuição territorial da população residente: um território com a população desigualmente repartida	44
II.3.1.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo	52
II.3.1.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência.....	56
II.3.2. Tendências evolutivas: de 2021 a 2041.....	66

II.3.2.1. Cenários demográficos.....	69
II.3.2.1.1. Cenário “base/normal”.....	70
II.2.2.1.2. Cenário “otimista”.....	71
II.2.2.1.3. Cenário “desejável”.....	72
II.3.2.2. População residente.....	73
II.3.2.3. Natalidade.....	82
II.3.2.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência.....	87
II.3.2.5. Esperança média de vida à nascença.....	100
II.4. Caracterização socioeconómica.....	103
II.4.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho.....	103
II.4.2. Desemprego.....	118
II.4.3. Rendimento e condições de vida.....	122
III. DIAGNÓSTICO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	129
III.1. Análise global.....	131
III.1.1. Entidades gestoras.....	131
III.1.1.1. Natureza jurídica.....	131
III.1.1.2. Distribuição territorial.....	132
III.1.2. Equipamentos sociais.....	133
III.1.2.1. Natureza jurídica.....	133
III.1.2.2. Distribuição territorial.....	134
III.1.3. Respostas sociais.....	134
III.1.3.1. Natureza jurídica.....	134
III.1.3.2. Distribuição territorial.....	136
III.1.3.3. Respostas sociais por população-alvo.....	137
III.1.3.4. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera.....	138
III.1.3.5. Área de influência.....	142
III.2. Análise das respostas por população-alvo.....	144
III.2.1. Crianças e jovens.....	144
III.2.1.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial.....	144
III.2.1.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização.....	146

III.2.1.3. Taxa de cobertura	148
III.2.1.4. Área de influência	149
III.2.1.5. Caracterização dos utentes	150
III.2.2. Pessoas idosas e/ou em situação de dependência.....	151
III.2.2.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial.....	151
III.2.2.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização	153
III.2.2.3. Taxa de cobertura	155
III.2.2.4. Área de influência	155
III.2.2.5. Caracterização dos utentes	157
III.2.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade.....	160
III.2.3.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial.....	160
III.2.3.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização	161
III.2.3.3. Taxa de cobertura	163
III.2.3.4. Área de influência	163
III.2.3.5. Caracterização dos utentes	164
III.2.4. Família e comunidade	169
III.2.4.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial.....	169
III.2.4.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização.....	170
III.2.4.3. Área de influência	171
III.2.4.4. Caracterização dos utentes	171
III.2.5. Pessoas toxicodependentes.....	173
III.2.5.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial.....	173
III.2.5.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização.....	173
III.2.5.3. Área de influência	174
III.2.5.4. Caracterização dos utentes	174
III.2.6. Pessoas vítimas de violência doméstica.....	175
III.2.6.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial.....	175
III.2.6.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização.....	175
III.2.6.3. Área de influência	177

IV. OUTROS PROGRAMAS, PROJETOS E RECURSOS SOCIAIS	179
IV.1. Equipas de protocolo (processos RSI)	180
IV.2. Cantinas sociais (âmbito do PES)	183
IV.3. Outras ações e medidas sociais	186
V. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SWOT	199
VI. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO OU COM FINANCIAMENTO PÚBLICO APROVADO	215
VII. PROGRAMAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	225
VII.1. Missão, visão e valores	225
VII.2. Objetivos	230
VII.3. Critérios de programação	231
VII.4. Articulação com os instrumentos de orientação estratégica	234
VII.5. Estratégia de intervenção	237
Eixo I. Melhorar a rede de apoio à infância e juventude.....	245
Eixo II. Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados	249
Eixo III. Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade.....	256
Eixo IV. Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	260
Eixo V. Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade	267
Eixo VI. Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais.....	274
VII.6. Plano de monitorização e avaliação	279
CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	285
ÍNDICE DE FIGURAS	289
ÍNDICE DE MAPAS	295

ÍNDICE DE QUADROS	297
ÍNDICE DE ANEXOS.....	301
ANEXOS.....	305

Introdução

A RSES corresponde à configuração da organização territorial dos serviços e equipamentos sociais previstos na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor e traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas para toda a população, numa perspetiva de adequação às diferentes necessidades sociais, mas, sobretudo, para os grupos sociais mais vulneráveis.

Constitui-se como um elemento fundamental no desenvolvimento da proteção social, assumindo um papel determinante no combate às situações de pobreza e exclusão social e na promoção da inclusão e coesão social, bem como na conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional. Simultaneamente, afirma-se como um instrumento de estruturação e ordenamento do território e de fomento da qualidade de vida da população, dada a sua importância na promoção do desenvolvimento integrado e sustentável nas suas diversas dimensões.

O presente documento “Carta Social de Aveiro” pretende constituir-se, a nível municipal, como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise da RSES de caráter oficial, global e de fácil acesso e tem como objetivo

fornecer um diagnóstico dos serviços e equipamentos sociais existentes, em construção ou com financiamento público aprovado e uma análise prospetiva que sirva de suporte à identificação de problemas e à definição de estratégias de intervenção, numa lógica de otimização dos recursos existentes e previsíveis. Assume-se como essencial no processo de conceção e adequação das políticas sociais municipais, de planeamento territorial, de tomada de decisão e de disponibilização de informação à população.

Enquanto instrumento de desenvolvimento social, mas também de planeamento e ordenamento do território, a “Carta Social de Aveiro” sistematiza e correlaciona as várias dimensões de análise consideradas relevantes para a coerência no planeamento do alargamento da RSES, designadamente: aspetos físicos, perfil demográfico e socioeconómico, diagnóstico da RSES e análise prospetiva. A análise é feita, sempre que possível, ao nível da freguesia, refletindo a necessidade de adequar as respostas sociais às necessidades específicas de cada população e território.

A “Carta Social de Aveiro” é constituída, fundamentalmente, por sete partes: enquadramento, caracterização territorial, diagnóstico da RSES, outros programas, projetos e recursos sociais, síntese do diagnóstico e análise SWOT, serviços e equipamentos sociais em construção ou com financiamento público aprovado e programação da RSES:

- No **enquadramento** são apresentadas as bases teóricas e metodológicas da carta social municipal, nomeadamente uma breve descrição do quadro de referência legal e uma abordagem concetual e metodológica;
- Na **caracterização territorial** é efetuado o enquadramento geográfico e a descrição dos aspetos físicos e da dinâmica demográfica e socioeconómica, designadamente: i) as condicionantes naturais à ocupação humana; ii) os fatores relacionados com os quantitativos e as características da população; e iii) os aspetos relacionados com a ocupação e as condições de vida da população. A componente demográfica inclui a análise da situação atual, bem como a elaboração das projeções demográficas para o ano de 2041,

que vão permitir conhecer as tendências evolutivas da população no futuro, no município e nas freguesias que o constituem, quer da população em geral, quer das diferentes populações-alvo, e construir um cenário prospetivo de procura;

- No **diagnóstico da RSES** é realizada a caracterização dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo a análise das entidades gestoras, dos equipamentos sociais e, particularmente, das respostas sociais, através de indicadores relativos às várias dimensões de análise consideradas relevantes, sempre que possível à escala da freguesia: natureza jurídica, distribuição territorial, capacidade, utentes, acordo, lista de espera, taxa de utilização, taxa de cobertura, área de influência e caracterização dos utentes;
- Nos **outros programas, projetos e recursos sociais** incluem-se todas as respostas que complementam a RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor;
- Na **síntese do diagnóstico e análise SWOT** procede-se à síntese das principais conclusões do diagnóstico realizado, tendo em conta os indicadores analisados, com vista à obtenção de uma caracterização do contexto demográfico, socioeconómico e dos serviços e equipamentos sociais;
- Nos **serviços e equipamentos sociais em construção ou com financiamento público aprovado** consideram-se os equipamentos sociais previstos, bem como os que entraram em funcionamento após o levantamento de campo;
- Na **programação da RSES** é delineada uma estratégia de atuação capaz de planejar as intervenções a realizar para assegurar a adaptação da oferta de serviços e equipamentos sociais às necessidades diagnosticadas e às perspetivas de desenvolvimento local, em particular no que se refere à dinâmica social, demográfica e urbanística, seguindo um modelo que integra a definição de missão, visão e valores, objetivos, critérios de programação, articulação com os instrumentos de orientação estratégica, estratégia de intervenção e plano de monitorização e avaliação.

A elaboração da “Carta Social de Aveiro” vai dotar o município de uma ferramenta prática e operacional capaz de auxiliar os seus responsáveis políticos e técnicos no melhor cumprimento das suas funções ao nível da gestão da RSES e do ordenamento e planeamento do território, com vista ao desenvolvimento consistente da RSES, à melhoria da qualidade de vida da população e ao desenvolvimento local sustentável.

Só com base em ferramentas com estas características, que assentam num diagnóstico da RSES, numa análise prospetiva e na identificação dos principais problemas e prioridades de resposta, se torna possível, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço de forma adequada, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados. Este efetivo planeamento estratégico da intervenção territorial assenta, no essencial, nos princípios da adequação da oferta à procura e da otimização e racionalização dos meios existentes e previstos.

A “Carta Social de Aveiro” foi desenvolvida pela Primelayer e pela Multiaveiro, em estreita articulação com a DECAS/Divisão de Ação Social da CMA, as entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) e o CLASA.

I. ENQUADRAMENTO

I.1. Enquadramento legal

Em Portugal a área social demonstrou uma profunda evolução a partir da década de 70, provocada pelas transformações observadas na sociedade portuguesa ao nível dos valores pessoais, sociais e culturais e dos aspetos laborais, que tiveram repercussões muito significativas, dando origem a novos modos de vida e a exigências diferentes. Se até aquele momento a área social era restrita e deveras simplificada, após este período foi-se alargando e complexificando para responder a uma sociedade cujo desenvolvimento determinou o aparecimento de um número cada vez maior e mais diversificado de problemas sociais, que foram ganhando uma dimensão preocupante e afetando a cada dia mais pessoas.

Atualmente é inquestionável que a ação social desempenha um papel preponderante e imprescindível na sociedade, mas num contexto crescentemente marcado pela pluralidade e multidimensionalidade das dinâmicas sociais, pela forte mudança social e pela natureza evolutiva dos problemas, necessidades, direitos e expectativas dos cidadãos, que todos os dias nos coloca novos desafios, obrigando ao permanente repensar das soluções existentes, fornecer resposta a todos aqueles que dela precisam torna-se a cada dia um objetivo mais difícil de alcançar.

O que está hoje em causa é a capacidade da ação social responder de uma forma atempada e adequada aos reptos lançados pelas transformações aceleradas da realidade a que temos vindo a assistir, atendendo às condições e aos fatores que as produzem, às suas tendências evolutivas e aos princípios e valores sociais que devem ser salvaguardados. Para isso a área social tem de mudar de atitude, adquirir outros saberes e práticas e reconfigurar o modelo de atuação, impondo-se a definição de

uma estratégia que adote uma perspetiva atenta e flexível na análise dos problemas sociais e ultrapasse os limites da intervenção tradicional, integrando novos componentes, parceiros e formas de abordagem.

Fruto desta consciencialização, a área social constituiu um dos campos que maior impulso sofreu nos últimos anos no domínio das políticas públicas, com a apresentação de uma nova geração de políticas públicas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo e que expressam uma renovada perspetiva sobre os fenómenos da pobreza e exclusão social e sobre os conceitos de inclusão e coesão social e reconhecem o planeamento rigoroso e aprofundado como um fator incontornável para o sucesso da intervenção social.

Hoje, no atual contexto de reforço da transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local, a área social entra numa nova fase, que atribui aos municípios um papel fundamental, acreditando que a sua dimensão de proximidade garante uma resposta mais eficaz e um melhor atendimento aos cidadãos, em especial aos mais vulneráveis.

Neste novo quadro conceptual e legislativo e reconhecendo a necessidade de reforçar os mecanismos municipais de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, a Lei-Quadro da Transferência de Competências (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, designou novas atribuições aos municípios na área da ação social e estipulou que é a da competência dos órgãos municipais elaborar as cartas sociais municipais.

A transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social foi concretizada pelo Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que determinou que é da competência da câmara municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal.

No seu seguimento, a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março criou as cartas sociais municipais, fixando os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão. Segundo o artigo 6.º do referido diploma

legal, a câmara municipal remete a proposta de carta social municipal para parecer do CLAS, no âmbito do qual se pronunciam os serviços competentes da segurança social, dispondo o CLAS de um prazo de 45 dias para proferir o mesmo, e submete a proposta final, acompanhada do referido parecer, à apreciação e votação pela assembleia municipal. Após a aprovação, a câmara municipal deve remeter a carta social municipal, para conhecimento, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais.

1.2. Enquadramento conceptual

Conceito

A carta social municipal é um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da RSES ao nível municipal. É também um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais, por forma a assegurar que a RSES responde adequadamente às carências e problemáticas sociais identificadas, devendo, necessariamente, estar articulada com o ordenamento da RSES aos níveis supramunicipal e nacional e garantir a coerência com os instrumentos de gestão territorial municipal, bem como com as prioridades definidas aos níveis regional e nacional.

Objetivos

Assumindo uma dupla vertente de diagnóstico e de intervenção estratégica planeada, a carta social municipal tem como objetivo geral assegurar, em função das necessidades diagnosticadas, a adequação, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, devendo, por forma a garantir uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos, as entidades públicas competentes dos

vários níveis de decisão articular a sua atuação com as instituições de solidariedade social e os CLAS.

Como objetivos específicos, a carta social municipal visa:

- Diagnosticar a RSES;
- Realizar uma análise prospetiva da procura;
- Identificar as principais carências e problemáticas sociais;
- Determinar os domínios e locais de intervenção social prioritária;
- Estabelecer os critérios de programação da RSES;
- Definir as medidas a adotar e a respetiva justificação;
- Orientar os investimentos das entidades públicas, solidárias e lucrativas na RSES;
- Contribuir para a concretização do DS e do PDS;
- Auxiliar no planeamento e ordenamento do território;
- Fornecer orientações para o PDM.

Ciclo temporal de implementação

A carta social municipal tem uma vigência de quatro anos, pelo que a sua revisão é obrigatória findo esse período ou sempre que a RSES se revele desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede aplicáveis (n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março). Constituem fundamento para a revisão da carta social municipal transformações que se reflitam significativamente no planeamento estratégico e no ordenamento da RSES anteriormente aprovados, bem como alterações na orientação das políticas públicas nacionais ou locais, por solicitação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais ou por iniciativa do próprio município (n.º 2 do artigo 9.º da Portaria n.º 66/2021, de 17 de março).

A carta social municipal deve, ainda, manter-se atualizada em consonância com o DS e o PDS, bem como com o encerramento ou a criação de serviços e equipamentos sociais.

I.3. Enquadramento metodológico

O processo de elaboração da “Carta Social de Aveiro” assentou na aplicação de uma metodologia bem definida e rigorosa que recorreu às melhores práticas disponíveis e na construção de um percurso metodológico à escala municipal, suportado na estreita articulação com a DECAS/Divisão de Ação Social da CMA e na colaboração das entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) e do CLASA.

A metodologia selecionada e desenvolvida teve como base um modelo que assumiu uma perspetiva multidimensional, de modo a abranger todos os aspetos reconhecidos como fundamentais para o diagnóstico da RSES, e compreendeu o cruzamento de informação estatística com processos participativos, com vista a garantir, por um lado, o envolvimento e a auscultação dos atores locais e regionais implicados na prossecução do desenvolvimento social nas diferentes fases do processo e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas. Procurou-se, assim, conciliar objetivos de rigor, qualidade e relevância da informação, com lógicas de participação, motivada e comprometida, potenciadoras da compreensão global e prospetiva da situação social e da corresponsabilização dos diferentes *stakeholders*.

Em termos de estrutura, o procedimento metodológico integrou diferentes etapas de desenvolvimento, mas complementares entre si, tendo sido da sua adequada articulação que dependeu o sucesso final do projeto.

A primeira etapa do trabalho iniciou-se, primeiramente, com a revisão de literatura científica e consulta de documentos de carácter técnico com relevância para a compreensão do planeamento da RSES, e, depois, com a análise de normativos legais nacionais, essenciais para o conhecimento da sua evolução cronológica, no sentido de fornecer um quadro conceptual e metodológico robusto e sustentado em evidência.

A segunda etapa consistiu na definição das várias dimensões de análise consideradas relevantes para o diagnóstico e planeamento estratégico e prospetivo da RSES, bem como dos indicadores a recolher para abranger as diferentes áreas. A seleção dos indicadores teve em consideração critérios de desagregação espacial (escala do município e, sempre que possível, a escala da freguesia) e temporal (ano mais recente com dados disponíveis), bem como de fiabilidade e validade, privilegiando-se as fontes de dados oficiais.

A seleção das dimensões de análise teve por base o conteúdo definido na Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, e na Carta Social - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2021, do GEP do MTSSS, a que foram acrescentados outros elementos considerados como relevantes para o diagnóstico da RSES.

Na etapa seguinte procedeu-se à recolha da informação estatística (quantitativa e qualitativa) e outra nos indicadores selecionados para oferecer aos diversos parceiros sociais um completo, profundo e rigoroso diagnóstico da realidade atual e prevista da RSES e para fundamentar o processo de programação da mesma.

Naturalmente, um projeto com estas características reúne informação de natureza distinta e proveniente de diversas fontes, que se podem subdividir em fontes de dados secundários e fontes de dados primários.

No que se refere às fontes de dados secundários, destacam-se, entre outras, as que se seguem:

- Bases de dados eletrónicas e publicações periódicas de acesso público, onde se salientam as estatísticas oficiais disponíveis no INE, no Pordata, no IEFP, no IPMA e na Carta Social do GEP/MTSSS;
- Bases de dados não publicadas e de acesso restrito, mas acessíveis mediante um processo de justificação do pedido. Dentro deste grupo é, ainda, de referir a disponibilização de informação, estatística, geográfica e outra, produzida pelo município e pelas entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas);
- Pesquisa bibliográfica no âmbito da caracterização territorial (aspetos físicos, demográficos e socioeconómicos).

Relativamente às fontes de dados primários, a técnica selecionada para a recolha dos dados foi o questionário, aplicado por inquérito às entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas). Foi a inexistência de informação relativa a algumas variáveis de caracterização da RSES que determinou o recurso a esta técnica de recolha de dados.

Elaborou-se um questionário para as entidades gestoras, os equipamentos sociais e as respostas sociais incluídas na RSES, a saber, creche, estabelecimento de educação pré-escolar, CATL, CAFAP, CAc para resposta a situações de emergência, SAD, CD, ERPI, IP, CACI, LR, SAAS, AAC, R/CS, CC, CAT, EID, EA (NAVVD) e CAb, bem como para a resposta da rede geral da RNCCI, a saber, a UC, excluindo a resposta de ECCI, da responsabilidade da ULSRA, e para os outros programas, projetos e recursos sociais, a saber, equipa de protocolo (processo RSI), cantina social (âmbito do PES), RAP, GIP e CLAIM (Anexos I a XXII).

A aplicação do inquérito por questionário às entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) decorreu, na generalidade, entre janeiro e março de 2024, em formato *online*.

O processo de divulgação dos questionários foi da responsabilidade da DECAS/Divisão de Ação Social da CMA, que assumiu o papel de interlocutor entre a equipa técnica da Primelayer e da Multiaveiro e as entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas), e contou com a colaboração e o envolvimento ativo da equipa técnica da Primelayer e da Multiaveiro.

A recolha da informação foi, assim, desenvolvida abarcando dois tipos de ação, uma em gabinete e outra sustentada num processo de mobilização e participação ativa das entidades com intervenção social local e regional.

Na quarta etapa realizou-se o tratamento e a análise da informação estatística (quantitativa e qualitativa) e outra recolhida. A informação estatística recolhida foi introduzida em bases de dados e sujeita a tratamento e cruzamento, com recurso a ferramentas de análise estatística e espacial.

Para a realização das projeções demográficas recorreu-se ao método das componentes por *coortes*, considerado pela literatura científica especializada como

o modelo mais adequado, na medida em que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional e permite apresentar hipóteses de comportamento e sugerir quantitativos populacionais futuros por idade e sexo. Pela dificuldade de obtenção dos valores da componente migratória, apresentam-se os efetivos deduzidos apenas do movimento natural.

Por fim, com base no diagnóstico efetuado, que serviu de base de evidência e conhecimento, concretizou-se a programação da RSES, tendo sido definido o quadro de referência para o planeamento estratégico e prospetivo da RSES (missão, visão e valores, objetivos e critérios de programação), a articulação com os instrumentos de orientação estratégica, a estratégia de intervenção e o plano de monitorização e avaliação.

O estabelecimento de prioridades de atuação é fundamental para a formulação de políticas e estratégias de intervenção, para garantir um processo de planeamento e de tomada de decisão informado. Assim, o processo conducente à elaboração da estratégia de intervenção assentou, num primeiro momento, na identificação dos problemas e na sua priorização.

Definidos os problemas que exigem uma resposta prioritária, a estratégia de intervenção estruturou-se em torno de eixos de intervenção, que procuram representar as preocupações estruturantes do conceito de desenvolvimento social que aqui se prossegue e, desta forma, determinar as prioridades que orientam este exercício de planeamento. Os eixos de intervenção identificam as dimensões em que se pretende alcançar impactos, diretos e indiretos, com a concretização da estratégia de intervenção. Correspondem, na prática, a formulações que enquadram as ações e medidas e a serem seguidas para concretizar os objetivos estratégicos.

Para cada eixo de intervenção foram definidos objetivos estratégicos, que procuram estabelecer, de forma não operacional, as metas que se pretendem atingir, a médio e longo prazo, através da planificação de ações e medidas concretas, tangíveis e mensuráveis, a empreender no horizonte temporal da “Carta Social de Aveiro”, a fim de ultrapassar, controlar, reduzir ou eliminar os problemas identificados. A formulação dos objetivos estratégicos considera os problemas identificados e a sua

priorização e garante a sua coerência com as políticas e prioridades definidas a nível local, regional e nacional.

Em cada objetivo estratégico definiram-se linhas de ação estratégica especialmente relevantes para enquadrar as ações e medidas, que procuram contribuir para atingir as metas propostas.

Por cada objetivo estratégico foram, também, estabelecidas metas de implementação, que traduzem a quantificação e/ou qualificação dos objetivos estratégicos definidos, ou seja, são expressões quantitativas e/ou qualitativas dos objetivos estratégicos a atingir, concretizando-os no tempo em que deverão ser alcançados (dentro de um período de tempo estipulado - horizonte temporal). Para cada objetivo estratégico foram estabelecidas uma ou mais metas, refletindo, sempre que possível, as prioridades de atuação definidas, bem como o seu potencial de concretização.

A formulação de metas de implementação dá suporte à monitorização e avaliação, última etapa do ciclo de desenvolvimento da programação da RSES. A monitorização e avaliação pretende acompanhar a implementação das ações e medidas definidas na estratégia de intervenção no período temporal estipulado, conforme as metas de implementação estabelecidas. O que se pretende é aferir o seu real impacto na população, identificar atempadamente desvios face ao previsto e, se necessário, adotar medidas corretivas que possibilitem reestruturar as iniciativas planeadas e/ou reorientar os recursos humanos e materiais. Deste modo salvaguarda-se que os propósitos inicialmente estabelecidos possam vir a ser alcançados e assegura-se a melhoria contínua da intervenção. A monitorização e avaliação das ações e medidas é essencial para potenciar e garantir a sua efetiva implementação.

Para a construção da estratégia de intervenção foram desenvolvidos processos participativos que garantiram, por um lado, o envolvimento de representantes da CMA implicados diretamente neste projeto e de entidades sociais com responsabilidades na RSES (locais e regionais) e, por outro lado, a partilha de compromissos e responsabilidades, por via do estabelecimento de parcerias múltiplas.

A auscultação dos envolvidos para a definição das prioridades de atuação da estratégia de intervenção da “Carta Social de Aveiro” foi realizada através de um processo participativo, que decorreu nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, no Edifício Centro de Congressos, e implicou um painel de 34 *stakeholders*, constituído por entidades sociais locais e regionais com responsabilidades na RSES.

O principal objetivo desta etapa foi envolver os *stakeholders* na discussão das problemáticas sociais no município de Aveiro e das necessidades da RSES municipal.

A metodologia utilizada envolveu a divisão dos *stakeholders* em três sessões e a constituição, em cada sessão, de dois grupos de trabalho (grupos focais), que, sustentados no diagnóstico efetuado, identificaram e priorizaram os problemas sociais e analisaram e avaliaram as ações e medidas.

Os problemas sociais e as ações e medidas foram organizados por eixos de intervenção, correspondentes às dimensões sociais determinantes e que integram o modelo conceptual da “Carta Social de Aveiro”: i) Eixo I - Melhorar a rede de apoio à infância e juventude; ii) Eixo II - Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados; iii) Eixo III - Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade; iv) Eixo IV - Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante; v) Eixo V - Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade; e vi) Eixo VI - Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais.

Para a definição do grau de importância de cada problema social, estes foram pontuados numa escala de 0 a 5 (0= nada importante; 5= muito importante). A pontuação atribuída a cada um foi utilizada para definir o seu peso relativo na determinação das prioridades, em cada dimensão social e no contexto municipal.

No sentido de apoiar a leitura do diagnóstico, os diferentes indicadores foram representados através de figuras, quadros e mapas, tendo-se procurado, sempre que possível, enquadrar e comparar o desempenho do município de Aveiro com o

desempenho de outras unidades de referência a diferentes escalas, tais como a CIM Região de Aveiro (NUTIII), a Região Centro (NUTII) e Portugal (NUTI).

Em todo o processo de elaboração da “Carta Social de Aveiro” foi considerada a Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais e respetiva legislação em vigor aplicável aos serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir o cumprimento dos princípios, objetivos e parâmetros técnicos previstos legalmente quanto ao ordenamento da RSES.

Sendo certo que a forma como o planeamento é concretizado condiciona o seu resultado final e que pensar o desenvolvimento não pode ser um exercício solitário e compartimentado, a boa execução da “Carta Social de Aveiro” implicou a cooperação estreita e empenhada entre a Primelayer, a Multiaveiro, a DECAS/Divisão de Ação Social da CMA, as entidades sociais (públicas, solidárias e lucrativas) e o CLASA, no sentido de mobilizar todas as áreas de competência abrangidas, facilitar as operações de cooperação, gerar compromissos na ação e implicar formal e efetivamente os agentes de planeamento e de decisão envolvidos. Estas condições, habitualmente tidas como necessárias em exercícios de planeamento, tornam-se quase que imperativas em temas tão cruciais e transversais como este.

Área predominantemente urbana

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da câmara municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

II. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

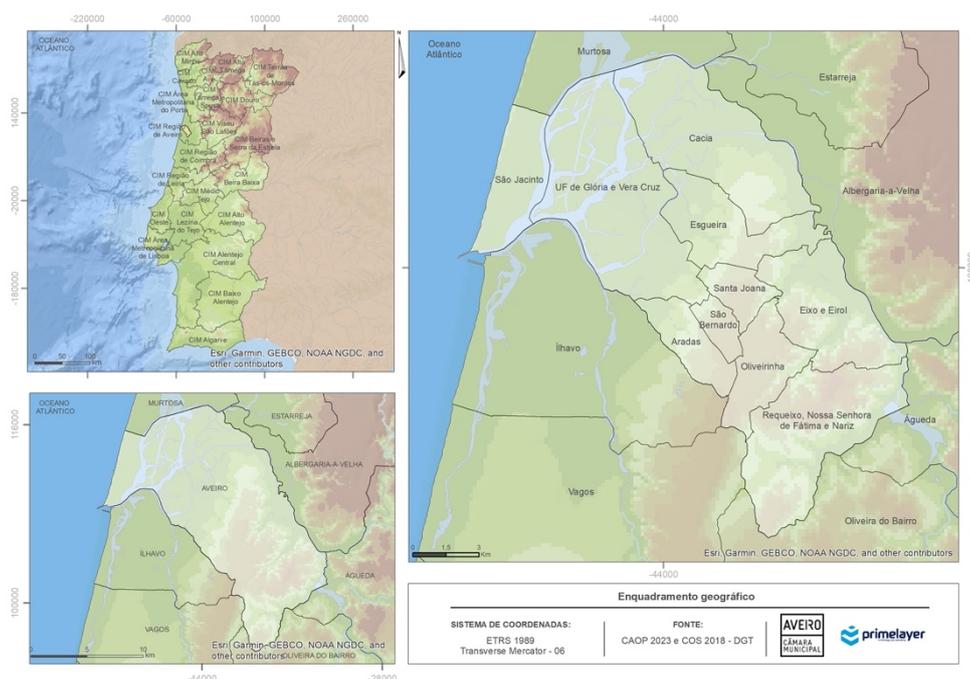
II.1. Enquadramento geográfico

O município de Aveiro localiza-se no centro litoral de Portugal continental. Integra a CIM Região de Aveiro (NUT III), onde ocupa 11,67% da sua área total (Mapa 1). Este município é delimitado a norte pelo município da Murtosa, a este pelos municípios de Albergaria-a-Velha e Águeda, a sul pelos municípios de Ílhavo, Vagos e Oliveira do Bairro e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Com uma área total de 197,58km², o município de Aveiro é composto por 10 unidades territoriais: Aradas (8,93 km²), Cacia (35,75 km²), Esgueira (17,15 km²), Oliveirinha (12,07 km²), São Bernardo (3,94 km²), São Jacinto (13,84 km²), Santa Joana (5,85 km²), Eixo e Eirol (22,42 km²), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (32,32

Área mediantemente urbana

km²) e União das freguesias de Glória e Vera Cruz (45,32 km²)¹, resultado da RATF, implementada em 2013, nos termos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que agrupou algumas das 14 freguesias existentes até então.



Mapa 1. Enquadramento geográfico.

Tendo em conta a TIPAU de 2014 definida pelo INE, metade das unidades territoriais do município de Aveiro encontram-se classificadas como APU (Aradas, Esgueira, Santa Joana, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz), que representam 71,79% da população residente no município (58118 habitantes), e a outra metade como AMU (Cacia, Eixo e Eirol, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e São Jacinto), que representam 28,21% da população residente no município (22836 residentes). Como se verifica, não existem unidades territoriais classificadas como APR.

¹ No presente trabalho está considerada a delimitação administrativa territorial anterior à Lei n.º 3/2025, de 6 de janeiro.

Freguesia que contempla, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da câmara municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Área

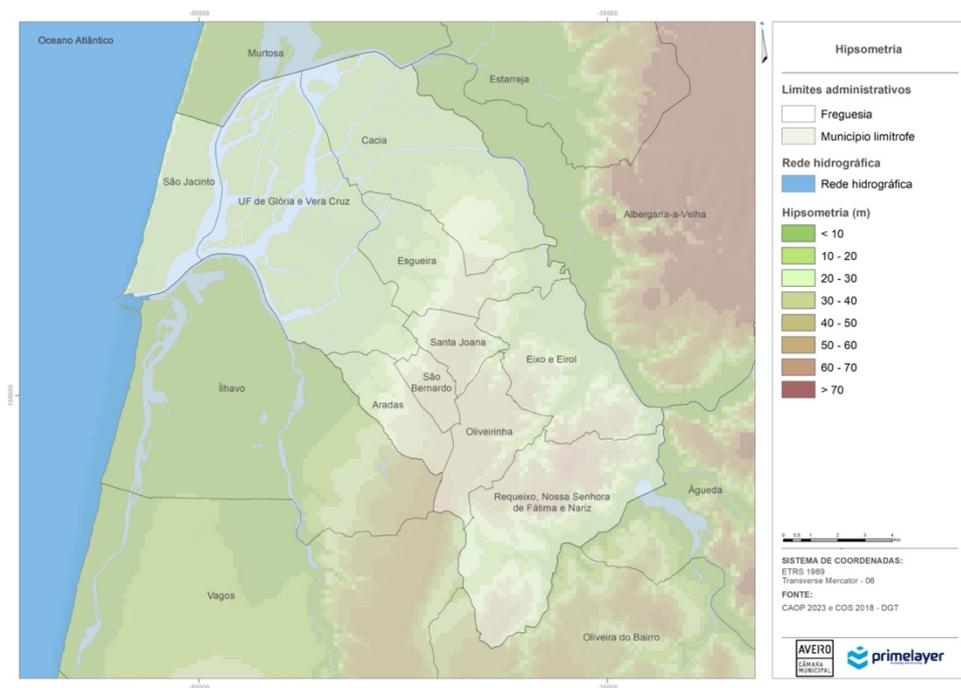
predominantemente rural

Freguesia não classificada como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

II.2. Aspetos físicos

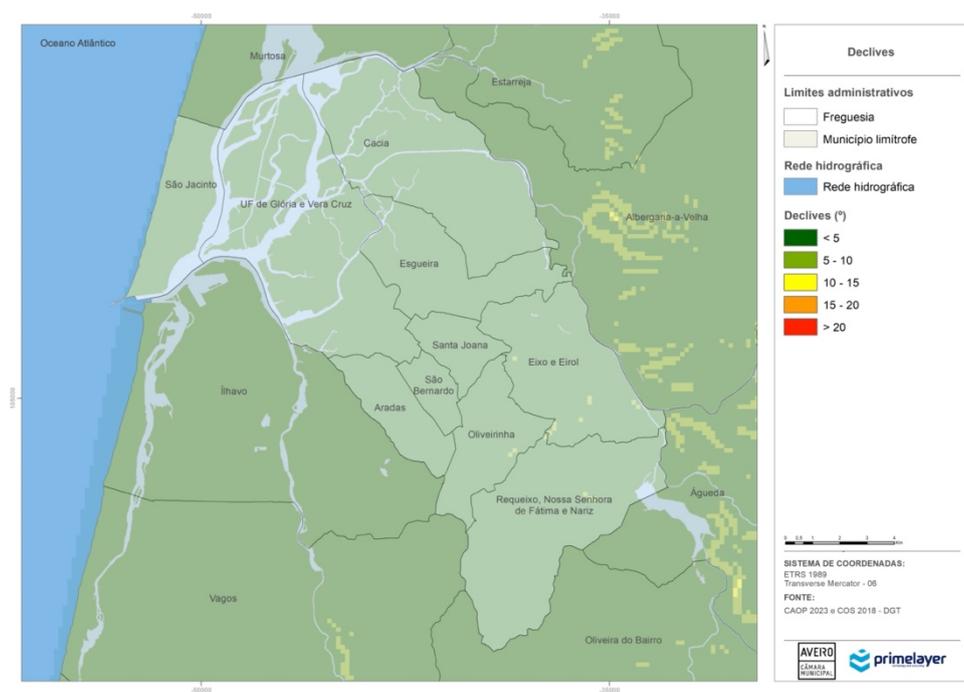
Em termos estruturais o município de Aveiro encontra-se na unidade morfoestrutural da Orla Mesocenozóica Ocidental, onde predominam os materiais sedimentares de origem carbonatada, arenítica e argílitica (Feio & Daveau, 2004; Grou, 2016; Lema & Rebelo, 1996).

Ao nível da morfologia (Mapa 2), as diferenças de altitude no município são muito reduzidas, oscilando entre a altitude mínima de -0,75 metros nas depressões da Ria de Aveiro e a altitude máxima de 76,22 metros, atingida no morro que se estende pelo território das anteriores freguesias de Nossa Senhora de Fátima e de Requeixo (CMA, 2018). A zona do Baixo Vouga Lagunar, situada na parte norte da freguesia de Cacia e praticamente em todo o território da anterior freguesia da Vera Cruz, apresenta altitudes de zero metros, o que significa que o território é totalmente plano (CMA, 2018).



Mapa 2. Hipsometria.

A hipsometria reflete-se, naturalmente, na existência de declives, essenciais para identificar condicionantes à ocupação humana (Mapa 3). As características morfológicas da Plataforma Litoral, onde as altitudes raramente ultrapassam os 75 metros, determina declives muito suaves ou mesmo a sua ausência em amplos sectores do território municipal (CMA, 2018). A observação do mapa 3 confirma a realidade descrita, inserindo-se a maior parte do território nas classes inferiores a 5° (CMA, 2018). Por sua vez, os declives mais acentuados, raramente superiores a 20°, encontram-se nas zonas acentuadas das freguesias de Eixo e Eirol e de Oliveirinha e no território da anterior freguesia de Requeixo (CMA, 2018).



Mapa 3. Declives.

Relativamente à hidrografia, o município de Aveiro insere-se na bacia hidrográfica do Rio Vouga.

Com um caudal médio anual de 67 m³/s, o Rio Vouga nasce na Serra da Lapa, a cerca de 930 m de altitude e percorre 148 km até desaguar na Barra de Aveiro, através do Rio Novo do Príncipe (ARH do Centro, 2012; CMA, 2018).

A sua bacia hidrográfica situa-se na zona de transição entre o norte e o sul de Portugal, sendo limitada pelos paralelos 40°15' e 40°57' de latitude norte e os meridianos 7°33' e 8°48' de longitude oeste Príncipe (ARH do Centro, 2012). É confinada a norte pelas Serras da Freita, Montemuro, Leomil e Lapa, que a separa da bacia hidrográfica do Rio Douro, e a sul pela Serra do Buçaco, que a separa da bacia hidrográfica do Rio Mondego (ARH do Centro, 2012).

Esta bacia não constitui, no seu conjunto, uma bacia "normal", com um rio principal bem diferenciado e respetivos afluentes (ARH do Centro, 2012). Com efeito, trata-se de um conjunto hidrográfico de rios que atualmente desaguam muito perto da foz do Rio Vouga, numa laguna que comunica com o mar, designada de Ria de Aveiro, havendo, ainda, uma densa rede de canais mareais e de delta relacionados com a mesma laguna (ARH do Centro, 2012).

Os rios principais deste conjunto são o próprio Vouga (e seus afluentes até à confluência com o Rio Águeda), o Águeda e o seu afluente, Cértima, podendo, ainda, acrescentar-se-lhe o Caster e o Antuã, na parte norte, e o Rio Boco e a Ribeira da Corujeira, na parte sul, todos desaguando na Ria de Aveiro, mas hidrograficamente independentes do Rio Vouga, o braço norte da Ria de Aveiro, que inclui os Rios Antuã, Fontão e Negro e a Ribeira de Caster, e o braço da Gafanha da Ria de Aveiro, que inclui a zona superior da bacia do Rio Boco (ARH do Centro, 2012).

A Ria de Aveiro cobre uma área total de 11000 hectares, sendo cerca de 6000 hectares a área permanentemente coberta de água e, é uma das mais importantes e peculiares zonas húmidas nacionais (CMA, 2018).

Todo o território municipal é recortado por uma rede hidrográfica relativamente densa, sendo as linhas de água de dois tipos, a saber, água doce, que inclui rios, ribeiros e valas, e água salgada, que inclui os braços da Ria de Aveiro e esteiros (CMA, 2018).

Do ponto de vista climático o município de Aveiro caracteriza-se por um clima temperado mediterrânico com influência marítima. Este clima caracteriza-se por uma amplitude térmica baixa, traduzida em verões relativamente frescos e invernos pouco rigorosos, e por precipitações abundantes, em especial no outono e inverno.

As características climáticas do município de Aveiro são influenciadas de forma determinante pela proximidade do mar e pela presença dos grandes lençóis de água que formam a laguna de Aveiro, que explicam o clima húmido ao longo de todo o ano.

A caracterização climática do município de Aveiro foi realizada com base nos valores publicados nas normais climatológicas correspondentes ao período de 1971-2000, relativos à estação meteorológica de Aveiro.

As temperaturas mais elevadas centram-se nos meses de julho e agosto e as mais baixas nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro (Figura 1). A temperatura média anual é de 15,42 °C, variando entre o mês de agosto (20,2 °C), mês mais quente, e o mês de janeiro (10,2 °C), mês mais frio. Estes valores traduzem-se numa amplitude térmica anual de 10 °C.

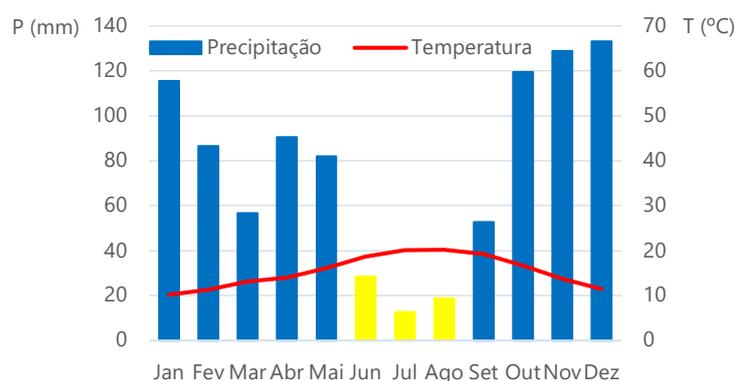


Figura 1. Gráfico termopluviométrico.

Fonte: www.ipma.pt.

No que respeita ao ritmo pluviométrico, este não se apresenta contínuo, quer no tempo, quer no espaço, evidenciando uma clara variabilidade estacional. No território, 53,71% das chuvas cai entre outubro e janeiro, observando-se a existência de uma estação seca, caracterizada pela elevada temperatura e baixa precipitação, com a duração de três meses, que corresponde aos meses de junho, julho e agosto, especificidade que denuncia a influência mediterrânea. Nos meses de julho e agosto, meses mais quentes, os valores de precipitação não ultrapassam os 20 mm, representando aproximadamente 3,40% do total anual. A precipitação média anual

é de 925,6 mm, variando entre 133,2 mm no mês de dezembro, mês que regista a precipitação média mensal mais elevada, e 12,7 mm no mês de julho, mês menos chuvoso.

Por fim, no que respeita aos ventos, dominam os provenientes de noroeste durante todo o ano, com exceção dos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, quando prevalecem os de sudeste.

II.3. Dinâmica demográfica: passado, presente e futuro

As alterações na dinâmica demográfica traduzem processos de natureza diversa. Evidenciam desde logo transformações na economia ou na família, mas também nas acessibilidades ou nos estilos de vida e, igualmente, nas condições de saúde ou no domínio político. A análise das mudanças no ritmo de crescimento da população, nas estruturas etárias e na sua distribuição no espaço deve, assim, ser integrada no contexto alargado da evolução dos respetivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos.

A leitura dos comportamentos demográficos é, assim, um dos aspetos que melhor espelha o grau de dinamismo de um território. É neste sentido que o estudo dos quantitativos e das características de uma população nas últimas décadas é essencial para se compreender os fatores e as condições de competitividade dos territórios e estabelecer as bases para a definição de cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

É tendo em atenção este pano de fundo que pensamos que o conhecimento da dinâmica demográfica se afigura como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos

que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados.

II.3.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2021

II.3.1.1. Evolução e distribuição territorial da população residente: um território com a população desigualmente repartida

Aveiro, com os seus 80954 habitantes, assume-se como a quinta maior cidade da Região Centro e apresenta-se como o município mais populoso da CIM Região de Aveiro, representando 22,03% do seu total populacional, ainda assim, com uma área de 197,6 km², é o terceiro município mais extenso do território, logo a seguir a Águeda e Anadia. Ainda que pouco significativo, na última década o município de Aveiro registou um ligeiro ganho de importância no contexto da CIM Região de Aveiro (mais concretamente 0,85%), uma vez que dez anos antes correspondia a 21,18% do seu total populacional.

Um olhar atento sobre os valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX no município de Aveiro permite efetuar uma análise evolutiva, ao mesmo tempo que possibilita retirar algumas conclusões sobre as características do território municipal (Figura 2 e quadro 1). Uma primeira ideia destaca de imediato o facto de ter ocorrido entre 1950 e 2021 um crescimento populacional, para o que contribuiu a sua localização numa área de forte crescimento demográfico e de grande dinamismo económico. Efetivamente, entre 1950 e 2021 o município de Aveiro aumentou 41089 habitantes, valor correspondente a 103,07% (de 39865 para 80954 residentes). Este ganho demográfico observado nestes 70 anos no território municipal ganha outra relevância quando enquadrado no contexto evolutivo regressivo que caracteriza a população portuguesa durante este período.

A tendência de crescimento populacional descrita é comum a todas as décadas até ao ano de 2021, sendo que o ganho demográfico mais expressivo no território municipal se registou na década de 70, passando de 49005 para 60284 indivíduos (23,02% que corresponde a 11279 pessoas). A última década, com um aumento foi

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

de 2504 habitantes, representando 3,19% (de 78450 para 80954 residentes), verificou o crescimento demográfico menos significativo. Fica, assim, evidente uma tendência de abrandamento nas últimas décadas.

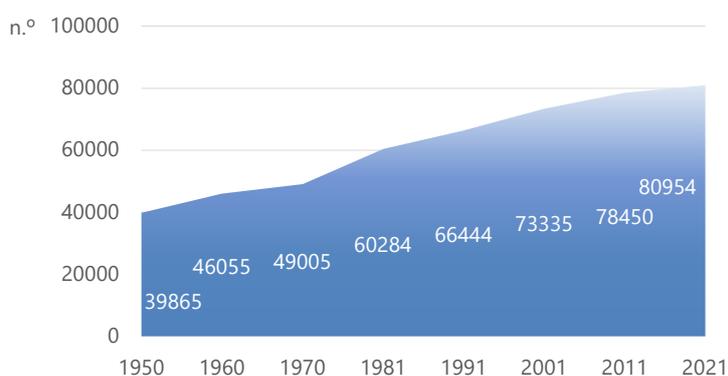


Figura 2. População residente no município entre 1950 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 1. População residente no município entre 1950 e 2021.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	39865	-	-
1960	46055	6190	15,53
1970	49005	2950	6,41
1981	60284	11279	23,02
1991	66444	6160	10,22
2001	73335	6891	10,37
2011	78450	5115	6,97
2021	80954	2504	3,19

Fonte: www.ine.pt.

Considerando apenas a década mais recente, o município de Aveiro destacou-se dos restantes que integram a CIM Região de Aveiro, uma vez que foi que observou um maior aumento, num contexto em que a Região Centro (-4,32%)² e o Continente (-1,91%) perderam, factos que vêm salientar, ainda mais, a dinâmica populacional positiva verificada neste território municipal. Tendo por referência os municípios da

² No presente trabalho está considerada a configuração da Região Centro anterior à implementação das NUTS 2024 (NUTS 2013).

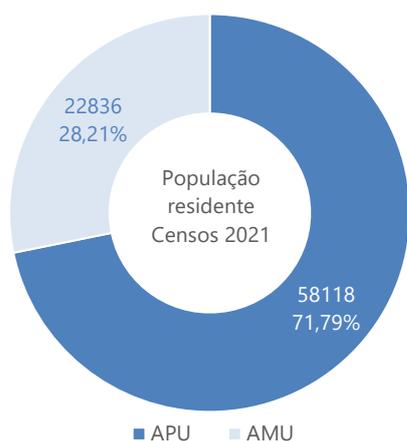
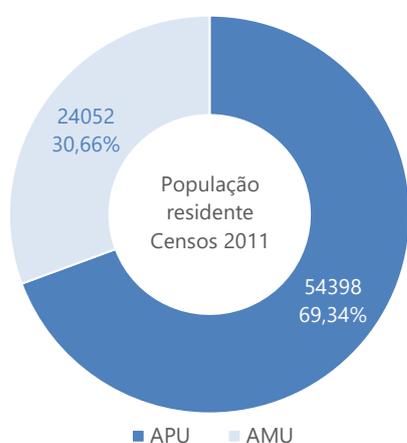
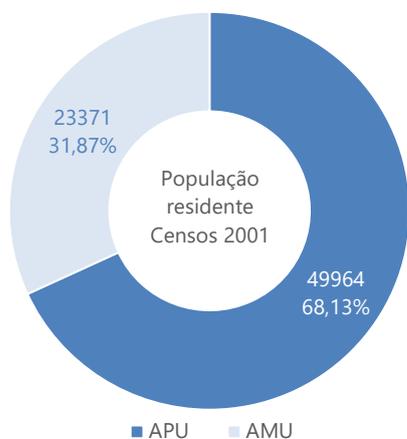
Região Centro com maiores efetivos populacionais, Aveiro destaca-se em relação a Coimbra, que apresentou um decréscimo (-1,80%), e fica atrás de Torres Vedras, que registou um crescimento de 4,54%. Interessa, ainda, acrescentar que, dos 100 municípios que integram a Região Centro, apenas 13 observaram um ganho demográfico.

Numa análise conjunta das últimas décadas, verifica-se que o município de Aveiro observou um aumento de 13,87% (Quadro 2), correspondendo a 10173 residentes (de 73335 em 2001 para 83508 em 2022). Este crescimento populacional foi interrompido nos anos de 2011, 2013, 2020 e 2021, que registaram um decréscimo, ainda que reduzido. A diminuição mais expressiva aconteceu no ano de 2021, quando se verificou uma redução de 0,45% que representa -367 indivíduos.

Quadro 2. População residente no município entre 2001 e 2022.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(nº)	(nº)	(%)
2001	73335	-	-
2002	74649	1314	1,79
2003	75206	557	0,75
2004	75712	506	0,67
2005	76213	501	0,66
2006	76681	468	0,61
2007	77150	469	0,61
2008	77584	434	0,56
2009	78084	500	0,64
2010	78463	379	0,49
2011	78450	-13	-0,02
2012	79092	642	0,82
2013	79061	-31	-0,04
2014	79122	61	0,08
2015	79269	147	0,19
2016	79512	243	0,31
2017	79927	415	0,52
2018	80526	599	0,75
2019	81570	1044	1,30
2020	81321	-249	-0,31
2021	80954	-367	-0,45
2022	83508	2554	3,15

Fonte: www.ine.pt



Considerando agora a análise da distribuição dos valores de população residente nas 10 freguesias que integram na atualidade o município de Aveiro é possível distinguir grupos de freguesias que apresentam comportamentos semelhantes (Figura 3, mapa 4 e anexo XXIII).

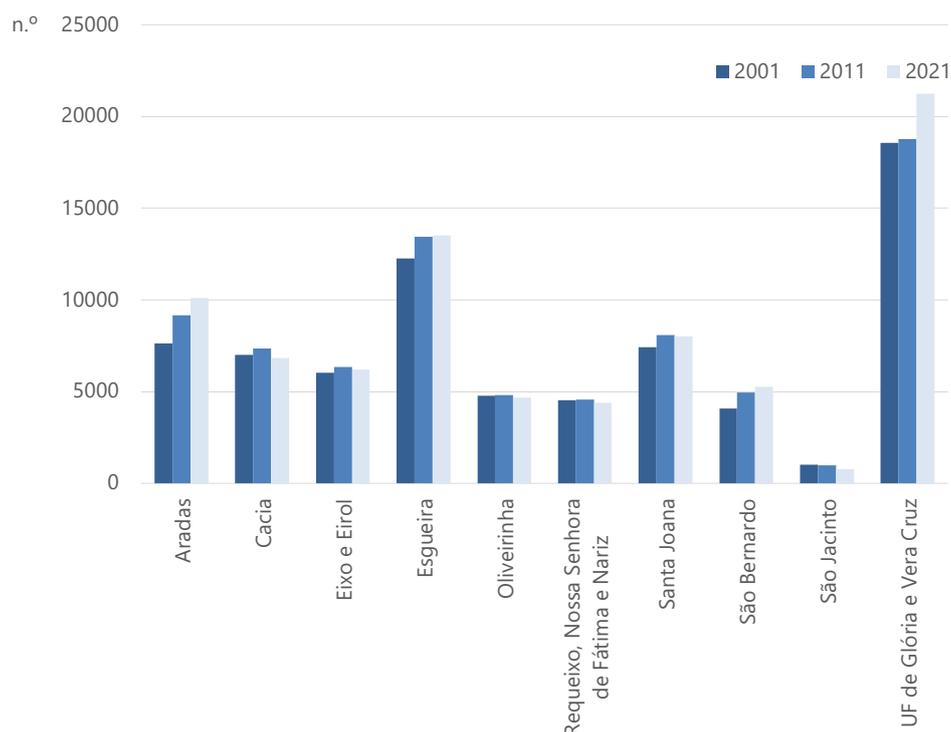


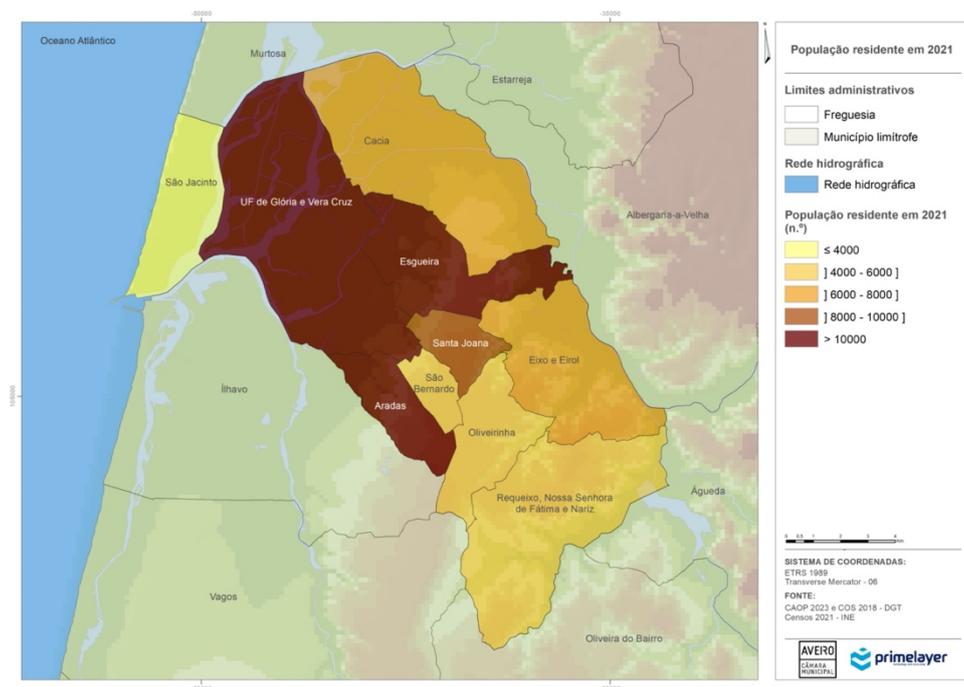
Figura 3. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Analisando apenas o ano mais recente, as freguesias de Aradas (10,087 habitantes, correspondendo a 12,46%), de Esgueira (13,505 habitantes, correspondendo a 16,68%) e a UF de Glória e Vera Cruz (21,227 habitantes, correspondendo a 26,22%) apresentam-se como as mais populosas. Após este primeiro grupo, destaca-se a freguesia de Santa Joana, com 8,026 residentes, valor que corresponde a 9,91%.

Um segundo grupo é formado pelas freguesias de Eixo e Eirol (6,190 habitantes, representando 7,65%) e Cacia (6,830, representando 8,44%).

O terceiro grupo é composto pelas freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, com 4,383 indivíduos (5,41%), de Oliveirinha, com 4,675 indivíduos (5,77%) e de São Bernardo, com 5,273 indivíduos (6,51%).



Mapa 4. População residente por freguesia em 2021.

Por fim, com um valor bastante inferior às restantes unidades territoriais, destaca-se a freguesia de São Jacinto, com 758 habitantes, valor correspondente a 0,94%.

Tendo por base a TIPAU 2014 do INE, que define como APU no município de Aveiro as freguesias de Aradas, Esgueira, Santa Joana, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz, percebe-se que 71,79% da população residente se concentra em espaço urbano, o que demonstra a influência que este exerce no território municipal, principalmente nas freguesias de Aradas, Esgueira e UF de Glória e Vera Cruz, que centralizam 55,36% dos habitantes. O mesmo é, ainda, confirmado pela densidade populacional, que, em 2021, apresenta os valores superiores nas freguesias de Santa Joana (1371,97 hab./km²), São Bernardo (1338,32 hab./km²), Aradas (1129,56 hab./km²), Esgueira (787,46 hab./km²) e UF de Glória e Vera Cruz (468,38 hab./km²).

Esta repartição da população residente é já evidente na análise dos dados relativos a 2011 e 2001, sendo que a UF de Glória e Vera Cruz sempre se assumiu como o principal polo de atração durante todo o período em estudo.

Densidade populacional

Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).

Varição populacional

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Relativamente à dinâmica populacional das dez freguesias que atualmente constituem o município de Aveiro, nas últimas duas décadas é possível identificar diferentes comportamentos demográficos (Anexo XXIV).

Examinando a década mais recente, verifica-se que quatro freguesias registam uma evolução favorável no último período intercensitário, sendo elas a UF de Glória e Vera Cruz (13,17%), a freguesia de Aradas (10,16%), a freguesia de São Bernardo (6,31%) e a freguesia de Esgueira (0,55%), valores que correspondem a acréscimos de 2471, 930, 313 e 74 habitantes (Figura 4 e mapa 5). As restantes seis freguesias demonstram um cenário de perda. A freguesia de São Jacinto evidencia o declínio populacional mais expressivo (-23,67%, valor correspondente a -235 indivíduos). A freguesia de Santa Joana, por sua vez, assinala o decréscimo demográfico menos expressivo (-0,84%).

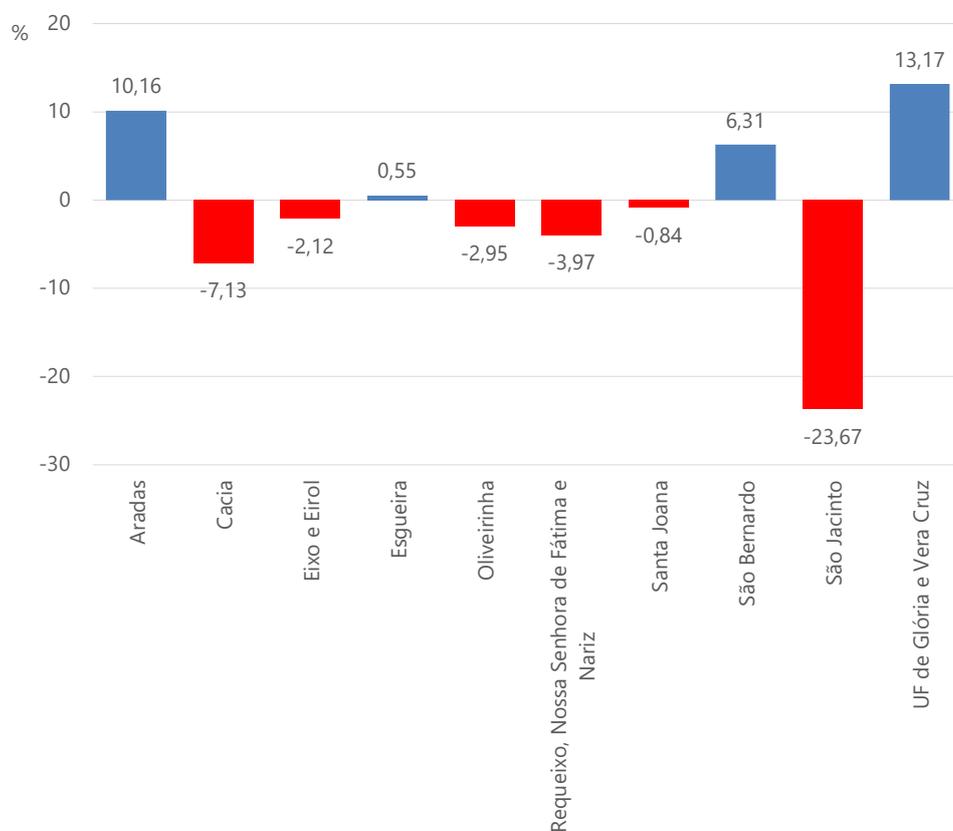
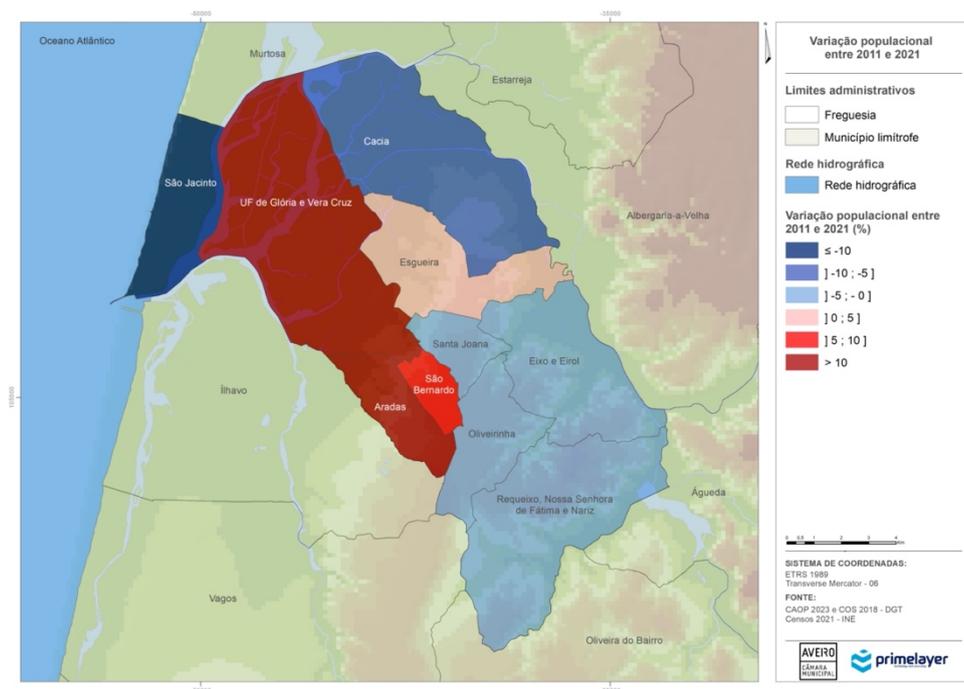


Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 5. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.

Esta realidade é diferente da existente entre 2001 e 2011, sendo que, nesta década apenas a freguesia de São Jacinto evidenciou uma dinâmica negativa, assinalando uma perda de -2,26%, que corresponde a -23 habitantes (Figura 5 e mapa 6).

A comparação da dinâmica demográfica nestes dois momentos mostra, assim, uma tendência de diminuição, uma vez que das nove freguesias que verificaram crescimento entre 2001 e 2011, apenas quatro mantiveram o comportamento entre 2011 e 2021. Como se pode observar, as freguesias de Santa Joana, Eixo e Eirol, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e Cacia, que registaram aumentos no período intercensitário de 2001-2011, perderam população na década seguinte, com decréscimos entre os -0,84% e os -7,13%. Por sua vez, a UF de Glória e Vera Cruz destaca-se por apresentar entre 2011 e 2021, comparativamente à década anterior, um acréscimo mais expressivo (de 1,01% para 13,17%), contrariamente à freguesia de São Jacinto, que assinala um decréscimo mais vincado no período intercensitário mais recente, em comparação com o anterior (de -2,26% para -23,67%).

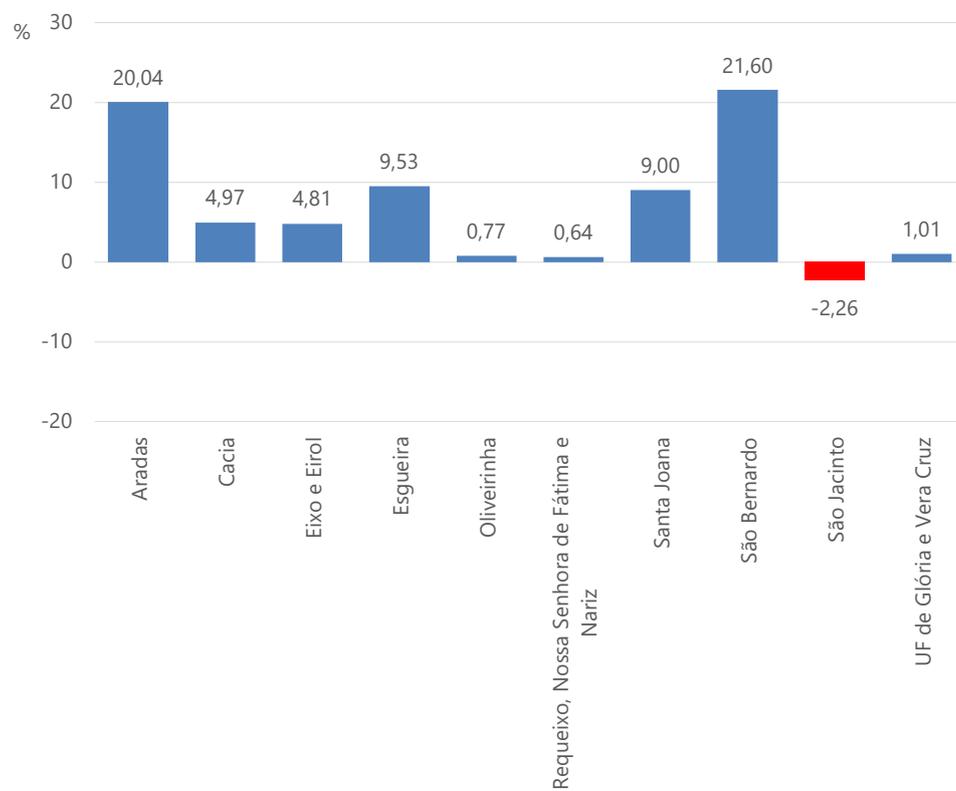
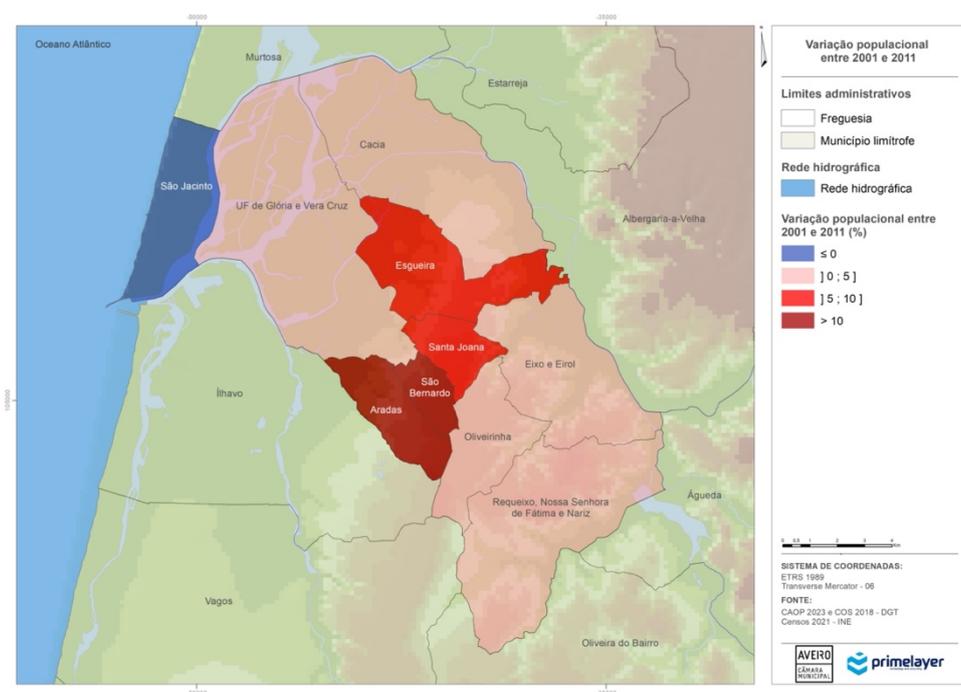


Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 6. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

De uma forma global nos últimos 20 anos foram seis as freguesias a evidenciar reforço da população, destacando-se os aumentos mais expressivos nas freguesias de Aradas, São Bernardo e UF de Glória e Vera Cruz (32,24%, 29,27% e 14,31%, que correspondem a 2459, 1194 e 2658 indivíduos).

De salientar que a UF de Glória e Vera Cruz, a mais populosa, tem vindo a registar um acréscimo gradual da sua população residente nas últimas duas décadas, com a passagem de 18569 pessoas em 2001 para 21227 habitantes em 2021, representando 14,31%, valor que equivale a 2658 residentes. Em situação oposta, a freguesia de São Jacinto registou o maior decréscimo populacional nestes últimos 20 anos (-25,39%, representando -258 habitantes).

II.3.1.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo

As variações observadas na população do município e das freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais da dinâmica demográfica: por um lado, o crescimento natural e, por outro lado, o saldo migratório.

A análise da evolução dos valores do crescimento natural entre 2001 e 2022 para o município de Aveiro revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Figura 6 e anexo XXV).

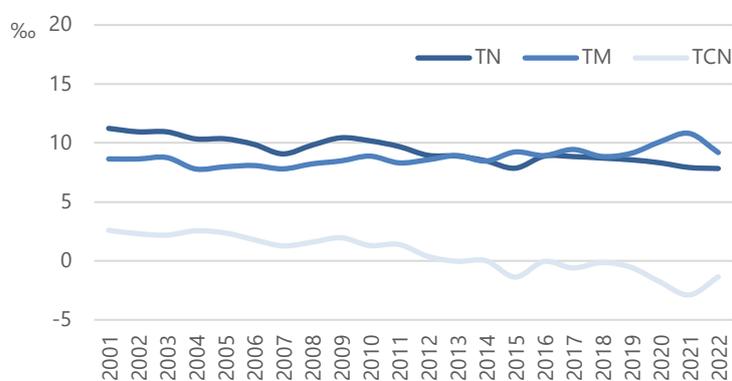


Figura 6. Crescimento natural no município entre 2001 e 2022.

Fonte: www.ine.pt.

Crescimento natural, saldo natural ou saldo fisiológico

Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Saldo migratório

Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Crescimento efetivo

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Taxa de natalidade ou taxa bruta de natalidade

Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

Taxa de mortalidade ou taxa bruta de mortalidade

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes).

A consideração da natalidade mostra-se, assim como o crescimento efetivo, com valores flutuantes nas últimas duas décadas. Em Aveiro, durante este período, o ano de 2001 foi o que registou um maior número de nascimentos (824), por sua vez, o ano com menos nascimentos registados foi o de 2015 (623). Em termos globais verifica-se uma tendência no sentido da diminuição do número de nados-vivos, que ganha maior relevância nos anos mais recentes, em especial a partir do ano de 2014. De facto, entre 2014 e 2021, apenas se registaram três anos onde o número de nascimentos foi superior a 700, sendo eles 2016 (706 nascimentos), 2017 (707 nascimentos) e 2018 (702 nascimentos).

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência generalizada de diminuição (de 11,24‰ em 2001 para 7,83‰ em 2022), apenas interrompida em alguns anos por pequenos aumentos pontuais. Uma análise mais detalhada da evolução ocorrida indica ligeiros crescimentos entre 2004 e 2005 (de 10,34‰ para 10,35‰), entre 2007 e 2008 (de 9,07‰ para 9,81‰), entre 2008 e 2009 (de 9,81‰ para 10,44‰) e entre 2015 e 2016 (de 7,86‰ para 8,88‰). À semelhança da natalidade, no ano de 2001 a taxa de natalidade apresenta-se como a mais elevada do período considerado, enquanto no ano de 2022 atinge o menor valor.

A apreciação da mortalidade evidencia um número de óbitos superior às seis centenas durante todo o período em análise, com exceção do ano de 2004, com 590 óbitos, valor mais baixo. Por sua vez, os valores mais elevados no período considerado foram acima dos 800 óbitos nos anos de 2020 e 2021 (822 e 875 óbitos, respetivamente), observando-se, assim, um gradual aumento na mortalidade.

A taxa de mortalidade apresenta uma evolução que oscila entre contínuos aumentos e diminuições. À semelhança da mortalidade, o ano de 2021 foi aquele que apresentou a mais elevada taxa de mortalidade do período em análise (10,81‰), enquanto o menor valor ocorre no ano de 2004 (7,79‰).

A análise conjunta dos valores da natalidade e mortalidade permite constatar que, até ao ano de 2012, os nascimentos apresentam valores superiores aos óbitos, realidade que se traduz num crescimento natural positivo neste período. A partir de 2013, esta tendência inverte-se, com os óbitos superiores aos nascimentos, que se

traduz num crescimento natural negativo, com exceção do ano de 2014, onde o crescimento natural é de um. Os ganhos populacionais com maior significado acontecem nos anos de 2001, 2004 e 2005 (2,59%, 2,55% e 2,37%, a que correspondem 190, 193 e 181 indivíduos). As maiores perdas populacionais foram de -2,89% no ano de 2021, -1,80% no ano de 2020 e -1,38% no ano de 2015, que representam, respetivamente, -234, -146 e -109 pessoas.

Considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, para o ano de 2021, que não se registaram valores positivos em nenhuma das freguesias do município (Figura 7 e anexo XXVI). Assim, as freguesias que evidenciaram um crescimento natural negativo mais expressivo foram São Jacinto (-10,55%, que corresponde a -8 indivíduos), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (-7,53%, que corresponde a -33 indivíduos) e Oliveirinha (-6,20%, que corresponde a -29 indivíduos). Por sua vez, o valor de crescimento natural negativo menos significativo ocorre na freguesia de Esgueira (-0,81%, que corresponde a -11 indivíduos).

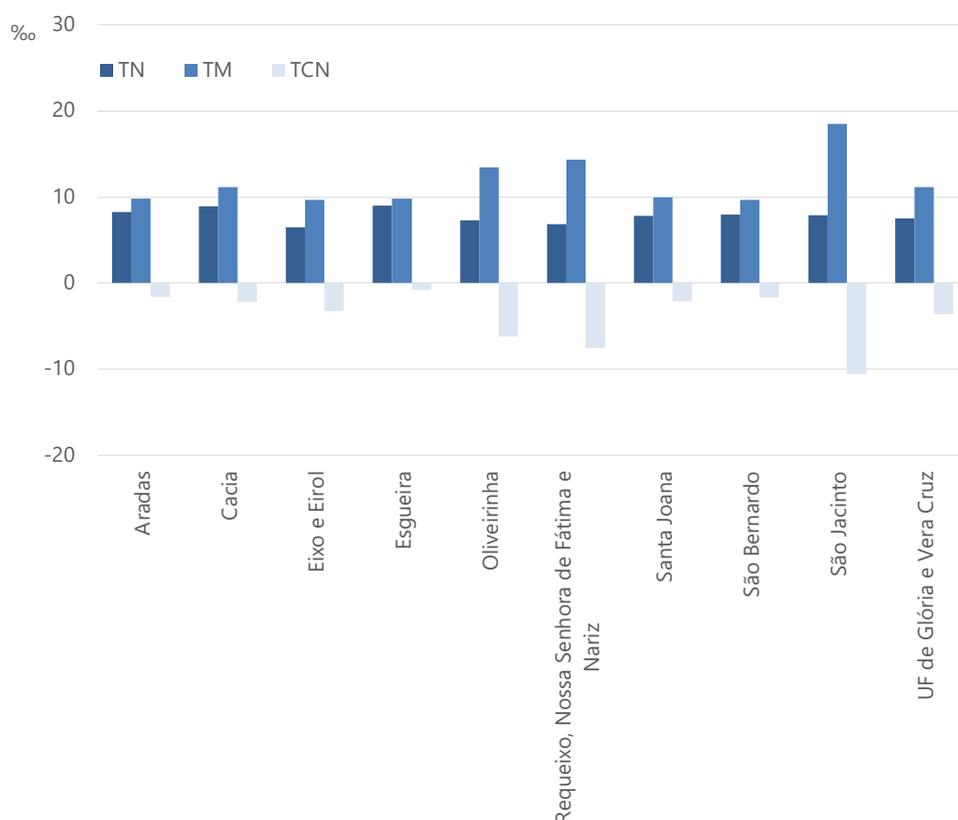


Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Em 2011, por comparação, verificou-se crescimento natural positivo em seis freguesias, a saber, Esgueira (3,65‰, correspondente a 49 residentes), Eixo e Eirol (2,06‰, correspondente a 13 residentes), UF de Glória e Vera Cruz (1,97‰, correspondente a 37 residentes), São Bernardo (1,81‰, correspondente a 9 residentes), Aradas (0,87‰, correspondente a 8 residentes) e Cacia (0,14‰, correspondente a 1 residente). A freguesia de São Jacinto observa o crescimento natural negativo mais significativo com -2,01‰, que represente -2 habitantes. De salientar ainda que a freguesia de Santa Joana apresenta exatamente o mesmo número de nados-vivos e óbitos, o que significa que o crescimento natural desta unidade territorial é de zero. De uma forma geral entre 2011 e 2021 o número de nados-vivos diminuiu em relação aos óbitos, passando-se de um crescimento natural positivo de 1,39‰ para um crescimento natural negativo de -2,89‰ (de 109 para -234 pessoas).

A consideração do crescimento efetivo no município de Aveiro para o período de 2011 a 2021 vem confirmar o cenário de abrandamento do crescimento populacional, na medida em que é o saldo migratório positivo (2964) que compensa o crescimento natural negativo (-460), o que significa que é a entrada de imigrantes no território municipal que suaviza a diferença entre os óbitos e os nascimentos (Figura 8 e anexo XXVII).

A análise à freguesia permite verificar uma perda de capacidade de atração de pessoas do município, já que apenas quatro das dez freguesias apresentam um crescimento efetivo positivo, sendo elas Esgueira (74 pessoas), São Bernardo (313 pessoas), Aradas (930 pessoas) e UF de Glória e Vera Cruz (2471 pessoas).

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do município e do território envolvente.

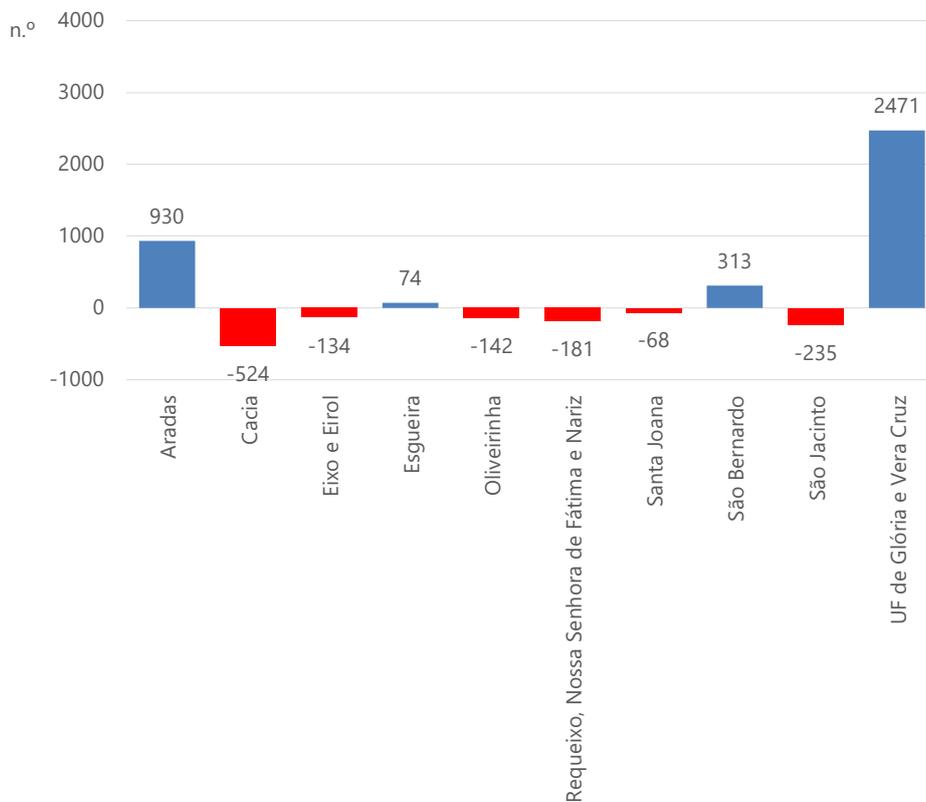
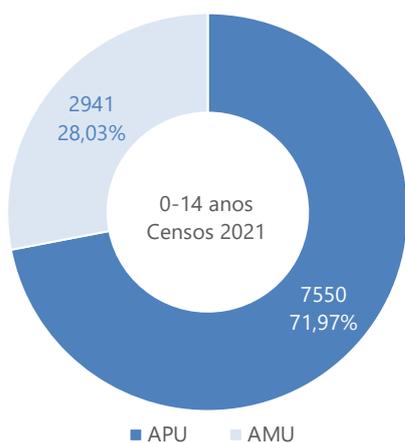
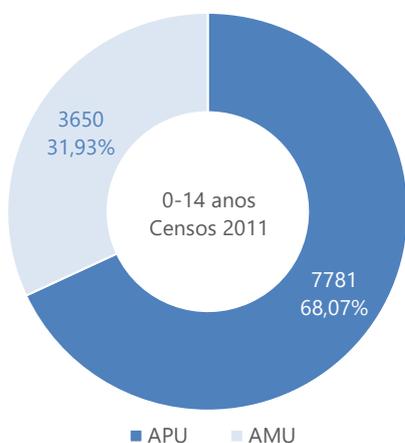
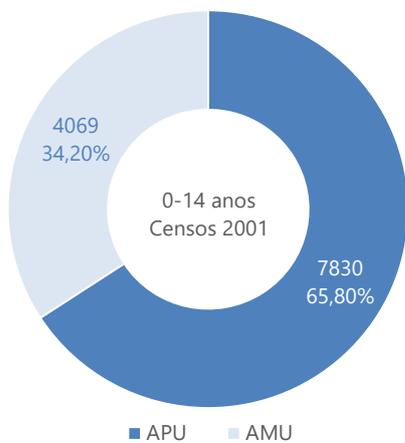


Figura 8. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

II.3.1.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução e distribuição da população residente deve contemplar também o estudo da estrutura etária, envelhecimento e dependência. Para este efeito interessa começar por conhecer os perfis populacionais através da observação da distribuição da população residente por grupo etário. Neste em particular, a interpretação das pirâmides etárias revela-se fundamental, uma vez que estas representações gráficas não traduzem apenas a história dos acontecimentos que a marcam. Em paralelo importa também conhecer alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população residente e que, conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica demográfica, permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.



A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população residente por grupo etário no município de Aveiro entre 1950 e 2021 parece ser a contínua diminuição dos grupos etários mais jovens, prosseguida pelo sucessivo aumento dos grupos etários mais idosos, o que espelha de modo bastante claro uma tendência crescente para o envelhecimento da população, aspeto comum à generalidade dos territórios portugueses (Figura 9 e quadro 3).

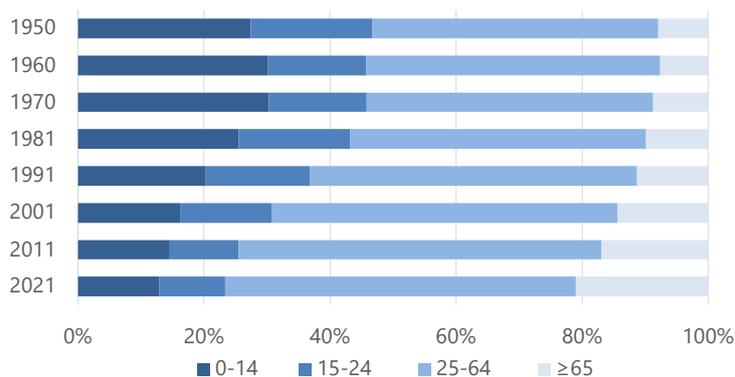


Figura 9. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 3. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.

Anos	Unidade de medida	0-14	15-24	25-64	≥65	Total
1950	(n.º)	10938	7703	18038	3186	39865
	(%)	27,44	19,32	45,25	7,99	100
1960	(n.º)	13840	7220	21471	3524	46055
	(%)	30,05	15,68	46,62	7,65	100
1970	(n.º)	14830	7615	22265	4295	49005
	(%)	30,26	15,54	45,43	8,76	100
1981	(n.º)	15389	10617	28334	5944	60284
	(%)	25,53	17,61	47,00	9,86	100
1991	(n.º)	13491	10992	34421	7540	66444
	(%)	20,30	16,54	51,80	11,35	100
2001	(n.º)	11899	10588	40267	10581	73335
	(%)	16,23	14,44	54,91	14,43	100
2011	(n.º)	11431	8551	45202	13266	78450
	(%)	14,57	10,90	57,62	16,91	100
2021	(n.º)	10491	8409	45042	17012	80954
	(%)	12,96	10,39	55,64	21,01	100

Fonte: www.ine.pt.

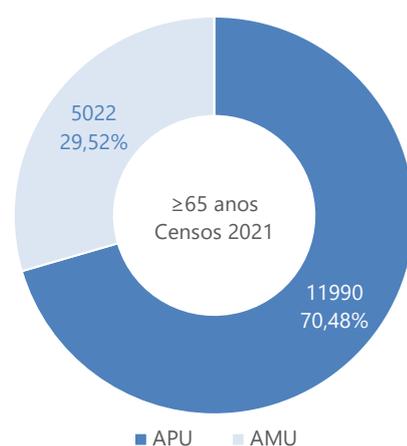
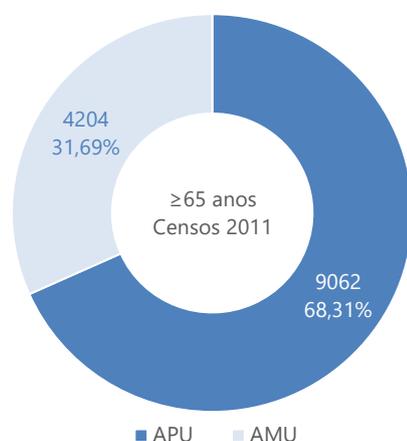
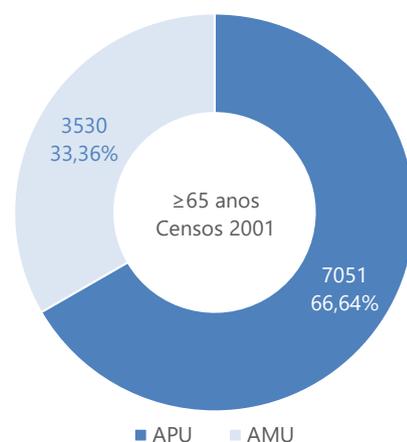
Procedendo-se a uma observação mais pormenorizada verificamos que a população jovem (0-14 anos) e jovem adulta (15-24 anos) registaram um forte decréscimo (de 7,44% para 12,96% e de 19,32% para 10,39%). Em sentido oposto, a população adulta (25-64 anos) e idosa (65 anos ou mais) apresentaram um crescimento expressivo (de 45,25% para 55,64% e de 7,99% para 21,01%).

Analisando apenas os anos de 2011 e 2021, a diminuição foi de -1,61% na população jovem, de -0,51% na população jovem adulta e de -1,98% na população adulta. O acréscimo na população idosa foi de 4,10%.

Esta evolução com perda de jovens e acréscimo de idosos traduz-se num duplo envelhecimento da população, realidade que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos e que se instalou muito repentinamente, devendo a rapidez com que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida merecer uma profunda reflexão.

A observação da pirâmide etária do município de Aveiro para o ano de 2021 reflete, comparativamente ao ano de 2011, este duplo envelhecimento da população, o que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide etária (Figura 10 e anexo XXVIII). O número de indivíduos total e por sexo na população jovem, jovem adulta e adulta (até aos 39 anos em ambos os sexos) em 2021 é inferior em relação a 2011, não havendo diferenças muito significativas por sexo. Na população adulta (a partir dos 40 anos em ambos os sexos) e idosa o número de indivíduos total e por sexo é superior em 2021 relativamente a 2011, existindo neste caso diferenças mais relevantes por sexo (o número de idosos é superior no sexo feminino).

O fenómeno de duplo envelhecimento da população descrito era já bastante visível na década anterior, mas ganha outra expressão quando comparadas as últimas duas décadas e, particularmente, quando o ano de 2021 é comparado com a década de 50 (Figuras 11, 12 e 13).



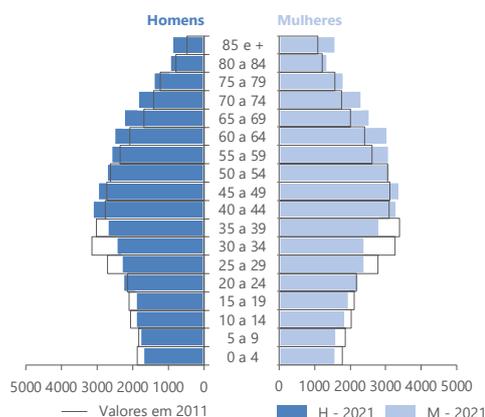


Figura 10. Pirâmide etária da população residente no município em 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

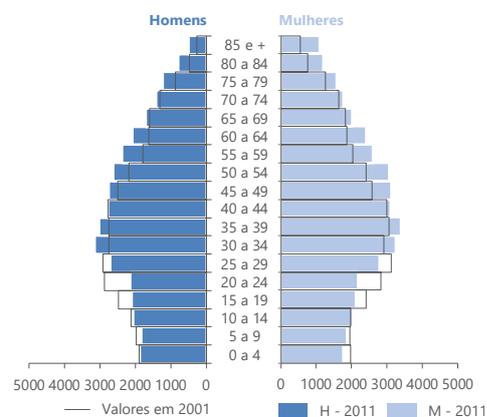


Figura 11. Pirâmide etária da população residente no município em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

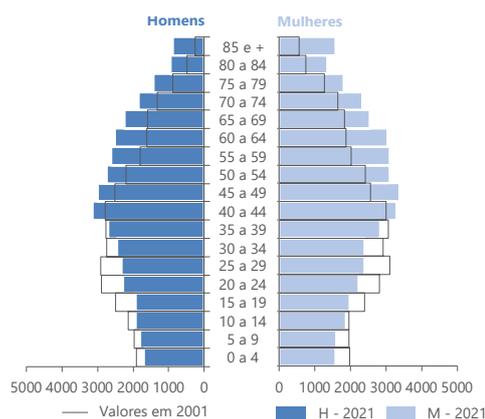


Figura 12. Pirâmide etária da população residente no município em 2001 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

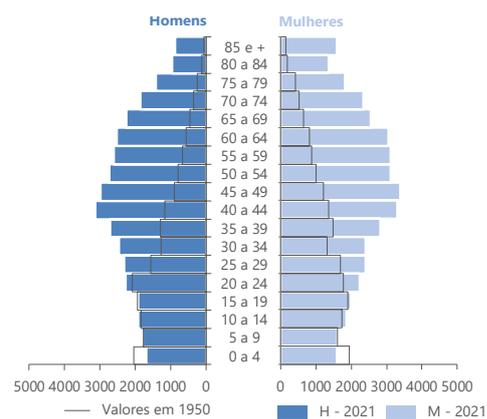


Figura 13. Pirâmide etária da população residente no município em 1950 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Índice de envelhecimento

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (por cada 100 jovens existem x idosos).

Os valores do índice de envelhecimento confirmam o cenário de envelhecimento, uma vez que passou de 116,06% em 2011 para 162,16% em 2021 (Figura 14, mapa 7 e anexo XXIX). Isto significa que para cada 100 jovens existiam aproximadamente 116 e 162 idosos em 2011 e 2021, respetivamente. Tendo em consideração que, no contexto da Região Centro, esta relação era de 163,43% em 2011 e 228,62% em 2021 e que em termos nacionais era de 130,27% em 2011 e 184,59% em 2021, tratam-se de valores menos relevantes, evidenciando que também neste indicador o município apresenta mais uma vez uma posição favorável.

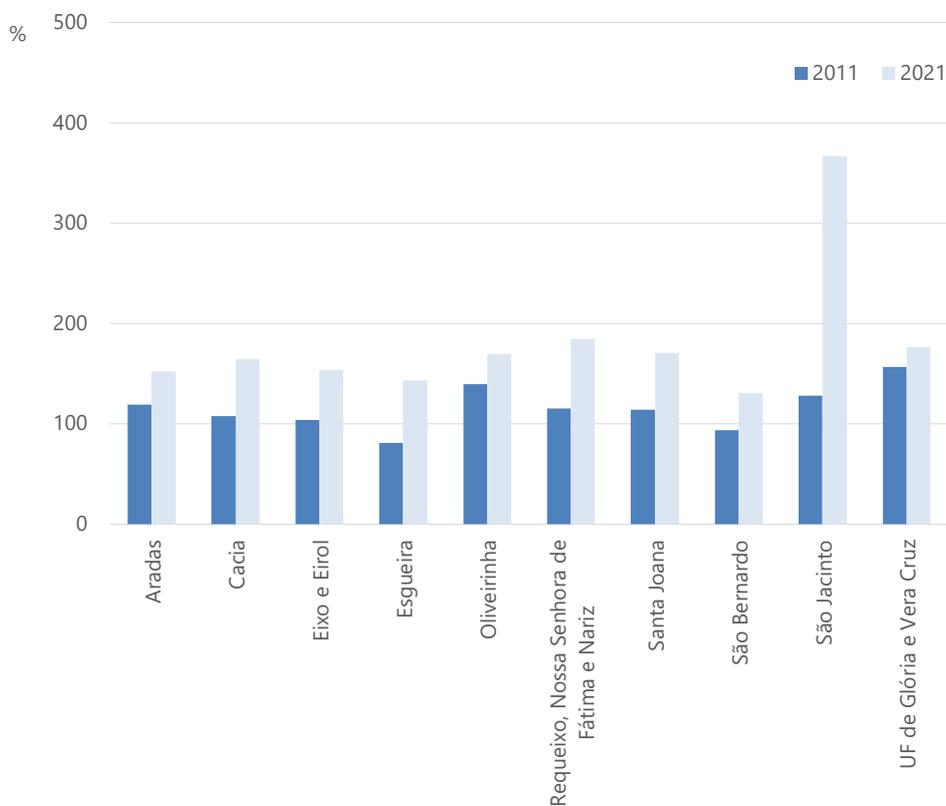


Figura 14. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.

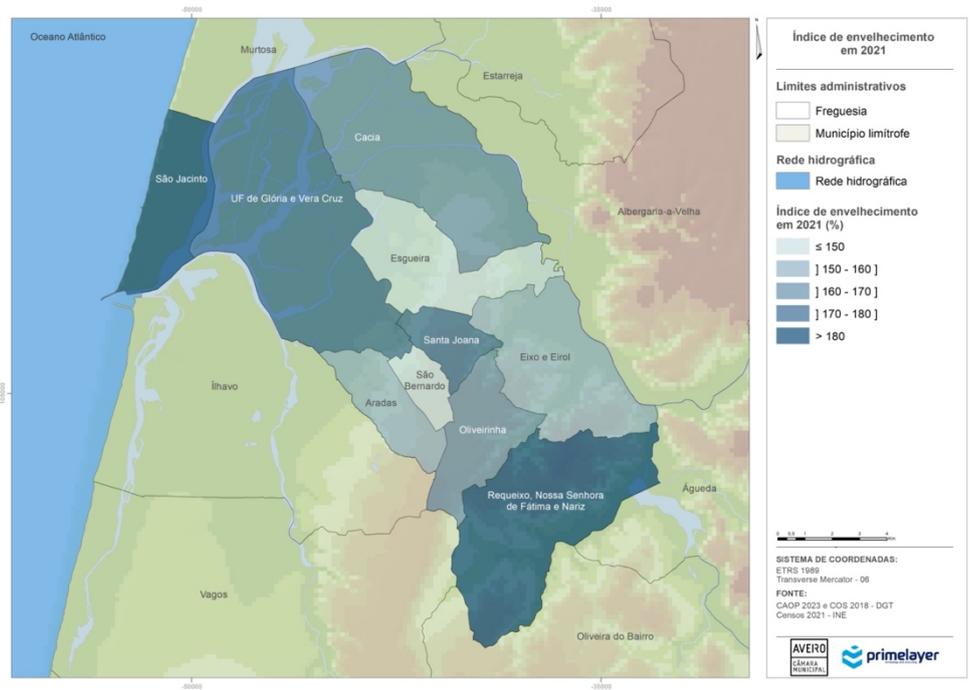
Fonte: www.ine.pt.

Considerando os valores por freguesia para o ano de 2021, destaca-se a freguesia de São Jacinto por apresentar o resultado mais expressivo de todo o território (366,67%). Por outro lado, as freguesias de São Bernardo (130,92%), de Esgueira (143,21%) e de Aradas (152,46%) registam os resultados menos significativos e preocupantes. Importa ainda salientar que todas as freguesias observaram um aumento do índice de envelhecimento na última década.

A leitura dos resultados do índice de dependência total corrobora esta realidade e a necessidade de a debater (Figura 15 e mapa 8). Entre 2011 e 2021 ocorreu um aumento do valor de 45,95% para 51,45%, o que significa que se verificou um acréscimo da importância dos não ativos para os ativos. Quer isto dizer que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2011 e 2021 existiam cerca de 45 e 51 não ativos, respetivamente. Esta evolução encontra-se em sintonia com a registada no país (de 51,65% em 2011 para 57,52% em 2021) e na Região Centro (de 56,57% em 2011 para 63,57% em 2021).

Índice de dependência total

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x jovens e idosos).



Mapa 7. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.

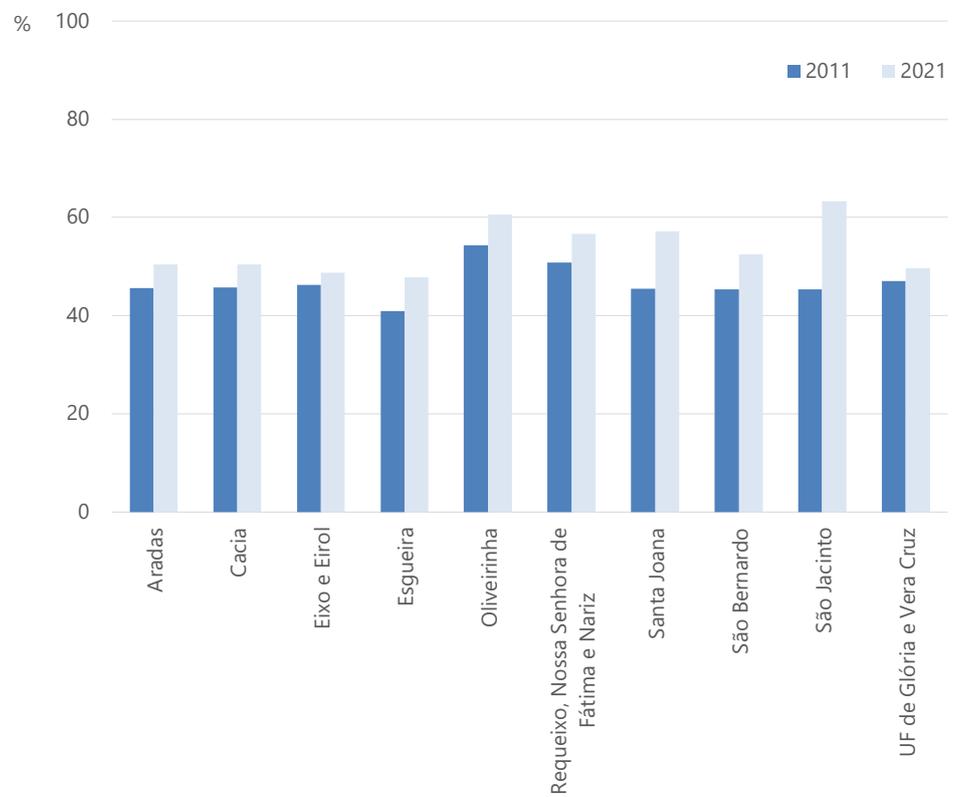
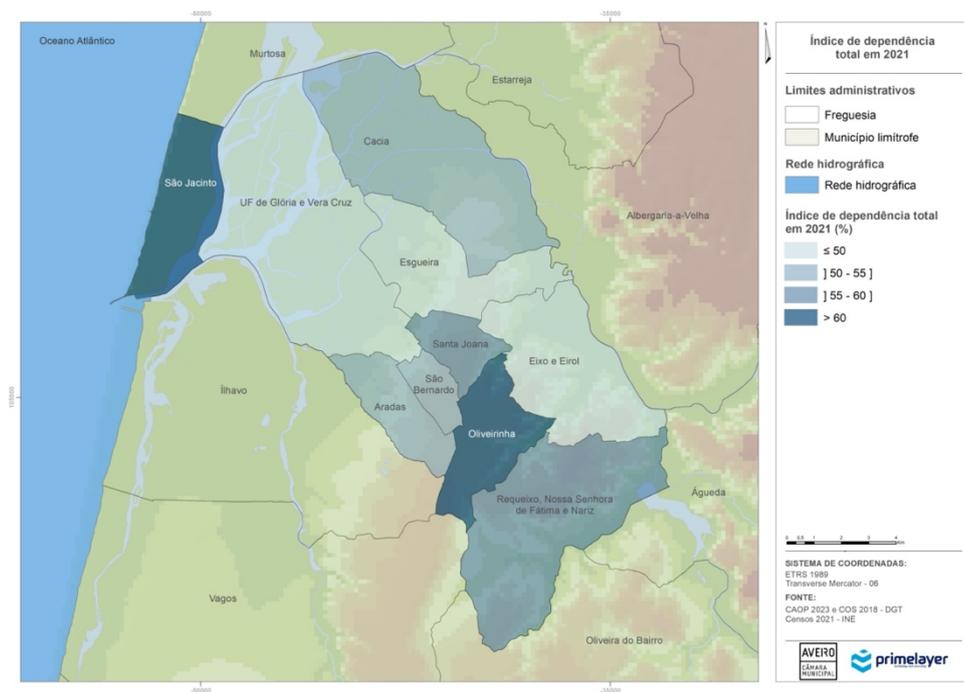


Figura 15. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 8. Índice de dependência total por freguesia em 2021.

Observando agora os valores por freguesia para o ano mais recente, os resultados mais expressivos encontram-se nas freguesias de Santa Joana (57,25%), de Oliveirinha (60,54%) e de São Jacinto (63,36%). Por outro lado, os resultados menos significativos e preocupantes aparecem nas freguesias de Esgueira (47,89%), de Eixo e Eirol (48,80%) e da UF de Glória e Vera Cruz (49,70%). Entre 2011 e 2021 todas as freguesias verificaram um aumento dos valores do índice de dependência total.

O agravamento do índice de dependência total resulta do aumento do índice de dependência de idosos, que registou um incremento de 7,15% na última década, passando de 24,68% para 31,83% (Figura 16 e mapa 9). Em 2021 o peso dos idosos sobre a população ativa é mais vincado nas freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (36,74%), de Oliveirinha (38,08%) e de São Jacinto (49,78%).

Por sua vez, e comprovando o fenómeno de duplo envelhecimento da população, o índice de dependência de jovens diminuiu, passando de 21,27% em 2011 para 19,63% em 2021 (Figura 17 e mapa 10). Em 2021 o peso dos jovens sobre a população ativa é menos vincado nas freguesias de São Jacinto (13,58%), da UF de Glória e Vera Cruz (17,96%) e de Cacia (19,08%).

Índice de dependência de idosos

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x jovens).

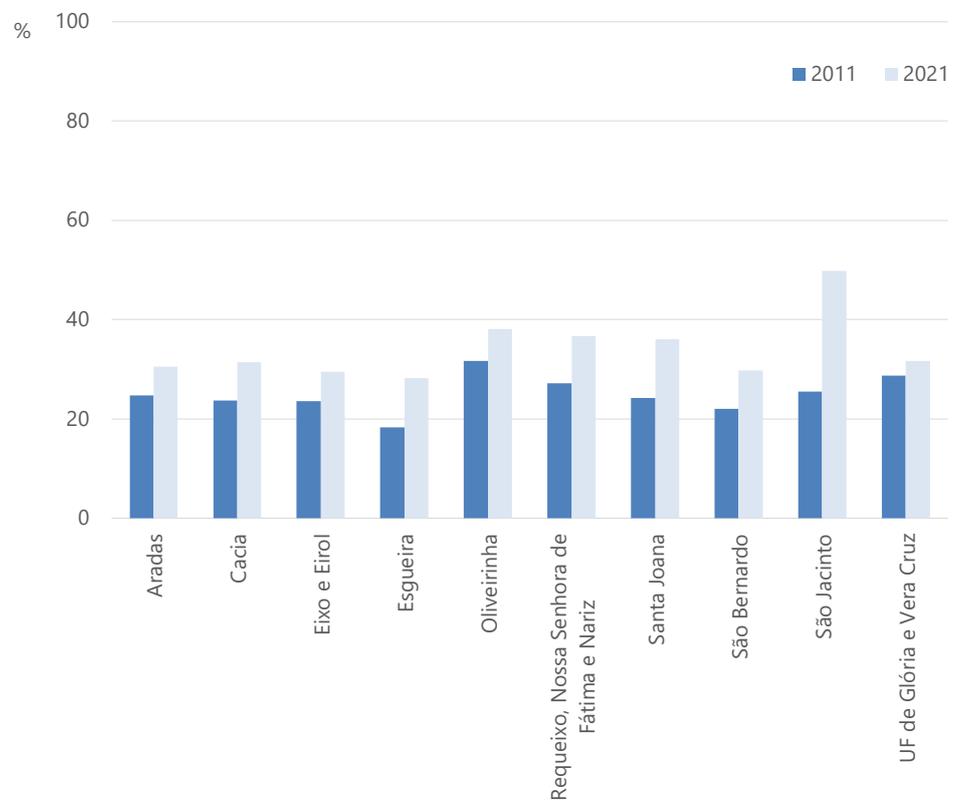
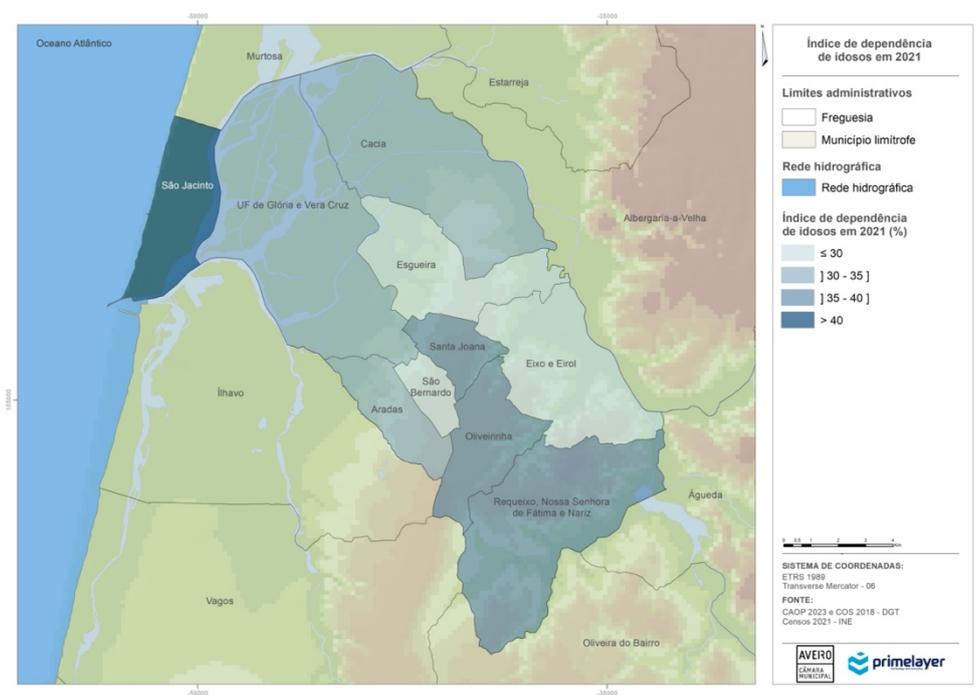


Figura 16. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 9. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.

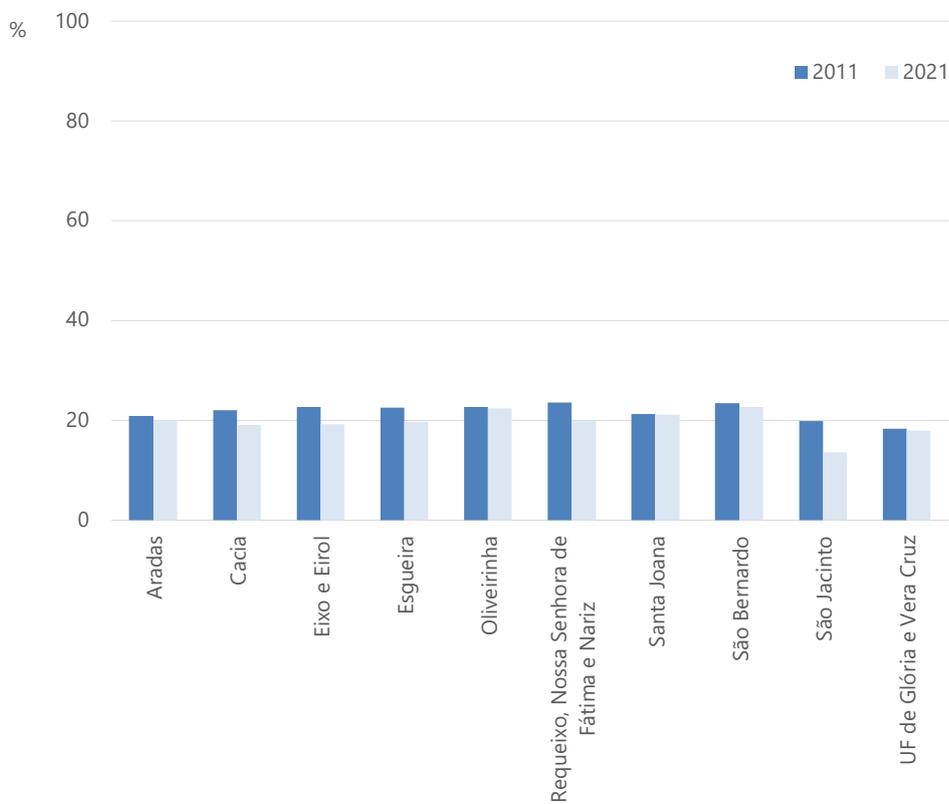
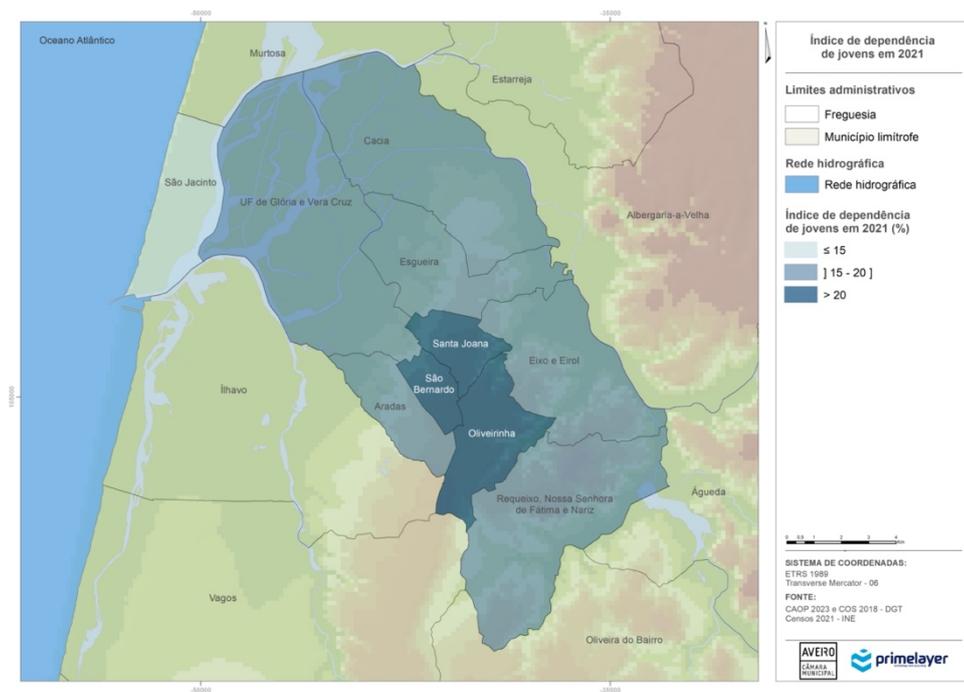


Figura 17. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 10. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.

Em síntese, o município de Aveiro tem envelhecido, existindo menos jovens e ativos e mais idosos e não ativos. Este envelhecimento populacional, que é comum à generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, onde representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes, está relacionado, entre outras causas, com a mudança de mentalidades, que se reflete no adiar da parentalidade, na diminuição do número de filhos por casal ou mesmo na opção de não ter filhos, mas, também, com a procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para os espaços urbanos próximos, para as duas grandes metrópoles nacionais ou para o estrangeiro. Mas este fenómeno é também o resultado de um notável progresso social, em muito resultante da melhoria das condições de vida, que prolongou a esperança média de vida. Esta melhoria das condições de vida encontra-se diretamente relacionada com a alteração dos hábitos alimentares, de prática de atividade física e outros, com os progressos na medicina e com o sucesso das políticas públicas de saúde (melhoria da assistência médica) e de proteção social (alargamento dos sistemas de apoio).

O envelhecimento populacional é, assim, um fenómeno controverso. O grande problema associado não é o aumento da esperança média de vida, mas o decréscimo dos nascimentos, pois se estes se mantivessem em valores equilibrados, estaríamos apenas perante uma sociedade de pessoas que vivem mais tempo e não de uma sociedade envelhecida. Neste caso haveria apenas que adaptar a sociedade a uma nova, mas boa, realidade, resultado do desenvolvimento económico e social. Mas não é isto que acontece e, na verdade, estamos perante um fenómeno de duplo envelhecimento populacional.

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas públicas, sendo claro que as políticas públicas de sustentabilidade e ação social tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro, e na adoção de novos estilos de vida, onde deverão ocorrer alterações de índole individual conducentes a um envelhecimento ativo e saudável.

Sendo bem conhecidos os efeitos dramáticos do envelhecimento populacional e reconhecendo a necessidade de inverter esta preocupante tendência demográfica, urge definir políticas públicas ativas e eficazes no que diz respeito à evolução da população residente.

II.3.2. Tendências evolutivas: de 2021 a 2041

Considerando a necessidade de reorganização e planeamento da rede de equipamentos sociais do município de Aveiro, é fundamental realizar projeções da população residente.

Na sociedade contemporânea, compreender a dimensão da população e antecipar a sua evolução no futuro são aspetos que se revestem da maior importância. As projeções demográficas, para além de procurarem explicar a dinâmica populacional e os fatores que a podem influenciar, possibilitam informação de enorme relevância em processos de tomada de decisão a nível social, económico, ambiental e de planeamento territorial, como é o caso do planeamento de equipamentos sociais.

A população está sempre em constante alteração, não é fixa no tempo, movimentar-se no espaço e modifica-se estruturalmente. Procurar conhecer o volume e as características que assumirá num futuro próximo afigura-se como um desafio que implica riscos, mas que pode ser realizado com sucesso, atendendo a que a evolução populacional é consequência de várias causas interrelacionadas.

A literatura científica especializada reconhece que o método das componentes por *coortes* é o modelo mais adequado, na medida em que se trata de um procedimento analítico, que destaca o papel da fecundidade, da mortalidade e das migrações no crescimento populacional, permitindo apresentar hipóteses de comportamento para as componentes e sugerir os quantitativos populacionais futuros por idade e sexo.

Índice sintético de fecundidade

Número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento. Valor resultante da soma das taxas de fecundidade por idades, ano a ano ou grupos quinquenais, entre os 15 e os 49 anos, observadas num determinado período (habitualmente um ano civil).

As projeções da população segundo o método *cohort*³ *survival* são calculadas em quatro fases fundamentais:

- **Fase 1:** as populações de partida são envelhecidas, aplicando-se sucessivamente as probabilidades de sobrevivência por idades, para cada sexo separadamente, determinando-se os sobreviventes do período de observação (ano a ano do período de projeção);
- **Fase 2:** é estimado o número de nascimentos em cada ano de observação, aplicando aos efetivos populacionais médios femininos em idade fértil (15 aos 49 anos) os índices de fecundidade hipotéticos respetivos. Os nascimentos são o resultado dos níveis de fecundidade e da estrutura etária da população feminina em idade fértil, ou seja, do número médio de filhos por mulher (ISF) e da existência de mais ou menos mulheres nas idades férteis (15-49 anos), em particular nas idades mais férteis (20-29 anos). Aqui é de considerar que a mudança de comportamentos na sociedade atual, resultante do aumento do nível de escolaridade, da entrada mais tardia no mundo do trabalho (desemprego jovem), da precaridade do emprego (contratos a prazo), da incerteza que o futuro reserva, da ligação à família e do contexto e expectativas, sobretudo dos jovens, na atual sociedade em aceleração crescente, do tudo ou nada, faz adiar o nascimento do primeiro filho;
- **Fase 3:** o terceiro eixo a considerar tem a ver com os óbitos que irão ocorrer. A dinâmica da mortalidade relaciona-se com as probabilidades de morte nas várias idades, ou seja, os valores da esperança de vida, e com a estrutura etária da população;
- **Fase 4:** é aplicada sobre a população residente estimada uma taxa de migração média, considerando a manutenção do saldo migratório médio anual verificado entre 2011 e 2021 por freguesia.

³ *Cohort* (*cohorte* ou *coorte*) define-se "como um conjunto de indivíduos que viveram o mesmo acontecimento demográfico durante um dado período" (Torres, 1996).

Optou-se por realizar três cenários, utilizando apenas a fecundidade como indicador variável:

- O **cenário “base/normal”** considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis das freguesias – fecundidade e número médio de filhos por mulher e uma esperança de vida à nascença que em termos médios é de 79 anos para os homens e 84 anos para as mulheres. O comportamento registado pelo município nas últimas décadas faz pensar que este será o cenário mais provável, mesmo admitindo que o contexto atual, de incerteza e mudanças constantes e em aceleração, poderá ter consequências nos valores projetados;
- O **cenário “otimista”** assume que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável, mantendo-se a esperança média de vida. Os seja, teríamos alguma recuperação dos nascimentos e, por consequência, dos jovens, ao mesmo tempo que se manteriam os valores dos anos vividos. Utilizámos, para as diferentes freguesias, os valores de fecundidade de 1,8 filhos em 2031 e 2041, mantendo os mesmos valores de esperança média de vida calculados em 2021. Mesmo admitindo que poderão existir ganhos de anos de vida tendo em atenção a atual evolução e contexto económico, tecnológico, social e cultural da humanidade, os ganhos tenderão a ser pouco expressivos. Este cenário é plausível, mas pouco provável tendo em conta a evolução populacional mais recente e a tendência para o progressivo declínio da fecundidade;
- O **cenário “desejável”** assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041), mantendo-se os mesmos valores de esperança média de vida observados em 2021. O comportamento que a demografia portuguesa tem mostrado nas últimas décadas e o contexto pós-crise 2008 e pós-covid 2019 fazem pensar que Portugal não terá nas próximas décadas condições para atingir níveis de fecundidade como o que se registou, pela última vez, em 1981 (2,13 filhos).

A opção para a projeção de valores de população, por sexo e escalão etário, para os municípios, mostra o cenário "base/normal", apresentando, contudo, para o município de Aveiro, os valores dos cenários "otimista" e "desejável".

II.3.2.1. Cenários demográficos

Os resultados das projeções são apresentados com base em três cenários, resultado de diferentes combinações possíveis das variantes consideradas em cada uma das componentes de evolução. O cenário "base/normal" conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos. Contudo, face à incerteza associada ao comportamento demográfico futuro, para além deste cenário, estabeleceram-se dois cenários alternativos, um cenário "otimista" e um cenário "desejável", em que as hipóteses de evolução para as componentes de fecundidade se assumem mais favoráveis.

Deste modo, a população do município de Aveiro em 2031 poderá situar-se entre os 77829 e os 81948 habitantes. Considerando o cenário "base/normal", que assume os mesmos comportamentos demográficos observados na última década, projeta-se uma quebra populacional de 3,86% (-3125 residentes face a 2021). Num cenário "otimista", que pressupõe uma inversão nas tendências atuais, prevê-se uma quebra de 0,78%, correspondente a -631 residentes. Já num cenário "desejável" teríamos um acréscimo populacional de 1,23%, correspondente a um aumento de 994 residentes.

Portanto, excluindo a imprevisível dinâmica migratória, o crescimento da população só é esperado num cenário em que se registre um aumento significativo do índice de fecundidade.

É importante destacar os principais resultados e indicadores demográficos de acordo com os três cenários apresentados, os quais serão detalhados a seguir. No entanto, os resultados referentes às freguesias são apresentados exclusivamente para o cenário "base/normal", considerado o mais provável.

II.3.2.1.1. Cenário “base/normal”

O cenário “base/normal” considera que entre 2021 e 2041 se manterão as premissas de base inalteráveis do município de Aveiro - fecundidade e número médio de filhos por mulher de 1,3 (ISF) e uma esperança de vida à nascença de 78 anos para o sexo masculino e de 84 anos para o sexo feminino (Quadro 4).

Quadro 4. Cenário “base/normal”.

Cenário “base/normal” (ISF = 1,3)	2021	2031	2041
População total (n.º)	80954	77829	72502
Homens (n.º)	38442	36936	34386
Mulheres (n.º)	42512	40893	38117
0 - 14 anos (n.º)	10491	9348	8135
15 - 24 anos (n.º)	8409	7191	6421
25 - 64 anos (n.º)	45042	41314	36062
65 e + anos (n.º)	17012	19976	21884
% Jovens (0 - 14 anos)	12,96	12,01	11,22
% Adultos (15 - 64 anos)	66,03	62,32	58,60
% Idosos (65 anos ou mais)	21,01	25,67	30,18
Índice de envelhecimento (%)	162,16	213,68	269,02
Índice de dependência total (%)	51,45	60,46	70,66
Índice de dependência de jovens (%)	19,63	19,27	19,15
Índice de dependência de idosos (%)	31,83	41,18	51,51
Índice de longevidade (%)	47,26	49,00	51,90
Nados-vivos (n.º)	641	589	499
Taxa de natalidade (‰)	7,92	7,57	6,88
Índice sintético de fecundidade (n.º)	1,3	1,3	1,3
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	84	84	84
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	79	79	79

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Número de idosos por cada 100 jovens

Em 2041 poderão ser **269**

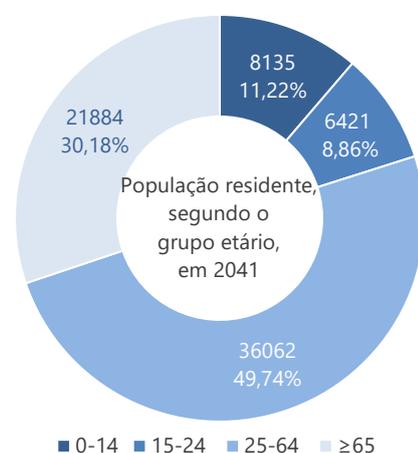
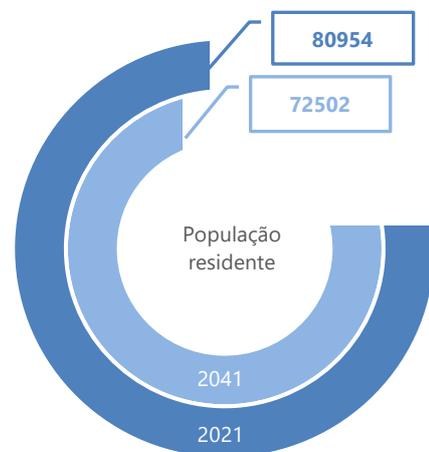
Em 2021 eram **162**

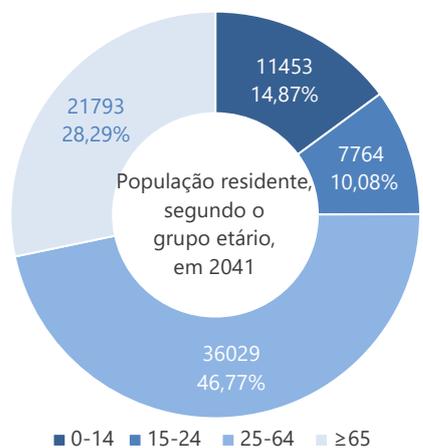
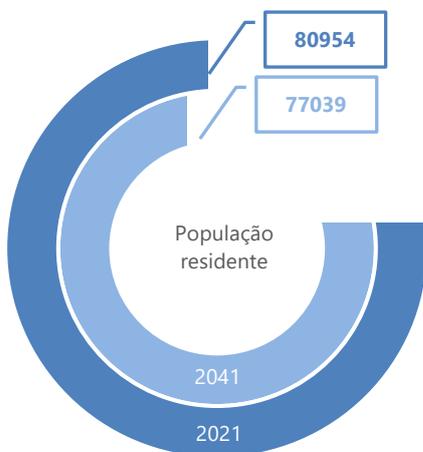


Esperança média de vida



Índice sintético de fecundidade





II.2.2.1.2. Cenário “otimista”

O **cenário “otimista”** considera que os níveis de fecundidade terão uma evolução moderadamente mais favorável (Quadro 5). Utilizou-se os valores de fecundidade de 1,8 filhos em 2031 e 2041, mesmo considerando a improbabilidade de se atingir este valor num horizonte temporal mais curto.

Quadro 5. Cenário “otimista”.

Cenário “otimista” (ISF = 1,8)	2021	2031	2041
População total (n.º)	80954	80323	77039
Homens (n.º)	38442	38218	36702
Mulheres (n.º)	42512	42105	40337
0 - 14 anos (n.º)	10491	11898	11453
15 - 24 anos (n.º)	8409	7192	7764
25 - 64 anos (n.º)	45042	41300	36029
65 e + anos (n.º)	17012	19934	21793
% Jovens (0 - 14 anos)	12,96	14,81	14,87
% Adultos (15 - 64 anos)	66,03	60,37	56,85
% Idosos (65 anos ou mais)	21,01	24,82	28,29
Índice de envelhecimento (%)	162,16	167,54	190,28
Índice de dependência total (%)	51,45	65,64	75,91
Índice de dependência de jovens (%)	19,63	24,54	26,15
Índice de dependência de idosos (%)	31,83	41,11	49,76
Índice de longevidade (%)	47,26	48,90	51,76
Nados-vivos (n.º)	641	829	706
Taxa de natalidade (‰)	7,92	10,32	9,16
Índice sintético de fecundidade (n.º)	1,8	1,8	1,8
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	84	84	84
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	79	79	79

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Número de idosos por cada 100 jovens

Em 2041 poderão ser **190**

Em 2021 eram **162**



Esperança média de vida



Índice sintético de fecundidade



II.2.2.1.3. Cenário “desejável”

O **cenário “desejável”** (Quadro 6) assenta em níveis de fecundidade que permitem a substituição das gerações (valores de fecundidade de 2,1 filhos em 2031 e 2041) e nos valores de esperança média de vida de 2021 (79 anos para o sexo masculino e 84 anos para o sexo feminino).

Quadro 6. Cenário “desejável”.

Cenário “desejável” (ISF = 2,1)	2021	2031	2041
População total (n.º)	80954	81948	80059
Homens (n.º)	38442	39060	38267
Mulheres (n.º)	42512	42888	41791
0 - 14 anos (n.º)	10491	13523	13627
15 - 24 anos (n.º)	8409	7192	8610
25 - 64 anos (n.º)	45042	41300	36029
65 e + anos (n.º)	17012	19934	21793
% Jovens (0 - 14 anos)	12,96	16,50	17,02
% Adultos (15 - 64 anos)	66,03	59,17	55,76
% Idosos (65 anos ou mais)	21,01	24,32	27,22
Índice de envelhecimento (%)	162,16	147,40	159,92
Índice de dependência total (%)	51,45	68,99	79,35
Índice de dependência de jovens (%)	19,63	27,89	30,53
Índice de dependência de idosos (%)	31,83	41,11	48,82
Índice de longevidade (%)	47,26	48,90	51,76
Nados-vivos (n.º)	641	985	841
Taxa de natalidade (‰)	7,92	12,02	10,51
Índice sintético de fecundidade (n.º)	2,1	2,1	2,1
Esperança média de vida à nascença - H (anos)	84	84	84
Esperança média de vida à nascença - M (anos)	79	79	79

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Número de idosos por cada 100 jovens

Em 2041 poderão ser **159**

Em 2021 eram **162**



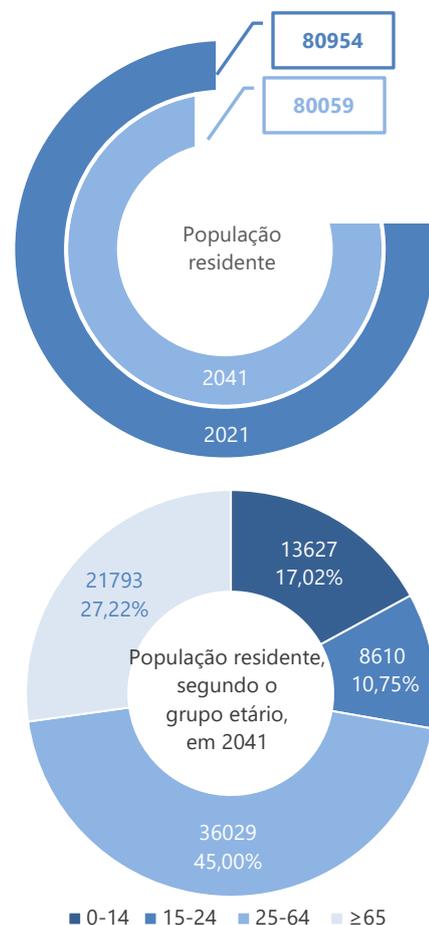
Esperança média de vida

79 **84**
anos anos



Índice sintético de fecundidade

2,1
filhos por mulher



II.3.2.2. População residente

As projeções demográficas para o município de Aveiro, referentes ao período de 2021 a 2041, permitem uma análise evolutiva sobre o possível comportamento da população e as características do território nas próximas duas décadas. Seguindo a metodologia definida, os resultados apresentados baseiam-se no cenário "base/normal", que assume a manutenção das premissas inalteradas durante esse período. Tal como já mencionado, o comportamento demográfico de Aveiro nas últimas décadas sugere que este será o cenário mais provável. Contudo, reconhece-se que o atual contexto de incerteza e mudanças aceleradas, incluindo possíveis fluxos migratórios, pode alterar significativamente os valores projetados. A migração, em particular, pode ter um impacto relevante na estrutura etária e no crescimento populacional, mitigando alguns dos efeitos do envelhecimento e contribuindo para uma população mais equilibrada.

A análise da evolução da estrutura populacional revela uma tendência de diminuição em quase todos os grupos etários, acompanhada por um acentuado envelhecimento da população. Este fenómeno é amplamente explicado pelo aumento da longevidade e pela contínua queda nos índices de fecundidade e natalidade. Esses fatores terão um impacto direto na evolução futura da população residente neste território.

De acordo com os resultados obtidos no cenário "base/normal" (Figura 18), a população residente em Aveiro deverá diminuir até 2031, ano em que se prevê que a população ronde os 77829 indivíduos (-3,86% face a 2021). Na década seguinte estima-se um decréscimo de 5327 residentes (-6,84% face a 2031). Entre 2021 e 2041 espera-se então um decréscimo em torno dos 8452 residentes (-10,44%), correspondendo à passagem dos 80954 para os 72502 residentes.

O cenário "otimista" prevê uma população de 80323 em 2031 e de 77039 em 2041. Entre 2021 e 2041, a redução poderia ser de 3915 residentes (-4,84%), evidenciando diferenças bastante significativas em relação ao cenário "base/normal".

No cenário "desejável" poderia ocorrer um acréscimo de 1,23% entre 2021 e 2031 (+994 residentes). Na década seguinte, a tendência seria de decréscimo: -2,31% entre 2031 e 2041 (-1890 residentes).

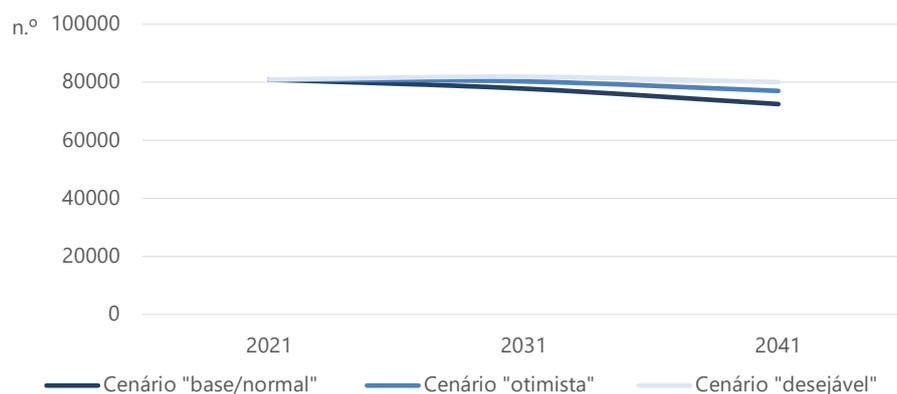


Figura 18. Provável evolução da população residente no município entre 2021 e 2041 (cenários).

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

A análise dos valores de população residente entre 2021 e 2041 no município de Aveiro ganha outros contornos com a consideração dos valores a partir dos anos 50 do século XX, que possibilitam uma perspetiva diferente sobre a evolução prevista (Figura 19 e quadro 7).

A análise nas últimas décadas revela uma evolução populacional de 39865 residentes em 1950 para 80954 em 2021, com o maior crescimento percentual a ocorrer entre 1981 e 1991 (23,02%). Comparando as duas décadas mais recentes (2001-2011 e 2011-2021), nota-se que a taxa de crescimento populacional está a diminuir, sinalizando um potencial estagnamento ou declínio futuro. As projeções para 2031 e 2041 indicam um declínio populacional, com reduções de 3125 (-3,86%) e 5327 (-6,84%), respetivamente. Esta tendência de declínio sugere desafios significativos para a gestão de recursos e serviços públicos no futuro, refletindo os problemas relacionados com a baixa natalidade e o envelhecimento da população.

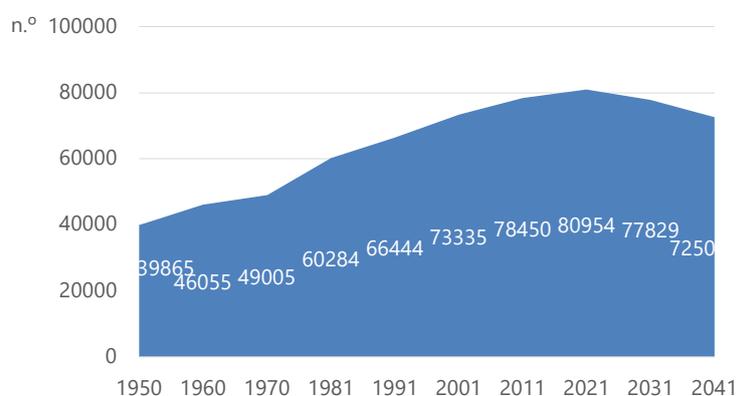


Figura 19. População residente e sobreviventes no município entre 1950 e 2041.

Fonte: INE, 1952, 1963, 1973, 1983, 1993, 2002, 2012, 2022 e cálculos próprios.

Quadro 7. População residente e sobreviventes no município entre 1950 e 2041.

Anos	População residente	Variação populacional	
	(n.º)	(n.º)	(%)
1950	39865	–	–
1960	46055	6190	15,53
1970	49005	2950	6,41
1981	60284	11279	23,02
1991	66444	6160	10,22
2001	73335	6891	10,37
2011	78450	5115	6,97
2021	80954	2504	3,19
2031	77829	-3125	-3,86
2041	72502	-5327	-6,84

Fonte: INE, 1952, 1963, 1973, 1983, 1993, 2002, 2012, 2022 e cálculos próprios.

Ao analisar a distribuição dos valores da população residente projetada para as 10 freguesias que compõem atualmente o município de Aveiro, entre 2021 e 2041, é possível identificar grupos de freguesias com comportamentos demográficos semelhantes (Figura 20, mapa 11 e quadro 8).

Para o período 2021-2031 espera-se um decréscimo em todas as freguesias (Figura 21 e mapa 12). A UF de Glória e Vera Cruz e a freguesia de Esgueira mantêm-se como as mais populosas ao longo do tempo, embora se observe uma diminuição até 2041.

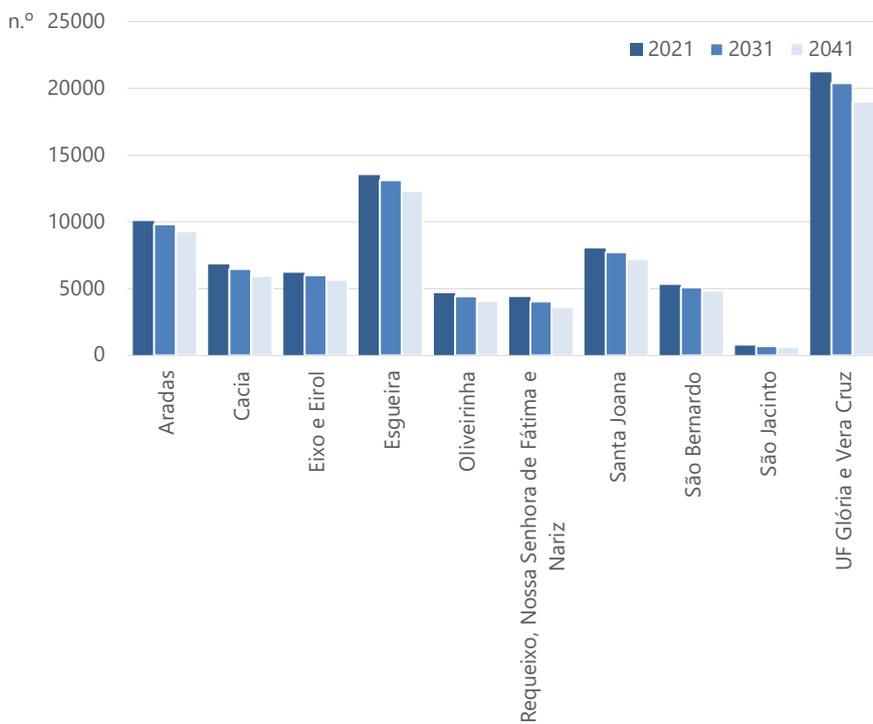
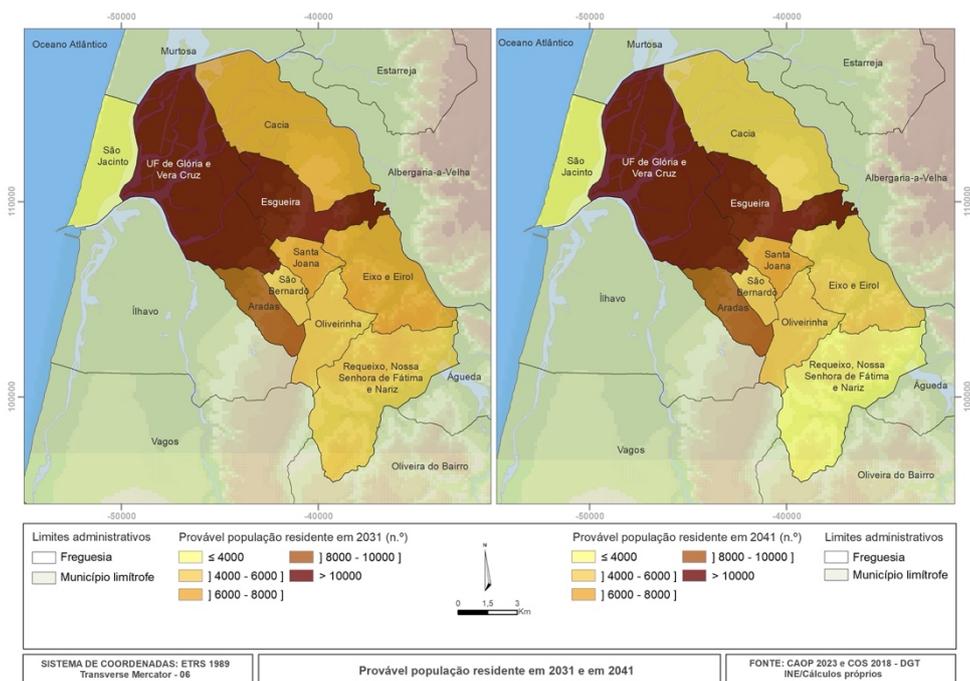


Figura 20. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.



Mapa 11. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041.

Quadro 8. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Aradas	10087	9985	9822	9585	9278	-265	-2,63	-543	-5,53	-809	-8,02
Cacia	6830	6682	6481	6234	5932	-349	-5,11	-549	-8,47	-898	-13,15
Eixo e Eirol	6190	6125	6016	5862	5658	-174	-2,81	-358	-5,95	-532	-8,60
Esgueira	13505	13382	13140	12776	12308	-365	-2,70	-831	-6,33	-1197	-8,86
Oliveirinha	4675	4544	4408	4250	4068	-267	-5,72	-340	-7,71	-607	-12,98
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	4383	4217	4029	3818	3606	-354	-8,08	-422	-10,49	-777	-17,72
Santa Joana	8026	7902	7711	7469	7174	-315	-3,92	-537	-6,96	-852	-10,61
São Bernardo	5273	5210	5112	4984	4832	-161	-3,05	-280	-5,48	-441	-8,36
São Jacinto	758	730	704	667	624	-54	-7,12	-80	-11,32	-134	-17,63
UF de Glória e Vera Cruz	21227	20872	20407	19788	19021	-820	-3,86	-1386	-6,79	-2206	-10,39
Total	80954	79650	77829	75432	72502	-3125	-3,86	-5327	-6,84	-8452	-10,44

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

As freguesias de Aradas, Eixo e Eirol e São Bernardo mostram pequenas flutuações, mas sem uma tendência acentuada de decréscimo.

Este padrão pode ser reflexo de fatores como o envelhecimento populacional e a diminuição da natalidade, levando a um decréscimo generalizado nas freguesias, especialmente nas mais rurais. As freguesias urbanas tendem a reter uma população maior, apesar da queda projetada.

Deste modo, entre 2021 e 2031 estima-se que as maiores perdas relativas possam ocorrer na UF Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (-8,08%) e na freguesia de São Jacinto (-7,12%).

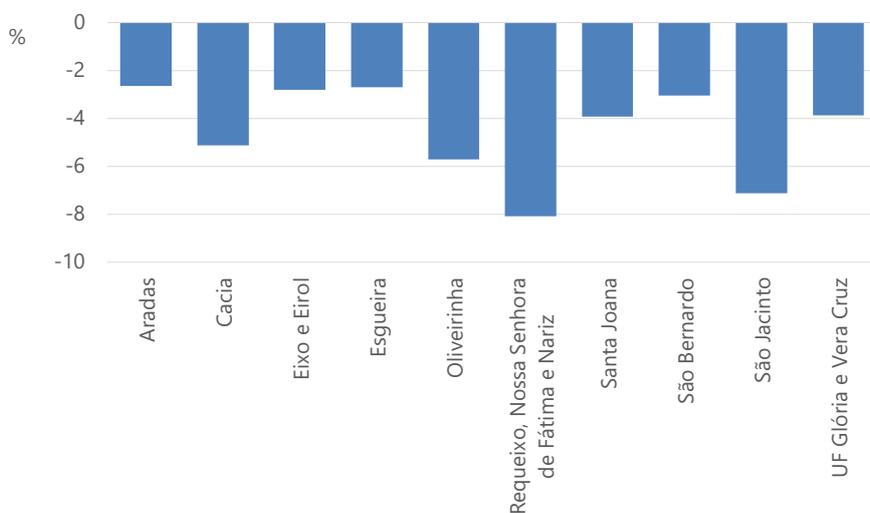
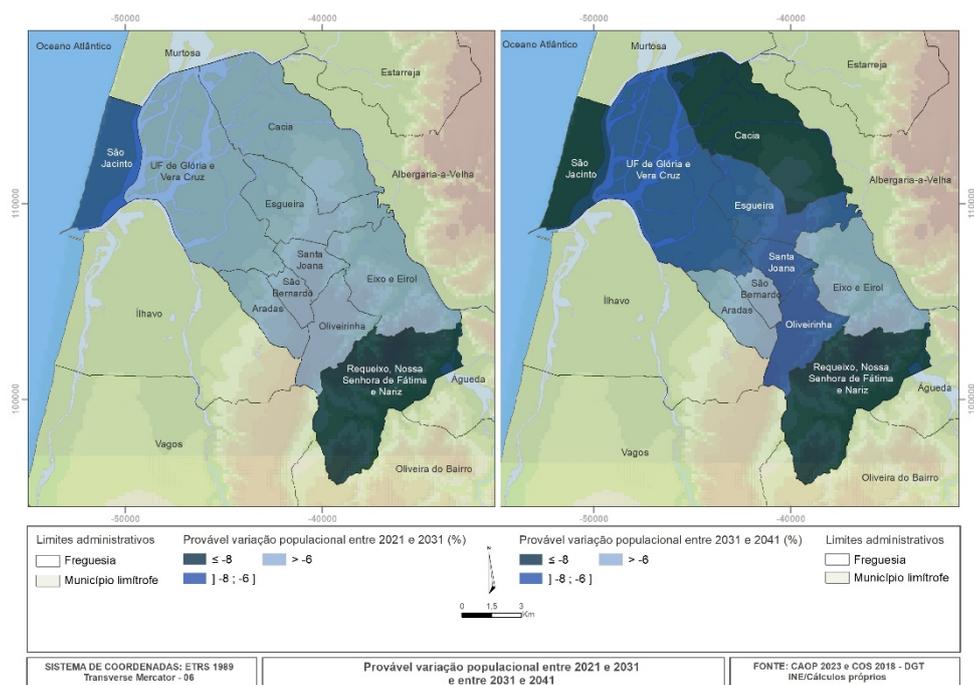


Figura 21. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.



Mapa 12. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041.

Por outro lado, as freguesias de Aradas, Esgueira e Eixo e Eirol poderão registar uma perda populacional menos acentuada em termos relativos, rondando os -3%.

A evolução perspetivada para o período 2031-2041 será semelhante à analisada para a década anterior (Figura 22). Destaca-se a freguesia de São Jacinto, com um decréscimo estimado em -11,32% (-80 residentes).

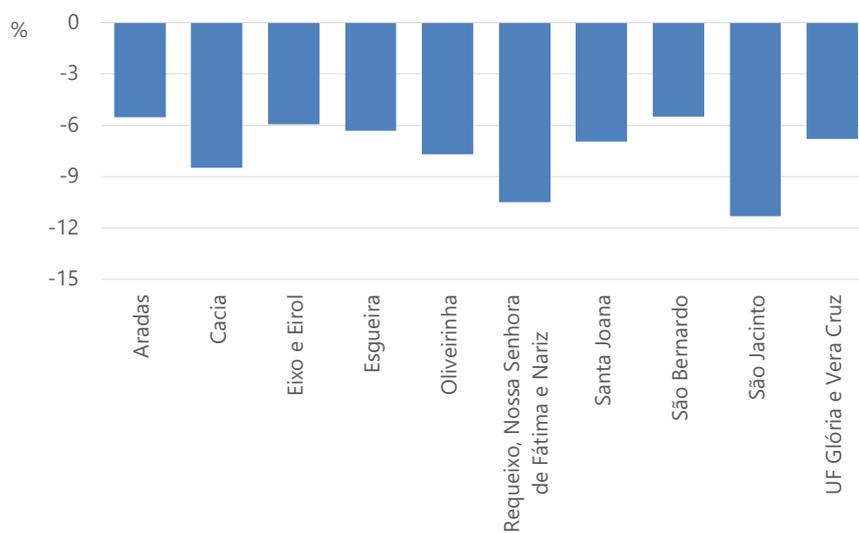


Figura 22. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Considerando um horizonte temporal mais alargado, a tendência generalizada de decréscimo poderá ser mais pronunciada (Figura 23 e mapa 13). Com efeito, entre 2021 e 2041 projeta-se uma diminuição de 10,44% no município de Aveiro (-8452 habitantes).

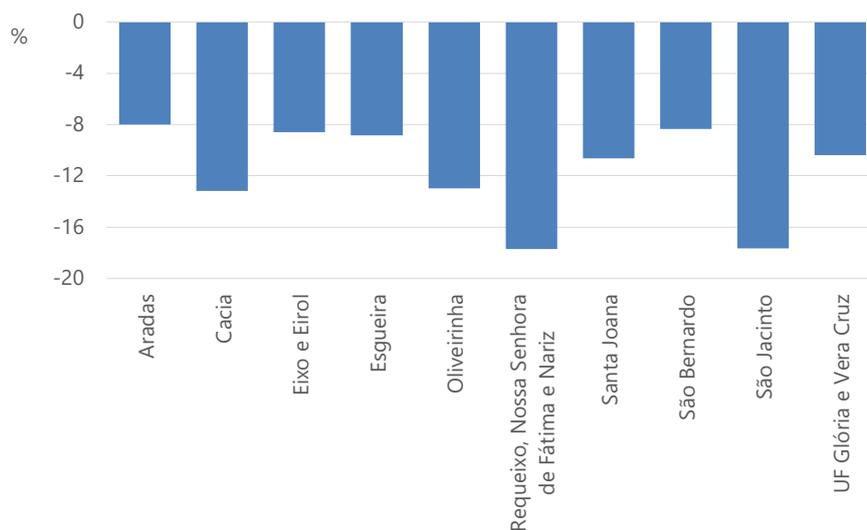
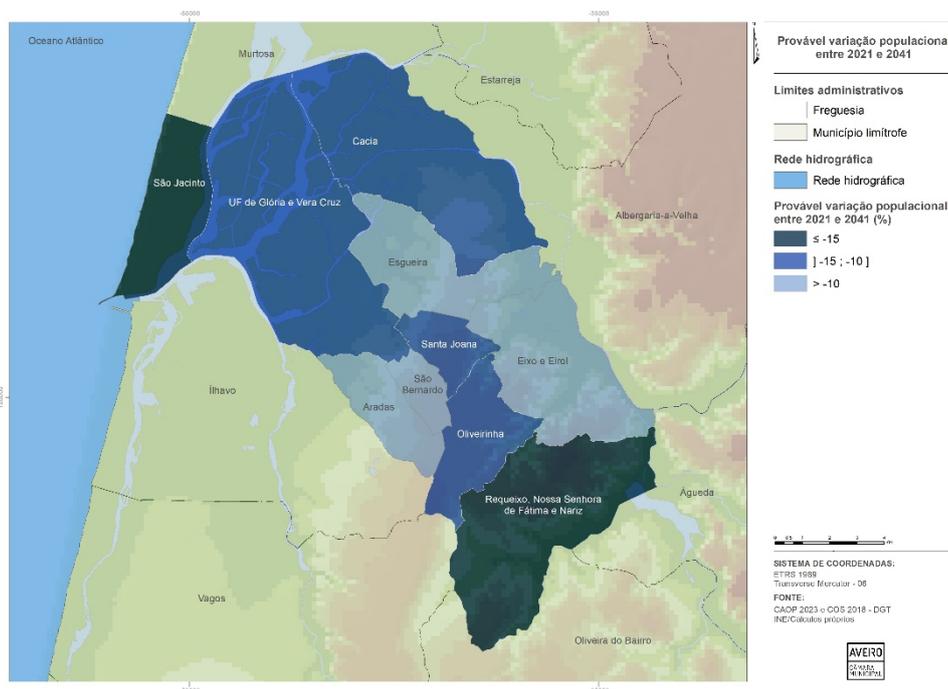


Figura 23. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.



Mapa 13. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.

As freguesias de São Jacinto e UF Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz poderão ter decréscimos superiores a -17%.

Considerando a dinâmica migratória e assumindo que o saldo migratório observado entre 2011 e 2021 (+2044 residentes) se manterá nas próximas décadas, algumas freguesias poderão experienciar um decréscimo populacional menos acentuado. Em particular, as freguesias de Aradas e a UF de Glória e Vera Cruz, devido à migração positiva, poderão mesmo apresentar um aumento da população.

Neste cenário, mantendo-se o saldo migratório, a população diminuiria de 80954 em 2021 para 79873 em 2031 e para 74546 em 2041 (Quadro 9 e mapa 14). Em termos gerais, esta redução populacional seria ligeiramente menos acentuada comparativamente ao cenário "base/normal".

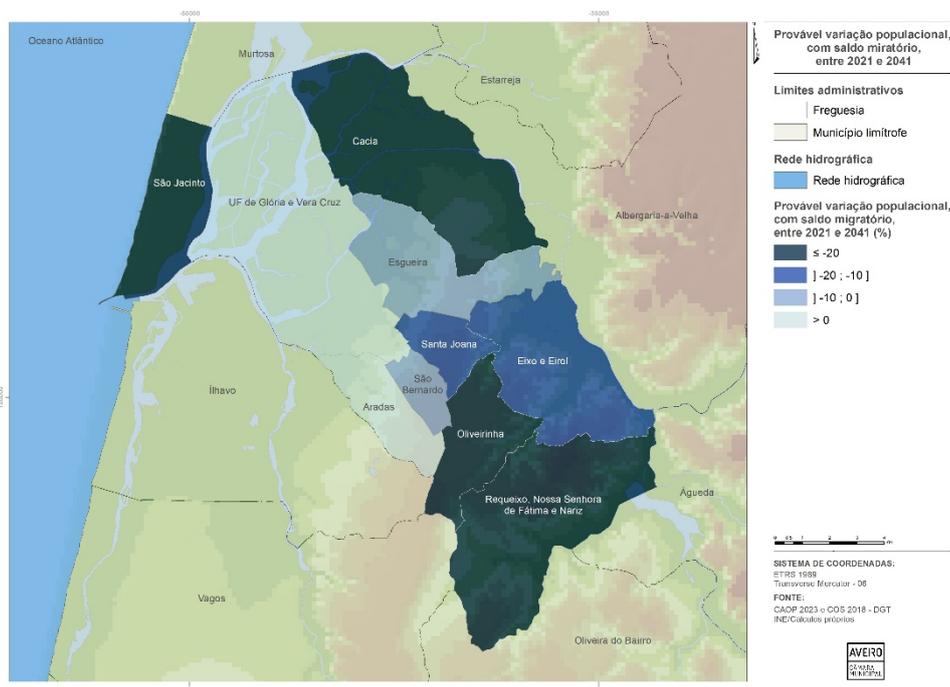
Neste sentido, um aumento significativo da migração poderia alterar substancialmente estas projeções, ajudando a estabilizar ou até mesmo a reverter a tendência de declínio populacional.

Quadro 9. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2031	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
		(n.º)		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Aradas	10087	10873	10329	786	7,79	-543	-5,00	242	2,40
Cacia	6830	5747	5198	-1083	-15,86	-549	-9,55	-1632	-23,90
Eixo e Eirol	6190	5782	5424	-408	-6,59	-358	-6,19	-766	-12,38
Esgueira	13505	13402	12570	-103	-0,76	-831	-6,20	-935	-6,92
Oliveirinha	4675	4018	3678	-657	-14,06	-340	-8,45	-997	-21,32
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	4383	3665	3242	-718	-16,39	-422	-11,53	-1141	-26,02
Santa Joana	8026	7627	7090	-399	-4,97	-537	-7,04	-936	-11,66
São Bernardo	5273	5534	5254	261	4,95	-280	-5,06	-19	-0,36
São Jacinto	758	417	337	-341	-44,98	-80	-19,11	-421	-55,50
UF de Glória e Vera Cruz	21227	22809	21423	1582	7,45	-1386	-6,08	196	0,92
Total	80954	79873	74546	-1081	-1,34	-5327	-6,67	-6408	-7,92

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

A entrada de migrantes jovens em idade ativa e reprodutiva pode não só reforçar o efetivo populacional, mas também contribuir para atenuar o envelhecimento da população e sustentar o crescimento económico. Assim, políticas de atração e integração de migrantes podem representar uma resposta importante para enfrentar os desafios demográficos e assegurar uma renovação geracional mais equilibrada.



Mapa 14. Provável variação populacional por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.

II.3.2.3. Natalidade

No âmbito da reorganização da rede de equipamentos sociais, é crucial analisar a evolução da natalidade. A análise desta variável é essencial para prever os volumes de população nos diferentes grupos etários. Em Portugal, a fecundidade tem-se caracterizado por uma diminuição do número de filhos por mulher, seguida de uma estabilização em valores bastante baixos (Rosa, 2012).

Os resultados de cada cenário estão diretamente ligados à evolução da fecundidade (Figura 24). No cenário "base/normal", que assume a manutenção do ISF, projeta-se uma redução nos nascimentos para 2031 e 2041, passando de 641 nascimentos em 2021 para 589 em 2031 e 499 em 2041. Em termos comparativos, em 2031 poderão nascer menos 52 crianças do que em 2021 (-8,11%), e em 2041 menos 90 crianças do que em 2031 (-15,28%).

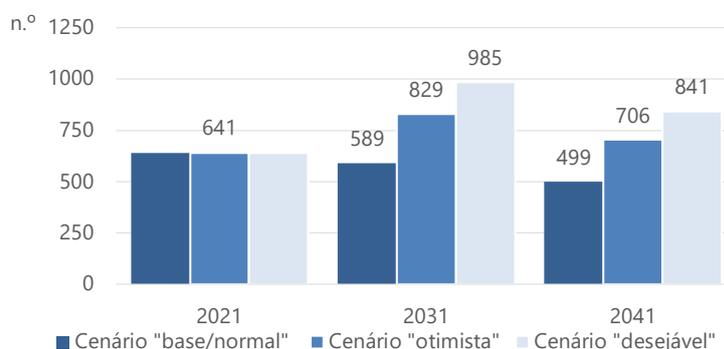


Figura 24. Provável evolução dos nascimentos no município entre 2021 e 2041 (cenários).

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

No cenário "otimista", a consideração da recuperação do ISF para 1,8 traria importantes diferenças (829 nascimentos em 2031 e 706 nascimentos em 2041). Considerando o período 2021-2031 isto significaria um aumento de 188 nascimentos.

No cenário "desejável", em que o ISF subiria para 2,1, o impacto no número de nascimentos seria ainda mais significativo. Embora este cenário seja ideal, ele serve apenas para ilustrar os benefícios evidentes que um aumento hipotético da fecundidade traria ao território, não sendo, de forma realista, uma projeção provável de se concretizar.

Dado que os cenários "otimista" e "desejável" são considerados menos prováveis, a análise que se segue foca-se no cenário "base/normal". Nesse contexto, prevê-se que entre 2021 e 2031 o número de nascimentos diminua na maioria das freguesias, embora algumas possam experienciar uma estabilização no número de nascimentos. (Quadro 10 e mapa 15). Assim, a UF de Glória e Vera Cruz, juntamente com a freguesia de Esgueira, poderão apresentar os decréscimos absolutos mais significativos, com uma redução prevista de 38 e 30 nascimentos, respetivamente.

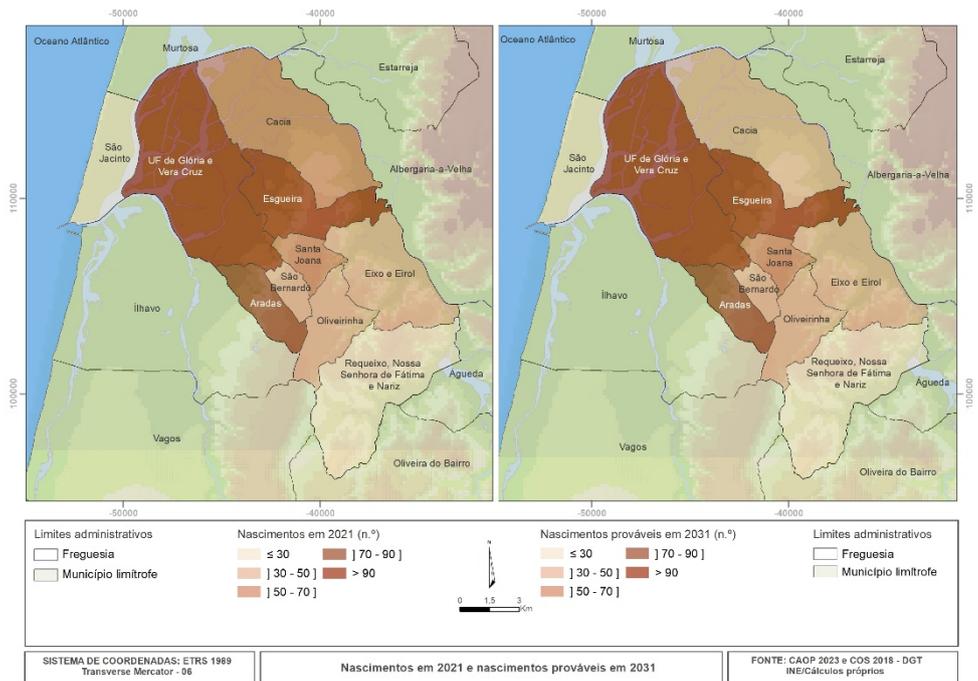
Quadro 10. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Aradas	83	81	74	66	58	-9	-10,84	-16	-21,62	-25	-30,12
Cacia	61	47	44	42	39	-17	-27,87	-5	-11,36	-22	-36,07
Eixo e Eirol	40	49	45	43	40	5	12,50	-5	-11,11	0	0,00
Esgueira	122	115	108	100	92	-14	-11,48	-16	-14,81	-30	-24,59
Oliveirinha	34	36	34	33	32	0	0,00	-2	-5,88	-2	-5,88
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	30	28	26	24	24	-4	-13,33	-2	-7,69	-6	-20,00
Santa Joana	63	59	56	54	51	-7	-11,11	-5	-8,93	-12	-19,05
São Bernardo	42	39	36	35	35	-6	-14,29	-1	-2,78	-7	-16,67
São Jacinto	6	7	8	7	6	2	33,33	-2	-25,00	0	0,00
UF de Glória e Vera Cruz	160	168	158	142	122	-2	-1,25	-36	-22,78	-38	-23,75
Total	641	629	589	546	499	-52	-8,11	-90	-15,28	-142	-22,15

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

A evolução projetada do comportamento reprodutivo, refletida no adiamento do nascimento do primeiro filho, é influenciada por diversos fatores sociais. O aumento do nível de escolaridade das mulheres leva muitas a priorizarem a educação e a carreira, adiando a maternidade. A entrada mais tardia no mercado de trabalho e a elevada taxa de desemprego jovem criam inseguranças que dificultam decisões sobre a formação de uma família. Além disso, a precariedade do emprego, caracterizada por contratos temporários, contribui para um cenário de incerteza financeira. As novas expectativas sociais e a valorização da ligação familiar também

impactam estas decisões, resultando num adiamento crescente da parentalidade entre os jovens.



Mapa 15. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia.

Ainda que a tendência seja a diminuição dos nascimentos, a taxa de natalidade poderá estabilizar devido à provável redução da população. No município de Aveiro, projeta-se que a taxa de natalidade passe de 7,92‰ em 2021 para 7,57‰ em 2031 e 6,88‰ em 2041 (Quadro 11 e figura 25). Em 2041, todas as freguesias apresentarão taxas de natalidade reduzidas, destacando-se, pelos valores mais desfavoráveis, Aradas, Cacia, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima, Nariz e a UF de Glória e Vera Cruz, que poderão ter taxas em torno de 6‰.

Quadro 11. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(‰)				
Aradas	8,23	8,11	7,53	6,89	6,25
Cacia	8,93	7,03	6,79	6,74	6,57
Eixo e Eirol	6,46	8,00	7,48	7,34	7,07
Esgueira	9,03	8,59	8,22	7,83	7,47
Oliveirinha	7,27	7,92	7,71	7,77	7,87
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	6,84	6,64	6,45	6,29	6,65
Santa Joana	7,85	7,47	7,26	7,23	7,11
São Bernardo	7,97	7,49	7,04	7,02	7,24
São Jacinto	7,92	9,59	11,36	10,49	9,61
UF de Glória e Vera Cruz	7,54	8,05	7,74	7,18	6,41
Total	7,92	7,90	7,57	7,24	6,88

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Este cenário reflete, em linhas gerais, a fragilidade das estruturas demográficas no que concerne à substituição de gerações. De facto, a redução da natalidade projetada para as próximas décadas provocará uma diminuição do efetivo de jovens e, posteriormente, de mulheres em idade de reprodução que compromete a dinâmica populacional, na medida em que o número de nascimentos deixa de compensar o número de óbitos.

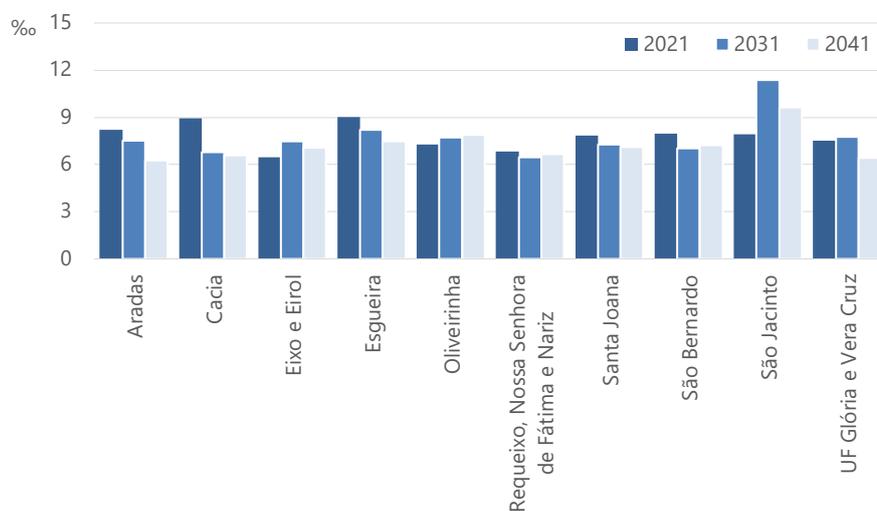


Figura 25. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

II.3.2.4. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

No quadro da organização de equipamentos, infraestruturas e atividades no território é ainda indispensável analisar a evolução da população residente prevista por grupo etário. A consideração dos valores dos sobreviventes projetados por grupo etário, ao permitir identificar o volume e as características da população e, conseqüentemente, as suas necessidades específicas, é determinante para a definição da política de investimento dos municípios, quer na vertente quantitativa (localização, dimensão, número e capacidade), mas, sobretudo, na vertente qualitativa (tipologia).

Os resultados do cenário “base/normal” indicam uma diminuição da população em todos os grupos etários, exceto no grupo de 65 anos e mais, entre 2021 e 2031 (Figura 26 e quadros 12 e 13). No grupo dos 0 a 14 anos, o decréscimo poderá ser de 10,89%, correspondendo a uma perda de 1143 crianças. O grupo dos 15 a 24 anos registará um decréscimo ainda mais acentuado, de 14,49%, o que representa uma redução de 1218 jovens. No grupo dos 25 a 64 anos, a diminuição será de 8,28%, totalizando 3728 indivíduos. Em contraste, o grupo de idosos (65 anos e mais) deverá aumentar em 17,42%, resultando em mais 2964 idosos.

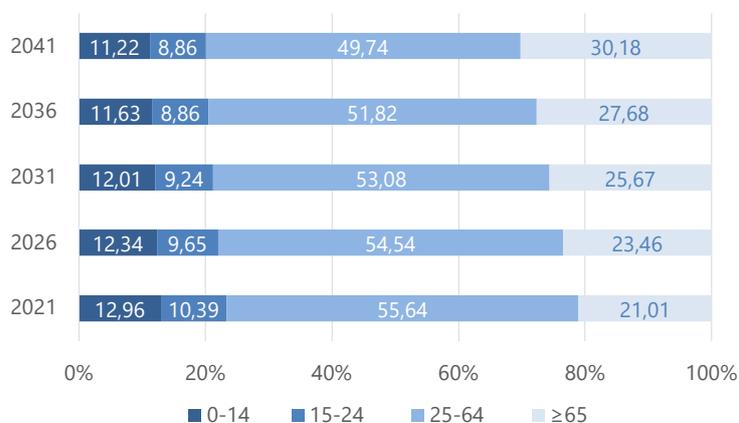
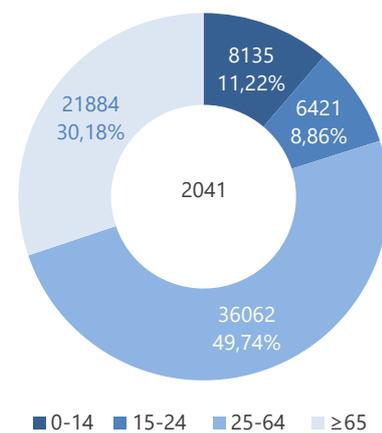
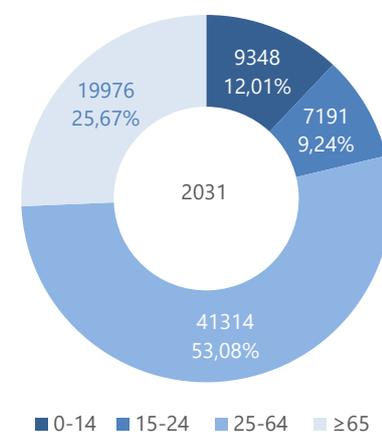
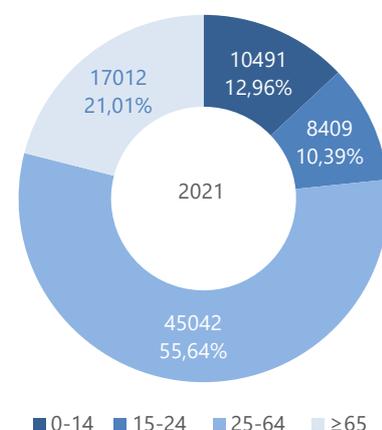


Figura 26. Provável população residente no município, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.



Quadro 12. População residente e sobreviventes no município, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.

Anos		0-14	15-24	25-64	≥65	Total
2021	(n.º)	10491	8409	45042	17012	80954
	(%)	12,96	10,39	55,64	21,01	100
2026	(n.º)	9831	7688	43443	18688	79650
	(%)	12,34	9,65	54,54	23,46	100
2031	(n.º)	9348	7191	41314	19976	77829
	(%)	12,01	9,24	53,08	25,67	100
2036	(n.º)	8776	6687	39086	20883	75432
	(%)	11,63	8,86	51,82	27,68	100
2041	(n.º)	8135	6421	36062	21884	72502
	(%)	11,22	8,86	49,74	30,18	100

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Considerando um horizonte temporal mais amplo, projeta-se uma diminuição acentuada da população jovem, com uma redução de 22,46% entre 2021 e 2041. A população jovem adulta deverá sofrer uma diminuição de 23,64%, enquanto a

população adulta poderá registar uma redução de 19,94%. Em contrapartida, a população idosa (com 65 anos ou mais) poderá aumentar em 28,64%, correspondendo a um acréscimo de 4872 idosos.

Quadro 13. População residente e variação populacional no município, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário "base/normal").

Grupos etários	2021	2026	2031	2036	2041	2021-2031		2031-2041		2021-2041	
	(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
0-4	3292	3137	2921	2720	2495	-371	-11,26	-426	-14,58	-797	-24,20
5-9	3403	3291	3136	2920	2719	-267	-7,85	-417	-13,30	-684	-20,10
10-14	3796	3403	3291	3136	2920	-505	-13,30	-371	-11,26	-876	-23,06
15-19	3897	3793	3400	3289	3134	-497	-12,75	-266	-7,83	-763	-19,58
20-24	4512	3895	3791	3397	3287	-721	-15,99	-504	-13,28	-1225	-27,15
25-29	4727	4504	3888	3784	3391	-839	-17,74	-497	-12,78	-1336	-28,25
30-34	4856	4712	4489	3877	3772	-367	-7,55	-717	-15,98	-1084	-22,32
35-39	5536	4841	4697	4474	3865	-839	-15,16	-832	-17,72	-1671	-30,19
40-44	6426	5507	4816	4673	4451	-1610	-25,05	-365	-7,58	-1975	-30,73
45-49	6366	6376	5465	4780	4637	-901	-14,16	-828	-15,15	-1729	-27,16
50-54	5847	6297	6308	5406	4729	461	7,88	-1579	-25,03	-1118	-19,12
55-59	5713	5715	6160	6170	5291	447	7,82	-869	-14,11	-422	-7,39
60-64	5571	5491	5491	5922	5926	-80	-1,44	435	7,92	355	6,37
65-69	4791	5300	5227	5224	5635	436	9,11	408	7,80	844	17,62
70-74	4181	4478	4960	4896	4892	779	18,62	-68	-1,36	711	17,00
75-79	3247	3758	4024	4461	4407	777	23,93	383	9,53	1160	35,74
80-84	2314	2654	3071	3287	3649	757	32,71	578	18,83	1335	57,69
≥85	2479	2498	2694	3015	3301	215	8,67	607	22,52	822	33,15
Total	80954	79650	77829	75432	72502	-3125	-3,86	-5327	-6,84	-8452	-10,44

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Face aos valores descritos, o peso da população jovem (0-14 anos) na estrutura total deverá passar de 12,96% em 2021 para 11,22% em 2041. Paralelamente, o peso da população jovem adulta (15-24 anos) deverá passar de 10,39% para 8,86% em 2041. A população adulta (25-64 anos) poderá passar de 55,64% para 49,74% em 2041.

Por sua vez, o peso da população idosa aumentará de 21,01% em 2021 para 30,18% em 2041, com consequências muito desfavoráveis para a sociedade. Este aumento neste grupo etário pode acentuar a pressão sobre os serviços de saúde e de assistência social, além de impactar a sustentabilidade da Segurança Social. Com um número crescente de idosos em relação à população ativa, é provável que surjam desafios significativos, como a necessidade de maior apoio e recursos para cuidados geriátricos, bem como a urgência de políticas que promovam a integração dos idosos na comunidade e o fortalecimento das redes de apoio.

Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada, a tendência entre 2021 e 2031 será no sentido da redução da população residente até ao grupo etário 45-49 anos e um acréscimo nos grupos etários superiores (Figura 27).

O escalão etário dos 75 e mais anos poderá ter um incremento de 1749 idosos entre 2021 e 2031, correspondendo a 21,75%. A evolução prevista para o período 2031-2041 será semelhante à descrita, observando-se, no grupo etário acima dos 75 anos um aumento de 1568 idosos face a 2031 (Figura 28). Nos grupos etários mais jovens os resultados indicam que o número de homens será superior ao número de mulheres, sendo que, à medida que se avança nos grupos etários, se projeta que o número de mulheres aumente em relação aos homens, tornando-se muito superior nos grupos etários mais idosos (Figura 29).

Esta análise, que mostra uma vincada diminuição dos habitantes nos grupos etários mais jovens, mas também um aumento da proporção dos idosos, confirma o fenómeno de triplo envelhecimento da população (mais idosos, idosos mais velhos e jovens mais velhos). Esta evolução reflete a dinâmica natural da população, caracterizada por uma baixa natalidade e por uma redução do número de indivíduos.

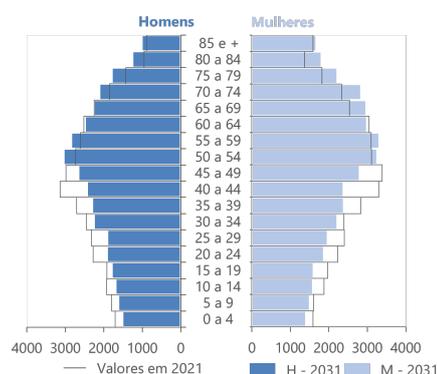


Figura 27. Pirâmide etária da população no município em 2021 e 2031 (cenário “base/normal”).

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

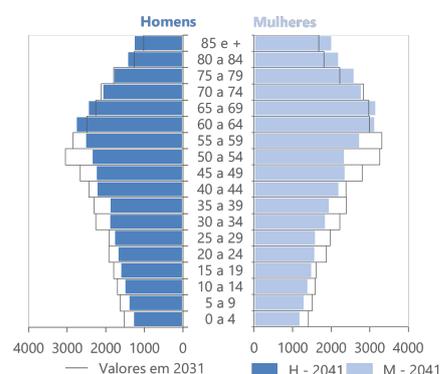


Figura 28. Pirâmide etária da população no município em 2031 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

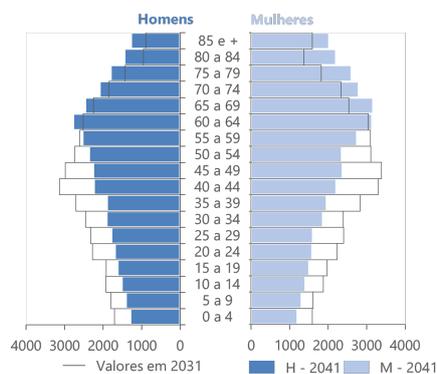


Figura 29. Pirâmide etária da população no município em 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Por este facto, e salientando-se uma vez mais a tendência para a diminuição dramática de população, os resultados do índice de envelhecimento para o município de Aveiro deverão registar um incremento nas próximas décadas, considerando o cenário “base/normal” (Figura 30).

De facto, se em 2021 o índice de envelhecimento era de 162,16% (o que representa 162 idosos para cada 100 jovens). Em 2031 poderá subir para 213 idosos para cada 100 jovens. Em 2041, este número poderá atingir 269 idosos para cada 100 jovens. O progressivo envelhecimento populacional pode ser atenuado considerando os cenários “otimista” (167 e 190 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041) e

“desejável” (147 e 159 idosos para cada 100 jovens em 2031 e 2041). Esses cenários alternativos sublinham a importância de implementar políticas eficazes que promovam a natalidade a fim de equilibrar a estrutura etária da população.

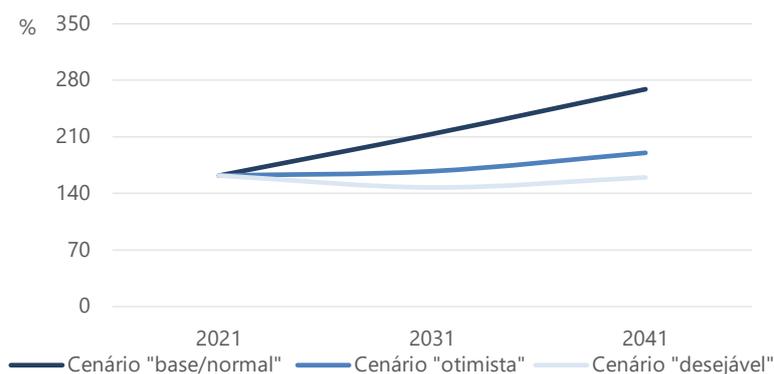


Figura 30. Provável evolução do índice de envelhecimento no município entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Considerando o cenário “base/normal” os índices de envelhecimento em 2041 serão superiores para as mulheres em relação aos homens (326,69% contra 215,35%, tal como já se verificava em 2021, 190,22% contra 135,88%), em resultado de existir uma mortalidade superior nos homens com consequência nas diferenças na esperança média de vida (Figura 31).

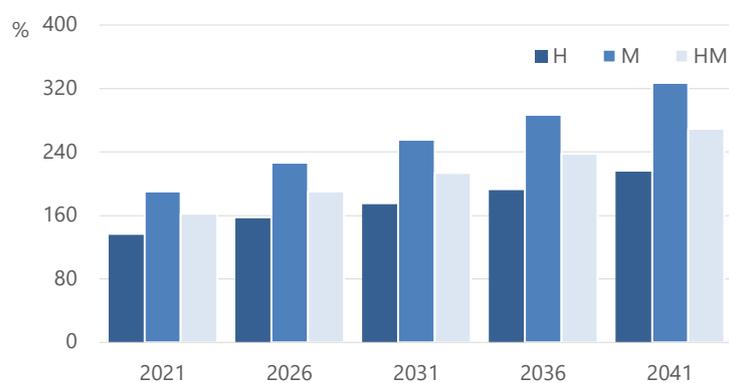


Figura 31. Provável evolução do índice de envelhecimento no município, segundo o sexo, entre 2021 e 2041.

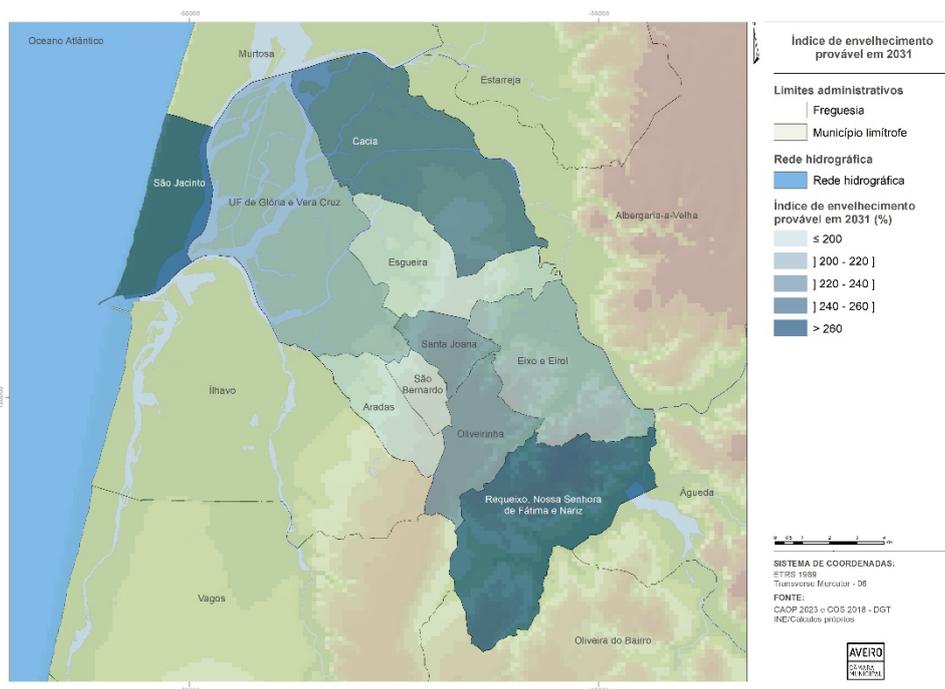
Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

A leitura por freguesia sublinha que entre 2021 e 2031 a grande maioria dos territórios terá um incremento no seu índice de envelhecimento (Quadro 14 e mapa 16). Nas freguesias de Cacia e de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz o índice de envelhecimento poderá ser particularmente elevado (313,19% e 320,22%, respetivamente).

Quadro 14. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	124,17	143,48	178,25	202,76	246,10
Cacia	146,14	181,23	211,91	238,62	250,12
Eixo e Eirol	136,19	170,48	186,89	221,11	249,53
Esgueira	118,24	141,28	155,29	167,02	183,90
Oliveirinha	143,75	172,67	206,02	206,45	219,98
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	171,22	202,96	225,51	248,78	267,56
Santa Joana	148,30	169,41	197,94	227,83	239,64
São Bernardo	116,79	144,46	163,87	191,92	213,83
São Jacinto	322,22	281,94	232,69	197,70	182,96
UF de Glória e Vera Cruz	137,39	142,63	146,13	157,18	184,68
Total	135,88	156,51	174,43	192,26	215,35

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.



Mapa 16. Índice de envelhecimento provável em 2031 por freguesia.

São inúmeros os desafios que se colocam a uma sociedade que terá um peso crescente dos idosos na sua estrutura demográfica. Às autarquias cabe repensar as estratégias e medidas de apoio à população sénior, garantindo a adequação de equipamentos, infraestruturas e serviços. É fundamental promover a minimização do isolamento e da exclusão social, assim como assegurar a dignificação do envelhecimento. Isso implica a implementação de políticas que favoreçam a inclusão ativa dos idosos na comunidade, o acesso a cuidados de saúde adequados e a oferta de programas de apoio social que atendam às suas necessidades específicas.

Relativamente ao índice de dependência total, e considerando o cenário “base/normal”, projeta-se um acréscimo nos valores deste índice (de 51,45% em 2021 para 60,46% em 2031). Ou seja, em 2031 haverá cerca de 60 não ativos para cada 100 ativos (Quadro 15 e mapa 17). Em 2041 a situação poderá ser agravada, para cerca de 70 não ativos para cada 100 ativos.

Um número significativo de freguesias poderá apresentar valores muito preocupantes em 2041. Se em 2021 apenas 2 freguesias apresentavam mais de 60

não ativos para cada 100 ativos, no ano de 2041 perspectiva-se que todas as freguesias ultrapassem este limiar.

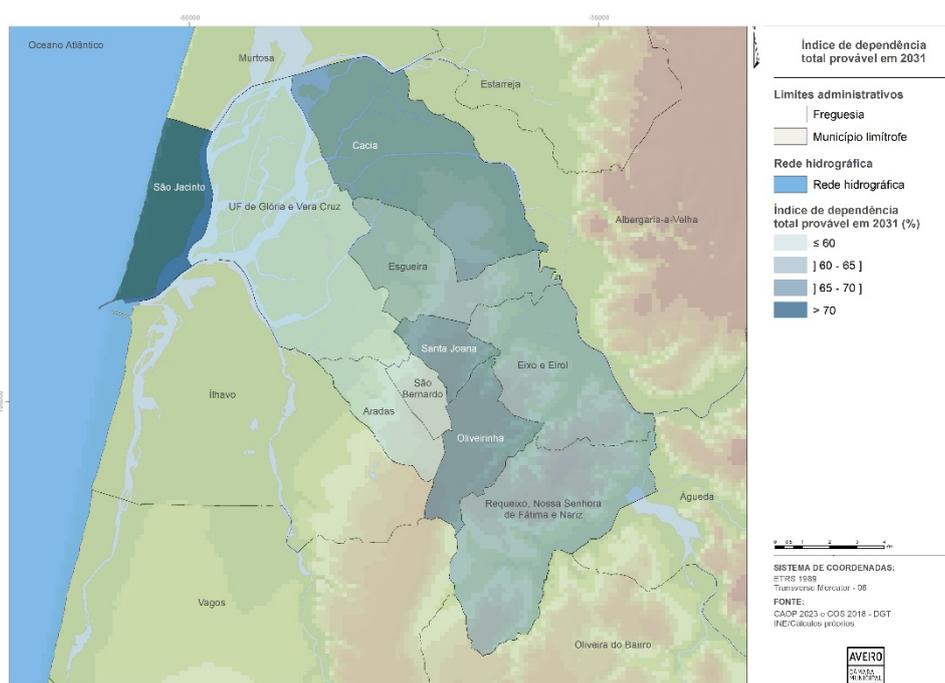
Quadro 15. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	50,46	54,15	56,72	59,82	64,69
Cacia	50,47	58,17	65,88	72,08	76,82
Eixo e Eirol	48,80	53,98	60,39	68,16	77,34
Esgueira	47,89	53,05	60,19	65,98	71,07
Oliveirinha	60,54	63,88	66,83	69,40	74,94
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	56,65	60,06	62,65	67,47	76,44
Santa Joana	57,25	61,65	66,92	70,10	75,97
São Bernardo	52,49	53,88	55,96	60,43	69,46
São Jacinto	63,36	81,50	97,74	107,89	109,86
UF de Glória e Vera Cruz	49,70	53,20	56,92	60,07	65,20
Total	51,45	55,78	60,46	64,80	70,66

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Este aumento do índice de dependência total deve-se, em grande parte, ao acréscimo do índice de dependência de idosos, resultado do progressivo envelhecimento da população (Figura 32). O índice de dependência de idosos poderá passar de 31,83% em 2021 para 41,18% em 2031. Isto significa que, em 2031, haverá cerca de 41 idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa. Em 2041, prevê-

se que este número aumente para aproximadamente 51 idosos para cada 100 ativos. Essa crescente dependência dos idosos poderá ter implicações significativas nas políticas sociais, nos sistemas de saúde e na economia, exigindo uma adaptação das estratégias de apoio à população sénior.



Mapa 17. Índice de dependência total provável por freguesia em 2031.

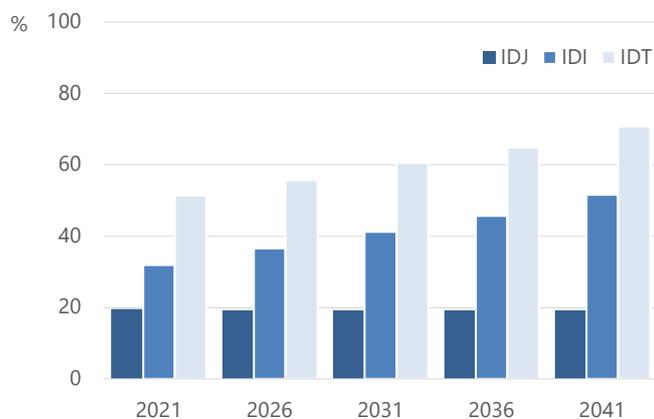


Figura 32. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no município entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

A nível das freguesias, destacam-se os maiores índices de dependência de idosos associados a territórios tendencialmente mais envelhecidos (Figura 33 e quadro 16). Em 2041, prevê-se que as freguesias de São Jacinto (73,56%), Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (58,25%) e Cacia (58,23%) apresentem os valores mais elevados. Por outro lado, a UF de Glória e Vera Cruz terá o índice de dependência de idosos mais baixo (46,87%), embora este valor seja significativamente superior ao registado em 2021 (31,73%).

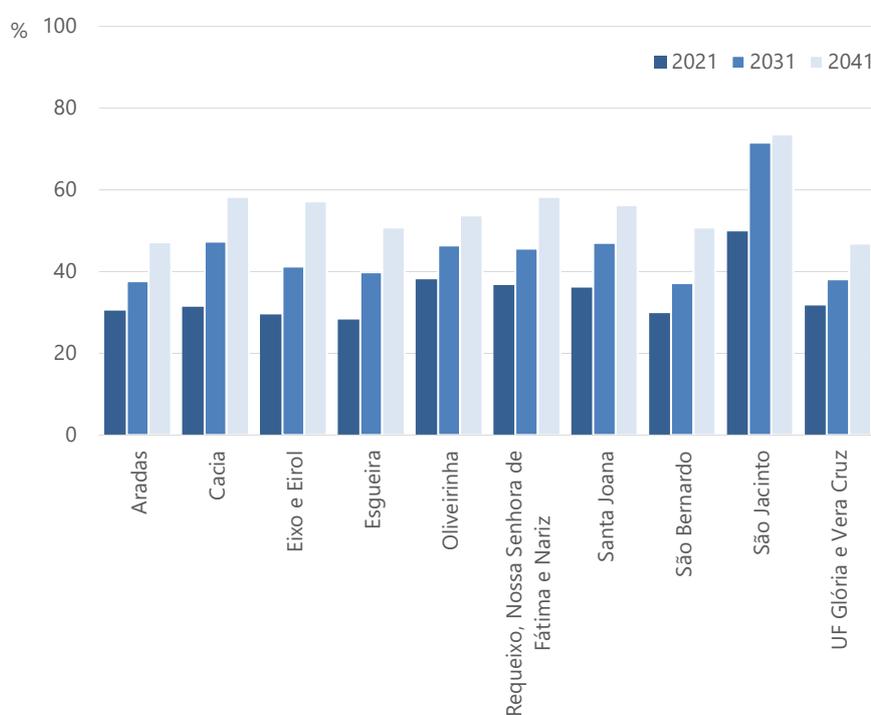


Figura 33. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Numa leitura complementar, o índice de dependência de jovens terá oscilações menos significativas, entre 19,63% em 2021 e 19,15% em 2041 (Figura 34 e quadro 17). Esta estabilidade relativa no índice de dependência juvenil indica que, embora a população jovem enfrente desafios, a sua proporção em relação à população em idade ativa manter-se-á relativamente constante ao longo das próximas décadas. Essa informação é crucial para o planeamento de políticas que visem apoiar a

juventude e promover o seu desenvolvimento num contexto de envelhecimento populacional.

Quadro 16. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	30,47	34,08	37,60	41,40	47,14
Cacia	31,39	39,74	47,39	53,71	58,23
Eixo e Eirol	29,54	35,22	41,25	48,49	57,20
Esgueira	28,20	33,79	39,89	45,51	50,73
Oliveirinha	38,08	42,54	46,42	49,00	53,77
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	36,74	41,77	45,59	50,27	58,25
Santa Joana	36,11	41,42	47,04	50,94	56,30
São Bernardo	29,76	33,37	37,17	42,69	50,83
São Jacinto	49,78	62,84	71,54	73,31	73,56
UF de Glória e Vera Cruz	31,73	34,93	38,04	41,15	46,87
Total	31,83	36,55	41,18	45,62	51,51

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

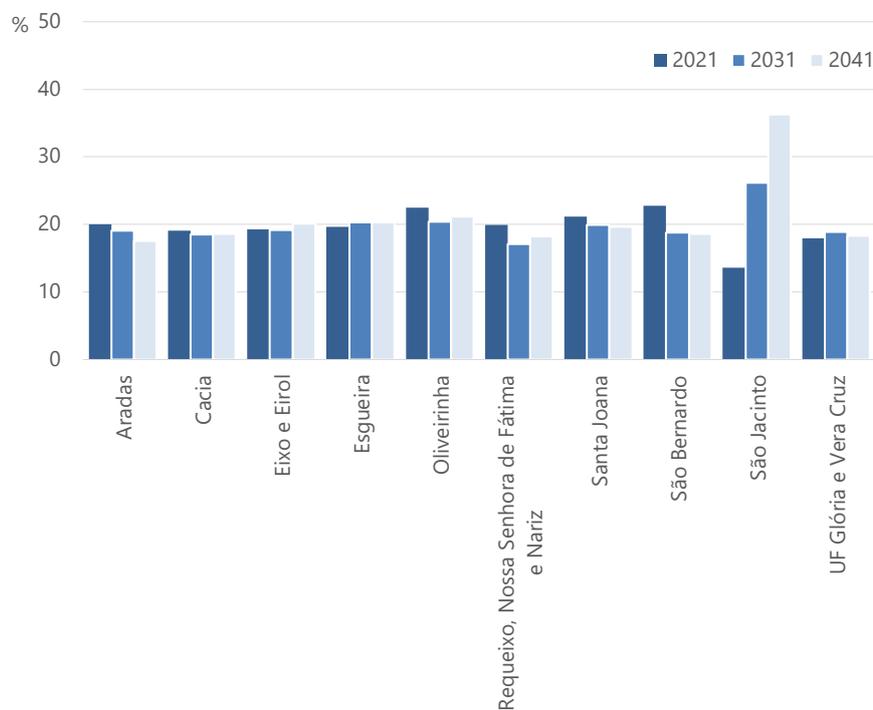


Figura 34. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

Sendo um indicador que permite perceber o esforço que a sociedade exerce sobre a população ativa, as projeções realizadas indicam que haverá um aumento da “pressão” sobre este grupo. A menos que haja uma inversão na tendência de diminuição da natalidade ou um aumento da população migrante, este indicador tenderá a agravar-se. Esses resultados refletem o perfil demográfico do município de Aveiro, caracterizado por um aumento da proporção da população mais idosa, resultado do aumento da esperança média de vida, e pela diminuição da população mais jovem, motivada sobretudo pela baixa natalidade. Esta dinâmica demográfica requer a implementação de políticas adequadas que visem a sustentabilidade social e económica do município.

Quadro 17. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.

Unidade territorial	2021	2026	2031	2036	2041
	(%)				
Aradas	19,99	20,07	19,12	18,42	17,55
Cacia	19,08	18,44	18,49	18,37	18,59
Eixo e Eirol	19,25	18,75	19,14	19,66	20,14
Esgueira	19,69	19,26	20,30	20,47	20,34
Oliveirinha	22,46	21,34	20,41	20,40	21,17
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	19,91	18,28	17,06	17,20	18,19
Santa Joana	21,14	20,23	19,89	19,16	19,68
São Bernardo	22,73	20,51	18,79	17,74	18,62
São Jacinto	13,58	18,67	26,20	34,59	36,30
UF de Glória e Vera Cruz	17,96	18,27	18,88	18,91	18,33
Total	19,63	19,23	19,27	19,17	19,15

Fonte: www.ine.pt e cálculos próprios.

II.3.2.5. Esperança média de vida à nascença

As alterações na sociedade e economia desde meados do século passado traduziram-se em mudanças qualitativas e quantitativas que resultaram no aumento do número de anos que as pessoas vivem.

No município de Aveiro a esperança média de vida à nascença em 2021 era de 79 anos para os homens e de 84 anos para as mulheres (Figura 35 e quadro 18). Esta

Esperança média de vida à nascença ou esperança de vida à nascença

Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência.

esperança média de vida à nascença é ligeiramente superior à registada no país no caso dos homens (78 anos) e no caso das mulheres (83 anos).

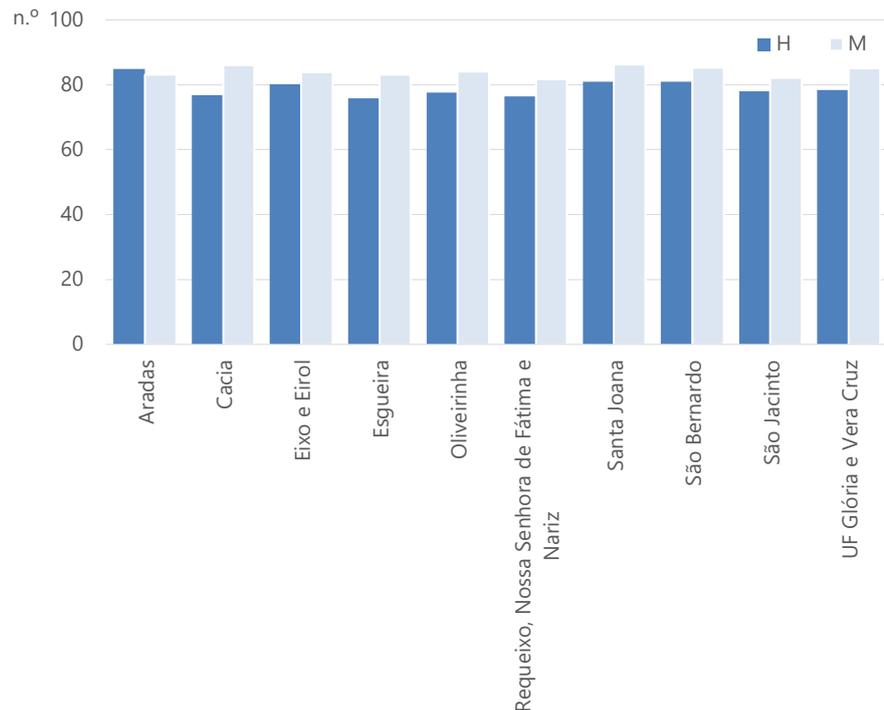


Figura 35. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.

Fonte: INE, 2022 e cálculos próprios.

A diferença na esperança de vida entre homens e mulheres, geralmente favorável às mulheres devido a menores coeficientes de mortalidade, é uma constatação ao longo do século XX em Portugal e na maioria dos países europeus (Oliveira & Mendes, 2010). Essa disparidade justifica-se por fatores biológicos, como um sistema imunológico mais robusto nas mulheres, e comportamentais, uma vez que os homens tendem a adotar estilos de vida mais arriscados, como o consumo excessivo de álcool e tabaco. Além disso, as mulheres geralmente fazem mais consultas médicas e possuem hábitos de saúde mais saudáveis. Esses fatores combinados contribuem para a maior longevidade feminina, destacando a necessidade de considerar estas diferenças nas políticas de saúde pública.

Quadro 18. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.

Unidade territorial	H	M
	(anos)	
Aradas	85	83
Cacia	77	86
Eixo e Eirol	80	84
Esgueira	76	83
Oliveirinha	78	84
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	76	82
Santa Joana	81	86
São Bernardo	81	85
São Jacinto	78	82
UF de Glória e Vera Cruz	78	85
Total	79	84

Fonte: INE, 2022 e cálculos próprios.

Não é possível fazer previsões precisas sobre o aumento da esperança média de vida no futuro pois esta evolução depende de muitos fatores complexos e interligados. No entanto, há um conjunto de tendências gerais que têm contribuído para o aumento da esperança de vida nas últimas décadas e que podem continuar a influenciar o futuro. Os avanços na medicina e nas condições de vida, a adoção de estilos de vida saudáveis, a educação para a saúde e os avanços da ciência para as doenças associadas ao envelhecimento, poderão e deverão ter um impacto significativo na esperança média de vida.

II.4. Caracterização

socioeconómica

O conhecimento rigoroso e detalhado da dinâmica socioeconómica de um município é primordial num processo de planeamento territorial estratégico, não só porque permite um melhor entendimento da sua base económica real, em especial do seu tecido empresarial, mas sobretudo porque possibilita detetar as suas principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do seu posicionamento face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial e da sua capacidade de criação de emprego e riqueza, essenciais para a qualidade de vida das populações, para a atração e fixação de população jovem e para combater os fenómenos de desertificação e envelhecimento populacional.

É neste contexto que a caracterização da atividade, emprego e mercado de trabalho, do desemprego, das empresas e das condições de vida no município de Aveiro se assume como fundamental, pois é esse conhecimento que permitirá suportar a tomada de decisão no âmbito da educação e formação e criar as bases para um processo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

II.4.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho

No que diz respeito à caracterização da população ativa no município de Aveiro em 2021 (Figura 36 e anexo XXX), em termos globais contabiliza-se um total de 40964 ativos, dos quais 20384 são homens (49,76%) e 20580 são mulheres (50,24%). Por freguesia, é a UF de Glória e Vera Cruz que apresenta, de forma destacada, o maior número de ativos (10878), seguindo-se Esgueira (6989) e Aradas (5224). Das dez freguesias do município, seis apresentam valores mais elevados no sexo masculino (Cacia, Eixo e Eirol, Oliveirinha, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, Santa Joana e São Jacinto), apresentando as restantes quatro valores superiores no sexo feminino. Relativamente à distribuição da população ativa segundo o grupo etário

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

(Figura 37), destaca-se o dos 40 aos 54 anos (39,84%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 25 aos 39 anos (32,70%), dos 55 ou mais anos (21,35%) e dos 15 aos 24 anos (6,11%). Esta tendência é visível em todas as freguesias, há exceção de São Jacinto, onde o grupo etário dos 55 ou mais anos é o segundo com valores mais elevados (27,39%). Na CIM Região de Aveiro, na Região Centro e no país é também notório o predomínio do grupo etário dos 40 aos 54 anos.

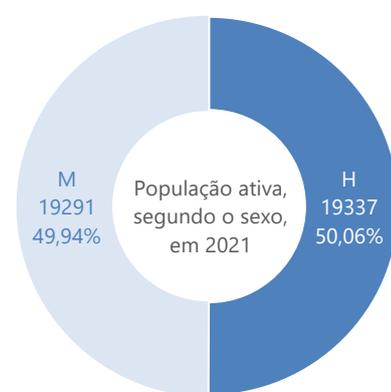
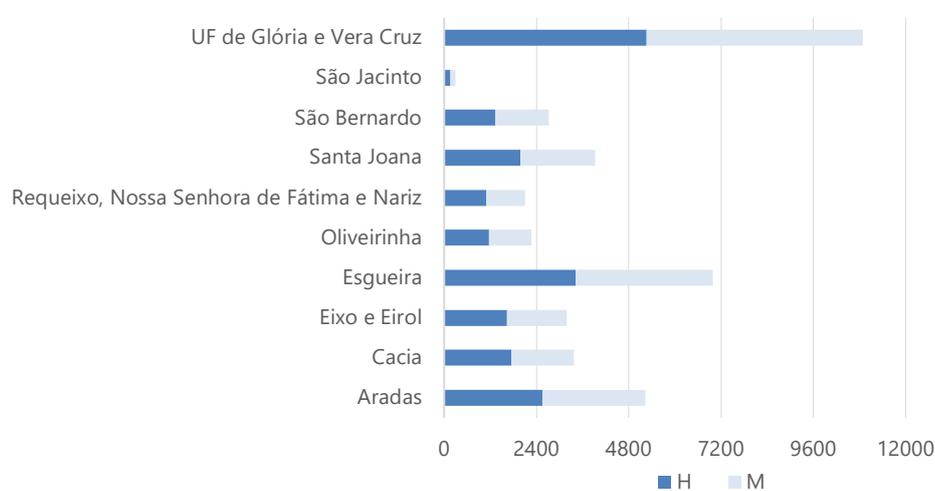


Figura 36. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

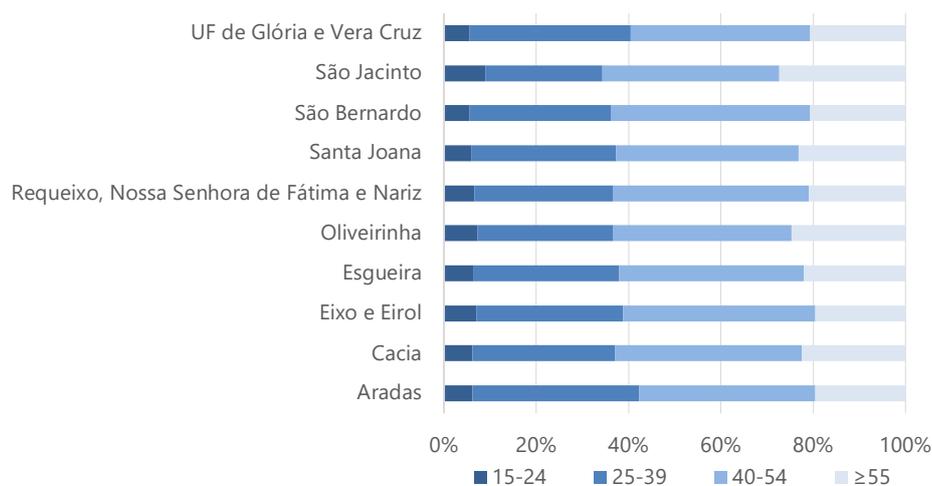


Figura 37. População ativa, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Taxa de atividade

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

A taxa de atividade no município de Aveiro era de 50,60% (Quadro 19), sendo superior à da CIM região de Aveiro (48,22%), da Região Centro (44,74%) e à nacional (46,57%). O sexo masculino apresenta uma taxa de atividade superior (53,03%) comparativamente ao sexo feminino (48,41%). A taxa de atividade registou uma pequena diminuição (de 51,11% para 50,60%), entre 2011 e 2021.

Quadro 19. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Aradas	53,29	50,43	51,79
Cacia	52,52	46,20	49,28
Eixo e Eirol	54,30	48,69	51,42
Esgueira	53,72	49,99	51,75
Oliveirinha	52,18	45,10	48,47
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	51,71	44,45	47,98
Santa Joana	51,45	46,62	48,94
São Bernardo	52,73	50,66	51,66
São Jacinto	43,08	36,80	39,97
UF de Glória e Vera Cruz	53,78	49,08	51,25
Aveiro	53,03	48,41	50,60
Região de Aveiro	51,45	45,26	48,22
Centro	47,83	41,93	44,74
Continente	49,46	43,96	46,57

Fonte: www.ine.pt.

Por sua vez, no ano de 2021 existiam 38628 indivíduos empregados no município de Aveiro (Figura 38 e anexo XXXI), 19337 homens (50,06%) e 19291 mulheres (49,94%). Em termos de distribuição territorial, é, mais uma vez, a UF de Glória e Vera Cruz que apresenta os maiores quantitativos (10185 empregados), seguindo-se, com valores bastante inferiores, as freguesias de Esgueira (6579 empregados) e Aradas (4939 empregados). Há exceção das freguesias de Aradas, Esgueira e São Bernardo e da

UF de Glória e Vera Cruz, todas as freguesias registam valores superiores no sexo masculino. No que respeita à caracterização da população empregada por grupo etário (Figura 39), constata-se, à semelhança da população ativa, a preponderância do grupo etário dos 40 aos 54 anos (40,26%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 25 aos 39 anos (32,62%), dos 55 ou mais anos (21,46%) e dos 15 aos 24 anos (5,66%). A realidade descrita é comum a todas as freguesias, excetuando a freguesia de São Jacinto, onde o grupo etário dos 55 ou mais anos é o segundo com valores mais acentuados (27,90%). Nas unidades territoriais de referência, a realidade é semelhante à municipal.

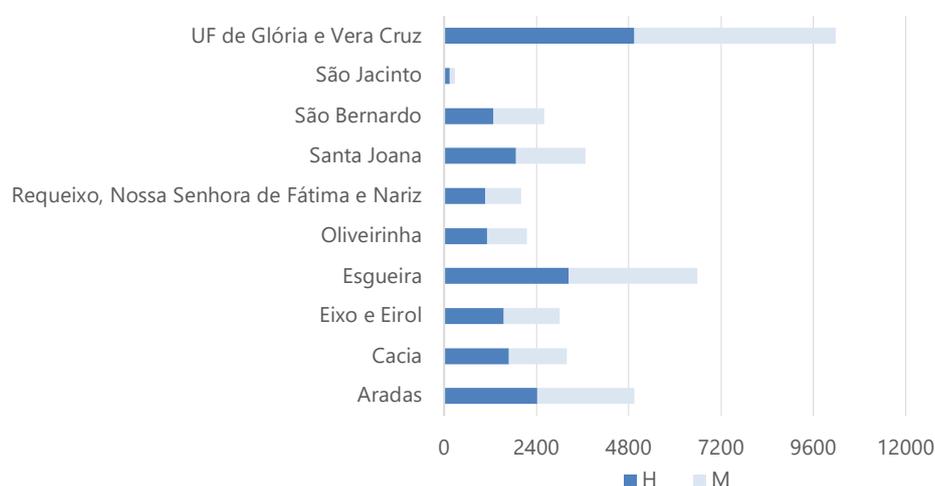


Figura 38. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

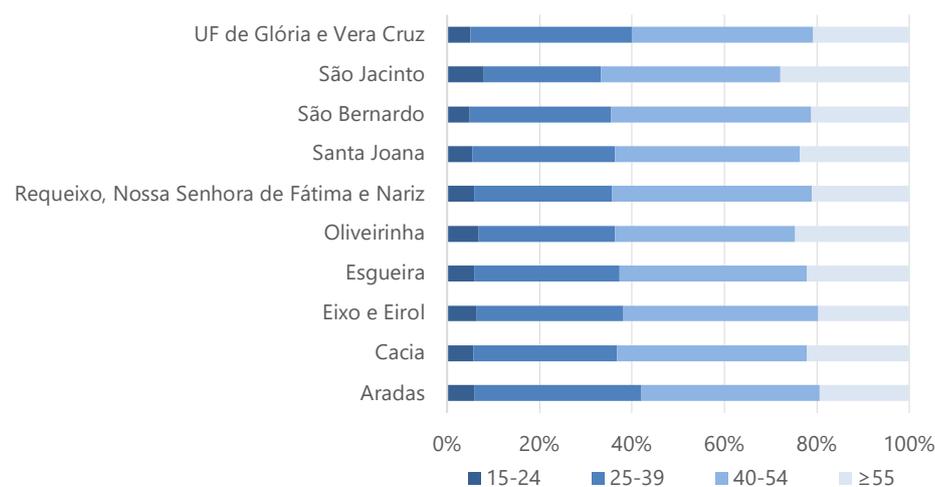
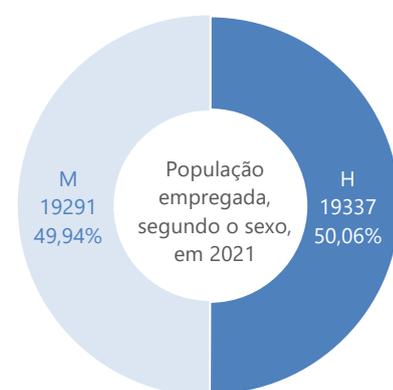


Figura 39. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Atividade económica

A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. É frequente agrupar as atividades económicas em três grandes setores: 1. Primário, incluindo agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral; 2. Secundário, incluindo indústria transformadora e construção; e 3. Terciário, incluindo os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

Numa referência ao perfil dos empregados no município de Aveiro em 2021, o nível de escolaridade mais elevado completo, com valores mais proeminentes, é o ensino superior, com 39,60% (Figura 40 e anexo XXXII). Com estes valores Aveiro revela um nível habilitacional superior ao registado na CIM Região de Aveiro (27,56%), na Região Centro (27,62%) e no Continente (30,56%). Com o ensino básico surgem 30,75% dos empregados, valor inferior às unidades territoriais de referência. Já com o ensino secundário completo, apresenta-se 26,84% da população empregada, valor inferior ao registado na CIM Região de Aveiro (28,36%), na Região Centro (29,23%) e no país (28,96%). A população empregada nas restantes categorias é residual (1,97% com o ensino pós-secundário e 0,84% sem nenhum nível de escolaridade concluído), à semelhança do que acontece nas unidades territoriais de referência.

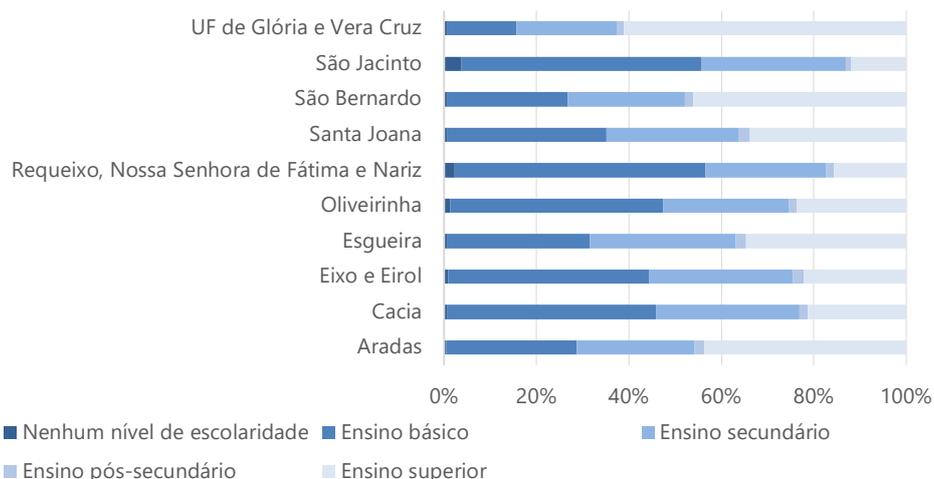


Figura 40. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Olhando para a repartição da população empregada por setor de atividade económica em 2021 (Figura 41 e anexo XXXIII), é de sublinhar a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município de Aveiro, que representa 67,90%, concentrando as atividades relacionadas com a atividade económica um maior quantitativo (56,23%), que o terciário de natureza social (43,77%). Trata-se de um valor superior ao observado na CIM Região de Aveiro

(58,59%) e na Região Centro (67,16%), porém de um valor inferior ao observado a nível nacional (71,93%). O setor secundário corresponde a 30,97%, valor inferior ao observado na CIM Região de Aveiro (39,11%), porém superior ao valor observado na Região Centro (29,29%) e no país (25,23%). Por último, os empregados no setor primário equivalem a apenas 1,13%, valor inferior ao verificado na CIM Região de Aveiro (2,30%), na Região Centro (3,55%) e no Continente (2,84%).

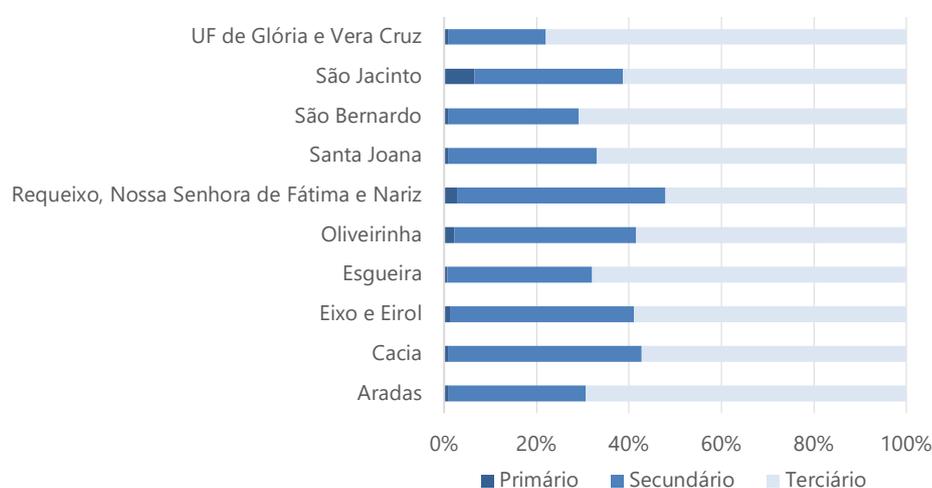


Figura 41. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

A leitura da estrutura da população empregada segundo a situação na profissão, os níveis de qualificação e os grupos de profissões em 2021 permite ampliar o conhecimento da socioeconomia deste território municipal. Relativamente à situação na profissão (Quadro 20), predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (79,46%), seguindo-se os trabalhadores por conta própria ou isolados (8,38%) e os empregadores/patrões com menos de 10 empregados (5,08%). Tratam-se de valores semelhantes ao observado nas freguesias e nas unidades territoriais de referência.

Quadro 20. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021.

Unidade territorial	Empregador/patrão com menos de 10 empregados		Empregador/patrão com 10 ou mais empregados		Trabalhador por conta própria ou isolado		Trabalhador por conta de outrem		Outra situação		Total
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	
Aradas	235	4,76	193	3,91	425	8,60	3955	80,08	131	2,65	4939
Cacia	106	3,32	135	4,23	210	6,57	2686	84,10	57	1,78	3194
Eixo e Eirol	130	4,33	126	4,20	262	8,72	2433	81,02	52	1,73	3003
Esgueira	310	4,71	262	3,98	490	7,45	5344	81,23	173	2,63	6579
Oliveirinha	128	5,93	110	5,09	208	9,63	1674	77,50	40	1,85	2160
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	91	4,54	65	3,24	186	9,27	1610	80,26	54	2,69	2006
Santa Joana	188	5,11	164	4,46	297	8,08	2936	79,87	91	2,48	3676
São Bernardo	146	5,59	116	4,44	206	7,89	2087	79,96	55	2,11	2610
São Jacinto	16	5,80	8	2,90	19	6,88	231	83,70	2	0,72	276
UF de Glória e Vera Cruz	614	6,03	550	5,40	934	9,17	7736	75,95	351	3,45	10185
Aveiro	1964	5,08	1729	4,48	3237	8,38	30692	79,46	1006	2,60	38628
Região de Aveiro	9232	5,52	7358	4,40	15566	9,30	131681	78,68	3518	2,10	167355
Centro	57099	6,10	40175	4,29	91510	9,77	726627	77,58	21158	2,26	936569
Continente	252593	5,99	194957	4,62	402891	9,55	3272300	77,53	97682	2,31	4220423

Fonte: www.ine.pt.

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e grupos de profissões (Quadro 21), predomina o grupo das profissões manuais altamente qualificadas (42,11%), salientando-se neste grupo os especialistas das atividades intelectuais e científicas (24,31%). Segue-se o grupo das profissões não manuais qualificadas (24,52%),

destacando-se aqui os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (15,97%). Com valor inferior encontra-se o grupo das profissões elementares, que integra os trabalhadores não qualificados (17,30%). Abaixo encontra-se o grupo das profissões manuais qualificadas (15,81%), onde se destacam os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (11,38%). Por último, os profissionais das forças armadas são os que apresentam uma menor representatividade (0,25%). Como se constata, em termos globais, evidenciam-se os especialistas das atividades intelectuais e científicas (24,31%), os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (15,97%) e os trabalhadores não qualificados (17,30%). O mesmo acontece na Região Centro (com 16,58%, 18,08% e 17,56% respetivamente) e a nível nacional (com 18,30%, 18,33% e 15,28% respetivamente). Já na CIM Região de Aveiro, para além dos trabalhadores não qualificados (20,56%) e dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (15,92%), destacam-se ainda os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (16,24%).

Analisando as profissões com um maior grau de desagregação, importa perceber aquelas que apresentam um maior número de população empregada (Quadro 22). Os trabalhadores não qualificados da indústria transformadora (8,43%), os vendedores em lojas (7,17%) e os empregados de escritório em geral (5,85%) são as profissões mais predominantes. Merecem também realce os professores dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário (4,16%) e os trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios (3,79%).

Complementando a leitura anterior, os 38628 indivíduos empregados existentes no município de Aveiro no ano de 2021 correspondem a 94,30% da população ativa e a 47,72% da população residente (Quadros 23 e 24). Comparando com a CIM Região de Aveiro, os valores são bastante idênticos (94,46%), mas superiores aos verificados na Região Centro (93,98%) e a nível nacional (91,94%), isto no caso da proporção de população ativa. No caso da proporção da população residente o valor é superior ao registado na CIM Região de Aveiro (45,55%), na Região Centro (42,05%) e a nível nacional (42,82%).

Quadro 21. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.

Níveis de qualificação	Grupos de profissões	Aveiro		Região de Aveiro		Centro		Continente	
		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	2559	6,62	9682	5,79	50 025	5,34	259674	6,15
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	9389	24,31	26650	15,92	155 240	16,58	772158	18,30
	Técnicos e profissões de nível intermédio	4320	11,18	16769	10,02	89 888	9,60	451015	10,69
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	3302	8,55	14070	8,41	81 572	8,71	403855	9,57
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	6170	15,97	25898	15,47	169 332	18,08	773562	18,33
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	284	0,74	3058	1,83	24 547	2,62	87559	2,07
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	4396	11,38	27178	16,24	139 731	14,92	580823	13,76
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	1429	3,70	9198	5,50	57 142	6,10	225554	5,34
Profissões elementares	Trabalhadores não qualificados	6681	17,30	34410	20,56	164 478	17,56	644966	15,28
-	Profissões das forças armadas	98	0,25	442	0,26	4 614	0,49	21257	0,50
Total		38628	100	167355	100	936569	100	4220423	100

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 22. Profissões com um maior número de população empregada em 2021.

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	3255	8,43
Vendedores em lojas	2768	7,17
Empregado de escritório em geral	2261	5,85
Professor dos ensinos básico (2.º e 3.º ciclos) e secundário	1607	4,16
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	1465	3,79
Outras profissões elementares	1144	2,96
Especialistas em engenharia (excepto electrotecnologia)	1017	2,63
Trabalhadores de chapas metálicas, preparadores e montadores de estruturas metálicas, moldadores de metal, soldadores e trabalhadores similares	853	2,21
Director geral e gestor executivo de empresas	754	1,95
Técnicos de nível intermédio da área financeira e matemática	749	1,94
Professor dos ensinos universitário e superior	740	1,92
Analistas e programadores, de <i>software</i> , <i>web</i> e de aplicações	723	1,87
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	681	1,76
Mecânicos e reparadores, de máquinas e de veículos	656	1,70
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	642	1,66
Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	622	1,61
Forjadores, serralheiros mecânicos e similares	608	1,57
Empregados de aprovisionamento, armazém, de serviços de apoio à produção e transportes	603	1,56
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	595	1,54
Empregados de mesa e bar	593	1,54
Médicos	469	1,21
Profissionais de enfermagem	467	1,21
Cozinheiro	452	1,17
Professores dos ensinos básico (1.º ciclo) e educadores de infância	450	1,16
Directores das indústrias transformadoras, extrativas, da construção, transportes e distribuição	449	1,16
Técnicos das ciências físicas e de engenharia	448	1,16
Técnicos de operação e controlo de processos industriais	448	1,16
Arquitectos, urbanistas, agrimensores e designers	436	1,13
Instaladores e reparadores de equipamento eléctrico	436	1,13
Outros profissionais de saúde	433	1,12
Administrativos e secretários especializados	431	1,12
Cabeleireiros, esteticistas e similares	422	1,09
Especialistas em ciências sociais e religiosas	416	1,08
Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos	415	1,07
Engenheiros de electrotecnologia	398	1,03
Directores de vendas, <i>marketing</i> e de desenvolvimento de negócios	388	1,00

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 23. Proporção da população ativa que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Aradas	94,91	94,19	94,54
Cacia	95,72	93,99	94,89
Eixo e Eirol	94,99	93,66	94,34
Esgueira	94,40	93,87	94,13
Oliveirinha	96,64	93,94	95,32
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	96,91	93,71	95,39
Santa Joana	94,00	93,17	93,58
São Bernardo	96,05	95,59	95,81
São Jacinto	90,30	92,03	91,09
UF de Glória e Vera Cruz	94,16	93,13	93,63
Aveiro	94,86	93,74	94,30
Região de Aveiro	95,20	93,69	94,46
Centro	94,74	93,20	93,98
Continente	92,76	91,11	91,94

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 24. Proporção da população residente que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Aradas	50,58	47,50	48,96
Cacia	50,27	43,42	46,76
Eixo e Eirol	51,58	45,61	48,51
Esgueira	50,71	46,92	48,72
Oliveirinha	50,43	42,37	46,20
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	50,12	41,66	45,77
Santa Joana	48,36	43,44	45,80
São Bernardo	50,65	48,42	49,50
São Jacinto	38,90	33,87	36,41
UF de Glória e Vera Cruz	50,64	45,71	47,98
Aveiro	50,30	45,38	47,72
Região de Aveiro	48,98	42,41	45,55
Centro	45,32	39,08	42,05
Continente	45,88	40,05	42,82

Fonte: www.ine.pt.

A taxa de emprego total no município de Aveiro, registou um aumento entre 2001 e 2021, passando de 53,4% para 54,8% (1,4%) (Figuras 42 e 43 e quadro 25). Este incremento deve-se ao acréscimo da taxa de emprego no sexo feminino neste período (de 49,5% para 51,5%). No sexo masculino também se registou uma taxa de

Taxa de emprego

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

emprego mais elevada no período mais recente (de 57,9% para 58,6%). Ainda assim, importa salientar que durante todo o período em análise, o sexo masculino observa sempre uma taxa de emprego relativamente superior à registada no sexo feminino. Comparando com as unidades de referência, o município apresenta valores superiores, tanto em 2011 como em 2021.

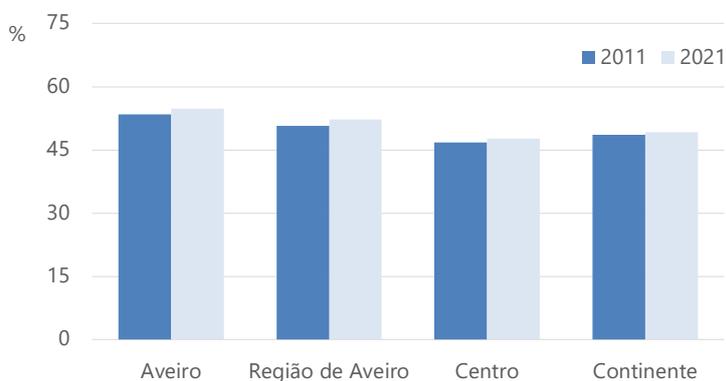


Figura 42. Evolução da taxa de emprego entre 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

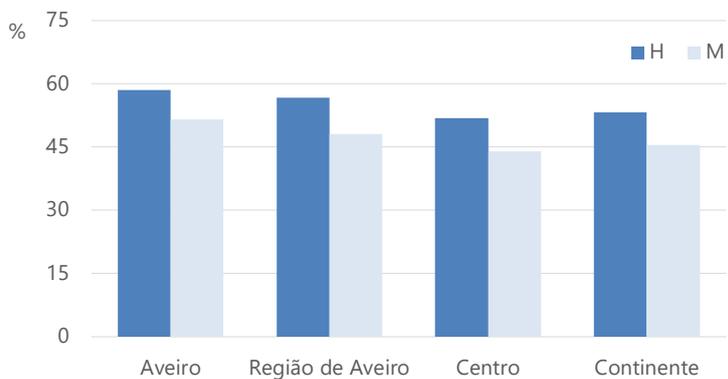


Figura 43. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 25. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.

Unidade territorial	H		M		HM	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
	(%)					
Aveiro	57,86	58,55	49,49	51,53	53,40	54,82
Região de Aveiro	56,52	56,66	45,29	48,06	50,61	52,13
Centro	52,53	51,92	41,70	43,92	46,81	47,69
Continente	53,60	53,24	43,90	45,47	48,50	49,12

Fonte: www.ine.pt.

Sendo um dos principais objetivos plasmados na estratégia Europa 2030 o aumento do emprego, pretendendo-se que até 2030 a taxa de emprego aumente para 78% no grupo etário dos 20 aos 64 anos, é de analisar a situação do município de Aveiro nesta matéria. Com 75,24% no ano de 2021 (Figura 44 e anexo XXXIV), o território municipal encontra-se abaixo do valor de referência, assim como a CIM Região de Aveiro (74,25%), a Região Centro (71,91%) e o país (70,75%).

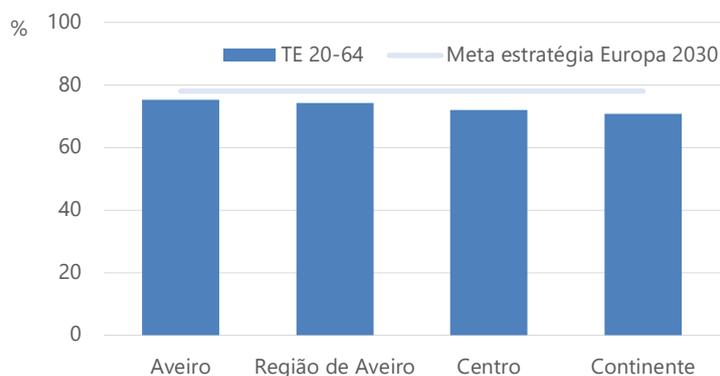


Figura 44. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021 e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: www.ine.pt.

Analisando os dados segundo o sexo, observa-se que o sexo masculino, com 77,89% se encontra muito próximo de atingir a meta estratégica definida (Figura 45). Já o sexo feminino, com 72,80% encontra-se mais distante do objetivo.

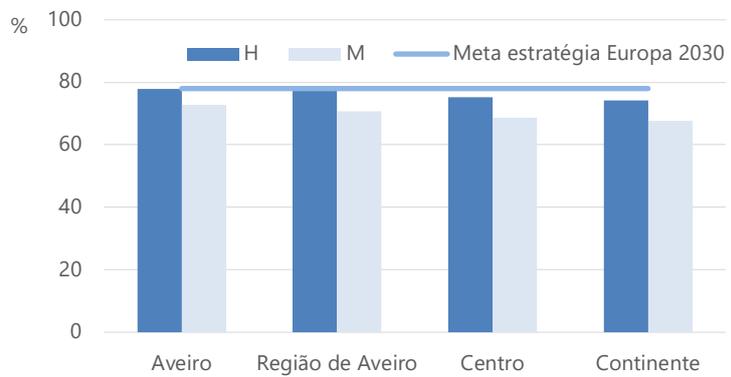


Figura 45. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo o sexo, e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: www.ine.pt.

Descendo à escala das freguesias (Figura 46), é na freguesia de São Bernardo (78,66%) que se encontra o valor mais elevado, seguida de Oliveirinha (76,73%) e de Aradas (76,49%). Por sexo são, à semelhança da taxa de emprego, superiores no sexo masculino (Figura 47).

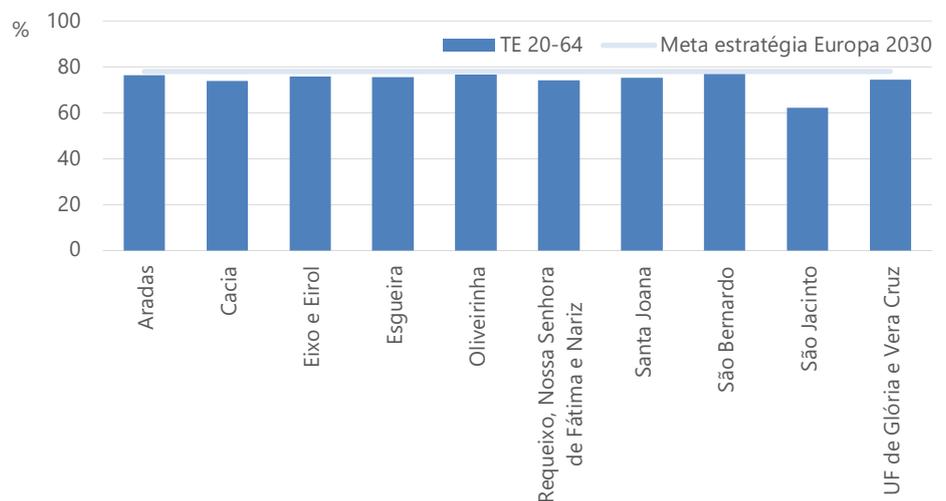


Figura 46. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia, e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: www.ine.pt.

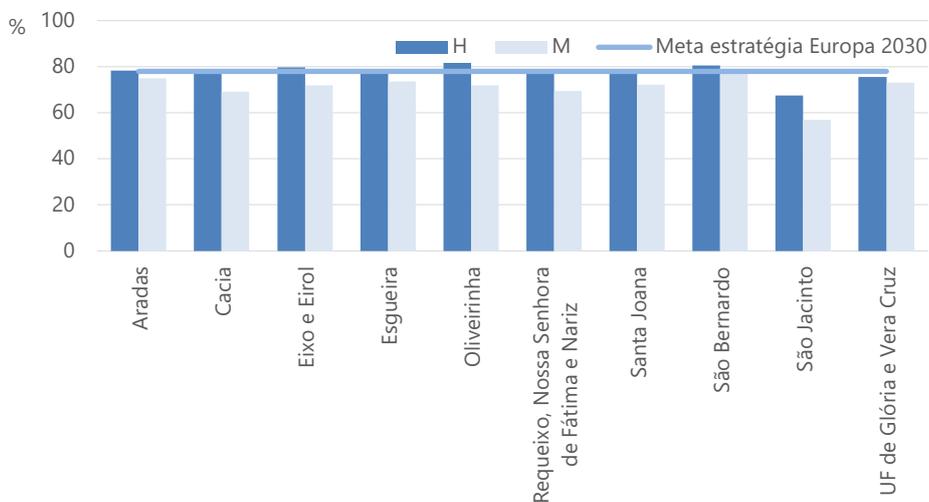


Figura 47. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia e o sexo, e meta estratégia Europa 2030.

Fonte: www.ine.pt.

II.4.2. Desemprego

Entre 2011 e 2021 verificou-se uma diminuição da taxa de desemprego total no município de Aveiro (de 10,73% para 5,70%, correspondente a -5,03%), acompanhando a tendência generalizada observada nas unidades territoriais de referência (Figura 48 e anexo XXXV). A taxa de desemprego em Aveiro, em 2021, é bastante idêntica à da CIM Região de Aveiro (5,54%) e inferior à da Região Centro (6,02%) e à do Continente (8,06%). Segundo o sexo (Figura 49), durante o período analisado, a taxa de desemprego em Aveiro apresentou um decréscimo mais pronunciado no sexo masculino (-5,23%) do que no sexo feminino (-4,84%). Esta dinâmica é observada apenas nos valores registados no Continente, uma vez que nas outras unidades territoriais de referência, foi no sexo feminino que se registaram as diminuições mais significativas.

Descendo a escala de análise, no último período intercensitário todas as freguesias registaram uma diminuição da taxa de desemprego (Figura 50). Os decréscimos mais expressivos ocorreram em Cacia (de 11,74 % para 5,11%, correspondendo a -6,63%), em São Jacinto (de 15,22% para 8,91%, correspondendo a -6,31%) e em Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (de 10,41% para 4,61%, correspondendo a -5,80%).

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Por sua vez, os menos expressivos ocorreram nas freguesias de Aradas (de 9,44% para 5,46%, correspondendo a -3,98%), Eixo e Eirol (de 10,04% para 5,66%, correspondendo a -4,38%) e Santa Joana (de 11,04% para 6,42%, correspondendo a -4,62%). Segundo o sexo, a taxa de desemprego é, em 2021, de 5,14% nos homens e de 6,26% nas mulheres (Figura 51). Por freguesia, à exceção das freguesias de São Jacinto, todas as unidades territoriais do município de Aveiro apresentam valores relativos à taxa de desemprego superiores no sexo feminino. O maior diferencial entre o sexo feminino e o sexo masculino regista-se nas freguesias de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (3,20%) e de Oliveirinha (2,70%).

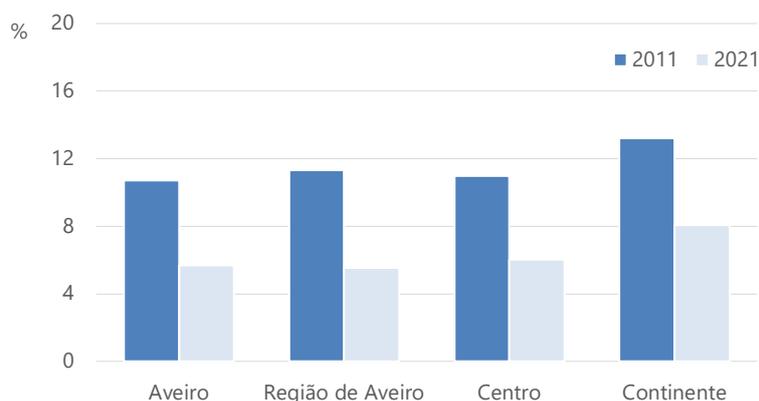


Figura 48. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

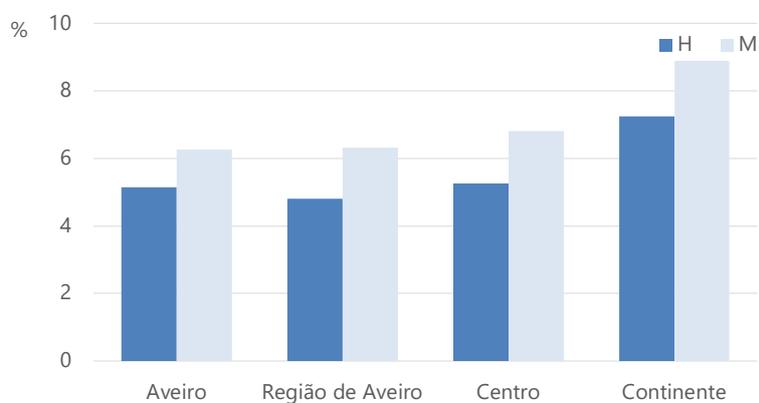


Figura 49. Taxa de desemprego, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Desempregado

Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

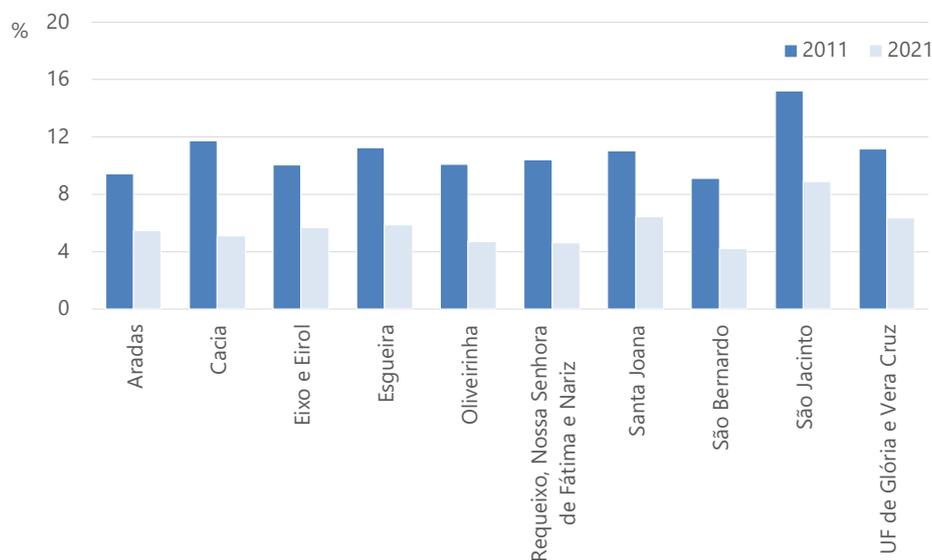


Figura 50. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

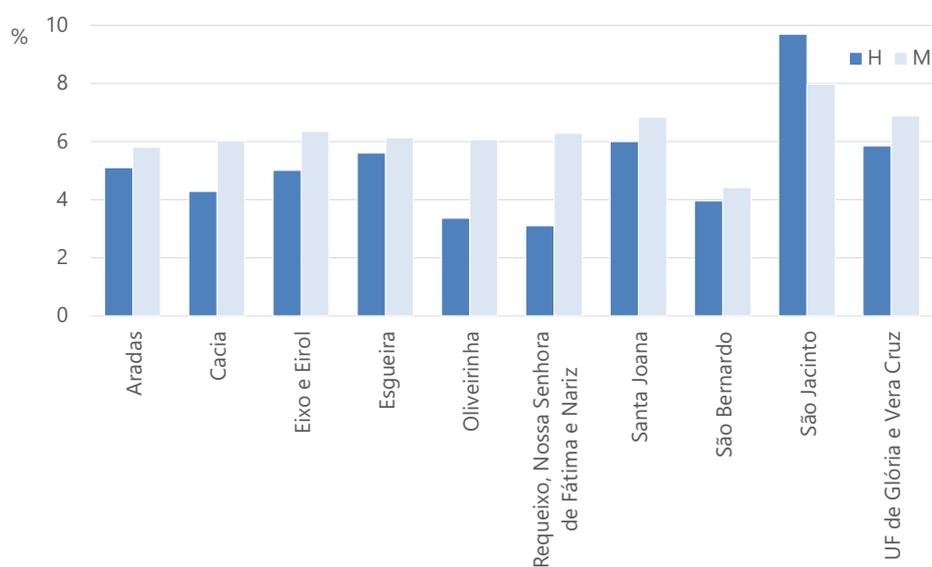
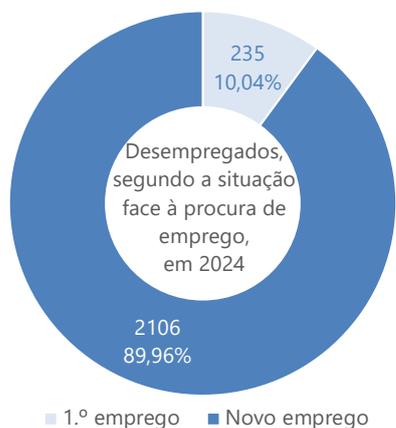
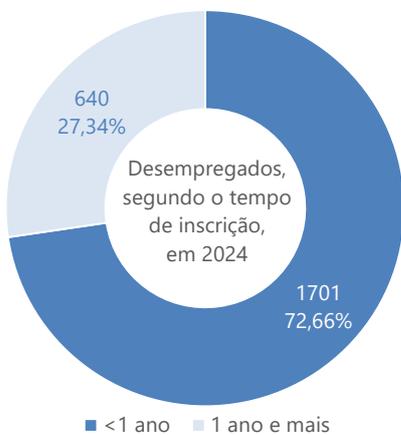
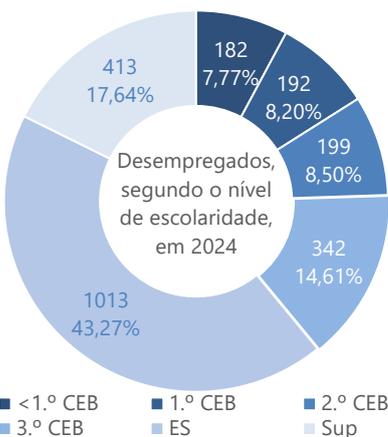
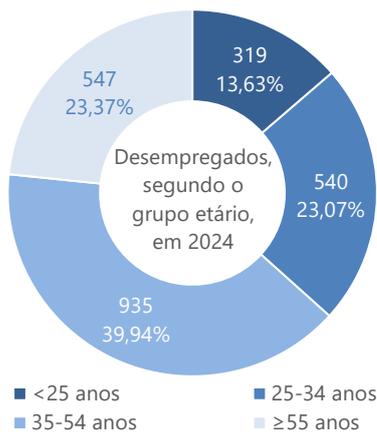


Figura 51. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.



Tendo por base as estatísticas do IEFP para a última década (Figura 52), constata-se que de 2014 até 2024 a tendência é de decréscimo dos desempregados, com a passagem dos 4852 para os 2341, o que corresponde a um decréscimo de -51,75% (-2511 desempregados). Ainda assim, esta diminuição de população desempregada é interrompida nos anos de 2016 (mais 237 desempregados, valor que corresponde a 6,20%), de 2020 (mais 37 desempregados, valor que corresponde a 1,53%), de 2021 (mais 312 desempregados, valor que corresponde a 12,68%) e de 2024 (mais 328 desempregados, valor que corresponde a 16,29%).

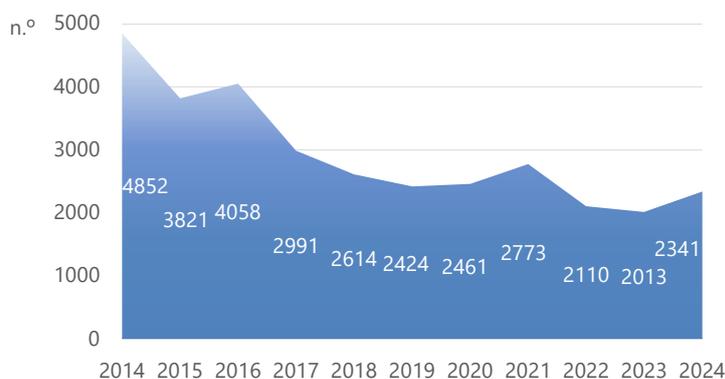


Figura 52. Evolução da população desempregada entre 2014 e 2024 (fevereiro).

Fonte: www.iefp.pt.

Numa referência ao perfil dos desempregados no município de Aveiro em 2024, constata-se, no que se refere ao sexo, que são maioritariamente do sexo feminino (1074 homens e 1267 mulheres). Em relação à idade, o grupo etário dos 35 aos 54 anos é o que tem maior representatividade, com 39,94%, seguindo-se o grupo etário com 55 ou mais anos, com 23,37%. Os grupos etários dos 25 aos 34 anos de idade e com idade inferior a 25 anos representam apenas 23,07% e 13,63%, respetivamente. No que diz respeito ao nível de escolaridade, 43,27% dos desempregados apresenta o ensino secundário completo, 17,64% o ensino superior completo, 14,61% o 3.º CEB completo, 8,50% o 2.º CEB completo, 8,20% o 1.º CEB completo e, por fim, 7,77% apresentam níveis inferiores ao 1.º CEB. Relativamente ao tempo de inscrição, 72,66% dos desempregados estão inscritos nos centros de

emprego há menos de um ano, enquanto 27,34% estão inscritos há um ano e mais. Por último, quanto à situação face à procura de emprego, o maior número de desempregados encontra-se à procura de novo emprego (89,96%), correspondendo os desempregados numa situação de 1.º emprego a apenas 10,04%.

II.4.3. Rendimento e condições de vida

Em Aveiro, no ano de 2021, o principal meio de vida da população residente com 15 ou mais anos de idade é o trabalho (53,92%) e a reforma/pensão (24,63%), o que reflete o envelhecimento da população no território municipal, à semelhança da totalidade das unidades territoriais de referência (Quadro 26). Seguem-se as pessoas a cargo da família, que corresponde a 12,92%, outro meio de vida, que corresponde a 4,12%, subsídio de desemprego, que corresponde a 1,89%, outro subsídio temporário, que corresponde a 1,04%, rendimento da propriedade ou da empresa, que corresponde a 0,74% e, por fim, rendimento social de inserção, que corresponde a 0,72%. Ao nível da freguesia, esta dinâmica mantém-se.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos no município de Aveiro em 2021 era de 1315,84€ (Figura 53 e quadro 27). Com este valor, o território municipal apresenta-se numa posição favorável face à CIM Região de Aveiro (1209,91€), à Região Centro (1147,11€) e ao país (1294,11€). A diferença é de 105,93€ em relação à CIM Região de Aveiro, de 168,73€ em relação à Região Centro e de 21,73€ em relação ao Continente.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos varia em função do género, das atividades económicas e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, constata-se que a diferença salarial entre homens e mulheres é desfavorável às mulheres em todas as unidades territoriais de referência (Figura 54). Com efeito, e olhando apenas para Aveiro, o vencimento médio mensal nos homens é de 1448,07€ e nas mulheres é de 1146,58€, o que se traduz numa disparidade salarial de 301,49€, superior ao valor da CIM Região de Aveiro (276,59€), da Região Centro (237,01€) e do Continente (223,62€).

Ganho mensal

Montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.

Quadro 26. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.

Unidade territorial	Trabalho	Reforma/ Pensão	Subsidio de desemprego	RSI	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, entre outros)	Rendimento da propriedade ou da empresa	A cargo da família	Outro	Total
Aradas	4858	2028	152	50	91	75	1138	355	8747
Cacia	3153	1517	135	45	60	20	780	254	5964
Eixo e Eirol	2975	1306	101	36	60	25	648	238	5389
Esgueira	6530	2662	242	99	140	65	1523	446	11707
Oliveirinha	2130	1125	55	17	44	33	494	123	4021
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2002	1034	62	29	42	23	450	184	3826
Santa Joana	3590	1896	128	87	73	45	882	246	6947
São Bernardo	2577	1056	77	15	46	26	564	126	4487
São Jacinto	277	256	45	3	6	0	80	28	695
UF de Glória e Vera Cruz	9904	4478	337	123	174	212	2548	904	18680
Aveiro	37996	17358	1334	504	736	524	9107	2904	70463
Região de Aveiro	164895	88128	5811	2676	4157	2047	40394	12908	321016
Centro	923816	632757	33275	15623	23937	11058	243631	79743	1963840
Continente	4173873	2462265	203489	89024	106699	60631	1137196	358035	8591212

Fonte: www.ine.pt.

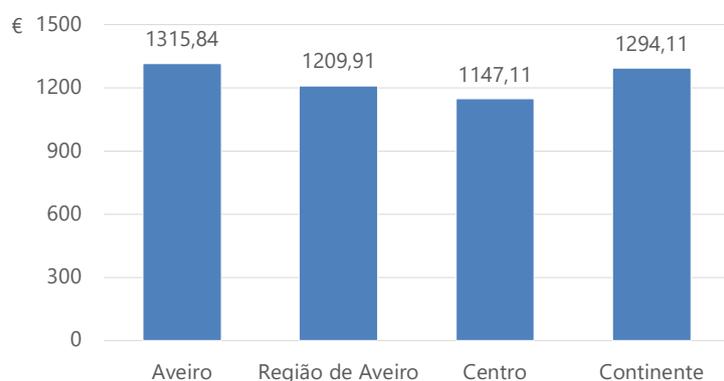


Figura 53. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Unidade territorial	Ganho médio mensal				Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	H	M	HM	Disparidade salarial	H	M	HM
	(€)						
Aveiro	1448,07	1146,58	1315,84	301,49	-	-	-
Região de Aveiro	1330,30	1053,71	1209,91	276,59	117,77	92,87	105,93
Centro	1253,06	1016,05	1147,11	237,01	195,01	130,53	168,73
Continente	1395,70	1172,08	1294,11	223,62	52,37	-25,50	21,73

Quadro 27. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

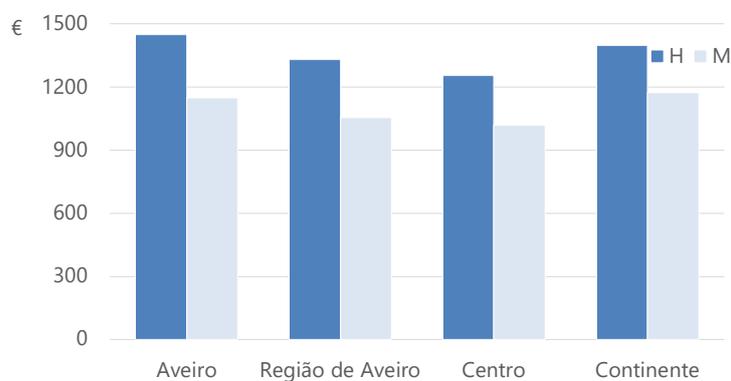


Figura 54. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Relativamente ao setor da atividade económica, em Aveiro o setor secundário é aquele que apresenta um ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos mais elevado, com 1419,49€, mais 166,74€ que a CIM Região de Aveiro, mais 220,93€ que a Região Centro e mais 205,56€ que o Continente (Figura 55 e quadro 28). Em seguida surge o setor terciário, com 1259,14€ de remuneração média mensal, com mais 92,07€ que na CIM Região de Aveiro, mais 140,51€ que a Região Centro, porém com -80,30€ que o Continente. Em último lugar encontra-se o setor primário que, com um rendimento médio mensal de 1001,48€, apresenta um valor inferior ao da CIM Região de Aveiro (-49,59€), ao da Região Centro (-8,18€) e ao do Continente (-9,95€). De referir que na totalidade das unidades espaciais consideradas, o setor primário aparece sempre em último lugar e o setor secundário no primeiro lugar, à exceção do Continente, onde o primeiro lugar é ocupado pelo setor terciário.

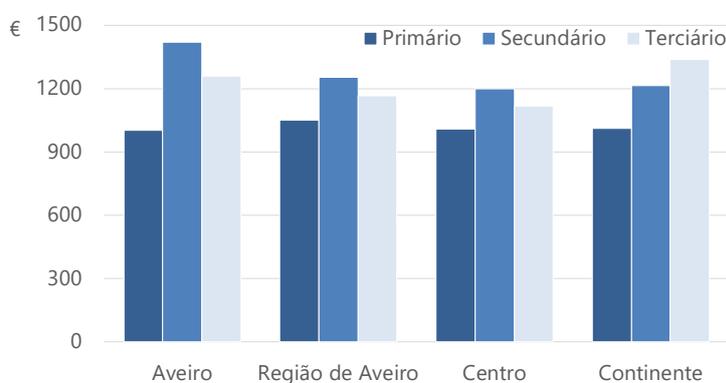


Figura 55. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 28. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Unidade territorial	Ganho médio mensal			Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	(€)					
Aveiro	1001,48	1419,49	1259,14	-	-	-
Região de Aveiro	1051,07	1252,75	1167,07	-49,59	166,74	92,07
Centro	1009,66	1198,56	1118,63	-8,18	220,93	140,51
Continente	1011,43	1213,93	1339,44	-9,95	205,56	-80,30

Fonte: www.ine.pt.

Quanto às habilitações literárias, e tal como acontece na generalidade dos territórios portugueses, em Aveiro o ganho médio mensal dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento) é superior relativamente ao dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais baixos (Quadros 29 e 30). Numa referência aos valores para este território municipal, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 785,19€ do que os trabalhadores com o 1.º CEB, mais 748,59€ do que os trabalhadores que possuem o 3.º CEB e mais 659,62€ do que os trabalhadores que detêm o ensino secundário. Atendendo a esta realidade, poder-se-á concluir que, embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades no ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente a remuneração dos diferentes profissionais. A média salarial praticada no município de Aveiro é superior à praticada na CIM Região de Aveiro e da Região Centro, em todos os níveis de habilitações, apenas com a exceção do curso técnico profissional, onde o valor de Aveiro é inferior ao das unidades territoriais de referência (CIM Região de Aveiro e Região Centro). Em comparação com o Continente, em Aveiro observam-se valores de remuneração média mensal mais elevados apenas até o 3.º

CEB. Nos níveis de habilitações superiores ao 3.º CEB, a média salarial praticada no Continente supera a do município de Aveiro.

Quadro 29. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
	(€)										
Aveiro	899,15	1006,54	1085,40	1043,14	1132,11	1042,54	1784,18	1791,73	1812,11	2641,01	1315,84
Região de Aveiro	856,63	967,94	1032,94	1043,97	1114,90	1135,70	1730,43	1697,95	1726,69	2595,63	1209,91
Centro	856,04	944,56	1005,04	1016,94	1077,05	1090,64	1608,84	1582,11	1707,58	2477,98	1147,11
Continente	849,53	928,18	978,30	1013,30	1163,52	1207,83	1957,13	1938,60	2062,14	2797,56	1294,11

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 30. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.

Unidade territorial	Inferior ao 1.º CEB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Curso técnico superior profissional	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
	(€)									
Região de Aveiro	42,52	38,60	52,46	-0,83	17,21	-93,16	53,75	93,78	85,42	45,38
Centro	43,11	61,98	80,36	26,20	55,06	-48,10	175,34	209,62	104,53	163,03
Continente	49,62	78,36	107,10	29,84	-31,41	-165,29	-172,95	-146,87	-250,03	-156,55

Fonte: www.ine.pt.

Por fim, o indicador do poder de compra per capita, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados de 2021 (Figura 56), Aveiro apresenta um poder de compra per capita de 119,68, sendo um valor acima do registado na CIM Região de Aveiro (93,05) e na Região Centro (89,87).

No contexto da CIM Região de Aveiro, nenhum dos municípios apresenta valores maiores que o município de Aveiro. Em termos evolutivos, verifica-se um decréscimo contínuo do poder de compra per capita, com exceção do ano de 2015, em que se registou um ligeiro acréscimo, passando de 123,50, em 2013 para 125,13 em 2015 (Figura 57). Comparando os valores do poder de compra per capita entre 2011 e 2021, no município de Aveiro, observa-se um decréscimo, passando de 126,68 em 2011 para 119,68 em 2021. O mesmo não se reitera nas unidades territoriais de referência, uma vez que, no mesmo período temporal, a CIM Região de Aveiro registou um aumento de 1,79 e a Região Centro um aumento de 2,38.

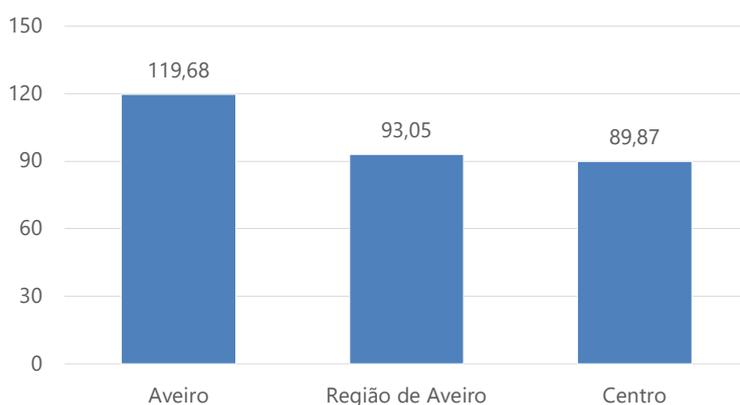


Figura 56. Poder de compra *per capita* em 2021.

Fonte: www.ine.pt.

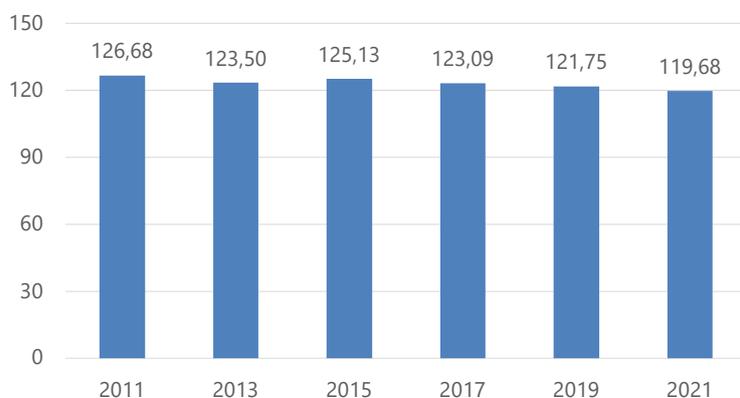


Figura 57. Evolução do poder de compra *per capita* entre 2011 e 2021.

Fonte: www.ine.pt.

III. DIAGNÓSTICO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

A RSES, que integra as múltiplas modalidades de intervenção no âmbito da ação social tuteladas pelo MTSSS, tem vindo a adaptar-se, quer em quantidade, quer em qualidade, às necessidades dos cidadãos, em virtude de uma realidade demográfica, social, económica e cultural em permanente evolução.

Mas atender aos problemas dos grupos sociais mais vulneráveis, cada vez mais amplos e abrangentes, é um desígnio exigente que impõe uma intervenção próxima das pessoas, integrada, inovadora e capaz de colmatar ou minimizar diversas e complexas necessidades em diferentes áreas.

O diagnóstico da RSES, ao permitir avaliar a capacidade de resposta municipal e, por conseguinte, priorizar necessidades e corrigir assimetrias, reveste-se de uma

importância incontornável para o planeamento estratégico da intervenção territorial, com vista à satisfação das necessidades das gerações atuais, mas, sobretudo, das gerações vindouras, na medida em que as opções tomadas hoje terão consequências que irão perdurar por muitos anos, por se tratar de uma matéria com impactos diretos nos direitos sociais fundamentais dos cidadãos, na qualidade de vida da população e no desenvolvimento local sustentável.

No município de Aveiro os serviços e equipamentos sociais encontram-se organizados numa rede extensa, complexa, dispersa e em grande expansão, em resultado da coexistência de múltiplas problemáticas sociais que determinaram o desenvolvimento de diferentes respostas sociais (Anexo XXXVI)⁴.

⁴ De acordo com a Portaria n.º 66/2021, de 17 de março, a RSES corresponde à configuração da organização territorial dos serviços e equipamentos sociais previstos na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor (n.º 1 do artigo 12.º), incluindo os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, as respostas da rede geral da RNCCI e a resposta social de AAC no âmbito do POAPMC, e incide sobre a rede pública, solidária e lucrativa (n.º 4 do artigo 5.º). No que se refere à RSES do município de Aveiro é, ainda, de referir o seguinte:

- Não foi identificada a freguesia de localização das três casas de abrigo existentes no território municipal, por razões associadas à natureza confidencial da própria resposta;
- A Cáritas Diocesana de Aveiro foi considerada como solidária, ainda que a EA (NAVVD) seja de natureza jurídica indefinida, uma vez que resulta de protocolo entre entidades de diferente natureza;
- A SCMA foi considerada como solidária, ainda que seja responsável por um equipamento social de natureza lucrativa, a saber, o Edifício Irmãos Rangel, localizado na UF de Glória e Vera Cruz e onde funciona uma ERPI;
- A UC da DomusVi - Unidade Dom Pedro V foi considerada como pública, ainda que a entidade gestora seja de natureza lucrativa;
- A Destaqueternura, Lda, da rede lucrativa e responsável por um SAD para pessoas idosas, não disponibilizou informação, e a Geriavi 01 A1 S.A., da rede lucrativa e responsável por uma ERPI e por uma UC, não disponibilizou informação referente à UC.

III.1. Análise global

Entidade gestora

Qualquer entidade, individual ou coletiva, que gere equipamentos sociais onde se desenvolvem respostas sociais.

III.1.1. Entidades gestoras

III.1.1.1. Natureza jurídica

As entidades gestoras de equipamentos sociais são de natureza diversa, podendo ser agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades não lucrativas (rede solidária e rede pública) e entidades lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as IPSS's e outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS's e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as entidades oficiais que prosseguem fins de ação social, os serviços sociais de empresas e a SCML. As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativos.

No município de Aveiro identificam-se 55 entidades gestoras de equipamentos sociais⁵, das quais 72,73% (40) são entidades não lucrativas e 27,27% (15) são entidades lucrativas (Figura 58 e anexo XXXVII)⁶. Nas entidades não lucrativas é evidente o predomínio da rede solidária, que representa 58,18% (32), comparativamente à rede pública, que corresponde a 14,55% (8). A rede solidária é maioritariamente constituída por centros sociais e/ou paroquiais, que representam 18,18% (10), e associações, que correspondem a 14,55% (8). A rede pública é composta pelos sete agrupamentos de escolas existentes no território municipal - i) Aveiro, ii) Eixo, Aveiro, iii) Esgueira, Aveiro, iv) Oliveirinha, Aveiro, v) Dr. Mário Sacramento, Aveiro, vi) José Estêvão, Aveiro e vii) Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro

⁵ O total de entidades gestoras no município não corresponde à soma das mesmas por freguesia, uma vez que existem entidades gestoras que assumem responsabilidades sociais em diferentes freguesias.

⁶ A Cáritas Diocesana de Aveiro e a SCMA foram consideradas como solidárias, enquanto a Geriavi 01 A1 S.A. foi considerada como lucrativa.

-, responsáveis por 24 estabelecimentos de educação pré-escolar, e pela ULSRA, responsável pela única ECCE existente no território municipal.

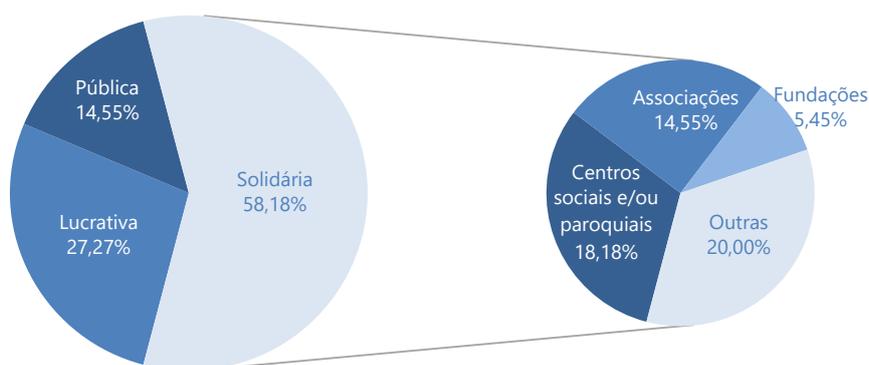


Figura 58. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.1.1.2. Distribuição territorial

A análise da distribuição territorial das 55 entidades gestoras de equipamentos sociais⁷ revela-nos que a UF de Glória e Vera Cruz é a que verifica o maior número (25), sendo também a que regista o maior número de entidades lucrativas (10). Seguem-se, ainda que com valores bastante distanciados, as freguesias de Esgueira (9) e Eixo e Eirol (7). Um último comentário para referir que, ao contrário das entidades não lucrativas, que se disseminam de forma equilibrada pelo território municipal, as entidades lucrativas apresentam um padrão de distribuição claramente polarizado, concentrando-se, maioritariamente, na UF de Glória e Vera Cruz⁸.

⁷ Uma das entidades gestoras lucrativas consideradas na UF de Glória e Vera Cruz corresponde à SCMA, uma vez que é nesta freguesia que se localiza o Edifício Irmãos Rangel, onde funciona uma ERPI.

⁸ Não foi identificada a freguesia de localização das três casas de abrigo existentes no território municipal, por razões associadas à natureza da própria resposta.

Equipamento social

Tradução física da maioria das respostas sociais, já que as alojam, tenham estas uma natureza residencial, ambulatória ou mista.

III.1.2. Equipamentos sociais

III.1.2.1. Natureza jurídica

No município de Aveiro encontram-se 95 equipamentos sociais (Figura 59 e anexo XXXVIII)⁹. A análise da natureza jurídica das entidades gestoras dos equipamentos sociais revela que 83,16% (79) do universo é constituído por equipamentos sociais não lucrativos, correspondendo os restantes 16,84% (16) a equipamentos sociais lucrativos. Nos equipamentos sociais não lucrativos a rede solidária representa 56,84% (54), enquanto a rede pública equivale a 26,32% (25). O peso da rede pública deve-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar do ME, geridos pelos sete agrupamentos de escolas existentes no território municipal - i) Aveiro, ii) Eixo, Aveiro, iii) Esgueira, Aveiro, iv) Oliveirinha, Aveiro, v) Dr. Mário Sacramento, Aveiro, vi) José Estêvão, Aveiro e vii) Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro -, bem como à ECCL, da responsabilidade da ULSRA.

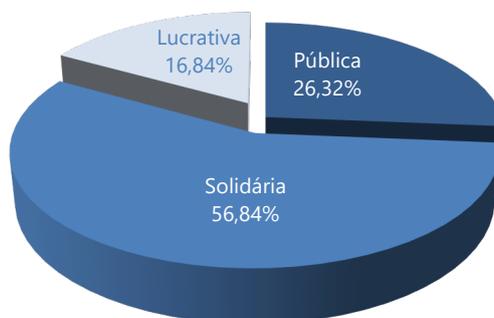


Figura 59. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

⁹ A Cáritas Diocesana de Aveiro e a SCMA foram consideradas apenas como solidárias, enquanto a Geriavi 01 A1 S.A. foi considerada apenas como lucrativa.

III.1.2.2. Distribuição territorial

A análise da distribuição territorial dos 95 equipamentos sociais¹⁰ (Mapa 18) mostra-nos que a UF de Glória e Vera Cruz é a que apresenta a maior concentração de equipamentos (33), sendo simultaneamente a que reúne o maior número de equipamentos lucrativos (10). Embora com valores inferiores, seguem-se as freguesias de Esgueira (13), de Aradas (9), de Eixo e Eirol (8), de Santa Joana (8) e de Oliveirinha (7). Sem cobertura de equipamentos não existe nenhuma freguesia. À semelhança do observado a propósito das entidades gestoras, os equipamentos lucrativos encontram-se centralizados na UF de Glória e Vera Cruz, enquanto os equipamentos não lucrativos estão representados em todas as freguesias. De notar que a freguesia de São Jacinto é a única onde não funcionam equipamentos não lucrativos da rede pública (estabelecimentos de educação pré-escolar do ME)¹¹.

III.1.3. Respostas sociais

III.1.3.1. Natureza jurídica

No município de Aveiro identificam-se 181 respostas sociais e da observação da natureza jurídica das entidades gestoras dos equipamentos sociais constata-se que 88,40% (160) do total é composto por respostas sociais não lucrativas, representando os restantes 11,60% (21) respostas sociais lucrativas (11,05%, que corresponde a 20 respostas sociais) e a uma resposta social de natureza jurídica indefinida (0,55%, que representa uma resposta social), correspondendo esta última à EA (NAVVD) da Cáritas Diocesana de Aveiro (Figura 60 e anexo XXXIX). Confirmando a importância deste setor no âmbito da proteção social às populações, nas respostas sociais não

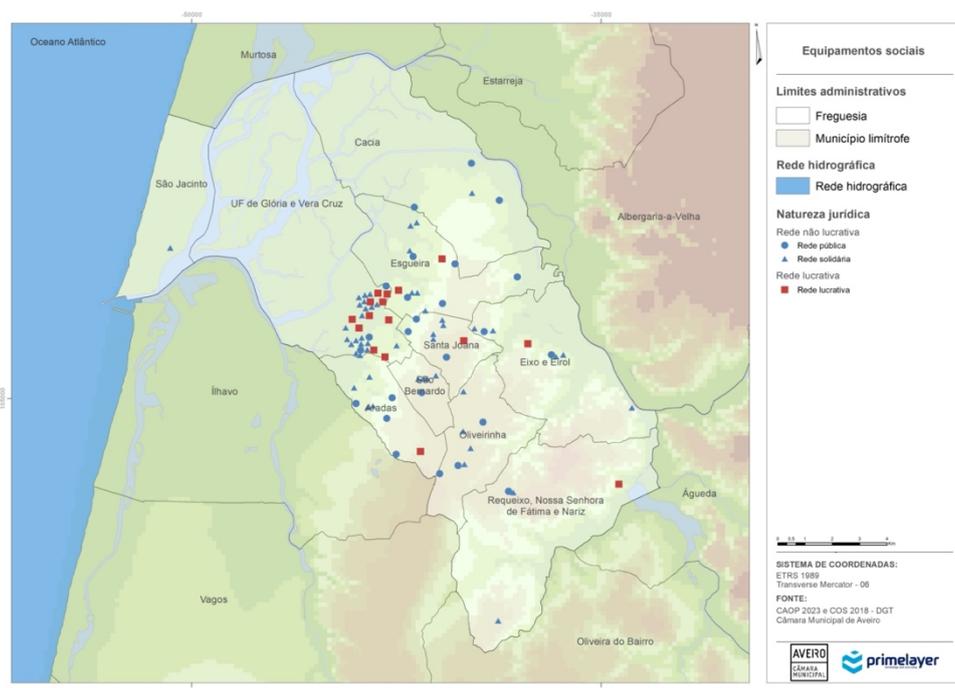
Resposta social

Serviço social desenvolvido no interior ou a partir de um equipamento social.

¹⁰ Um dos equipamentos sociais lucrativos considerados na UF de Glória e Vera Cruz corresponde à SCMA, uma vez que é nesta freguesia que se localiza o Edifício Irmãos Rangel, onde funciona uma ERPI.

¹¹ Não foi identificada a freguesia de localização das três casas de abrigo existentes no território municipal, por razões associadas à natureza da própria resposta.

lucrativas é evidente a preponderância da rede solidária, que representa 74,03% (134), em detrimento da rede pública, que corresponde a 14,36% (26). O peso da rede pública deve-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar do ME e à ECCI da ULSRA. A rede lucrativa integra as respostas sociais de creche, JI, CATL, SAD e ERPI.



Mapa 18. Distribuição territorial dos equipamentos sociais.

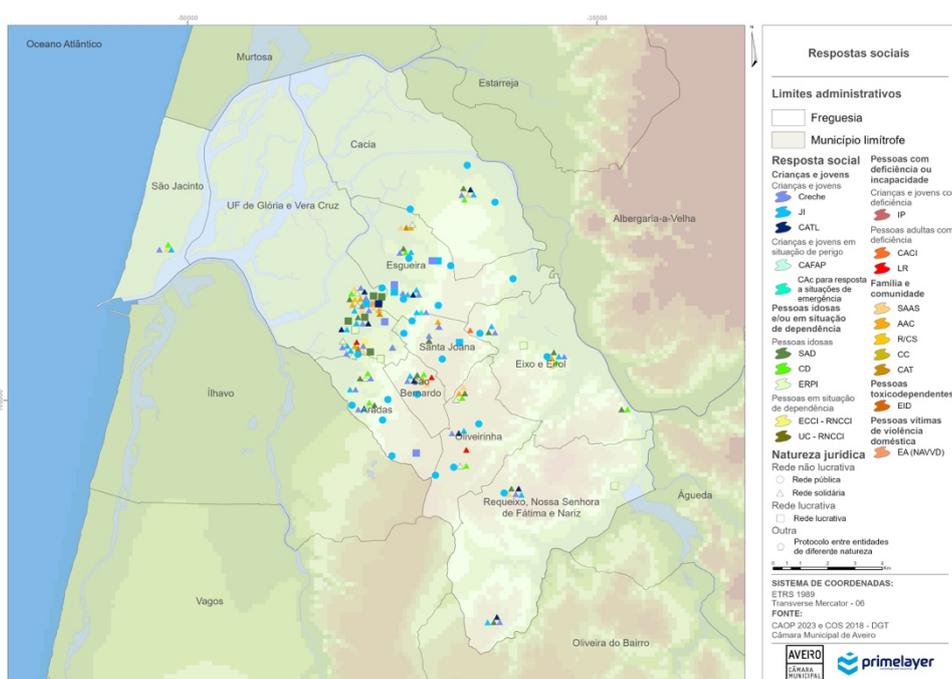


Figura 60. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.1.3.2. Distribuição territorial

A implantação das 181 respostas sociais¹² identificadas no município de Aveiro reflete o padrão de distribuição populacional, privilegiando as centralidades tradicionais (Mapa 19 e anexo XL). A UF de Glória e Vera Cruz regista o maior número de respostas sociais (57), seguida, ainda que com valores bastante distanciados, das freguesias de Esgueira (25), Aradas (17), Santa Joana (16), Eixo e Eirol (15) e Oliveirinha (14). Seguindo o padrão das entidades gestoras e dos equipamentos sociais, as respostas sociais não lucrativas disseminam-se de forma equilibrada pelo território municipal, enquanto as respostas sociais lucrativas encontram-se centralizados na UF de Glória e Vera Cruz¹³.



Mapa 19. Distribuição territorial das respostas sociais¹⁴.

¹² Uma das respostas sociais lucrativas consideradas na UF de Glória e Vera Cruz corresponde à ERPI da SCMA, uma vez que é nesta freguesia que se localiza o Edifício Irmãos Rangel.

¹³ Não foi identificada a freguesia de localização das três casas de abrigo existentes no território municipal, por razões associadas à natureza da própria resposta.

¹⁴ No sentido de apoiar a leitura da informação, sempre que um equipamento social desenvolve mais do que uma atividade e/ou serviço, as respostas sociais são representadas através de uma localização relativa.

III.1.3.3. Respostas sociais por população-alvo

As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (94, valor correspondente a 51,93%) e pessoas idosas e/ou em situação de dependência (52, valor que representa 28,73%) são as mais presentes no território, ainda que com uma clara superioridade das primeiras em relação às segundas (Figuras 61, 62 e 63 e anexo XLI). A superioridade das respostas sociais direcionadas às crianças e jovens deve-se aos estabelecimentos de educação pré-escolar, que equivalem a 57,61% (53) das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens, dos quais 45,28% (24) são relativos a estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública. Se anularmos este efeito, é clara a preponderância das respostas sociais direcionadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (52, valor correspondente a 40,63%) em comparação com as dirigidas às crianças e jovens (41, valor que representa 32,03%). Numa posição intermédia encontram-se as respostas sociais direcionadas à família e comunidade, que correspondem a 13,81% (25). As respostas sociais dirigidas às pessoas com deficiência ou incapacidade, às PVVD e às pessoas toxicodependentes representam, respetivamente, 2,76% (5), 2,21% (4) e 0,55% (1) das respostas sociais que compõem a RSES do município de Aveiro.

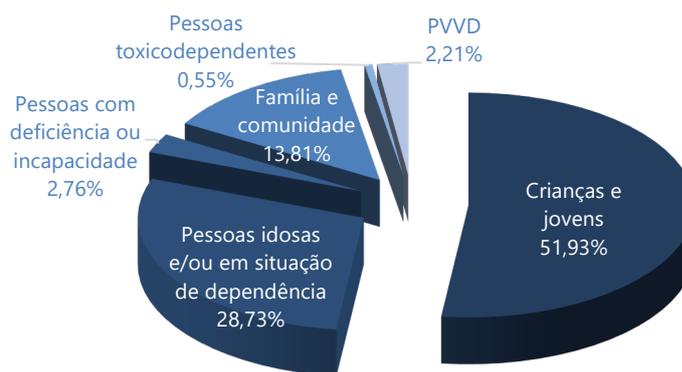


Figura 61. Respostas sociais, segundo a população-alvo, no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

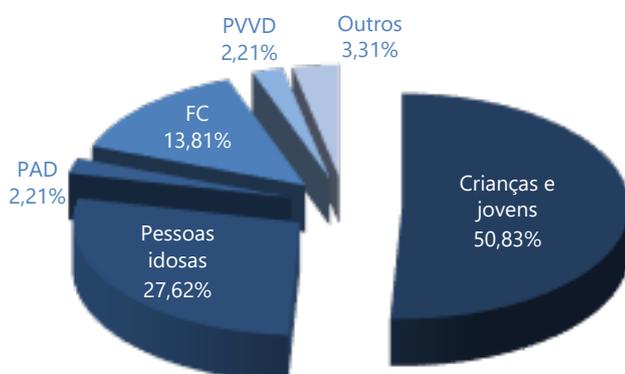


Figura 62. Respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

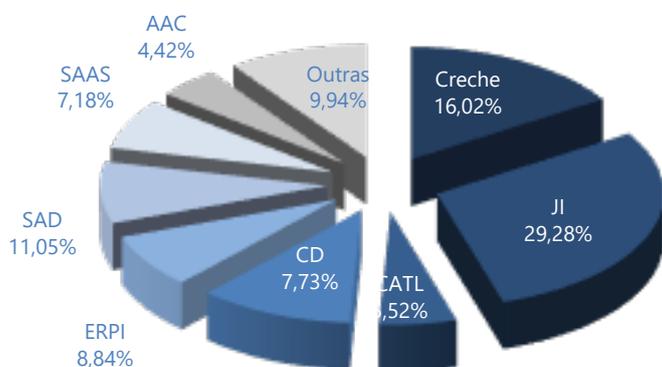


Figura 63. Respostas sociais, segundo a tipologia, no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.1.3.4. Capacidade¹⁵, utentes, utentes com acordo¹⁶ e lista de espera¹⁷

A capacidade instalada das respostas sociais constitui uma das principais vertentes da sua análise, apesar de o conceito não possuir, para todas, interpretação similar,

¹⁵ O conceito de capacidade não se aplica às respostas sociais de IP, SAAS, CC e EA (NAVVD).

¹⁶ O conceito de acordo não se aplica às respostas sociais de natureza pública (estabelecimentos de educação pré-escolar) e lucrativa (4 creches, 6 estabelecimentos de educação pré-escolar, 1 CATL, 5 SAD's e 4 ERPI's), bem como às respostas sociais de SAAS, AAC, R/CS, CC e EA (NAVVD) e às respostas da rede geral da RNCCI (ECCI e UC).

¹⁷ O conceito de lista de espera não se aplica às respostas sociais de CAc para resposta a situações de emergência, SAAS, AAC, R/CS, CC, CAT, EID, EA (NAVVD) e CAb e às respostas da rede geral da RNCCI (ECCI e UC).

ou mesmo, definição objetiva unívoca. Seguindo um padrão idêntico ao da distribuição das respostas sociais por população-alvo, a capacidade instalada acentua a relevância das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (5038) e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (1902)¹⁸, ainda que, uma vez mais, com uma clara superioridade das primeiras em relação às segundas (Figura 64 e anexo XLII). Com valores mais baixos, mas igualmente significativos, encontram-se as respostas sociais direcionadas à família e comunidade (876)¹⁹. Por fim, com valores bastante inferiores surgem as respostas sociais vocacionadas para as pessoas toxicodependentes (200), as pessoas com deficiência ou incapacidade (98)²⁰ e as PVVD (43)²¹. O destaque das respostas sociais destinadas às crianças e jovens deve ser avaliado à luz do peso dos estabelecimentos de educação pré-escolar, inseridos no sistema educativo. Por sua vez, o valor elevado das respostas sociais que visam o apoio à família e comunidade deve ser enquadrado pela integração da resposta social de AAC, correspondente à atividade de distribuição de ajuda alimentar desenvolvida no âmbito do POAPMC no território continental, em resultado da celebração de um memorando de cooperação entre o GEP e a autoridade de gestão do POAPMC²². Então, retirando a influência destes dois fatores, as respostas sociais dirigidas às crianças e jovens, embora continuem a registar a maior capacidade instalada, diminuem para menos de metade a sua representatividade (de 5038 para

¹⁸ A Geriavi 01 A1 S.A., da rede lucrativa e responsável por uma ERPI e por uma UC, não disponibilizou informação referente à UC, pelo que foram analisadas apenas as dimensões da capacidade e dos utentes, retiradas da Carta Social do GEP/MTSSS.

¹⁹ Não considera a capacidade das respostas sociais de SAAS e CC, por não se aplicar o conceito.

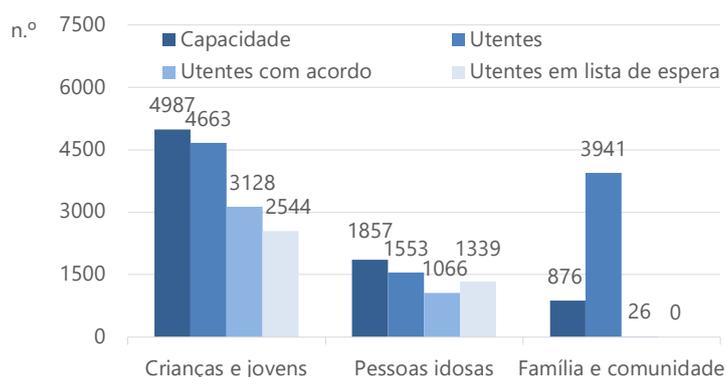
²⁰ Não considera a capacidade da resposta social de IP, por não se aplicar o conceito.

²¹ Não considera a capacidade da resposta social de EA (NAVVD), por não se aplicar o conceito.

²² No âmbito da distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade às pessoas mais carenciadas, o POAPMC apoia-se num conjunto de entidades parceiras, distinguindo-se as que assumem funções de polo de receção (entidades coordenadoras), que recebem e armazenam os géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade e coordenam a operação, e as que distribuem diretamente os bens aos destinatários finais (entidades mediadoras).

2371), e as respostas sociais direcionadas à família e comunidade passam a verificar uma capacidade instalada bastante inferior (de 876 para 48), sendo que apenas as respostas sociais vocacionadas para as PVVD observam um valor mais baixo.²³

A - Crianças e jovens, pessoas idosas e família e comunidade



B - Crianças e jovens em situação de perigo, pessoas em situação de dependência, crianças e jovens com deficiência, pessoas adultas com deficiência, pessoas toxicodependentes e pessoas vítimas de violência doméstica

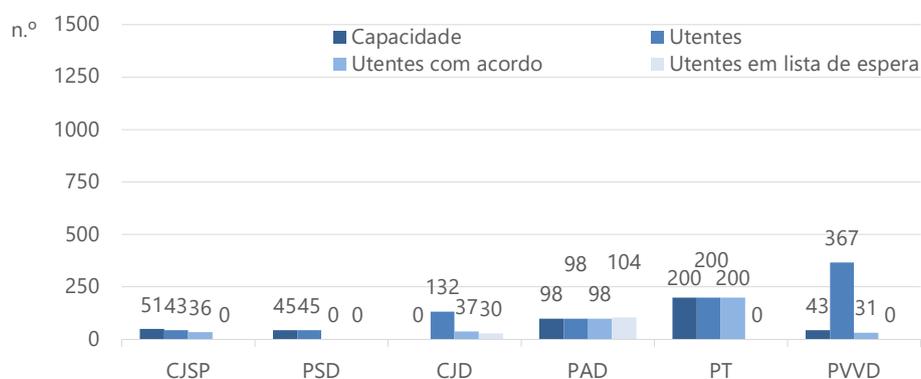


Figura 64 [A e B]. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

²³ Neste ponto, no que se refere à resposta social de CAFAP, estão considerados apenas os agregados familiares.

No que se refere à repartição dos utentes, evidenciam-se as respostas sociais dedicadas às crianças e jovens (4706) e, agora, à família e comunidade (3941), que superam claramente as respostas sociais destinadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (1598). Em posições bastante distanciadas aparecem as respostas sociais dirigidas às PVVD (367), às pessoas com deficiência ou incapacidade (230) e às pessoas toxicodependentes (200). Se anularmos o efeito dos estabelecimentos de educação pré-escolar, do SAAS e da AAC, continuam a sobressair as respostas sociais que visam o apoio às crianças e jovens, ainda que também aqui diminuam para menos de metade a sua representatividade (de 4706 para 2293), as respostas sociais direcionadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência passam novamente a ocupar o segundo lugar e as respostas sociais vocacionadas para a família e comunidade (de 3941 para 99) são ultrapassadas pelas respostas sociais dedicadas às PVVD, às pessoas com deficiência ou incapacidade e às pessoas toxicodependentes.

Relativamente aos utentes com acordo²⁴, as respostas sociais destinadas às crianças e jovens são as que observam os valores mais expressivos (3164), seguidas, ainda que com valores claramente distanciados, das respostas sociais que visam o apoio às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (1066). Por ordem decrescente de grandeza encontram-se as respostas sociais direcionadas às pessoas toxicodependentes (200), às pessoas com deficiência ou incapacidade (135), às PVVD (31)²⁵ e à família e comunidade (26).

Por fim, no caso dos utentes em lista de espera, salientam-se as respostas sociais dirigidas às crianças e jovens, devido à importância da resposta social de creche (que corresponde a 2200 do total de 2544 crianças em lista de espera nesta população-

²⁴ O estabelecimento de educação pré-escolar da Associação os Salineiros - Associação Aveirense para a Educação Ativa e a ERPI da Associação de Solidariedade Social dos Professores, embora sejam de natureza solidária, encontram-se a funcionar sem acordo com a segurança social.

²⁵ O conceito de acordo não se aplica a uma das respostas sociais de CAB, a saber, a CAB da Cáritas Diocesana de Aveiro, que, por ser uma resposta social diferenciada (única CAB do país que acolhe homens vítimas de violência doméstica), é financiada através de fundos comunitários do Portugal 2030.

alvo), e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência, devido à importância da resposta social de ERPI (que corresponde a 1162 do total de 1339 idosos em lista de espera nesta população-alvo). Seguem-se as respostas sociais direcionadas às pessoas com deficiência ou incapacidade (134).²⁶

Considerando a capacidade instalada e a frequência segundo a natureza jurídica da entidade gestora verificamos que as respostas sociais não lucrativas exibem valores claramente superiores às lucrativas (Figuras 65 e 66).



Figura 65. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Figura 66. Uteses das respostas sociais segundo a natureza jurídica no município.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.1.3.5. Área de influência²⁷

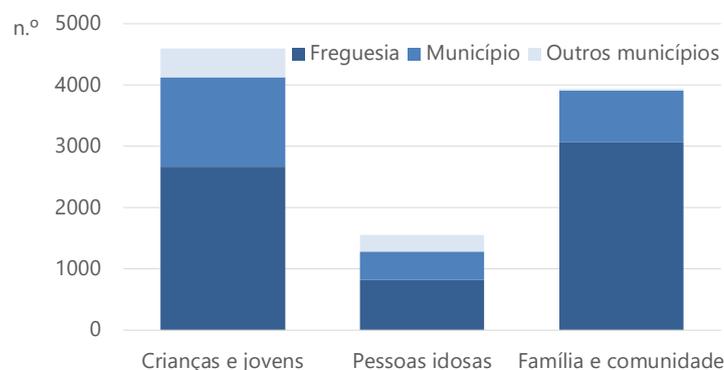
A análise da área de influência das respostas sociais por população-alvo põe em evidência a existência de diferentes padrões (Figura 67 e anexo XLIII). Nas respostas sociais de proximidade, geralmente vocacionadas para colmatar as necessidades das famílias durante o período diário nos dias úteis, o raio de implantação é

²⁶ As listas de espera apresentadas correspondem a valores indicativos, uma vez que, primeiro, estas não se encontram atualizadas na generalidade das instituições e, depois, é representativo o número de utentes inscritos em mais do que uma instituição.

²⁷ A Geriavi 01 A1 S.A., da rede lucrativa e responsável por uma ERPI e por uma UC, não disponibilizou informação referente à UC, pelo que foram analisadas apenas as dimensões da capacidade e dos utentes, retiradas da Carta Social do GEP/MTSSS, e o Colégio D. José I não disponibilizou a informação referente à área de influência.

maioritariamente municipal, acolhendo utentes do município e, sobretudo, da própria freguesia onde os equipamentos sociais se situam. São disso exemplo as creches, os estabelecimentos de educação pré-escolar, os CATL's, os SAD's e os CD's. Em contraponto, nas respostas sociais que implicam institucionalização, funcionando, na generalidade, ao longo das 24 horas diárias e durante os sete dias da semana, a área de abrangência geográfica é mais alargada, como é o caso das ERPI's e dos LR's.²⁸

A - Crianças e jovens, pessoas idosas e família e comunidade



B - Crianças e jovens em situação de perigo, pessoas em situação de dependência, crianças e jovens com deficiência, pessoas adultas com deficiência, pessoas toxicodependentes e pessoas vítimas de violência doméstica

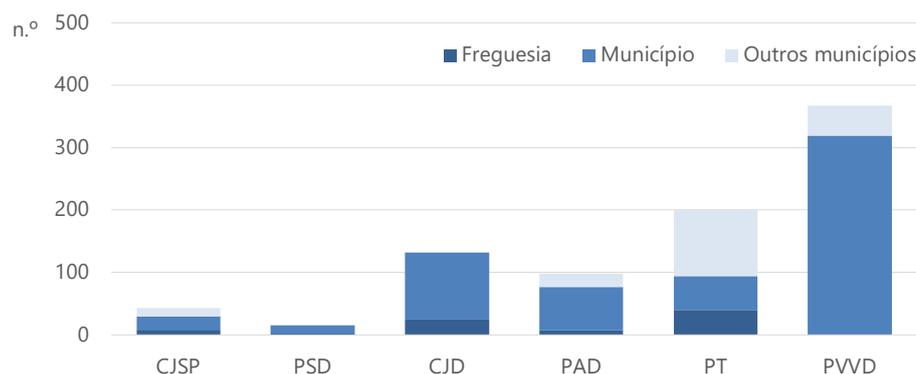


Figura 67 [A e B]. Área de influência dos utentes das respostas sociais por população-alvo.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

²⁸ Neste ponto, no que se refere à resposta social de CAFAP, estão considerados apenas os agregados familiares.

III.2. Análise das respostas por população-alvo

III.2.1. Crianças e jovens

III.2.1.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No município de Aveiro encontram-se 94 respostas sociais destinadas às crianças e jovens, a saber, 29 creches, 53 estabelecimentos de educação pré-escolar, 10 CATL's, 1 CAFAP e 1 CAC para resposta a situações de emergência (Quadro 31 e anexo XLIV). Numa referência à natureza jurídica, e excluindo a resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, predomina a rede solidária, presente em todas as respostas sociais. Por sua vez, a rede lucrativa está presente apenas nas respostas sociais de creche, estabelecimento de educação pré-escolar e CATL, onde representa, respetivamente, 13,79%, 11,32% e 10% do universo total. Relativamente à resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, esta subdivide-se entre a rede pública do ME (45,28%), a rede solidária (43,40%) e a rede lucrativa (11,32%).

A análise da distribuição territorial das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens coloca em evidência, por um lado, a elevada disseminação da resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar pelo território municipal e, por outro lado, a maior concentração das respostas sociais na UF de Glória e Vera Cruz e na freguesia de Esgueira, que correspondem aos principais núcleos populacionais (Mapa 20).

Creche

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, vocacionada para o acolhimento de crianças até aos 3 anos de idade durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, proporcionando apoio à criança e à família.

Estabelecimento de educação pré-escolar

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 6 anos, proporcionando-lhes atividades educativas e promovendo atividades de apoio à família.

Centro de atividades de tempos livres

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, vocacionada para proporcionar atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos de idade nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades, podendo promover, complementarmente, atividades de apoio à família.

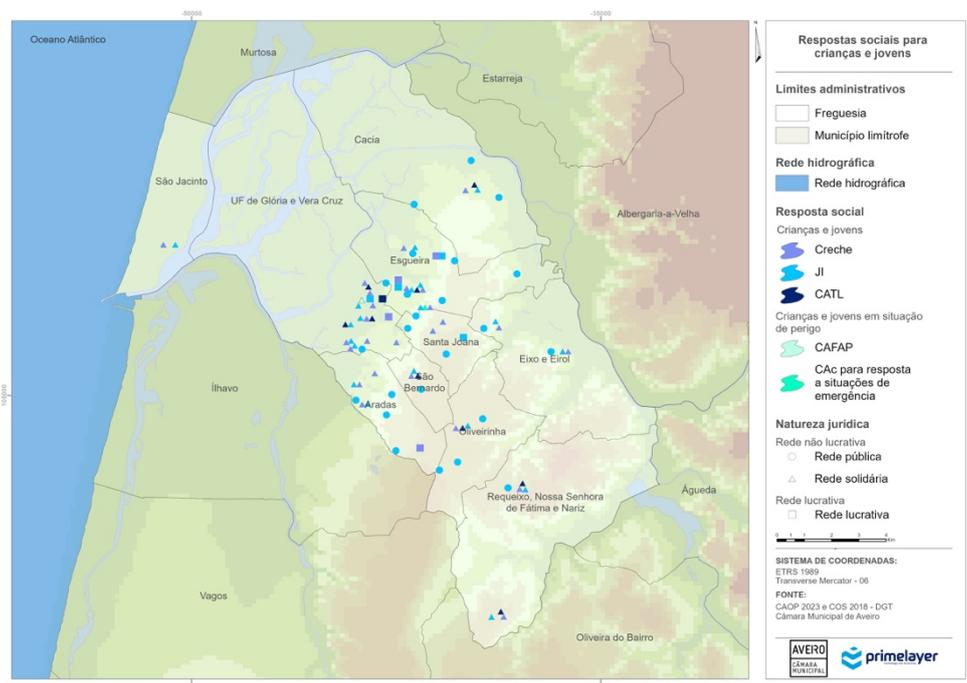
Centro de apoio familiar e aconselhamento parental

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

Quadro 31. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.

Natureza jurídica	Crianças e jovens				Crianças e jovens em situação de perigo			Total
	Creche	JJ	CATL	Sub-total	CAFAP	CAC para resposta a situações de emergência	Sub-total	
	(n.º)							
Pub	0	24	0	24	0	0	0	24
Sol	25	23	9	57	1	1	2	59
Luc	4	6	1	11	0	0	0	11
Total	29	53	10	92	1	1	2	94

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 20. Distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.

III.2.1.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo²⁹, lista de espera³⁰ e taxa de utilização³¹

Numa análise global à capacidade e aos utentes, constatamos que a capacidade instalada é superior à procura registada em todas as respostas sociais dedicadas às crianças e jovens, particularmente nas respostas sociais destinadas às crianças e jovens em situação de perigo (Quadro 32 e anexos XLV, XLVI e XLVII). A realidade descrita traduz-se numa taxa de utilização global de 97% na resposta social de creche, 90,48% na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, 96,95% na resposta social de CATL, 81,82% na resposta social de CAFAP e, por fim, 88,89% na resposta social de CAC para resposta a situações de emergência. Numa referência à natureza jurídica nas respostas sociais de creche e estabelecimento de educação pré-escolar³², verifica-se que na resposta social de creche o valor é ligeiramente inferior quando considerada a rede lucrativa (96,92%) e mantém-se quando considerada a rede solidária (97%) e que na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar o valor é inferior quando considerada a rede lucrativa (69,81%), semelhante quando considerada a rede pública (89,21%) e superior quando considerada a rede solidária (96,39%).

Restringindo a análise à resposta social de creche, embora o valor global da taxa de utilização seja de 97%, são muitas as que se encontram a funcionar no limite da sua

²⁹ O conceito de acordo não se aplica às respostas sociais de natureza pública (estabelecimentos de educação pré-escolar) e lucrativa (4 creches, 6 estabelecimentos de educação pré-escolar e 1 CATL).

³⁰ O conceito de lista de espera não se aplica à resposta social de CAC para resposta a situações de emergência.

³¹ Para o cálculo da taxa de utilização são considerados o número total de utentes e a capacidade total da resposta social em análise [(número total de utentes da resposta social/capacidade total da resposta social) X 100].

³² Não é possível calcular a taxa de utilização para a única resposta social de CATL da rede lucrativa, na medida em que a uma capacidade de 20 corresponde uma frequência de 65, uma vez que existem crianças que usufruem apenas de transporte, outras beneficiam apenas de alimentação e outras frequentam apenas uma ou duas vezes por semana.

Casa de acolhimento para resposta a situações de emergência

Resposta social, no âmbito da execução de medida de promoção e proteção, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente determinado pela necessidade de proteção imediata em situação de perigo atual ou eminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, que exija procedimentos adequados, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

capacidade máxima. É o caso das localizadas nas freguesias de Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, Oliveirinha e São Bernardo.

Quadro 32. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens.

Indicador	Unidade de medida	Crianças e jovens										Crianças e jovens em situação de perigo	
		Creche			JI			CATL			CAFAP	CAC para resposta a situações de emergência	
		SoI	Luc	Total	Pub	SoI	Luc	Total	SoI	Luc	Total	SoI	SoI
Capacidade	n.º	1502	130	1632	1019	1330	318	2667	668	20	688	33	18
Utentes	n.º	1457	126	1583	909	1282	222	2413	602	65	667	27	16
Utentes com acordo	n.º	1336	NA	1336	NA	1224	NA	1224	568	NA	568	20	16
Utentes em lista de espera	n.º	2105	95	2200	0	268	10	278	66	0	66	0	NA
Taxa de utilização	%	97	96,92	97	89,21	96,39	69,81	90,48	90,12	-	96,95	81,82	88,89

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Em termos de lista de espera, apenas as respostas sociais de creche, estabelecimento de educação pré-escolar e CATL registam utentes em lista de espera. É a resposta social de creche que apresenta a maioria dos utentes em lista de espera (2200 em 2544), os quais se concentram na rede solidária (2105 em 2200). A resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar regista 278 utentes em lista de espera, repartidos pela rede solidária (268), que representa a maioria, e pela rede lucrativa (10). Por fim, a resposta social de CATL apresenta 66 utentes em lista de espera, todos na rede solidária.

Por fim, relativamente aos utentes com acordo na rede solidária, verificamos que estes representam 62,80% da frequência total e 89,10% da frequência na rede solidária. Por resposta social, e restringindo a análise ao número de utentes na rede solidária, observa-se que é na resposta social de CAC para resposta a situações de

emergência que os utentes com acordo assumem maior expressão, correspondendo à totalidade dos utentes. Seguem-se as respostas sociais de estabelecimento de educação pré-escolar (95,48%)³³, CATL (94,35%) e creche (91,70%), onde a sua representatividade é igualmente relevante. Com valores inferiores encontra-se a resposta social de CAFAP (74,07%). Quando consideramos o número de utentes total o valor desce para 85,16% na resposta social de CATL, para 84,40% na resposta social de creche e para 50,73% na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar, revelando o peso da rede pública.³⁴

III.2.1.3. Taxa de cobertura³⁵

Numa outra perspetiva de análise (Figura 68), a observação da taxa de cobertura³⁶ referente ao ano de 2023 para as respostas sociais dirigidas à primeira infância (creche e ama) revela-nos que o valor do município de Aveiro (80,5%) é bastante superior ao valor do Continente (55,2%). Confirmando a realidade descrita, este valor encontra-se muito acima do valor adotado em dezembro de 2022, pelo Conselho da UE, como objetivo para 2030 em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com menos de 3 anos (45%)³⁷. Apesar do indicador positivo, é evidente a carência da resposta social de creche, particularmente nas freguesias mais urbanas.

³³ O estabelecimento de educação pré-escolar da Associação os Salineiros - Associação Aveirense para a Educação Ativa, embora seja de natureza solidária, encontra-se a funcionar sem acordo com a segurança social.

³⁴ Neste ponto, no que se refere à resposta social de CAFAP, estão considerados apenas os agregados familiares.

³⁵ A Carta Social do GEP/MTSSS apenas disponibiliza a taxa de cobertura para a primeira infância (creche e ama), para as pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI) e para as pessoas com deficiência ou incapacidade (CACI e LR).

³⁶ Para o cálculo da taxa de cobertura são considerados a capacidade total e a população de referência da resposta social em análise [(capacidade total da resposta social/população de referência) X 100].

³⁷ Valor adotado em dezembro de 2022, pelo Conselho da UE, como objetivo para 2030 em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com menos de 3 anos e que resulta da revisão da meta definida em 2002, pelo Conselho Europeu de Barcelona, como objetivo para 2010 (33%).

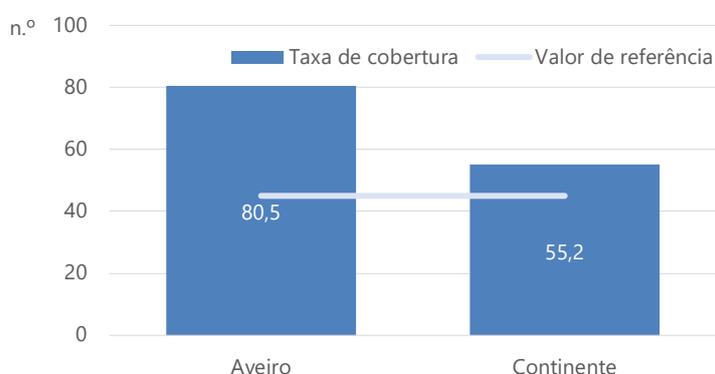


Figura 68. Taxa de cobertura das respostas sociais para primeira infância em 2023.

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Nota:

População de referência para a primeira infância (creche e ama): população residente com idade inferior a 3 anos em 2021.

III.2.1.4. Área de influência³⁸

Nas respostas sociais direcionadas às crianças e jovens, vocacionadas para o apoio à criança e à família durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais e/ou outros familiares, a área de influência é, como seria expectável, maioritariamente municipal, apoiando utentes residentes no próprio município e, principalmente, na freguesia onde os equipamentos sociais se localizam, o que revela que funcionam como respostas sociais de proximidade (Figuras 69 e 70 e anexo XLIII). Nas respostas sociais dirigidas às crianças e jovens em situação de perigo, destinadas ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo durante as 24 horas diárias e os sete dias da semana, com base na aplicação de uma medida de promoção e proteção, o raio de abrangência é, naturalmente, municipal, na resposta social de CAFAP³⁹, e regional, na resposta social de CAC para resposta a situações de emergência.

³⁸ O Colégio D. José I não disponibilizou a informação referente à área de influência.

³⁹ Neste ponto, no que se refere à resposta social de CAFAP, estão considerados apenas os agregados familiares.

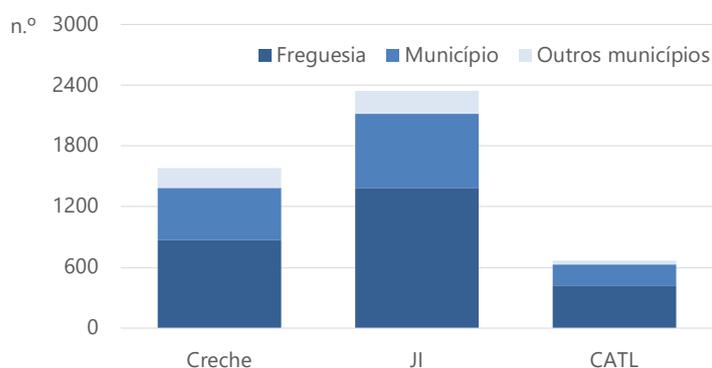


Figura 69. Área de influência dos utentes das respostas sociais para crianças e jovens.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

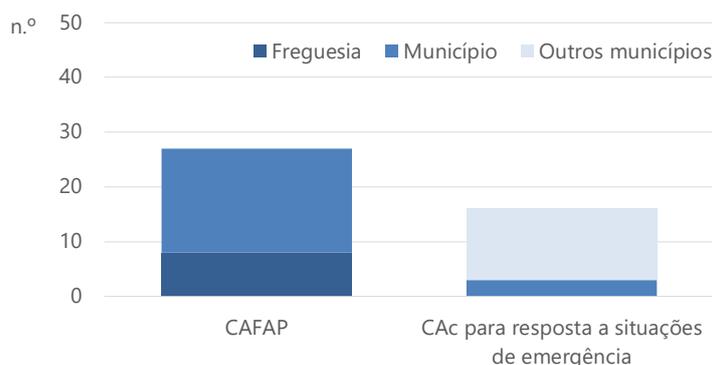


Figura 70. Área de influência dos utentes das respostas sociais para crianças e jovens em situação de perigo.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.1.5. Caracterização dos utentes⁴⁰

Os utentes das respostas sociais dedicadas às crianças e jovens distribuem-se de forma equilibrada pelos dois sexos, ainda que com uma ligeira superioridade do sexo masculino em relação ao feminino em todas as respostas sociais, e concentram-se no grupo etário dos 2 anos, no caso da creche, dos 5 anos, no caso do estabelecimento de educação-pré-escolar, e dos 6 aos 9 anos, no caso do CATL

⁴⁰ O Centro de Infância, Arte e Qualidade, na resposta social de CATL, não disponibilizou informação referente à caracterização dos utentes.

Serviço de apoio domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio em situação de dependência física e/ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Centro de dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio social e familiar.

(Figura 71 e anexo XLVIII). Numa referência ao CAFAP, e aqui analisando apenas as crianças⁴¹, verifica-se que as 46 crianças são maioritariamente do sexo masculino (29 para 17) e que mais de metade apresentam idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos (11 crianças no grupo etário dos 12-14 anos, 8 crianças no grupo etário dos 10-11 anos e 6 crianças no grupo etário dos 15-17 anos). Merece, também, referência o grupo etário dos 4 anos, com 7 crianças. Por fim, na CAC para resposta a situações de emergência, constata-se que as crianças se distribuem de forma equilibrada pelos dois sexos e pelos grupos etários dos 1-3 anos, 4-6 anos e 7-9 anos, tendo os grupos etários 0-1 ano e 10-11 anos menor representatividade.

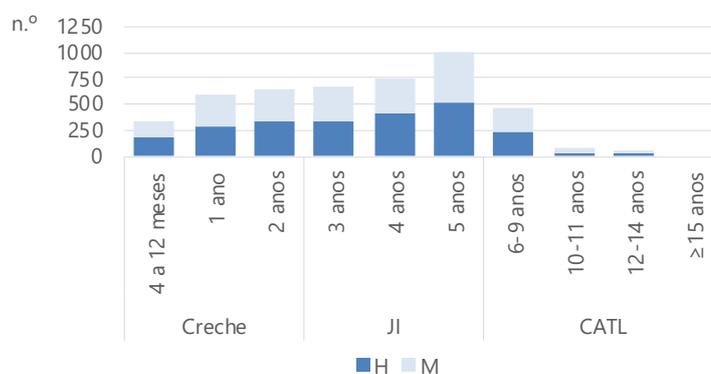


Figura 71. Utentes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para crianças e jovens.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.2. Pessoas idosas e/ou em situação de dependência

III.2.2.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No município de Aveiro existem 52 respostas sociais vocacionadas para as pessoas idosas e/ou em situação de dependência, a saber, 20 SAD's, 14 CD's, 16 ERPI's, 1 ECCI e 1 UC (Quadro 33 e anexo XLIX). A observação da natureza jurídica permite verificar que prevalece a rede solidária, presente em todas as respostas sociais, com exceção

⁴¹ Nas restantes dimensões de análise (capacidade, utentes, utentes com acordo e área de influência) estão considerados apenas os agregados familiares.

das duas respostas da rede geral da RNCCI. Por sua vez, a rede lucrativa está presente apenas nas respostas sociais de SAD (5 em 20) e ERPI (4 em 16)⁴².

Quadro 33. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

Natureza jurídica	Pessoas idosas				Pessoas em situação de dependência			Total
	SAD	CD	ERPI	Sub-total	ECCI	UC	Sub-total	
	(n.º)							
Pub	0	0	0	0	1	1	2	2
Sol	15	14	12	41	0	0	0	41
Luc	5	0	4	9	0	0	0	9
Total	20	14	16	50	1	1	2	52

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

O mapa da distribuição territorial das respostas sociais em funcionamento para pessoas idosas e/ou em situação de dependência mostra a elevada disseminação das respostas sociais para pessoas idosas pelo território municipal (Mapa 21), sendo que as respostas sociais de SAD e CD não se encontram presentes em apenas uma freguesia (São Jacinto no caso da resposta social de SAD e Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz no caso da resposta social de CD) e que a resposta social de ERPI não se encontra presente em apenas duas freguesias (Cacia e São Jacinto). Por sua vez, as duas respostas da rede geral da RNCCI localizam-se na UF de Glória e Vera Cruz. Um último comentário para referir a elevada concentração das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência na UF de Glória e Vera Cruz (17).

⁴² Uma das ERPI's lucrativas consideradas na UF de Glória e Vera Cruz corresponde à da SCMA, uma vez que é nesta freguesia que se localiza o Edifício Irmãos Rangel.

Estrutura residencial para pessoas idosas

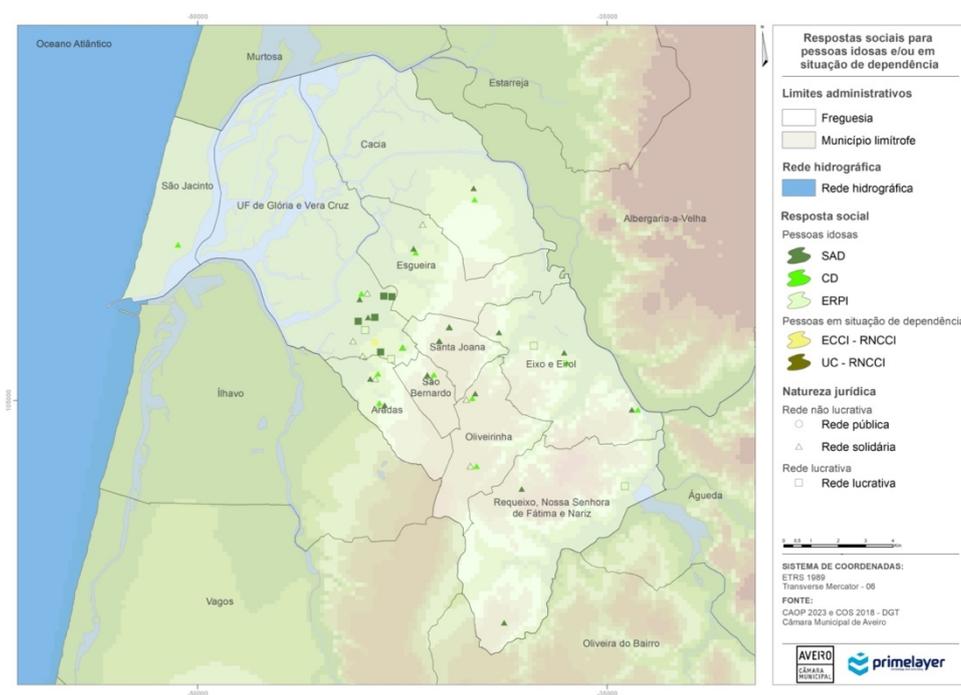
Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo de pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia, de utilização temporária ou permanente, e onde são desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem.

Equipa de cuidados continuados integrados

Equipa multidisciplinar que presta cuidados de saúde e apoio social no domicílio a pessoas em situação de dependência, com doença crónica, em reabilitação ou em situação de convalescença, que não necessitam de internamento, mas também não conseguem recorrer, temporariamente, aos cuidados primários ou hospitalares de forma autónoma. Estas equipas fazem parte da RNCCI e incluem, habitualmente, profissionais de saúde e da área social, como enfermeiros, médicos, assistentes sociais, fisioterapeutas e assistentes operacionais.

Unidade de convalescença

Dirigida a pessoas que já não necessitam de cuidados hospitalares, mas que, devido a uma situação de doença súbita ou ao agravamento duma doença ou deficiência crónica, requeiram cuidados de saúde que, pela sua frequência, complexidade ou duração, não possam ser prestados no domicílio.



Mapa 21. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

III.2.2.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo⁴³, lista de espera⁴⁴ e taxa de utilização

A observação dos valores globais de capacidade e utentes (Quadro 34 e anexos L a LII) revela-nos que a capacidade instalada é claramente superior à procura registada nas respostas sociais de SAD (582 para 745) e CD (305 para 420). No SAD a diferença é superior na rede lucrativa (150 para 260) e inferior na rede solidária (432 para 485). Os valores globais de capacidade instalada e procura registada descritos traduzem-se numa taxa de utilização de 78,12% no SAD e de 72,62% no CD. No SAD o valor é superior na rede solidária (89,07%) e inferior na rede lucrativa (57,69%). Em termos

⁴³ O conceito de acordo não se aplica às respostas sociais de natureza lucrativa (5 SAD's e 4 ERPI's) e às respostas da rede geral da RNCCI (ECCI e UC).

⁴⁴ O conceito de lista de espera não se aplica às respostas da rede geral da RNCCI (ECCI e UC).

de lista de espera, os valores são, naturalmente, pouco expressivos e concentram-se apenas na rede solidária (76 no SAD e 101 no CD).

Quadro 34. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

Indicador	Unidade de medida	Pessoas idosas							Pessoas em situação de dependência	
		SAD			CD	ERPI			ECCI	UC
		Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Pub	Pub
Capacidade	n.º	485	260	745	420	496	196	692	15	30
Utentes	n.º	432	150	582	305	493	173	666	15	30
Utentes com acordo	n.º	402	NA	402	262	402	NA	402	NA	NA
Utentes em lista de espera	n.º	76	0	76	101	1149	13	1162	NA	NA
Taxa de utilização	%	89,07	57,69	78,12	72,62	99,40	88,27	96,24	100	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Por sua vez, na resposta social de ERPI, embora se observe uma ligeira superioridade da capacidade instalada em relação à procura registada (692 para 666), traduzida numa taxa de utilização de 96,24%, a elevada lista de espera mostra a insuficiência da resposta social (1162). Por rede, verificamos que a rede lucrativa é a que apresenta a maior diferença entre a capacidade instalada e a procura registada (196 para 173), refletida na taxa de utilização mais baixa (88,27%), e, simultaneamente, a que evidencia a menor lista de espera, representando apenas 13 do total de 1162 utentes em lista de espera. Na rede solidária a diferença entre a capacidade instalada e a procura registada é de apenas três utentes (496 para 493), o que se traduz numa taxa de utilização de 99,40%. Refletindo esta realidade, a lista de espera concentra 1149 do total de 1162 utentes em lista de espera.

Analisando as respostas da rede geral da RNCCI (ECCI e UC⁴⁵), constata-se que os lugares disponíveis se encontram preenchidos, como revelam as taxas de utilização de 100%.

Por fim, no que respeita aos utentes com acordo na rede solidária, observamos que estes representam 68,64% da frequência total e 86,67% da frequência na rede solidária. Por resposta social, e limitando a análise ao número de utentes na rede solidária, verifica-se que assumem maior expressão na resposta social de SAD (93,06%), seguida da resposta social de CD (85,90%) e, por fim, da resposta social de ERPI (81,54%)⁴⁶. Considerando o número de utentes total os valores descem para 69,07% na resposta social de SAD e para 60,36% na resposta social de ERPI.

III.2.2.3. Taxa de cobertura

A análise da taxa de cobertura para o ano de 2023 das respostas sociais direcionadas às pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI) mostra-nos que, ao contrário do que acontece nas respostas sociais para primeira infância (creche e ama), aqui o valor do município de Aveiro é inferior ao do Continente (Figura 72), com uma diferença superior na resposta social de ERPI (5,7% para 8,7%) e inferior nas respostas sociais de SAD (4,3% para 4,7%) e CD (4,7% para 5%).

III.2.2.4. Área de influência⁴⁷

As respostas sociais que visam apoiar as pessoas idosas apresentam dois padrões distintos (Figura 73 e anexo XLIII). As respostas sociais de SAD e CD, como seria expectável, acolhem, maioritariamente, utentes originários da própria freguesia de

⁴⁵ A Geriavi 01 A1 S.A., da rede lucrativa e responsável por uma ERPI e por uma UC, não disponibilizou informação referente à UC, pelo que foram analisadas apenas as dimensões da capacidade e dos utentes, retiradas da Carta Social do GEP/MTSSS.

⁴⁶ A ERPI da Associação de Solidariedade Social dos Professores, embora seja de natureza solidária, encontra-se a funcionar sem acordo com a segurança social.

⁴⁷ A Geriavi 01 A1 S.A., na resposta de UC, não disponibilizou a informação referente à área de influência.

implantação dos equipamentos sociais ou do município, revelando que funcionam como serviços de proximidade. Por sua vez, a resposta social de ERPI apoia, naturalmente, um maior número de utentes oriundos de outros municípios, demonstrando um raio de abrangência mais alargado. Efetivamente, o peso percentual dos utentes provenientes de outros municípios é de 6,70% e 11,15% nas respostas sociais de SAD e CD e de 29,28% na resposta social de ERPI. A ECCI, única resposta da rede geral da RNCCI que disponibilizou informação, apresenta, evidentemente, uma área de influência municipal.

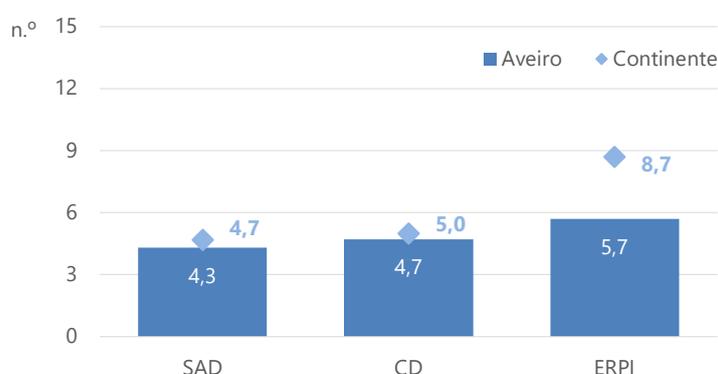


Figura 72. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas idosas em 2023.

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Nota:

População de referência para as pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI):

- SAD idosos: população residente com idade igual ou superior a 65 anos em 2021;
- CD: população residente com idade igual ou superior a 65 anos e inferior a 75 anos em 2021;
- ERPI: população residente com idade igual ou superior a 75 anos em 2021.

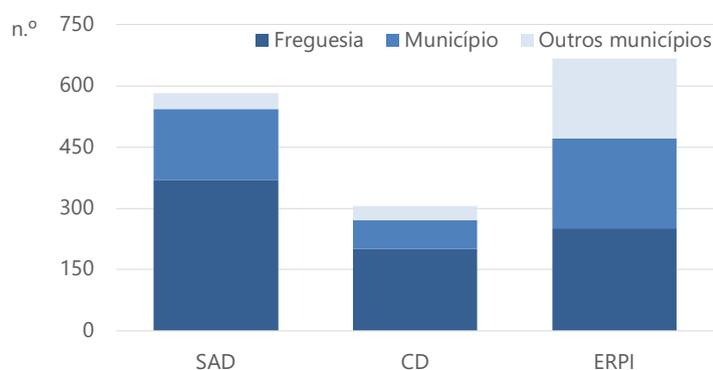


Figura 73. Área de influência dos utentes das respostas sociais para pessoas idosas.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.2.5. Caracterização dos utentes⁴⁸

A caracterização dos utentes segundo o sexo nas respostas sociais vocacionadas para pessoas idosas põe em evidência um claro predomínio do sexo feminino em relação ao masculino em todas as respostas sociais (Figura 74 e anexo LIII), particularmente na resposta social de ERPI (30,96% para 69,04%). Relativamente à distribuição etária dos utentes, é clara a utilização destes serviços numa fase da vida mais tardia, em especial na resposta social de ERPI (Figura 75). Efetivamente, se nas respostas sociais de SAD e CD os idosos com mais de 80 anos representam, respetivamente, 68,32% e 66,32% do universo de utentes, correspondendo os idosos com idade igual ou superior a 85 anos a 45,80% e 41,75% do universo de utentes, na resposta social de ERPI os idosos com mais de 80 anos representam 77,24% do universo de utentes, correspondendo os idosos com idade igual ou superior a 85 anos a 56,19% do universo de utentes.



Figura 74. Utentes, segundo o sexo, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

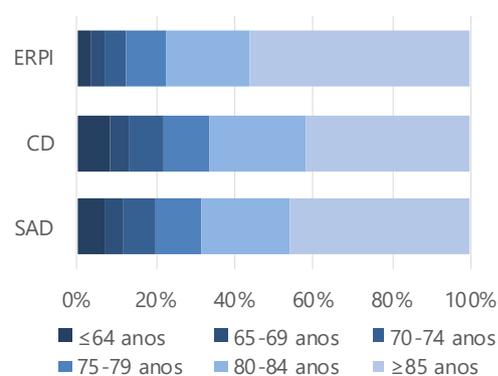


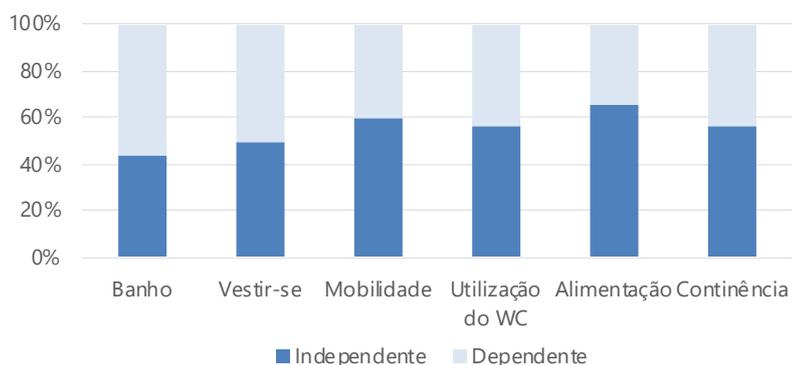
Figura 75. Utentes, segundo a idade, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

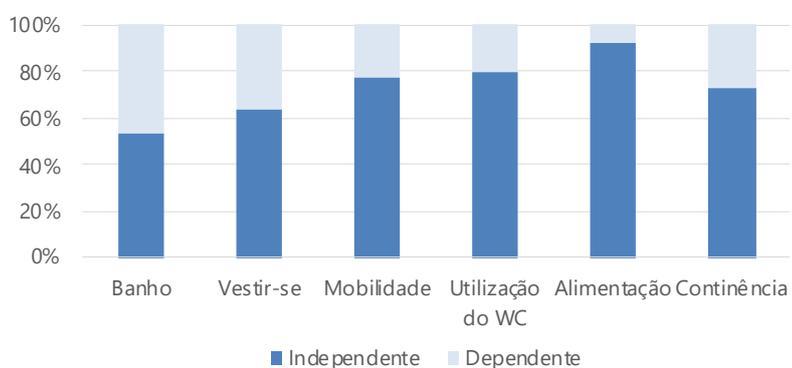
⁴⁸ A Age & Living, Lda e a Destaqueternura, Lda, na resposta social de SAD, o Centro Social Paroquial de São Jacinto, na resposta social de CD, o Lar Ilda Carvalho, Lda, na resposta social de ERPI, e as respostas da rede geral da RNCCI não disponibilizaram informação referente à caracterização dos utentes.

Quanto ao nível de incapacidade, são visíveis as diferenças que distinguem os utentes de SAD, CD e ERPI (Figura 76 e anexo LIV). A análise da capacidade para a realização de ABVD revela, como seria expectável, níveis de dependência superiores na resposta social de ERPI, por oposição às respostas sociais de SAD e CD, nas quais a maioria dos utentes é independente na generalidade das atividades avaliadas.

A - SAD



B - CD



C - ERPI

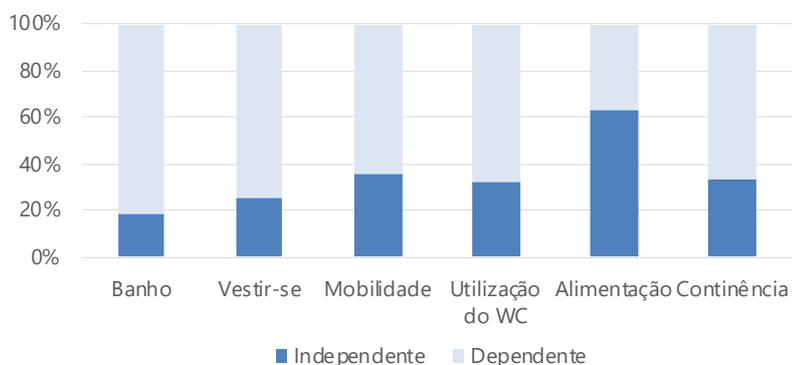
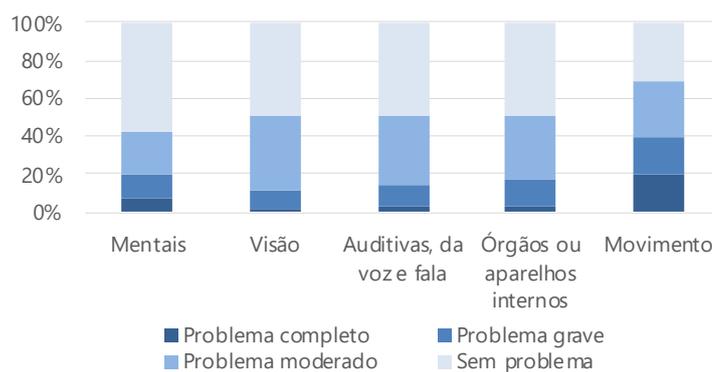


Figura 76 [A a C]. Utentes, segundo a capacidade para a realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas idosas.

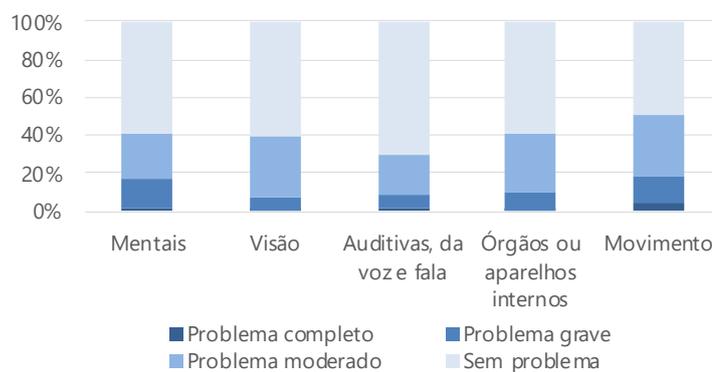
Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

No que se refere ao tipo de problema na função do corpo, distinguem-se, mais uma vez, os utentes de SAD, CD e ERPI (Figura 77 e anexo LV). Efetivamente, o número de utentes sem problema é, naturalmente, superior nas respostas sociais de SAD e CD por comparação à resposta social de ERPI.

A - SAD



B - CD



C - ERPI

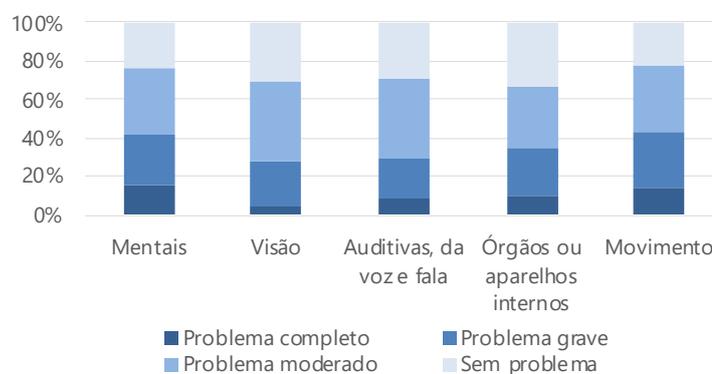


Figura 77 [A a C]. Utentes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Finalmente, no que respeita à incidência da problemática da demência, percebe-se que este problema afeta, respetivamente, 42,75%, 30,88% e 46,13% do universo de utentes nas respostas sociais de SAD, CD e ERPI (Figura 78). Numa referência à doença de Alzheimer, esta corresponde a 20,09%, 26,14% e 32,55% dos utentes com demência nas respostas sociais de SAD, CD e ERPI (Figura 79).

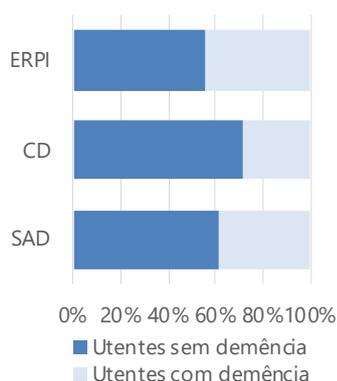


Figura 78. Utentes, segundo o diagnóstico de demência, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

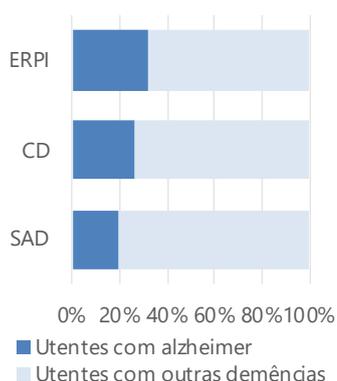


Figura 79. Utentes, segundo o tipo de demência, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.3. Pessoas com deficiência ou incapacidade

III.2.3.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No município de Aveiro existem cinco respostas sociais que visam apoiar as pessoas com deficiência ou incapacidade, a saber, uma para crianças e jovens (IP) e quatro para pessoas adultas (1 CACI e 3 LR), todas pertencentes à rede solidária (Quadro 35 e anexo LVI). Estas respostas sociais encontram-se presentes em apenas quatro das 10 unidades territoriais que integram o território municipal (Mapa 22), a saber, Eixo e Eirol (1 CACI), Oliveirinha (1 LR), São Bernardo (1 LR) e UF de Glória e Vera Cruz (1 IP e 1 LR).

Intervenção

precoce

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

Centro de

atividades e

capacitação para a

inclusão

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

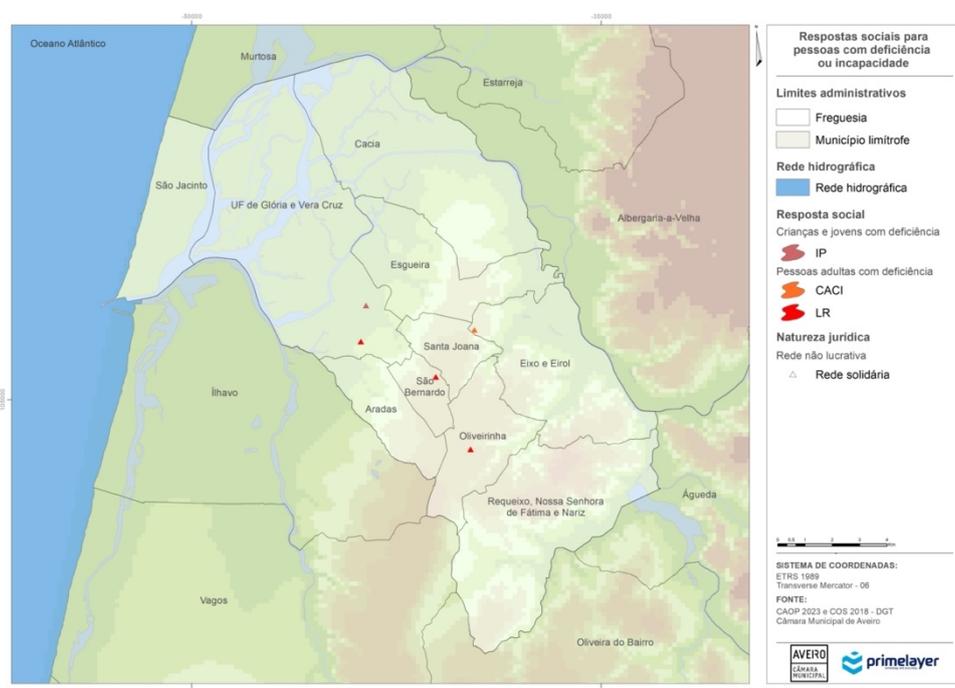
Lar residencial

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência com idade igual ou superior a 16 anos que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

Quadro 35. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Natureza jurídica	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência			Total
	IP	CACI	LR	Sub-total	
	(n.º)				
Sol	1	1	3	4	5

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Mapa 22. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

III.2.3.2. Capacidade⁴⁹, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização

A taxa de utilização, calculada apenas para as respostas sociais para pessoas adultas com deficiência (CACI e LR), onde o conceito de capacidade se aplica, indica-nos que

⁴⁹ O conceito de capacidade não se aplica à resposta social de IP.

estas duas respostas sociais funcionam no limite da sua capacidade máxima (Quadro 36 e anexo LVII). Numa referência à única resposta social para crianças e jovens com deficiência (IP), onde o conceito de capacidade não se aplica, verificamos que esta apoia, respetivamente, 132 crianças no município de Aveiro.

Quadro 36. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Indicador	Unidade de medida	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência	
		IP	CACI	LR
		Sol		
Capacidade	n.º	NA	60	38
Utentes	n.º	132	60	38
Utentes com acordo	n.º	37	60	38
Utentes em lista de espera	n.º	30	15	89
Taxa de utilização	%	NA	100	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

A observação da lista de espera revela que existem evidentes carências em termos de lugares disponíveis, uma vez que todas as respostas sociais apresentam utentes em lista de espera (30 utentes na resposta social de IP, 15 utentes na resposta social de CACI e 89 utentes na resposta social de LR).

Por fim, no que respeita aos utentes com acordo, estes representam 58,70% do universo total. Descendo à escala de análise da resposta social, destacam-se as respostas sociais para pessoas adultas com deficiência (CACI e LR), onde todos os utentes são participados. Por sua vez, na única resposta social para crianças e jovens com deficiência (IP) os utentes com acordo correspondem a 28,03%.

III.2.3.3. Taxa de cobertura

Numa referência à taxa de cobertura para o ano de 2023 das respostas sociais vocacionadas para as pessoas com deficiência ou incapacidade (CACI e LR), o valor do município de Aveiro, com 12,6% na resposta social de CACI e 0,8% na resposta social de LR, continua a ser inferior ao valor do Continente, com 25,4% e 1,2%, respetivamente, à semelhança do que acontece nas respostas sociais para pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI), ainda que aqui a diferença seja mais expressiva, particularmente na resposta social de CACI (Figura 80).

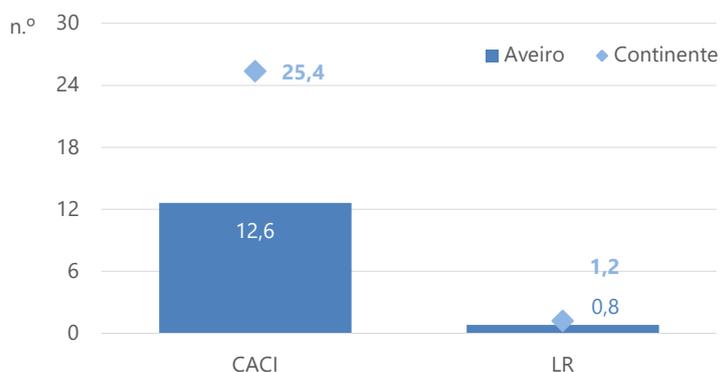


Figura 80. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade em 2023.

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Nota:

População de referência para as pessoas com deficiência ou incapacidade (CACI e LR): população residente com deficiência com 16 ou mais anos em 2021. Para inferência da população residente com deficiência com 16 ou mais anos é utilizada a proporção de indivíduos com 15 ou mais anos com pelo menos uma dificuldade identificada a partir dos Censos de 2011 e, assumindo que essa proporção e distribuição geográfica se mantém inalterada, é extrapolada a população-alvo com base nas estimativas da população residente em 2021.

III.2.3.4. Área de influência

À semelhança das respostas sociais que visam apoiar as pessoas idosas, também as respostas sociais destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidade apresentam dois padrões distintos (Figura 81 e anexo XLIII). As respostas sociais de IP (para crianças e jovens com deficiência) e CACI (para pessoas adultas com deficiência)

apresentam, como seria expectável, uma área de influência municipal. Por sua vez, a resposta social de LR (para pessoas adultas com deficiência) acolhe um grande número de utentes originários de outros municípios, revelando, assim, um raio de implantação mais alargado.

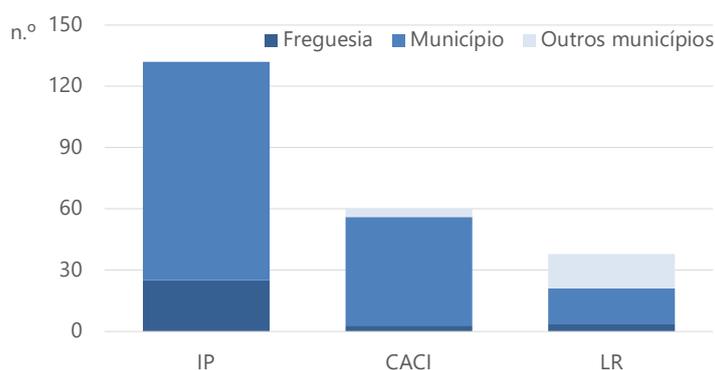


Figura 81. Área de influência dos utentes das respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.3.5. Caracterização dos utentes

A caracterização dos utentes segundo o sexo nas respostas sociais que visam apoiar as pessoas com deficiência ou incapacidade mostra o predomínio do sexo masculino em relação ao feminino na resposta social de IP e do sexo feminino em relação ao masculino nas respostas sociais de CACI e LR (Figura 82 e anexo LVIII). Relativamente ao grupo etário, e atendendo à natureza distinta das respostas sociais, existem, naturalmente, realidades diversas (Figuras 83 e 84). Na resposta social de IP, que visa apoiar as crianças até aos 6 anos com alterações ou em risco de apresentar alterações nas estruturas ou funções do corpo, verifica-se que predominam as crianças com idades compreendidas entre os três e os quatro anos (77), seguidas das crianças com idades compreendidas entre os cinco e os seis anos (39) e, por fim, das crianças com idade inferior a dois anos (16). Nas respostas sociais de CACI e LR, constata-se que se dirigem, maioritariamente, para população com idade compreendida entre os 40 e os 59 anos.

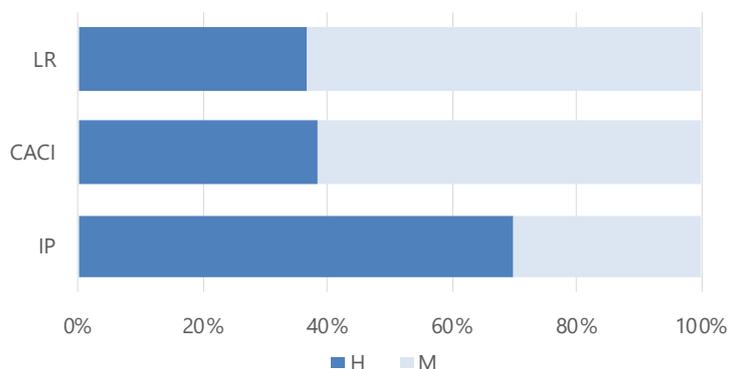


Figura 82. Utentes, segundo o sexo, nas respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.



Figura 83. Utentes, segundo a idade, na resposta social de IP.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

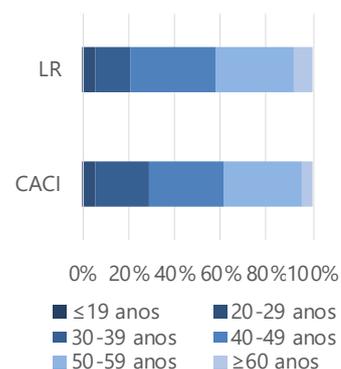
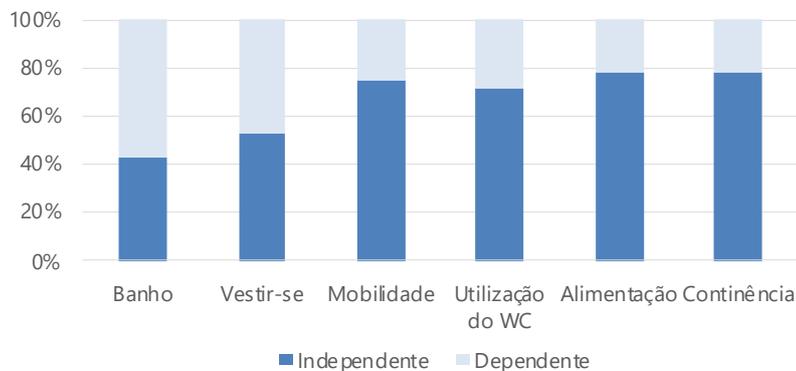


Figura 84. Utentes, segundo a idade, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Quanto ao nível de incapacidade, e numa referência apenas às respostas sociais para pessoas adultas com deficiência, fica claro que não existem diferenças expressivas entre os utentes de CACI e LR (Figura 85 e anexo LIX). A análise da capacidade para a realização de ABVD mostra que a maioria dos utentes é autónomo na generalidade das atividades avaliadas, à exceção da atividade “banho”, em que mais de 50% dos utentes necessita de apoio.

A - CACI



B - LR

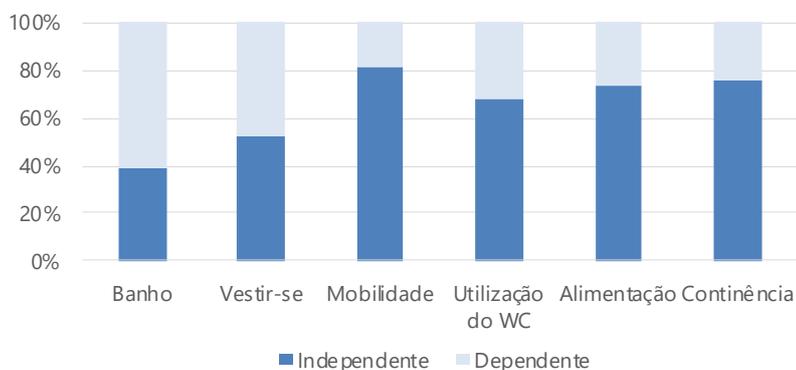


Figura 85 [A e B]. Utentes, segundo a capacidade para a realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

No que se refere ao tipo de problema na resposta social de IP (Quadro 37), verifica-se que 126 crianças apresentam alterações nas funções ou estruturas do corpo (104 crianças com atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida e 22 crianças com atraso de desenvolvimento por condições específicas) e 11 crianças encontram-se em risco grave de atraso de desenvolvimento (8 crianças pela existência de fatores de risco biológico e 3 crianças pela existência de fatores de risco ambiental - parental).

Quadro 37. Utentes, segundo o tipo de problema, na resposta social de intervenção precoce⁵⁰.

Grupo		n.º	
Alterações nas funções ou estruturas do corpo	Atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida	104	
	Atraso de desenvolvimento por condições específicas	22	
Risco grave de atraso de desenvolvimento	Fatores de risco biológico		
	Fatores de risco ambiental	Fatores de risco parentais	3
		Fatores de risco contextuais	0

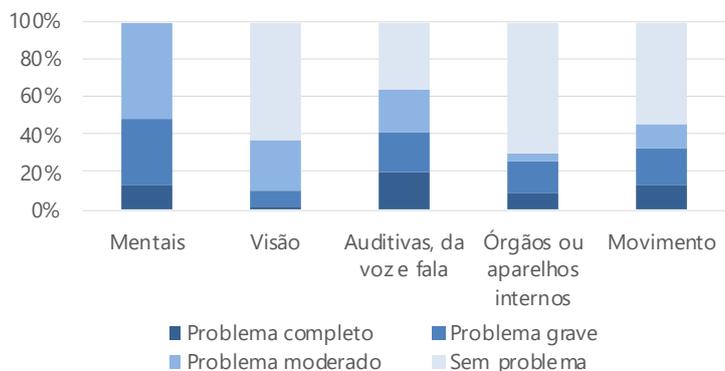
Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

No que respeita ao tipo de problema na função do corpo nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência, é evidente a prevalência dos problemas nas funções mentais nas duas respostas sociais, associando-se, não raramente, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala e do movimento, nomeadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras (Figura 86 e anexo LX).

Finalmente, observando-se o tipo de diagnóstico nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência, destacam-se as perturbações do desenvolvimento nas duas respostas sociais, seguidas da paralisia cerebral, da trissomia 21 e das perturbações do espectro do autismo (Quadro 38).

⁵⁰ Existem crianças que acumulam critérios dos dois grupos.

A - CACI



B - LR

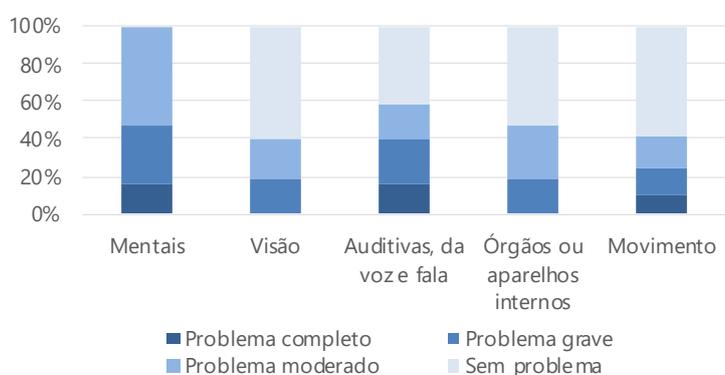


Figura 86 [A e B]. Utentes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Quadro 38. Utentes, segundo o tipo de diagnóstico, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.

Diagnóstico	CACI	LR	Total
	(n.º)		
Paralisia cerebral	6	2	8
Trissomia 21	6	1	7
Perturbações do desenvolvimento	45	34	79
Perturbações do espectro do autismo	3	1	4
Total	60	38	98

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Serviço de atendimento e acompanhamento social

Serviço que assegura o atendimento e o acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social.

Ajuda alimentar a carenciados

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

III.2.4. Família e comunidade

III.2.4.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No município de Aveiro existem 25 respostas sociais direcionadas à família e comunidade, a saber, 13 SAAS's⁵¹, 8 AAC's, 1 R/CS, 1 CC e 2 CAT's, também aqui todas pertencentes à rede solidária (Quadro 39 e anexo LXI).

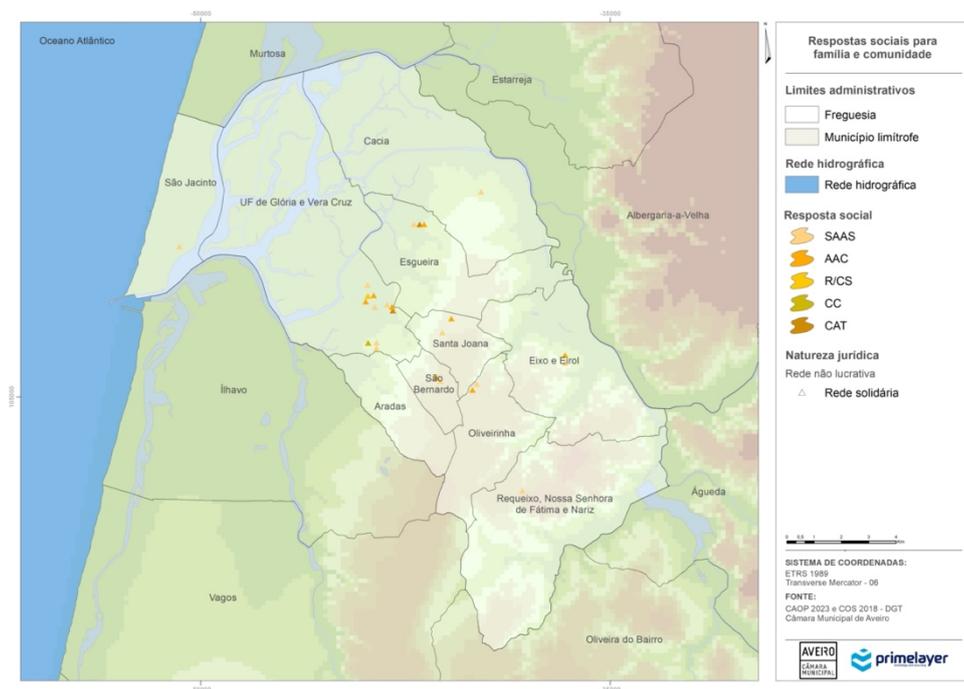
Quadro 39. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.

Natureza jurídica	SAAS	AAC	R/CS	CC	CAT	Total
	(n.º)					
Sol	13	8	1	1	2	25

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

O mapa de distribuição territorial das respostas sociais destinadas à família e comunidade revela a elevada disseminação das respostas sociais de SAAS e AAC pelo território municipal (Mapa 23), sendo que a primeira não se encontra presente em apenas uma freguesia (Aradas) e a segunda não se encontra presente em quatro freguesias (Aradas, Cacia, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz e São Jacinto). Numa menção às respostas sociais de SAAS e AAC, é de referir a sua concentração na UF de Glória e Vera Cruz (5 respostas sociais de SAAS e 3 respostas sociais de AAC). As restantes respostas sociais, sendo em menor número, apresentam, naturalmente, um padrão de localização mais concentrado, situando-se todas na UF de Glória e Vera Cruz, com exceção de um CAT, localizado na freguesia de Esgueira.

⁵¹ De notar que o SAAS da Cáritas Diocesana de Aveiro assegura, também, o atendimento a PSSA.



Mapa 23. Distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.

III.2.4.2. Capacidade⁵², utentes, utentes com acordo⁵³ e taxa de utilização

A observação da taxa de utilização nas respostas sociais onde o conceito de capacidade se aplica permite distinguir as respostas sociais de CAT (100%) e de AAC (99,15%), que funcionam no limite ou muito próximo da sua capacidade máxima, da resposta social de R/CS (59,09%), com uma taxa de utilização pouco acima dos 50% (Quadro 40 e anexos LXII a LXIV). Numa referência às respostas sociais de SAAS e de CC, onde o conceito de capacidade não se aplica, verificamos que estas apoiam, respetivamente, 3021 e 60 utentes.

⁵² O conceito de capacidade não se aplica às respostas sociais de SAAS e CC.

⁵³ O conceito de acordo apenas se aplica à resposta social de CAT.

Refeitório/cantina social

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

Centro comunitário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

Centro de alojamento temporário

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

Quadro 40. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização das respostas sociais para família e comunidade.

Indicador	Unidade de medida	SAAS	AAC	R/CS	CC	CAT
		Sol				
Capacidade	n.º	NA	828	22	NA	26
Utentes	n.º	3021	821	13	60	26
Utentes com acordo	n.º	NA	NA	NA	NA	26
Taxa de utilização	%	NA	99,15	59,09	NA	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.4.3. Área de influência

Nas respostas sociais destinadas à família e comunidade o raio de abrangência é, naturalmente, maioritariamente municipal (Figura 87 e anexo XLIII). Os utentes provenientes de outros municípios representam uma percentagem residual e encontram-se apenas nas respostas sociais de SAAS, AAC e CAT.

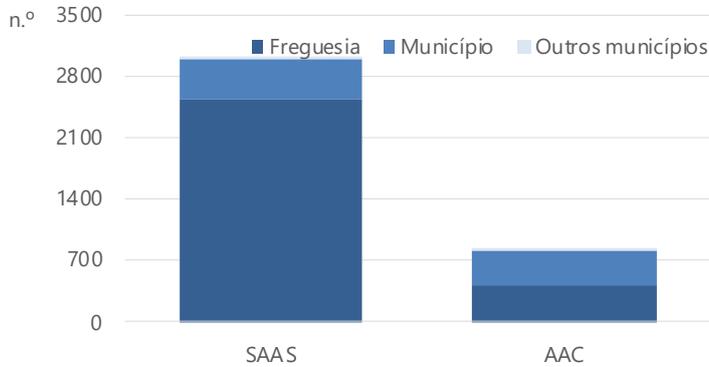
III.2.4.4. Caracterização dos utentes

A caracterização dos utentes segundo o sexo mostra que nas respostas sociais dirigidas à família e comunidade existem diferentes padrões (Figura 88 e anexo LXV). Nas respostas sociais de SAAS⁵⁴, AAC e CC e no CAT da Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro) a distribuição é equilibrada, enquanto no CAT da Cáritas Diocesana de Aveiro⁵⁵ e na resposta social de R/CS todos os utentes são do sexo masculino. Relativamente à distribuição etária, na generalidade das respostas sociais predomina o grupo etário dos 25 aos 64 anos (Figura 89). Com um comportamento distinto encontra-se apenas a resposta social de CC, onde assume maior expressão a população com idade igual ou superior a 85 anos e a população jovem (0-14 anos).

⁵⁴ De notar que o SAAS da Cáritas Diocesana de Aveiro assegura, também, o atendimento a PSSA.

⁵⁵ De referir que o CAT da Cáritas Diocesana de Aveiro destina-se apenas a utentes do sexo masculino, enquanto o CAT da Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro) é uma resposta unissexo.

A - SAAS e AAC



B - R/CS, CC e CAT

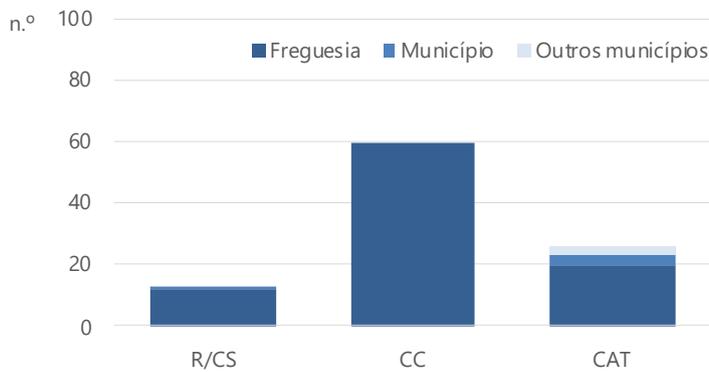


Figura 87 [A e B]. Área de influência dos utentes das respostas sociais para família e comunidade.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

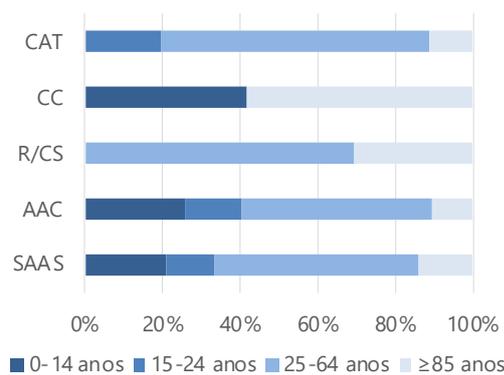
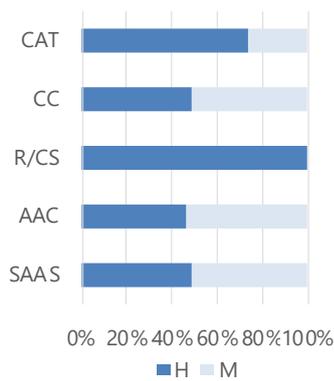


Figura 88. Utentes, segundo o sexo, nas respostas sociais para família e comunidade.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Figura 89. Utentes, segundo a idade, nas respostas sociais para família e comunidade.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

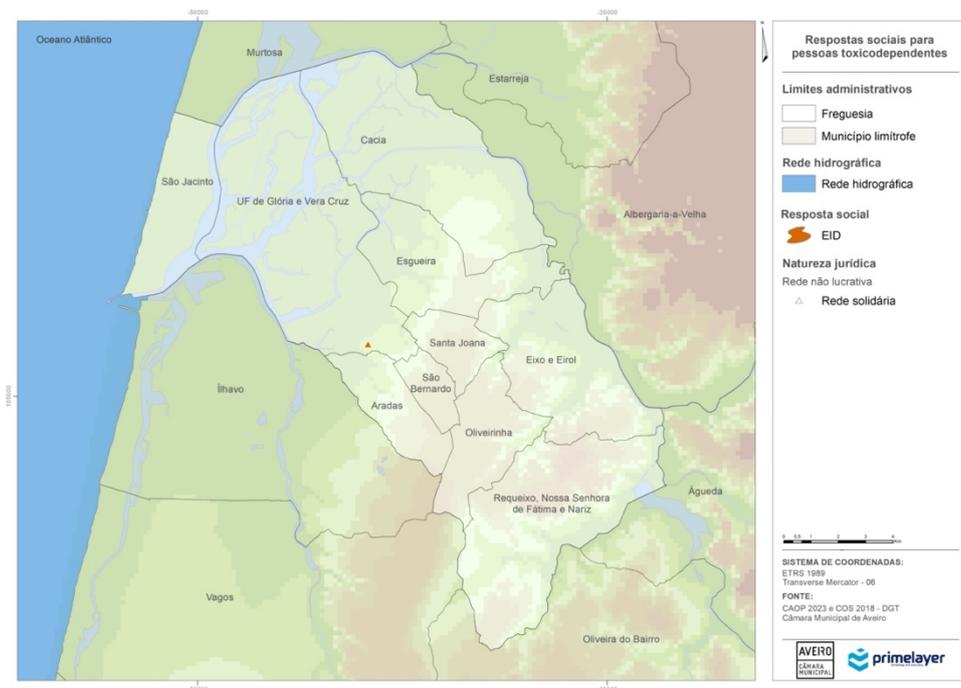
Equipa de intervenção direta

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto de pessoas com comportamentos aditivos, suas famílias e comunidades afetadas pela toxicod dependência.

III.2.5. Pessoas toxicodependentes

III.2.5.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No município de Aveiro existe apenas uma resposta social dirigida às pessoas toxicodependentes, a saber, uma EID, localizada na UF de Glória e Vera Cruz e pertencente à rede solidária (Mapa 24).



Mapa 24. Distribuição territorial da resposta social de EID.

III.2.5.2. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização

A resposta social de EID apresenta uma capacidade para 200 utentes e encontra-se a funcionar no limite da sua capacidade, sendo que todos os utentes têm acordo⁵⁶.

⁵⁶ O conceito de lista de espera não se aplica à resposta social de EID.

De notar, no entanto, que a EID não apoia apenas a população abrangida pelo acordo, atuando, também, junto dos trabalhadores do sexo e das PSSA.

III.2.5.3. Área de influência

Na resposta social de EID, e como seria expectável, a área de influência é supramunicipal, sendo os utentes residentes noutros municípios (53%) em maior número do que os utentes residentes no próprio município (47%), ainda que a diferença seja pouco expressiva (Anexo XLIII). Numa análise pormenorizada aos utentes do território municipal, verifica-se que 20% residem na UF de Glória e Vera Cruz, relevando a relevância desta problemática em ambiente urbano, e 27% residem nas restantes freguesias do município.

III.2.5.4. Caracterização dos utentes

Os utentes apoiados pela resposta social de EID são predominantemente do sexo feminino (150 mulheres para 50 homens) e apresentam maioritariamente idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos e entre os 40 e os 49 anos, que representam, respetivamente, 39% e 24,50% (Figura 90 e anexo LXVI).

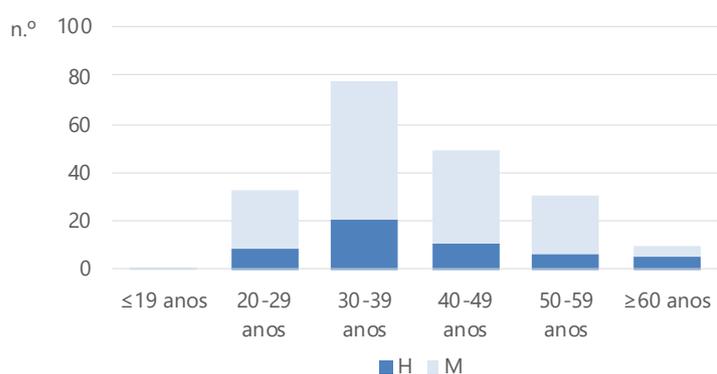


Figura 90. Uteses, segundo o sexo e a idade, na resposta social de EID.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Estrutura de atendimento

Resposta desenvolvida por um serviço constituído por equipas técnicas de natureza multidisciplinar constituída, preferencialmente, por técnicos de apoio à vítima que asseguram, de forma integrada, com carácter de continuidade, o atendimento, o apoio e o reencaminhamento personalizado de vítimas, tendo em vista a sua protecção.

Casa de abrigo

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário de vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

III.2.6. Pessoas vítimas de violência doméstica

III.2.6.1. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial

No município de Aveiro existem quatro respostas sociais vocacionadas para as pessoas vítimas de violência doméstica, a saber, uma EA (NAVVD), resultante de protocolo entre entidades de diferente natureza, e três CAb's, todas da rede solidária (Quadro 41 e mapa 25)⁵⁷.

Quadro 41. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica.

Natureza jurídica	EA (NAVVD)	CAb	Total
	(n.º)		
Sol	0	3	3
Outra	1	0	1
Total	1	3	4

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.6.2. Capacidade⁵⁸, utentes, utentes com acordo⁵⁹ e taxa de utilização

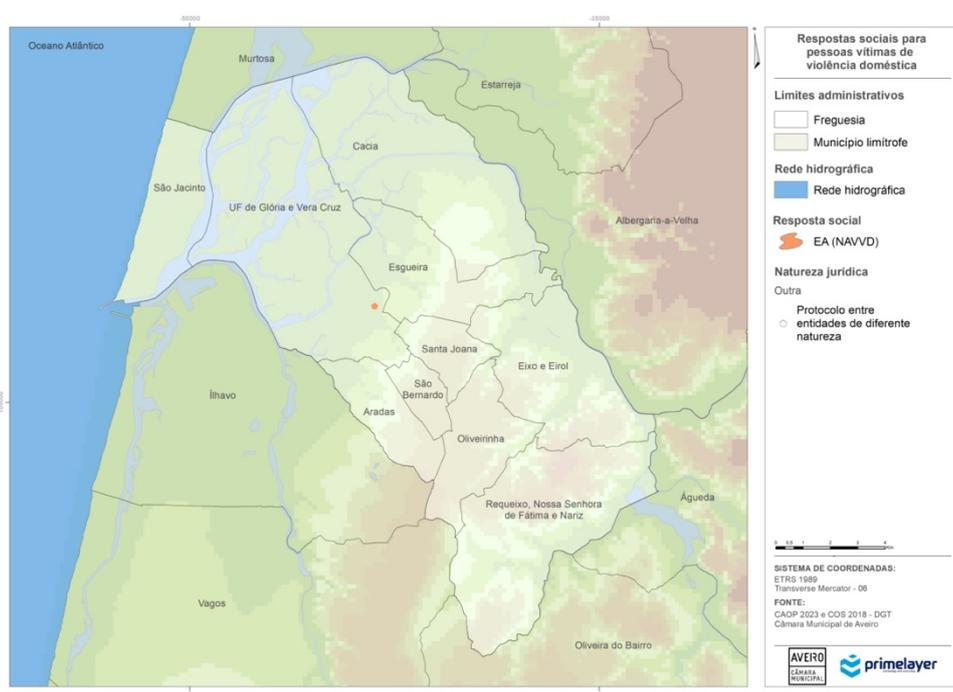
Restringindo a análise às CAb's, verifica-se que no conjunto apresentam uma capacidade para 43 utentes (31 mulheres e 12 homens) e apoiam 40 utentes (31 mulheres e 9 homens), o que se traduz numa taxa de utilização de 93,02% (Quadro 42 e anexo LXVII). Descendo de escala de análise, fica evidente que apenas a CAb da

⁵⁷ Não foi identificada a freguesia de localização das três casas de abrigo existentes no território municipal, por razões associadas à natureza da própria resposta.

⁵⁸ O conceito de capacidade não se aplica à resposta social de EA (NAVVD).

⁵⁹ O conceito de acordo não se aplica à resposta social de EA (NAVVD).

Cáritas Diocesana de Aveiro, única CAB do país que acolhe homens vítimas de violência doméstica, não se encontra a funcionar no limite da sua capacidade. Observando os utentes com acordo, e excluindo a CAB da Cáritas Diocesana de Aveiro⁶⁰, constata-se que todos os utentes têm acordo⁶¹. Numa referência à EA (NAVVD), onde o conceito de capacidade não se aplica, verificamos que esta apoia 327 utentes.



Mapa 25. Distribuição territorial da resposta social de EA (NAVVD).

⁶⁰ Por ser uma resposta social diferenciada (única CAB do país que acolhe homens vítimas de violência doméstica), o conceito de acordo não se aplica, sendo financiada através de fundos comunitários do Portugal 2030.

⁶¹ O conceito de lista de espera não se aplica às respostas sociais de EA (NAVVD) e CAB.

Quadro 42. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica.

Indicador	Unidade de medida	EA (NAVVD)	CAb
		Sol	
Capacidade	n.º	NA	43
Utentes	n.º	327	40
Utentes com acordo	n.º	NA	31
Taxa de utilização	%	NA	93,02

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

III.2.6.3. Área de influência

Nas respostas sociais que visam o apoio a pessoas vítimas de violência doméstica o raio de abrangência é municipal, no caso da resposta social de EA (NAVVD), e, evidentemente, supramunicipal, no caso da resposta social de CAb (Figura 91 e anexo XLIII).

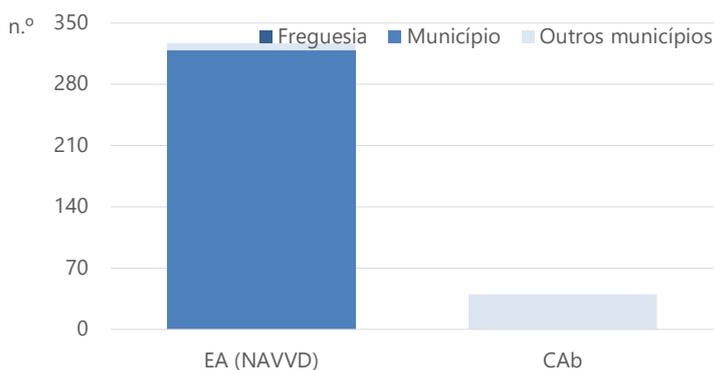


Figura 91. Área de influência dos utentes das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica.

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

IV. OUTROS PROGRAMAS, PROJETOS E RECURSOS SOCIAIS

Além da RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor, no município de Aveiro encontram-se um conjunto de outros programas, projetos e recursos sociais que complementam a rede de respostas às carências e problemáticas sociais crescentes evidenciadas pela população, integrando respostas que não são exclusivas da área social, caracterizadas por uma interseção de áreas, nomeadamente entre a área social e a saúde, entre a área social e a educação e entre a área social e o emprego, bem como respostas que foram surgindo no território em resultado da iniciativa e da flexibilidade adaptativa da sociedade civil, do tecido organizacional, da autarquia ou das freguesias, que procuram responder a necessidades sociais e demográficas emergentes, decorrentes da natural evolução da sociedade, bem como de contextos de crise.

IV.1. Equipas de protocolo (processos RSI)

A equipa de protocolo (processo RSI) consiste numa resposta integrada, sistemática e multidimensional que intervém junto das famílias, através de um acompanhamento efetivo, com vista a criar condições para percursos de autonomia, a partir do desenvolvimento de ações conducentes à promoção da inserção social dos beneficiários. Este percurso de inserção social inclui, primeiramente, o diagnóstico familiar e, depois, a negociação do contrato de inserção e a aplicação de estratégias de acompanhamento e respetiva avaliação contínua, tendo como grande objetivo a autonomização dos beneficiários.

No município de Aveiro existem 13 equipas de protocolo (processos RSI), as quais asseguram o acompanhamento dos beneficiários de RSI nas 10 unidades territoriais que constituem o território municipal (Quadro 43). Refletindo o seu peso populacional no contexto municipal, a UF de Glória e Vera Cruz é a única unidade territorial que apresenta mais do que uma resposta.

Quadro 43. Equipas de protocolo (processos RSI).

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Processos	Beneficiários		
				Freguesia	Município	Total
(n.º)						
Cacia	Centro Social Paroquial de Cacia	Centro Social Paroquial de Cacia	43	53	5	58
Eixo e Eirol	Associação de Melhoramentos de Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	22	53	0	53
Esgueira	Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro)	Fundação CESDA - Equipamentos	120	333	0	333
Oliveirinha	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Complexo Social - Quinta da Moita - Oliveirinha	87	63	68	131
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima	Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima	22	22	0	22

(Continua)

(Continuação)

Santa Joana	Centro Social Santa Joana Princesa	Centro Social Santa Joana Princesa	72	162	0	162
São Bernardo	Fundação Padre Félix	Gabinete de Intervenção Comunitária	15	40	0	40
São Jacinto	Centro Social Paroquial de São Jacinto	Centro Social Paroquial de São Jacinto	4	6	0	6
UF de Glória e Vera Cruz	Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Aradas	'Casa Mãe de Aradas'	32	0	55	55
	Cáritas Diocesana de Aveiro	Cáritas Aveiro	55	60	0	60
	Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro	Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro	12	2	10	12
	Centro Comunitário Vera-Cruz	Centro Comunitário Vera-Cruz	30	45	0	45
	Florinhas do Vouga	Serviço de atendimento e acompanhamento social "Bairro de Santiago"	31	74	0	74
Total			545	913	138	1051

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

As 13 equipas de protocolo (processos RSI) existentes no município de Aveiro acompanham 545 processos, traduzidos num total de 1051 beneficiários. Descendo de escala de análise, e considerando apenas os beneficiários, salienta-se a Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro), com 333 beneficiários, seguida do Centro Social Santa Joana Princesa, com 162 beneficiários, e da SCMA, com 131 beneficiários. Com valores intermédios encontram-se as Florinhas do Vouga⁶², com 74 beneficiários, a Cáritas Diocesana de Aveiro, com 60 beneficiários, o Centro Social Paroquial de Cacia, com 58 beneficiários, a Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Aradas⁶³, com 55 beneficiários, a Associação de Melhoramentos de Eixo, com 53 beneficiários, o Centro Comunitário Vera-Cruz, com 45 beneficiários, e a Fundação Padre Félix, com 40 beneficiários. Finalmente, com valores inferiores são de referir o

⁶² Assegura o acompanhamento dos beneficiários de RSI do Bairro de Santiago.

⁶³ Embora o equipamento social se localize na UF de Glória e Vera Cruz, assegura o acompanhamento dos beneficiários de RSI da freguesia de Aradas.

Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima, com 22 beneficiários, o Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro, com 12 beneficiários, e o Centro Social Paroquial de São Jacinto, com apenas 6 beneficiários.

Numa outra perspetiva de análise, constata-se, como seria expectável, atendendo à natureza da resposta, que as equipas de protocolo (processos RSI), acompanham, na generalidade das entidades sociais, população residente na própria freguesia, representando a população residente noutras freguesias do município um valor residual de apenas 13,13% (Figura 92). São exceção a esta regra as equipas de protocolo (processos RSI) da SCMA (68 em 131) e do Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro (10 em 12), onde a população residente noutras freguesias do município é maioritária. Note-se que além destas duas entidades sociais, apenas o Centro Social Paroquial de Cacia acompanha população residente noutras freguesias do município, ainda que neste caso o valor seja residual (5 em 58). Um último comentário para referir que, naturalmente, a Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Aradas não foi considerada nesta análise, na medida em que, embora o equipamento social se localize na UF de Glória e Vera Cruz, esta assegura o acompanhamento dos beneficiários de RSI da freguesia de Aradas.

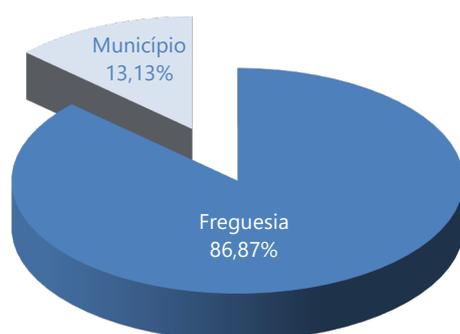


Figura 92. Área de influência dos beneficiários das equipas de protocolo (processos RSI).

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Numa referência ao número de beneficiários por freguesia, destaca-se claramente Esgueira, com 336 beneficiários, seguida, ainda que com valores inferiores, da UF de Glória e Vera Cruz, com 249 beneficiários, e de Santa Joana, com 164 beneficiários

(Figura 93). Por ordem decrescente, seguem-se Oliveirinha, com 65 beneficiários, Cacia, com 58 beneficiários, Aradas, com 57 beneficiários, Eixo e Eirol, com 53 beneficiários, São Bernardo, com 40 beneficiários, Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz, com 23 beneficiários, e, por fim, São Jacinto, com apenas 6 beneficiários.

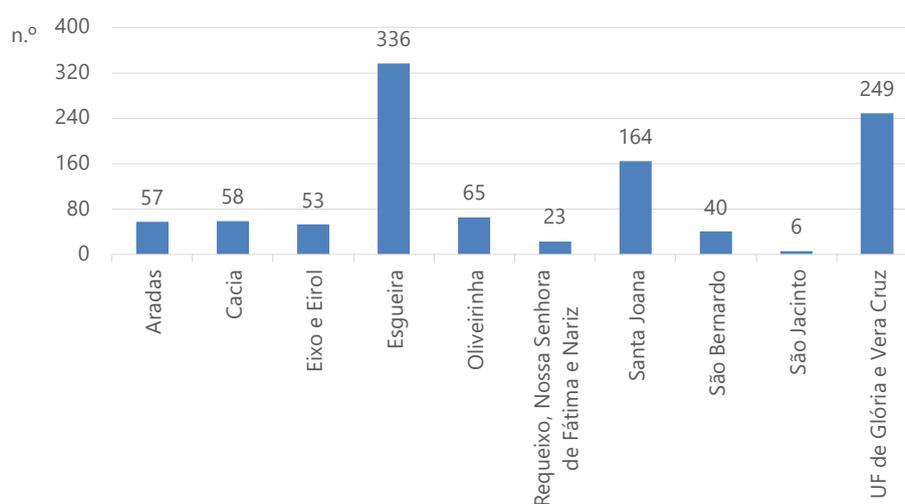


Figura 93. Beneficiários por freguesia nas equipas de protocolo (processos RSI).

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

IV.2. Cantinas sociais (âmbito do PES)

As cantinas sociais inserem-se na rede solidária das cantinas sociais e constituem-se como uma resposta de intervenção no âmbito do PES da Segurança Social, que tem como finalidade colmatar as necessidades ao nível da alimentação das pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, através do fornecimento de refeições.

Este programa de emergência alimentar permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam o acesso a refeições diárias gratuitas confeccionadas na instituição para consumo no domicílio.

No município de Aveiro existem três cantinas sociais para apoiar as pessoas e/ou famílias mais carenciadas, as quais se traduzem num total de 68 refeições protocoladas e de 59 refeições distribuídas (Quadro 44). Descendo de escala de análise, e considerando apenas as refeições distribuídas, salienta-se a SCMA, como 29 refeições distribuídas, seguida da Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro), com 17 refeições distribuídas, e, por fim, do Centro Comunitário Vera-Cruz, com 13 refeições distribuídas.

Quadro 44. Cantinas sociais (âmbito do PES)⁶⁴.

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Refeições protocoladas	Refeições distribuídas		
				Freguesia	Município	Total
				(n.º)		
Esgueira	Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro)	Fundação CESDA - Equipamentos	17	15	2	17
Oliveirinha	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Complexo Social - Quinta da Moita - Oliveirinha	29	4	12	29
UF de Glória e Vera Cruz	Centro Comunitário Vera-Cruz	Centro Comunitário Vera-Cruz	22	12	1	13
Total			68	31	15	59

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Numa outra perspetiva de análise, verifica-se que, à semelhança das equipas de protocolo (processos RSI) e pela mesma razão, as cantinas sociais (âmbito do PES), acompanham, na generalidade das entidades sociais, a população residente na própria freguesia (Figura 94). É o caso da Fundação CESDA (Centro Social do Distrito

⁶⁴ As 29 refeições distribuídas correspondem a apenas 16 utentes, uma vez que os beneficiários recebem em média duas refeições por dia.

de Aveiro) e do Centro Comunitário Vera-Cruz, onde a população residente noutras freguesias do município é residual (2 em 17 e 1 em 13, respetivamente). Uma vez mais, é exceção a esta regra a cantina social da SCMA, onde a população apoiada é maioritariamente residente noutras freguesias do município (12 em 16).

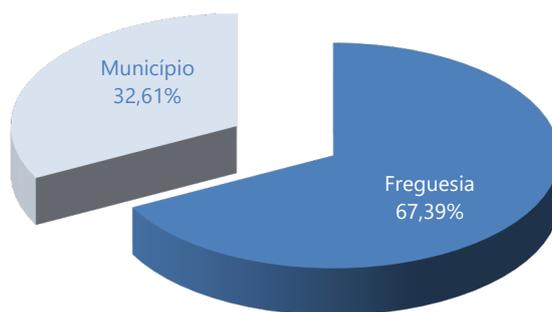


Figura 94. Área de influência dos beneficiários das cantinas sociais (âmbito do PES).

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Numa referência ao número de refeições distribuídas por freguesia, destaca-se a UF de Glória e Vera Cruz, com 22 refeições distribuídas, e Esgueira, com 16 refeições distribuídas (Figura 95). Seguem-se, com 4 refeições distribuídas, Oliveirinha, e, com apenas uma refeição distribuída, Aradas, Cacia, Eixo e Eirol, e Santa Joana.

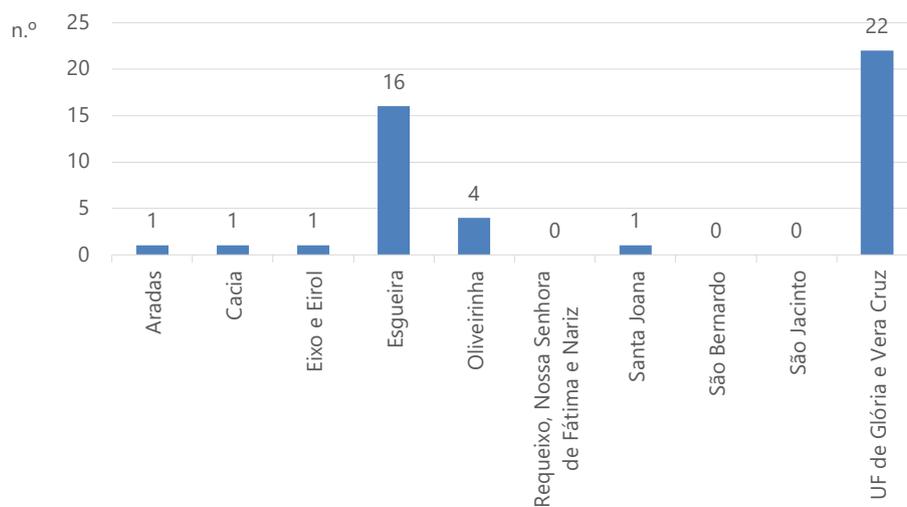


Figura 95. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES).

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

IV.3. Outras ações e medidas

sociais

Num contexto de evolução permanente da sociedade portuguesa, é fundamental que a área social mude de atitude, adquira novos saberes e repense o modelo de atuação, no sentido de satisfazer as exigências crescentes da população. É neste quadro que, com vista a reforçar a RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor, se encontram em funcionamento no município de Aveiro um conjunto de outras ações e medidas sociais capazes de apoiar na resposta às carências e problemáticas sociais evidenciadas pela população, todas sedeadas na UF de Glória e Vera Cruz.

Esta ações e medidas sociais respondem a populações-alvo já apoiadas pelas respostas típicas, a saber, crianças e jovens, pessoas idosas e/ou em situação de dependência, pessoas com deficiência ou incapacidade, família e comunidade, pessoas toxicodependentes e PVVD, mas, também, a populações-alvo não abrangidas pela RSES prevista na Lista de Nomenclaturas e Conceitos das Respostas Sociais em vigor, a saber, PSSA, pessoas em situação de pobreza e exclusão social, desempregados e comunidade migrante (Quadro 45).

Quadro 45. Outras ações e medidas sociais.

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
CMA	CMA	GIP	Desempregados inscritos no centro de emprego	Protocolo CMA e IEFP	<p>O GIP tem como missão prestar apoio a jovens e adultos desempregados no seu percurso de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, desenvolvendo, em estreita articulação com os serviços de emprego, as seguintes atividades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ações de apoio à procura ativa de emprego e desenvolvimento da atitude empreendedora; - Captação e divulgação de ofertas de emprego e apoio à colocação; - Divulgação de medidas de apoio ao emprego, formação profissional e empreendedorismo e apoio ao encaminhamento de candidatos; - Divulgação de programas comunitários que promovam a mobilidade no emprego e na formação profissional no espaço europeu; - Encaminhamento para ações promotoras do desenvolvimento de competências de empregabilidade e criação do próprio emprego; - Apoio à inscrição <i>online</i> dos candidatos a emprego; - Ações previstas no eixo 1 - Emprego, formação e qualificação do Programa CLDS+; - Informação sobre o conteúdo e abrangência de alguns serviços e apoios em matéria de segurança social; - Outras atividades consideradas necessárias, pelos serviços de emprego, para apoio à inserção profissional dos desempregados.
Cáritas Diocesana de Aveiro	Cáritas Aveiro	Projeto We Care (RAP)	Crianças e jovens vítimas de violência doméstica	Financiamento POISE	<p>O principal objetivo do Projeto We Care (RAP) consiste no apoio psicológico e psicoterapêutico integrado, com recurso a abordagens especializadas na intervenção com crianças e jovens vítimas de violência doméstica acompanhadas pelas estruturas da RNAVVD. A sua área de intervenção abrange os municípios da CIM Região de Aveiro.</p>
		RIVD - Rede Especialista em Intervenção com Vítimas de Violência do Concelho de Aveiro	PVD	Consórcio de parceiros	<p>A RIVD assenta em dois pilares fundamentais: i) a criação de um plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, promovendo a especialização da intervenção e a qualidade e eficácia dos serviços prestados, por forma a dar uma resposta mais eficiente e concertada neste combate; ii) a constituição de uma resposta de intervenção, organizada em rede, na violência ao nível do município de Aveiro, visando a prevenção e o combate à violência doméstica.</p>

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Cáritas Diocesana de Aveiro	Cáritas Aveiro	RIVD - Rede Especialista em Intervenção com Vítimas de Violência do Concelho de Aveiro	PVVD	Consórcio de parceiros	<p>São objetivos desta rede:</p> <ul style="list-style-type: none">- Definir e agilizar procedimentos, tornando mais célere e eficaz a intervenção nas situações de violência doméstica;- Criar um fluxograma de intervenção;- Promover a troca regular de informação considerada relevante (eg.: legislação), a partilha e o intercâmbio de experiências ao nível interno e externo (das redes de intervenção existentes);- Capacitar as entidades locais para a intervenção junto de situações de violência, nomeadamente através de workshops e/ou fóruns de trabalho sobre a temática;- Criar instrumentos de suporte à atividade desenvolvida;- Criar um guia de recursos e de boas práticas;- Definir canais de comunicação privilegiados com parceiros estratégicos de suporte à atividade desenvolvida;- Promover a realização de estudos e diagnósticos de situação no município, adequando continuamente a intervenção e as respostas necessárias;- Promover ações de sensibilização na área dirigidas à comunidade em geral, em parceria com as entidades integrantes da rede. <p>A criação desta rede no município de Aveiro tem como ideia fundamental desenvolver um modelo de atuação integrada e de cooperação interseccional face a áreas identificadas como prioritárias, funcionando como suporte facilitador do trabalho desenvolvido pelo NAVVD do distrito de Aveiro, atendendo a que o município tem a percentagem mais elevada de casos atendidos e acompanhados por esta resposta. Permitirá, ainda, reforçar, harmonizar e concertar os esforços dos vários parceiros no terreno, procurando, deste modo, encontrar uma resposta mais eficiente na prevenção e no combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica no município. A capacitação das entidades locais para a intervenção acontecerá através da realização de seis workshops, com a duração de seis horas cada.</p> <p>Irá, também, englobar, no seu plano de ação, ações de sensibilização, com a duração de duas horas cada, dirigidas à comunidade em geral, nomeadamente aos jovens dos AE's do município, no âmbito da prevenção e do combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica e no namoro.</p>

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Cáritas Diocesana de Aveiro	Cáritas Aveiro	RIVD - Rede Especialista em Intervenção com Vítimas de Violência do Concelho de Aveiro	PWD	Consórcio de parceiros	Constituíram-se como entidades parceiras desta rede as seguintes: AE's de Aveiro, Eixo e José Estêvão, CMA, CA da Cáritas Diocesana de Aveiro, CA da SCM de Aveiro, CDSS de Aveiro, CHBV, Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, CPCJ de Aveiro, EFTA, EPA, GNR de Aveiro - NIAVE, IIEFP - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Aveiro, NAVVD do distrito de Aveiro, PSP de Aveiro, RAP e UA. A rede funcionará em duas modalidades. A Comissão Restrita, que tem como objetivo a discussão de casos, partilha de informação e delineação do plano de intervenção das vítimas. Esta comissão é composta pelas seguintes entidades: CMA, casas de abrigo, centro de saúde de Aveiro, CHBV, CPCJ, GNR, MP - DIAP, MP - Família e menores, NAVVD do distrito de Aveiro e PSP. A Comissão Alargada, que tem como objetivo desenvolver de forma articulada ações de sensibilização, formação e capacitação. Esta comissão é composta por todas as entidades.
		Programa INCORPORA	Pessoas em risco de exclusão social	Parceria com o IIEFP (financiamento Fundação La Caixa e BPI)	O objetivo principal do Programa INCORPORA é promover e melhorar a integração de pessoas em risco ou situação de exclusão social, através da identificação de oportunidades de trabalho nas entidades empregadoras. Este programa consiste num serviço de intermediação e de recrutamento às empresas e outras entidades empregadoras, gratuito, personalizado e profissional, em processos de seleção internos dos candidatos em risco ou situação de exclusão social, colocando em relevo o seu compromisso para com as pessoas em situação mais vulnerável e a sua responsabilidade social perante a comunidade onde estão inseridas. A sua atividade centra-se no acompanhamento de proximidade em todas as fases do processo de inserção, em especial após seleção e integração em posto de trabalho, permitindo uma oportunidade às pessoas em situação mais vulnerável para fazer valer a sua motivação, as suas competências e a sua experiência.

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Casa Vera Cruz	Junta de freguesia da UF de Glória e Vera Cruz (instalações cedidas)	Projeto ALTERNATIVAS	Pessoas com CAD	Projeto financiado pelo SICAD	<p>O Projeto Alternativas resultou de candidatura apresentada pela Casa da Vera Cruz ao PRI - Eixo da Prevenção. Trata-se de um projeto na área da prevenção dos CAD's, com intervenção em contexto comunitário, que procura assegurar o acompanhamento a crianças e jovens oriundos de famílias multidesafiadas e, por outro lado, contribuir para a aquisição e/ou reforço de competências pessoais, sociais e emocionais protetoras na adoção de CAD's. Consequentemente, estas competências contribuem para a diminuição de comportamentos de risco e para a prática de comportamentos e atitudes mais saudáveis.</p> <p>No âmbito deste projeto desenvolvem-se ações diversificadas, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none">- Treino de competências para crianças e jovens provenientes de estabelecimentos de educação e ensino do município. Na globalidade, as turmas intervencionadas apresentam elementos com fatores de risco identificados, nomeadamente baixos níveis de autoestima e autoconceito, problemas de comportamento, como dificuldades na autorregulação emocional e no controlo da agressividade e impulsividade, dificuldades de aprendizagem, insucesso escolar, limitação na identificação de comportamentos que comprometem a saúde e dificuldade na seleção de atitudes/comportamentos que contribuem para a saúde;- Atividades de caráter lúdico e recreativo, enquanto estratégia promotora de hábitos saudáveis e protetores na adoção de CAD's;- Treino de competências parentais, realizado de forma individualizada através da intervenção parental;- Acompanhamento psicológico e social para crianças e jovens com fatores de risco e suas famílias;- Oficinas de (in)formação, que procuraram envolver os docentes dos jovens com os quais se desenvolve a intervenção, sempre com o objetivo de prevenir os CAD's.

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Casa Vera Cruz	Junta de freguesia da UF de Glória e Vera Cruz (instalações cedidas)	CLAIM Aveiro	Imigrantes nacionais de países terceiros (não europeus)	Casa Vera Cruz, FAMI 2030 e Governo Português	<p>O CLAIM Aveiro encontra-se em funcionamento desde abril de 2003 e é um projeto co-financiado pelo FAMI 2030 e pelo Governo Português. Este projeto tem o nome de CLAIM Aveiro e visa a promoção da integração de imigrantes nacionais de países terceiros (não europeus).</p> <p>Atualmente o projeto tem cinco componentes: i) Claim Domínio Geral: disponibilizar através do atendimento especializado a informação e apoio necessário à regularização em território nacional; ii) Claim Itinerante: disponibilizar através do atendimento especializado, na Freguesia de Aradas e nos Municípios da Murtosa, Estarreja, Vagos e Ilhavo, a informação e apoio necessário à regularização em território nacional; iii) Claim Social: garantir através do atendimento especializado o acessos aos serviços de saúde, educação, habitação e apoios sociais; iv) Claim Participa: Promover a inserção da população migrante em grupos culturais, desportivos, cívicos ou comunitários; v) Claim Capacita: promover a integração em formação e/ou postos de trabalho da população migrante, bem como promover a conclusão de ações de aprendizagem da língua portuguesa. O CLAIM Aveiro tem como objetivo a informação e apoio para legalização, reagrupamento familiar, nacionalidade, educação (equivalências e reconhecimento), assuntos laborais, segurança social, saúde, retorno voluntário, pedidos de marcação para a AIMA, entre outros assuntos que apresentem dificuldades para a integração.</p> <p>Participa, ainda, em atividades locais, de forma a promover a interculturalidade, e integra grupos de trabalho, com a finalidade de prevenir a imigração ilegal, o tráfico de seres humanos, a violência doméstica, o racismo e a xenofobia. A equipa técnica é constituída por uma coordenadora e cinco técnicos.</p>
		GIP UNIVERA	Jovens e adultos migrantes desempregados	Protocolo Casa Vera Cruz e IIEFP	O GIP UNIVERA é uma estrutura de apoio ao emprego que, em estreita cooperação com o IIEFP, apoia jovens e adultos migrantes desempregados na definição e desenvolvimento do seu percurso de inserção e reinserção no mercado de trabalho.

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Casa Vera Cruz	Junta de freguesia da UF de Glória e Vera Cruz (instalações cedidas)	GIP UNIVERA	Jovens e adultos migrantes desempregados	Protocolo Casa Vera Cruz e IEFP	Este trabalho é promovido através de: <ul style="list-style-type: none">- Atendimento personalizado à população migrante, onde são informados sobre como elaborar o seu <i>curriculum</i>, sobre como se inscrever no IEFP e pesquisar as ofertas disponíveis no site IEFP e em outros sites de emprego e sobre a importância de pedir a equivalência dos seus estudos, entre outros assuntos;- Realização de sessões coletivas de informação sobre medidas ativas de emprego e de formação, oportunidades de emprego e de formação e programas comunitários de apoio à mobilidade no emprego ou na formação;- Organização de grupos de acompanhamento para procura ativa de emprego;- Informação e encaminhamento para os serviços de apoio ao cidadão migrante (e.g.: CLAIM e AIMA).
Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Aveiro	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Aveiro	Apoio a famílias em situação de vulnerabilidade social, idosos e pessoas com CAD	Pessoas com mais de 65 anos (Projeto Emília), pessoas em situação de reinserção social (Projeto RIS), pessoas em situação de privação da liberdade (Projeto Revive +) e famílias em situação de vulnerabilidade social	-	O projeto Emília procura combater o isolamento e a solidão da população idosa no Município de Aveiro. Através da metodologia " <i>ageing in place</i> ", este projeto procura potenciar o envelhecimento ativo em idosos que estejam a viver nas suas casas. Através de visitas domiciliárias, procuramos capacitar os participantes na sua autonomia, apoiando em tarefas e satisfazendo necessidades básicas, caso as mesmas necessitem de ser colmatadas (alimentação/vestuário/medicação). Nestas visitas, procuramos também estimular a pessoa cognitivamente, através do desenvolvendo de atividades/exercícios estruturados para realizar em conjunto com o voluntário ou autonomamente, e fisicamente, através da realização de pequenos passeios. Além deste formato, desenvolvemos também atividades em grupo, com grupos de idosos que se reúnem em freguesias do município de Aveiro. Neste contexto, o nosso propósito será estimular cognitiva, emocional e socialmente através de atividades que promovam a expressão verbal, a expressão escrita, a criatividade, a autoestima e a reflexão em grupo.
		Projeto RIS - Rede de Intervenção Social	Pessoas com CAD	Projeto financiado pelo SICAD	O Projeto RIS visa a reinserção social de indivíduos com CAD através de um conjunto de ações, que têm como finalidade aumentar as competências pessoais, sociais e profissionais desta população, bem como satisfazer necessidades básicas, promover a autonomia e definir projetos de vida em linha com as suas capacidades/potencialidades, visando facilitar a inserção familiar, social e laboral.

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Florinhas do Vouga	-	NPISAA	Pessoas em situação de sem-abrigo	Resultado de consórcio/ protocolo de parceiros do CLASA	<p>O NPISAA, formalmente constituído em abril de 2012, através de protocolo de colaboração que, atualmente, conta com 22 entidades, é um núcleo de parceria interinstitucional composto por entidades públicas e privadas, com intervenção direta ou indireta junto das pessoas em situação de sem-abrigo, que integra o Grupo Alargado e o Grupo Operativo.</p> <p>Ao Grupo Alargado compete promover um trabalho integrado entre os vários parceiros, nomeadamente através da divulgação e sensibilização para o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, elaboração do diagnóstico social do município, monitorização e avaliação do trabalho do NPISAA, entre outras ações.</p> <p>Ao Grupo Operativo compete designar, por acordo entre os vários parceiros, o gestor de caso, que será a figura central da intervenção desenvolvida junto da pessoa em situação de sem-abrigo e que funcionará como mediador e agente de coordenação entre esta e todas as outras entidades e serviços.</p> <p>O modelo de intervenção e acompanhamento utilizado pelo NPISAA adota as metodologias preconizadas pela ENIPSA e implica uma abordagem multidimensional na elaboração do diagnóstico das situações, no acompanhamento dos casos e no desenho de um projeto de vida com vista à inserção e autonomização, construído, sempre que possível, na relação entre o utente e o gestor de caso, com o qual mantém uma relação privilegiada.</p> <p>Este modelo assenta na premissa da rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e de qualificar a intervenção ao nível da prevenção e acompanhamento, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade.</p> <p>Esboçando o seu trabalho a partir da estratégia nacional em curso, o NPISAA mantém localmente a rede interinstitucional que permite uma intervenção concertada e orientada para a dignificação da condição humana das pessoas em situação de sem-abrigo.</p> <p>O NPISAA promove reuniões mensais, atualiza o diagnóstico, de modo a monitorizar o fenómeno no município, e elabora planos de ação anuais, decorrentes da monitorização, análise e avaliação das necessidades identificadas pelas pessoas em situação de sem-abrigo e pelas equipas técnicas.</p>

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Florinhas do Vouga	Apartamentos partilhados "Bairro de Santiago"	Apartamentos partilhados	Pessoas em situação de sem-abrigo	Solidária	<p>Os apartamentos partilhados visam proporcionar uma habitação partilhada para pessoas em situação de sem-abrigo, para que adquiram competências sociais e de partilha das suas vivências com os restantes residentes.</p> <p>Toda a intervenção é definida de acordo com o beneficiário, procurando a melhoria das suas condições de vida, de saúde e de bem-estar e o aumento dos laços sociais, com vista a promover a pertença e autodeterminação e a fomentar a reinserção social e profissional dos beneficiários na comunidade.</p> <p>Para a concretização deste projeto a instituição conta com quatro apartamentos (dois de tipologia T2 e dois de tipologia T3), com vista ao alojamento de 10 pessoas em situação de sem-abrigo.</p>
	Centro comunitário "Bairro de Santiago"	Espaço alimentar - Refeitório e ceia com calor	Pessoas em situação de carência alimentar	Solidária	<p>O refeitório satisfaz as necessidades básicas de alimentação mediante o fornecimento de refeições económicas/gratuitas a indivíduos, famílias ou grupos sociais economicamente desfavorecidos ou desprovidos de estruturas familiares de apoio. Funciona todos os dias do ano, ao almoço e ao jantar.</p> <p>O projeto "ceia com calor" é uma iniciativa não financiada promovida pela comissão de voluntariado das Florinhas do Vouga.</p> <p>Este projeto tem como objetivo diminuir as carências alimentares, melhorar as condições sanitárias e potenciar a reaproximação aos serviços das pessoas que se encontram numa situação de sem-abrigo na cidade de Aveiro.</p> <p>Todos os dias úteis do ano, entre as 21h00 e as 23h00, com o auxílio de uma carrinha da instituição, os voluntários afetos a este projeto organizam-se em grupos de quatro elementos para fazer a entrega do reforço alimentar.</p> <p>Esta ação, feita de um modo informal, in loco, facilita a comunicação e ajuda a estabelecer uma relação com as pessoas em situação de sem-abrigo.</p>

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Florinhas do Vouga	Centro comunitário "Bairro de Santiago"	Espaço bem-estar - balneário, lavandaria e vestiário	Pessoas em situação de sem-abrigo Família e comunidade em geral	Solidária	<p>O espaço bem-estar - balneário, lavandaria e vestiário faz parte das ações do CC e funciona todos os dias úteis das 9h às 12h30 e das 14h às 17h.</p> <p>A maioria das pessoas apoiadas encontra-se em situação de sem-abrigo e recorrem ao balneário para procederem à sua higiene pessoal, sendo, também, possível o tratamento de roupas.</p> <p>Este espaço permite, ainda, o levantamento de roupa e de material de higiene.</p> <p>Estes serviços têm contado com o apoio de toda a comunidade, que doa roupas e material de higiene à instituição, para que esta possa proceder à sua distribuição pela população acompanhada pela instituição.</p>
		Espaço formativo - capacitação e artes	Família e comunidade em geral	Solidária	<p>O espaço formativo - capacitação e artes concentra a sua intervenção em crianças, jovens, população adulta e idosa.</p> <p>A intervenção com as crianças e jovens acontece ao longo do ano, com a atividade das explicações, e no período de férias letivas, com o campo de férias (páscoa e verão).</p> <p>A intervenção com a população adulta e idosa é realizada em vários tipos de atividades, desde o atendimento/informação, o acompanhamento psicológico, o apoio psicoeducativo, o apoio ao cuidador, as oficinas ocupacionais, a aprendizagem ao longo da vida e a prática desportiva.</p> <p>Na maioria das suas atividades prevalece a vertente formativa e de capacitação em áreas específicas que sejam do interesse e da necessidade do grupo em questão.</p>

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Florinhas do Vouga	Centro comunitário "Bairro de Santiago"	Espaço lúdico-ocupacional e de recreação	Pessoas idosas	Solidária	<p>O espaço lúdico-ocupacional e de recreação tem como público-alvo a população adulta e idosa e pretende, de uma forma geral, proporcionar a abordagem/exploração de áreas importantes para o envelhecimento ativo e saudável e que possam prevenir situações de grandes dependências físicas e psicológicas.</p> <p>A intervenção é realizada através de vários tipos de atividades, como o atendimento/informação, o apoio psicoeducativo, o apoio ao cuidador, a animação sociocultural, a prática desportiva e a participação nas atividades da Rede Aveiro Sénior.</p> <p>O principal foco no planeamento das atividades é conseguir, ao longo da semana, trabalhar, de forma equilibrada e de acordo com os gostos/necessidades, todas as áreas importantes para o bem-estar, como, por exemplo, a emocional, a artística, a física, a lúdica, a saúde, a cognitiva, entre outras.</p>
	Projeto Giros "Bairro de Santiago"	Projeto Giros	Pessoas com CAD de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, pessoas em risco de exclusão social, pessoas em situação de sem-abrigo, trabalhadores do sexo, arrumadores de carros e frequentadores de contextos recreativos	Projeto financiado pelo SICAD	<p>O Projeto Giros é uma equipa de rua que intervém na redução de riscos e minimização de danos na área dos CAD, com auxílio de uma unidade móvel.</p> <p>Este projeto visa apoiar pessoas com CAD de SPA's lícitas e ilícitas, pessoas em risco de exclusão sem CAD identificados, frequentadores de contextos recreativos com ou sem CAD identificados e população-alvo estratégica associada.</p> <p>As ações desenvolvidas pelo Projeto Giros podem dividir-se em:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Ações de ER - Apoio psicossocial e satisfação das necessidades básicas, cuidados de saúde, troca/distribuição de material e informação e formação;b) Ações de contextos recreativos - Distribuição de material, teste de alcoolemia e informação e formação: ações de informação e sensibilização e formação de pares.
Pais em Rede, Associação	Núcleo de Aveiro da Pais em Rede, Associação	Apoio na reabilitação social	Jovens e adultos com dificuldades intelectuais e de desenvolvimento e respetivas famílias	IPSS e ONGPD	<p>O Núcleo de Aveiro faz parte da rede de núcleos vinculados à Pais em Rede, Associação, a operar na área da deficiência e incapacidade e cuja missão é "capacitando famílias, mudando comunidades".</p> <p>O Núcleo de Aveiro disponibiliza apoio a jovens e adultos/as com dificuldades intelectuais e do desenvolvimento e suas famílias, através de um projeto de reabilitação social diferenciador e com inspiração nos modelos do planeamento centrado na pessoa e da pedagogia da interdependência.</p>

(Continua)

(Continuação)

Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	Breve descrição
Pais em Rede, Associação	Núcleo de Aveiro da Pais em Rede, Associação	Apoio na reabilitação social	Jovens e adultos com dificuldades intelectuais e de desenvolvimento e respetivas famílias	IPSS e ONGPD	Para o efeito, a ação concretiza-se através de sessões de (in)formação às famílias e promoção das competências pessoais, sociais e profissionais das pessoas apoiadas com vista a que estas últimas adquiram o seu máximo potencial, autonomia e mais qualidade de vida. O Núcleo de Aveiro tem, atualmente, capacidade para 30 utentes e suas famílias, sendo que o seu acompanhamento está a ser realizado em contexto socioprofissional, em contexto universitário (PIEM, na Universidade de Aveiro) ou em contexto de atividades para a capacitação e inclusão.
CRI de Aveiro, ICAD, I.P.	CRI de Aveiro, ICAD, I.P.	CRI de Aveiro, ICAD, I.P.	População em geral e indivíduos dependentes de substâncias e com outros comportamentos aditivos	Instituto público	<p>O CRI de Aveiro encontra-se organizado em torno de duas equipas/espacos:</p> <p>i) ETRS - funciona em São Bernardo, destina-se a indivíduos dependentes de substâncias e com outros comportamentos aditivos e presta cuidados, em regime ambulatorio, tendo em conta as necessidades de cada utente: consultas de carácter individual (clínica geral, psiquiatria, psicologia, serviço social e enfermagem), terapias medicamentosas, apoio materno infantil, rastreios de doenças infectocontagiosas (VIH e HCV), apoio às famílias, entre outras;</p> <p>ii) EIC - funciona no centro da cidade e é simultaneamente a sede do CRI. Desenvolve intervenções de cariz preventivo direcionadas para diferentes públicos-alvo no âmbito da prevenção universal, seletiva e indicada dos CAD. Implementa, em articulação com diferentes parceiros locais, programas de treino de competências (Programa "Eu e os Outros", "Riscos & Desafios", entre outros) e ações de formação/informação/sensibilização. Elabora diagnósticos municipais e monitoriza/avalia projetos nas áreas da prevenção, reinserção e redução de riscos e minimização de danos (PORI). Neste espaço funciona, também, a consulta para jovens e famílias (Prevenção Indicada) e o espaço de atendimento, aconselhamento, acompanhamento e encaminhamento, destinado a adolescentes e jovens utilizadores (não dependentes) de substâncias psicoativas (lícitas e/ou ilícitas) ou com comportamentos de risco potenciadores de dependência (com ou sem substância) e respetivas famílias/acompanhantes.</p>

Fonte: Dados disponibilizados pela autarquia.

V. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

SWOT

Ao longo do diagnóstico realizado, através da análise de um conjunto abrangente de indicadores de diferentes dimensões, é fornecida a base de evidência e de enquadramento necessária à identificação dos principais problemas e necessidades da RSES, essencial ao processo de planeamento e ordenamento subjacente à sua programação, que se pretende holística, participada e territorializada.

A observação dos indicadores demográficos mais relevantes, relativos à população, sua distribuição, estrutura e evolução nos últimos anos e nos anos futuros, fornece um retrato que posiciona Aveiro como um dos territórios mais populosos da Região Centro, apenas ultrapassado por Coimbra, Leiria e Viseu (dados de 2021).

Com uma população residente total de 80954 habitantes em 2021, Aveiro verificou, no último período intercensitário, um aumento de 2504 residentes, representando 3,19% (de 78450 para 80954 pessoas).

Descendo de escala de análise para o nível das freguesias, em 2021 a UF de Glória e Vera Cruz (21227 habitantes, correspondendo a 26,22%) apresenta-se como a mais populosa, seguindo-se a freguesia de Esgueira (13505 habitantes, correspondendo a 16,68%) e a freguesia de Aradas (10087 habitantes, correspondendo a 12,46%). No conjunto, estas três freguesias mais populosas equivalem a 55,36% do total populacional do município. Os valores inferiores encontram-se na freguesia de São Jacinto, com 758 habitantes, valor correspondente a 0,94%.

No último período intercensitário apenas quatro registaram crescimento, a saber, UF de Glória e Vera Cruz (13,17%, representando 2471 habitantes), a freguesia de Aradas (10,16%, representando 930 habitantes), a freguesia de São Bernardo (6,31%, representando 313 habitantes) e a freguesia de Esgueira (0,55%, representando 74 habitantes). Analisando as freguesias que evidenciam decréscimo, é de referir que São Jacinto evidencia o declínio populacional mais expressivo (-23,67%, valor correspondente a -235 indivíduos) enquanto Santa Joana assinala o decréscimo demográfico menos expressivo (-68 habitantes, representando -0,84%).

A análise da natalidade na última década até ao ano de 2022 mostra uma tendência generalizada de diminuição, apesar das variações mais ou menos significativas de ano para ano. Efetivamente, durante este período verificou-se um decréscimo de 14,06%, valor que representa -107 nascimentos (de 761 em 2011 para 654 em 2022).

A consideração da estrutura etária em 2021, comparativamente a 2011, revela que Aveiro acompanha a realidade do duplo envelhecimento da população que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, apresentando uma evolução com perda de jovens (de 14,57% para 12,96%) e ganho de idosos (de 16,91% para 21,01%).

Confirmando o cenário de envelhecimento da população, entre 2011 e 2021 o índice de envelhecimento observou um aumento de 116,06% para 162,16%, isto significa

que para cada 100 jovens existiam aproximadamente 116 e 162 idosos em 2011 e 2021, respetivamente.

De acordo com os resultados obtidos no cenário “base/normal” das projeções demográficas, a população residente no município de Aveiro deverá diminuir até 2031, ano em que se prevê que a população ronde os 77829 indivíduos (-3,86% face a 2021). Na década seguinte estima-se um decréscimo de 5327 residentes (-6,84% face a 2031). Entre 2021 e 2041 espera-se então um decréscimo em torno dos 8452 residentes (-10,44%), correspondendo à passagem dos 80954 para os 72502 residentes.

Todas as freguesias deverão apresentar decréscimos significativos entre 2021 e 2041. Cerca de 60% das freguesias poderão registar quebras superiores a 10%, com especial destaque para a UF de Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz (-17,72%) e para as freguesias de São Jacinto (-17,63%) e de Cacia (-13,15%).

Reconhece-se, porém, que o contexto atual de incerteza e mudanças aceleradas, incluindo os potenciais fluxos migratórios, poderá alterar de forma significativa os valores projetados. A migração, em particular, poderá ter um impacto relevante na estrutura etária e no crescimento populacional, suavizando alguns dos efeitos do envelhecimento e contribuindo para uma população mais equilibrada.

No que toca à natalidade, o cenário previsto aponta para uma redução no número de nascimentos em 2031 e 2041, passando de 641 nascimentos em 2021 para 589 em 2031 e para 499 em 2041. Isto significa que, em 2031, poderão nascer menos 52 crianças do que em 2021, representando uma quebra de 8,11%.

Relativamente à estrutura etária, projeta-se uma diminuição nas faixas de população jovem (0-14 anos), jovem adulta (15-24 anos) e adulta (25-64 anos) entre 2021 e 2041, com reduções estimadas de -22,46%, -23,64% e -19,94%, o que equivale a -2356, -1988 e -8980 habitantes, respetivamente.

Por outro lado, e como consequência do contínuo envelhecimento demográfico, estima-se um aumento significativo na população idosa (65 anos ou mais) ao longo do período, projetando-se um crescimento de 28,64%. Este aumento corresponde a

um acréscimo de 4872 indivíduos nesta faixa etária, o que poderá trazer mudanças profundas na estrutura demográfica e nas necessidades sociais do município.

Este crescimento da população idosa terá impacto direto em diversos setores, como saúde, segurança social e serviços de apoio, exigindo uma adaptação das políticas públicas e um reforço de infraestruturas e serviços especializados. Além disso, a maior proporção de pessoas idosas na população poderá influenciar o mercado de trabalho, com uma eventual diminuição na força laboral ativa e uma necessidade crescente de cuidados de longa duração e assistência social.

Com o crescimento da população idosa, o índice de dependência de idosos poderá aumentar de forma significativa, passando dos 31,83% em 2021 para 41,18% em 2031 e chegando aos 51,51% em 2041. Este cenário implica que, em 2041, no município de Aveiro, haverá aproximadamente 51 idosos para cada 100 indivíduos em idade ativa, o que representa um aumento de 20 idosos por cada 100 ativos em comparação com os valores de 2021.

Da mesma forma, o índice de envelhecimento também deverá subir substancialmente, de 162,16% em 2021 para 213,68% em 2031 e para 269,02% em 2041. Este crescimento significa que, em 2041, poderão existir cerca de 269 idosos para cada 100 jovens, representando um aumento de 107 idosos por cada 100 jovens em relação a 2021.

As projeções elaboradas revelam uma transformação significativa na composição etária da população, com um aumento da proporção de idosos tanto em relação à população ativa quanto à população jovem. Este cenário desafia o município a reforçar as políticas de apoio à população idosa, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de desenvolver estratégias que incentivem o rejuvenescimento populacional, como o estímulo à natalidade e à atração de jovens e trabalhadores para este território.

Numa outra perspetiva de análise, a leitura dos principais indicadores socioeconómicos no município de Aveiro sublinha, para o ano de 2021, a preponderância do setor terciário (67,90%) em relação ao setor secundário (30,97%) e ao setor primário (1,13%).

A observação do ganho médio mensal em 2021 (1315,84€) coloca Aveiro numa posição favorável face à CIM Região de Aveiro (1209,91€), à Região Centro (1147,11€) e ao país (1294,11€). No que diz respeito ao sexo, o diferencial salarial entre homens e mulheres assume-se desfavorável às mulheres, que ganham em média -301,49€ (1448,07€ contra 1146,58€).

Analisando o fenómeno do desemprego, entre 2011 e 2021 verificou-se um decréscimo da taxa de desemprego em Aveiro (10,73% para 5,70%). Analisando o ano de 2021, segundo o sexo, e acompanhando a tendência generalizada, a taxa de desemprego é superior nas mulheres (6,26%) em relação aos homens (5,14%).

Ao nível das condições de vida, no ano de 2021 o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos de idade no território em análise é o trabalho (53,92%). Refletindo o envelhecimento populacional, segue-se a reforma/pensão (24,63%). Com um valor inferior, mas, ainda assim, significativo, encontram-se as pessoas a cargo da família (12,92%). Os outros meios de vida, o subsídio de desemprego e os outros subsídios temporários (doença, maternidade, entre outros) representam, respetivamente, 4,12%, 1,89% e 1,04%. Por fim, o rendimento da propriedade ou da empresa e o RSI correspondem a 0,74% e 0,72%, respetivamente.

Por fim, de acordo com dados de 2021, Aveiro apresenta um poder de compra per capita de 119,68, valor acima do registado nas unidades territoriais de referência (CIM Região de Aveiro com 93,05 e Região Centro com 89,87). No contexto da CIM Região de Aveiro, nenhum dos municípios apresenta valores maiores que o município de Aveiro.

Passando agora para a avaliação da RSES (Quadro 46), em Aveiro esta é constituída por 181 respostas sociais, organizadas em seis populações-alvo, a saber, crianças e jovens, com 94 respostas sociais (29 creches, 53 estabelecimentos de educação pré-escolar, 10 CATL's, 1 CAFAP e 1 CAC para resposta a situações de emergência), pessoas idosas e/ou em situação de dependência, com 52 respostas sociais (20 SAD's, 14 CD's, 16 ERPI's, 1 ECCI e 1 UC), pessoas com deficiência ou incapacidade, com 5 respostas sociais (1 IP, 1 CACI e 3 LR's), família e comunidade, com 25

respostas sociais (13 SAAS's, 8 AAC's, 1 R/CS, 1 CC e 2 CAT's), pessoas toxicod dependentes, com uma resposta social de EID, e pessoas vítimas de violência doméstica, com quatro respostas sociais (1 EA (NAVVD) e 3 CAB's). Fica, assim, evidente o predomínio das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência, sendo que, no primeiro caso, esta prevalência se relaciona com os estabelecimentos de educação pré-escolar.

A análise da natureza jurídica das respostas sociais existentes no município de Aveiro revela a relevância do setor não lucrativo no domínio do apoio social à população. Efetivamente, as respostas sociais pertencentes à rede não lucrativa correspondem a 88,40% (160) do universo de respostas sociais, representando os restantes 11,60% (21) a respostas sociais lucrativas (11,05%, que corresponde a 20 respostas sociais) e a uma resposta social de natureza jurídica indefinida (0,55%, que representa uma resposta social), correspondendo esta última à EA (NAVVD) da Cáritas Diocesana de Aveiro. Nas respostas sociais não lucrativas destaca-se a rede solidária (74,03%, valor que representa 134 respostas sociais) em relação à rede pública (14,36%, valor correspondente a 26 respostas sociais). A rede pública é constituída, apenas, pelos estabelecimentos de educação pré-escolar do ME, geridos pelos sete agrupamentos de escolas existentes no território municipal - i) Aveiro, ii) Eixo, Aveiro, iii) Esgueira, Aveiro, iv) Oliveirinha, Aveiro, v) Dr. Mário Sacramento, Aveiro, vi) José Estêvão, Aveiro e vii) Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro -, e pela ECCL da ULSRA. A rede lucrativa integra as respostas sociais de creche, estabelecimento de educação pré-escolar, CATL, SAD e ERPI.

A observação da distribuição territorial das respostas sociais que compõem a RSES do município de Aveiro mostra-nos que acompanha o padrão de distribuição populacional, concentrando-se nas unidades territoriais mais populosas. A UF de Glória e Vera Cruz regista o maior número de respostas sociais (57), seguida da freguesia de Esgueira (25). De notar a inexistência de unidades territoriais sem oferta de respostas sociais.

Quadro 46. Síntese da RSES.

População-alvo	Grupo-alvo	Resposta social	Respostas sociais	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	29	1632	1583	1336	2200
		Jl	53	2667	2413	1224	278
		CATL	10	688	667	568	66
	Crianças e jovens em situação de perigo	CAFAP	1	33	27	20	0
		CAC para resposta a situações de emergência	1	18	16	16	NA
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	20	745	582	402	76
		CD	14	420	305	262	101
		ERPI	16	692	666	402	1162
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	1	15	15	NA	NA
		UC	1	30	30	NA	NA
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	IP	1	NA	132	37	30
	Pessoas adultas com deficiência	CACI	1	60	60	60	15
		LR	3	38	38	38	89
Família e comunidade		SAAS	13	NA	3021	NA	NA
		AAC	8	828	821	NA	NA
		R/CS	1	22	13	NA	NA
		CC	1	NA	60	NA	NA
		CAT	2	26	26	26	NA
Pessoas toxicodependentes		EID	1	200	200	200	NA
Pessoas vítimas de violência doméstica		EA (NAVVD)	1	NA	327	NA	NA
		CAb	3	43	40	31	NA
Total			181	8157	11042	4622	4017

(Continua)

(Continuação)

População-alvo	Grupo-alvo	Resposta social	Taxa de utilização	Área de influência		
				Freguesia	Município	Outros municípios
			(%)	(n.º)		
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	97	868	515	200
		Jl	90,48	1385	729	228
		CATL	96,95	419	210	38
	Crianças e jovens em situação de perigo	CAFAP	81,82	8	19	0
		CAC para resposta a situações de emergência	88,89	0	3	13
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	78,12	369	174	39
		CD	72,62	200	71	34
		ERPI	96,24	250	221	195
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	100	2	13	0
		UC	100	ND	ND	ND
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	IP	NA	25	107	0
	Pessoas adultas com deficiência	CACI	100	3	53	4
		LR	100	4	17	17
Família e comunidade		SAAS	NA	2537	455	29
		AAC	99,15	431	388	2
		R/CS	59,09	12	1	0
		CC	NA	60	0	0
		CAT	100	20	3	3
Pessoas toxicodependentes		EID	100	40	54	106
Pessoas vítimas de violência doméstica		EA (NAVVD)	NA	0	319	8
		Cab	93,02	0	0	40
Total			135,37	6633	3352	956

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Em termos de capacidade instalada, é clara a relevância das respostas sociais dirigidas às crianças e jovens (5038)⁶⁵ e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (1902)⁶⁶, ainda que, uma vez mais, com uma clara superioridade das primeiras em relação às segundas. Com valores mais baixos, mas igualmente significativos, encontram-se as respostas sociais direcionadas à família e comunidade (876)⁶⁷. Por fim, com valores bastante inferiores surgem as respostas sociais vocacionadas para as pessoas toxicodependentes (200), as pessoas com deficiência ou incapacidade (98)⁶⁸ e as PVVD (43)⁶⁹. Retirando a influência dos estabelecimentos de educação pré-escolar e da AAC, as respostas sociais dedicadas às crianças e jovens, embora continuem a registar a maior capacidade instalada, diminuem para menos de metade a sua representatividade (de 5038 para 2371), e as respostas sociais destinadas à família e comunidade passam a verificar uma capacidade instalada bastante inferior (de 876 para 48), sendo que apenas as respostas sociais que visam o apoio às PVVD observam um valor mais baixo.

Relativamente à repartição dos utentes, os valores superiores encontram-se nas respostas sociais dedicadas às crianças e jovens (4706) e, agora, à família e comunidade (3941), que superam claramente as respostas sociais destinadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (1598). Em posições bastante distanciadas aparecem as respostas sociais dirigidas às PVVD (367), às pessoas com deficiência ou incapacidade (230) e às pessoas toxicodependentes (200). Anulando o efeito dos estabelecimentos de educação pré-escolar, do SAAS e da AAC, continuam a sobressair as respostas sociais que visam o apoio às crianças e jovens,

⁶⁵ Neste ponto, no que se refere à resposta social de CAFAP, estão considerados apenas os agregados familiares.

⁶⁶ A Geriavi 01 A1 S.A., da rede lucrativa e responsável por uma ERPI e por uma UC, não disponibilizou informação referente à UC, pelo que foram analisadas apenas as dimensões da capacidade e dos utentes, retiradas da Carta Social do GEP/MTSSS.

⁶⁷ Não considera a capacidade das respostas sociais de SAAS e CC, por não se aplicar o conceito.

⁶⁸ Não considera a capacidade da resposta social de IP, por não se aplicar o conceito.

⁶⁹ Não considera a capacidade da resposta social de EA (NAVVD), por não se aplicar o conceito.

ainda que também aqui diminuem para menos de metade a sua representatividade (de 4706 para 2293), as respostas sociais direcionadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência passam novamente a ocupar o segundo lugar e as respostas sociais vocacionadas para a família e comunidade (de 3941 para 99) são ultrapassadas pelas respostas sociais dedicadas às PVVD, às pessoas com deficiência ou incapacidade e às pessoas toxicodependentes.

Em relação aos utentes com acordo⁷⁰, destacam-se as respostas sociais dedicadas às crianças e jovens (3164), seguidas, ainda que com valores bastante inferiores, das respostas sociais destinadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência (1066). Por ordem decrescente de grandeza surgem as respostas sociais para pessoas toxicodependentes (200), pessoas com deficiência ou incapacidade (135), PVVD (31)⁷¹ e família e comunidade (26).

Por sua vez, a observação dos utentes em lista de espera mostra que são as respostas sociais destinadas às crianças e jovens e às pessoas idosas e/ou em situação de dependência que apresentam um valor superior, devido às respostas sociais de creche e ERPI, que concentram a maioria dos utentes em lista de espera (2200 em 2544 e 1162 em 1339, respetivamente). Merecem, também, referência as respostas sociais dedicadas às pessoas com deficiência ou incapacidade (134).

Numa referência à taxa de utilização importa distinguir dois grupos de respostas, as que se encontram a funcionar no limite da sua capacidade máxima (100%) e as que se encontram a funcionar muito próximo do limite da sua capacidade máxima (>90%). Assim, o primeiro grupo é constituído pelas respostas da rede geral da RNCCI (ECCI e UC) e pelas respostas sociais de CACI, LR, CAT e EID. O segundo grupo

⁷⁰ O estabelecimento de educação pré-escolar da Associação os Salineiros - Associação Aveirense para a Educação Ativa e a ERPI da Associação de Solidariedade Social dos Professores, embora sejam de natureza solidária, encontram-se a funcionar sem acordo com a segurança social.

⁷¹ O conceito de acordo não se aplica a uma das respostas sociais de CAB, a saber, a CAB da Cáritas Diocesana de Aveiro, que, por ser uma resposta social diferenciada (única CAB do país que acolhe homens vítimas de violência doméstica), é financiada através de fundos comunitários do Portugal 2030.

é constituído pelas respostas sociais de creche, estabelecimento de educação pré-escolar, CATL, ERPI, AAC e CAB.

No que se refere à taxa de cobertura em 2023, são as respostas sociais para a primeira infância (creche e ama) que registam um valor superior (80,5%). Com um valor claramente inferior, mas, ainda assim, significativo, segue-se a resposta social de CACI (12,6%). Por ordem decrescente, nas respostas sociais para pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI) os valores são de 5,7% na resposta social de ERPI, 4,7% na resposta social de CD e 4,3% na resposta social de SAD. Por fim, na resposta social de LR o valor é de apenas 0,8%. Numa análise comparativa com o valor do Continente para o mesmo ano, constata-se que o valor de Aveiro é superior no caso das respostas sociais para a primeira infância (80,5% para 55,2%) e inferior no caso das respostas sociais para as pessoas idosas (4,3% para 4,7% na resposta social de SAD, 4,7% para 5% na resposta social de CD e 5,7% para 8,7% na resposta social de ERPI) e das respostas sociais para as pessoas com deficiência ou incapacidade (12,6% para 25,4% na resposta social de CACI e 0,8% para 1,2% na resposta social de LR).

Finalmente, a análise da área de influência das respostas sociais por população-alvo põe em evidência a existência de diferentes padrões⁷². Nas respostas sociais de proximidade, na generalidade vocacionadas para colmatar as necessidades das famílias durante o período diário nos dias úteis, o raio de implantação é maioritariamente municipal, acolhendo utentes do município e, sobretudo, da própria freguesia onde os equipamentos sociais se situam. São disso exemplo as creches, os estabelecimentos de educação pré-escolar, os CATL's, os SAD's e os CD's. Em contraponto, nas respostas sociais que implicam institucionalização, funcionando, na generalidade, ao longo das 24 horas diárias e durante os sete dias

⁷² A Geriavi 01 A1 S.A., da rede lucrativa e responsável por uma ERPI e por uma UC, não disponibilizou informação referente à UC, pelo que foram analisadas apenas as dimensões da capacidade e dos utentes, retiradas da Carta Social do GEP/MTSSS, e o Colégio D. José I não disponibilizou a informação referente à área de influência.

da semana, a área de abrangência geográfica é mais alargada, como é o caso das ERPI's e dos LR's.

Em jeito de conclusão, procede-se agora à construção de uma análise SWOT, instrumento fundamental que tem como finalidade avaliar os fatores internos, através da identificação dos pontos fortes e fracos, e externos, através do reconhecimento das oportunidades e ameaças. Este exercício de planeamento estratégico é uma etapa determinante para fornecer informações que permitam a construção de cenários de antecipação que sirvam de suporte à programação da RSES.

Quadro 47. Análise SWOT.

**PONTOS FORTES**

- Ação social assumida como área estratégica prioritária para o município;
- Política de ação social local que assume e ultrapassa as competências atribuídas;
- Boa articulação entre o município, as juntas de freguesia e as organizações sociais;
- Predomínio de declives suaves no território municipal, o que facilita a distribuição da rede viária que serve a totalidade das freguesias;
- Diminuição do número de desempregados entre 2014 e 2024 (-35,34%, valor correspondente à passagem dos 846 aos 547 indivíduos);
- Decréscimo do número de beneficiários do RSI entre 2011 e 2022 (-26,03%, correspondente à passagem das 2036 às 1506 pessoas);
- RSES extensa (quantidade) e diversa, sendo que todas as freguesias apresentam respostas sociais para crianças e jovens e pessoas idosas;
- Elevada representatividade do setor lucrativo no domínio da proteção social à população nas crianças e jovens e nas pessoas idosas;
- RSES que procura responder a todas as pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social;
- Taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (creche e ama) superior à taxa de cobertura média do continente;
- Forte presença das respostas sociais de estabelecimento de educação pré-escolar (53), creche (29), SAD (20), ERPI (16), CD (14) e SAAS (13);
- Oferta diversificada para família e comunidade;
- Existência de respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica, crianças e jovens em situação de perigo e pessoas toxicodependentes;
- Grande disseminação das respostas sociais para crianças e jovens e pessoas idosas pelo território;
- Concentração das respostas sociais para crianças e jovens em situação de perigo, pessoas em situação de dependência, pessoas com deficiência ou incapacidade, família e comunidade, pessoas toxicodependentes e pessoas vítimas de violência doméstica nos principais núcleos populacionais.

(Continua)

(Continuação)



PONTOS FRACOS

- Constrangimentos provocados pela Ria de Aveiro em alguns setores do território municipal (e.g.: São Jacinto), o que cria algumas dificuldades ao nível das acessibilidades;
- Dificuldade das organizações sociais em responder ao aumento, à diversificação e à complexificação das necessidades de apoio social e de saúde, em virtude da evolução da realidade demográfica, social, económica e cultural;
- Reduzida sensibilização das organizações sociais (corpos dirigentes) para a importância da atualização permanente de conhecimentos dos colaboradores;
- Baixa qualificação profissional dos auxiliares de ação direta nas organizações sociais;
- Isolamento social e geográfico das pessoas idosas e consequente inatividade cognitiva e física, agravada pela crescente desertificação dos territórios mais periféricos e rurais;
- Dificuldade de integração social das pessoas e/ou famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social (e.g.: pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica, pessoas com deficiência ou incapacidade, pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante, pessoas toxicodependentes e pessoas vítimas de violência doméstica);
- Taxa de cobertura das respostas sociais para as pessoas idosas (SAD idosos, CD e ERPI) e pessoas com deficiência ou incapacidade (SAD deficiência, CACI, LR e RAI) inferior à taxa de cobertura média do continente, particularmente nas respostas sociais para as pessoas com deficiência ou incapacidade;
- Inexistência de respostas específicas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante;
- Falta de respostas para crianças e jovens em situação de perigo (e.g.: CAC e CAC com unidade de apoio e promoção de autonomia dos jovens);
- Carência de lugares disponíveis nas respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência, particularmente no domínio dos grandes dependentes e das pessoas com demência, como a doença de Alzheimer, em particular nas respostas da RSES de ERPI e da rede geral da RNCCI (ECCI e UC);
- Insuficiência de lugares disponíveis nas respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade, em especial nas respostas sociais de CACI e LR;
- Diminuta oferta de respostas destinadas a acolher temporariamente pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica (apenas duas respostas sociais de CAT).

(Continua)

(Continuação)



OPORTUNIDADES

- Descentralização de competências na área social;
- Possibilidade de acesso a vários programas de financiamento de âmbito nacional, temático e/ou regional, através do PRR, do Portugal 2030 (Pessoas 2030) e do Centro2030, ou de âmbito municipal, através do PMAA - AEIES;
- Litoralidade;
- Excelentes infraestruturas de mobilidade, que asseguram diferentes modos de circulação e servem de apoio não só às pessoas, mas também às atividades económicas, com destaque para as vias de distribuição principal A1, A25 e A17, para a linha ferroviária do Norte e para o porto comercial de pescas de Aveiro;
- Forte dinâmica empresarial;
- Qualidade de vida, particularmente nas seguintes vertentes: i) condições de saúde; ii) disponibilidade de serviços; iii) criminalidade, segurança e problemas sociais; e iv) ambiente (tráfego, poluição e clima);
- Elevado potencial da Ria de Aveiro, das dunas e praia de São Jacinto e da Pateira de Requeixo;
- Vasto património edificado/arqueológico, cultural e natural;
- Riqueza e diversidade da gastronomia e dos produtos endógenos;
- Crise do Estado social e aparecimento de um número cada vez maior, mais diversificado e mais complexo de problemas sociais e de saúde como uma oportunidade para a área social adquirir outros saberes e práticas e reconfigurar o modelo de atuação, impulsionando o desenvolvimento de respostas sociais inovadoras e de modelos de financiamento alternativo;
- Envelhecimento, aumento da esperança média de vida da população e novos comportamentos, estilos de vida e expectativas das pessoas idosas como uma oportunidade de dinamização da economia municipal;
- Movimento associativo expressivo e dinâmico;
- Oferta de ensino profissional, artístico e superior.

(Continua)

(Continuação)



AMEAÇAS

- Abandono dos territórios rurais e das atividades tradicionais, nomeadamente da agricultura;
- Desequilíbrios demográficos entre os territórios e consequentes assimetrias na distribuição de serviços;
- Enfraquecimento das zonas mais periféricas e isoladas e crescente aumento populacional das zonas urbanas e periurbanas, causando despovoamento;
- Acréscimo populacional expressivo entre 2001 e 2021 (10,39%, valor correspondente à passagem dos 73335 aos 80954 habitantes);
- Diminuição estrutural da natalidade entre 2001 e 2022 (-20,63%, correspondendo à passagem dos 824 aos 654 nascimentos);
- Acentuado aumento do índice de envelhecimento entre 2011 e 2021 (de 116,05% para 162,16%);
- Considerando apenas a dinâmica natural, a tendência será de declínio demográfico (-10,44%, valores correspondentes à passagem dos 80954 aos 72502 indivíduos), da diminuição dos nascimentos (-22,15%, correspondendo à passagem dos 641 aos 499 nascimentos) e do aumento envelhecimento (de 162,16% para 269,02%) entre 2021 e 2041;
- Falta de mão-de-obra em determinados setores de atividade;
- Baixo nível de qualificação escolar e profissional da população em idade ativa;
- Carência habitacional;
- Degradação do parque habitacional e agregados familiares a viverem em condições indignas, principalmente nas zonas mais periféricas e rurais;
- Falta de recursos das organizações sociais (financeiros, materiais e humanos), em particular para o empreendedorismo e inovação social;
- Existência de alguma resistência por parte das organizações sociais ao estabelecimento de parcerias (individualismo) e ao trabalho em rede;
- Dificuldades das pessoas em situação de dependência, por falta de suporte familiar ou insuficiência de rendimentos;
- Aumento da prevalência da doença mental na população.

VI. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS EM CONSTRUÇÃO OU COM FINANCIAMENTO PÚBLICO APROVADO

À RSES em funcionamento no município de Aveiro acrescem os serviços e equipamentos sociais em construção ou com financiamento público aprovado, bem como os que entraram em funcionamento após o levantamento de campo, que decorreu, na generalidade, entre janeiro e março de 2024 (Quadros 48, 49, 50 e 51).

As alterações à RSES traduzem-se, primeiro, em benefícios ao nível da melhoria dos serviços prestados e da qualidade de vida dos utentes, resultantes da beneficiação dos serviços e equipamentos sociais, que, não raramente, visa, também, a criação de condições para o licenciamento do edificado, e, depois, ao nível do aumento e da diversificação das respostas sociais e, conseqüentemente, da ampliação da capacidade instalada nas respetivas áreas de intervenção.

Numa referência ao número de respostas sociais, são criadas, no essencial, três novas valências (SAD, UMDR e LR⁷³), passando-se, assim, de um universo de 181 para um total de 184 respostas sociais (Quadro 52).

Por sua vez, no que se refere à diversificação das respostas sociais é de referir que apenas a UMDR corresponde a uma nova valência, na medida em que as respostas sociais de SAD e LR correspondem a valências já existentes no território municipal.

Finalmente, em termos de capacidade instalada, observa-se um aumento global de 137 lugares, 80 resultantes da criação das três respostas sociais (SAD, UMDR e LR) e 52 resultantes da realização de obras de ampliação e requalificação de serviços e equipamentos sociais existentes. Por resposta social, o aumento é de 42 lugares na resposta social de creche, 30 na resposta social de SAD, 15 na resposta social de ERPI, 20 na resposta social de UMDR e 30 na resposta social de LR⁷⁴.

⁷³ Prevê-se que a criação deste LR conduza ao encerramento de dois dos três atualmente em funcionamento, na medida em que a intervenção no equipamento social do CACI visa não só a criação de uma nova resposta social com vista ao aumento da capacidade instalada, mas, também, a substituição dos equipamentos sociais de São Bernardo e de Santiago, a funcionar sem licenciamento. Caso a situação descrita se verifique, na realidade vamos assistir a uma redução do número de LR's, passando-se de três para dois.

⁷⁴ Na realidade representa um aumento de apenas 11 lugares, uma vez que vai substituir os equipamentos sociais de São Bernardo (capacidade para 10 utentes) e de Santiago (capacidade para 9 utentes).

Quadro 48. Equipamentos sociais concluídos e em funcionamento, em construção ou com financiamento público aprovado - capacidade.

Programa	Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Capacidade	
						Inicial	Final
(n.º)							
Concluído e em funcionamento							
PRR AVISO 02	Aradas	Ampliação e remodelação	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro Aradas	Lar Paraquial Amélia Madaíl	ERPI	36	46
-	UF de Glória e Vera Cruz	Ampliação e remodelação	GERIAVI 01 A1 S.A.	DOMUSVI - Unidade Dom Pedro V	UMDR	-	20
Em construção							
PARES 3G	Aradas	Remodelação	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro Aradas	Lar Paraquial Amélia Madaíl	SAD	20	20
					CD	20	20
					ERPI	36	36
	Eixo e Eirol	Ampliação e remodelação*	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	CACI	60	60
					LR	-	30**
		Remodelação	Associação de Melhoramentos de Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	SAD	35	35
					CD	30	30
	SAAS				NA	NA	
	AAC	110	110				
	Esgueira	Ampliação e remodelação	Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro)	ERPI - Lar Passo Sénior - Fundação CESDA	SAD	-	30
ERPI					45	45	
Com financiamento público aprovado							
PARES 3G	Oliveirinha	Remodelação	Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado	Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado	CD	30	30
					ERPI	32	32
PRR AVISO 04	Aradas	Remodelação	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro Aradas	Centro Comunitário da Paróquia de Aradas	Creche	92	134

Fonte: Dados disponibilizados pela Segurança Social.

Notas:

* A resposta social de CACI não foi objeto de financiamento pelo PARES 3G;

** Na realidade representa um aumento de apenas 11 lugares, uma vez que vai substituir os equipamentos sociais de São Bernardo (capacidade para 10 utentes) e de Santiago (capacidade para 9 utentes).

Quadro 49. Equipamentos sociais concluídos e em funcionamento, em construção ou com financiamento público aprovado - investimento.

Programa	Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Investimento		
						Público elegível	Privado elegível	Total
€								
Concluído e em funcionamento								
PRR AVISO 02	Aradas	Ampliação e remodelação	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro Aradas	Lar Paraquial Amélia Madaíl	ERPI	356 950,00	319 042,42	675 992,42
-	UF de Glória e Vera Cruz	Ampliação e remodelação	GERIAVI 01 A1 S.A.	DOMUSVI - Unidade Dom Pedro V	UMDR	-	-	-
Em construção								
PARES 3G	Aradas	Remodelação	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro Aradas	Lar Paraquial Amélia Madaíl	SAD	376 706,00	146 497,00	523 203,00
					CD			
					ERPI			
	Eixo e Eirol	Ampliação e remodelação*	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	CACI	754 673,00	389 984,00	1 144 657,00
					LR			
					SAD			
					CD			
	Esgueira	Ampliação e remodelação	Associação de Melhoramentos de Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	SAAS	151 998,00	38 002,00	190 000,00
					AAC			
					SAD			
Esgueira	Ampliação e remodelação	Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro)	ERPI - Lar Passo Sénior - Fundação CESDA	SAD	354 420,00	88 605,00	443 025,00	
				ERPI				
Com financiamento público aprovado								
PARES 3G	Oliveirinha	Remodelação	Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado	Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado	CD	371 741,00	123 919,00	495 660,00
					ERPI			
PRR AVISO 04	Aradas	Remodelação	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro Aradas	Centro Comunitário da Paróquia de Aradas	Creche	325 683,84	228 781,99	554 465,83

Fonte: Dados disponibilizados pela Segurança Social.

Nota:

* A resposta social de CACI não foi objeto de financiamento pelo PARES 3G.

Quadro 50. Equipamentos sociais com apoio municipal aprovado no âmbito do PMAA - AEIES - capacidade.

Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Capacidade	
					Inicial	Final
					(n.º)	
Cacia	Requalificação e adaptação	Centro Social Paroquial de Cacia	Centro Social Paroquial de Cacia	Creche	34	-
				Jl	44	-
				CATL	40	-
				SAD	30	-
				CD	25	-
				SAAS	NA	-
Eixo e Eirol	Reabilitação	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	CACI	60	-
				SAD	35	-
	Requalificação e adaptação	Associação de Melhoramentos de Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	CD	30	-
				SAAS	NA	-
				AAC	110	-
	Ampliação, requalificação e adaptação	Centro Social e Paroquial de Santa Eulália e Eirol	Centro Social e Paroquial de Santa Eulália e Eirol	SAD	34	-
				CD	30	-
	Oliveirinha	Requalificação e adaptação	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Complexo Social - Quinta da Moita - Oliveirinha	SAD	50
CD					40	-
ERPI					120	-
SAAS					NA	-
AAC					109	-

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Capacidade	
					Inicial	Final
					(n.º)	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Requalificação e adaptação	Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz	Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz	Creche	45	-
				JI	20	-
				CATL	20	-
				SAD	25	-
São Bernardo	Reabilitação	Centro Paroquial de São Bernardo	Centro Paroquial de São Bernardo - Equipamento de Apoio à Pessoa Idosa	SAD	50	-
				CD	20	-
				ERPI	13	18
São Jacinto	Ampliação e requalificação	Centro Social Paroquial de São Jacinto	Centro Social Paroquial de São Jacinto	Creche	25	-
				JI	20	-
				CD	20	-
				SAAS	NA	-
UF de Glória e Vera Cruz	Requalificação e adaptação	Casa Vera Cruz	Creche da Vera e do Cruz	Creche	79	-
			Edifício Padre Fernandes	Creche	80	-
				CATL	138	-
				AAC	100	-

Fonte: Dados disponibilizados pela CMA.

Quadro 51. Equipamentos sociais com apoio municipal aprovado no âmbito do PMAA - AEIES - apoio municipal.

Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Apoio municipal	
					€	
Cacia	Requalificação e adaptação	Centro Social Paroquial de Cacia	Centro Social Paroquial de Cacia	Creche	72 000,00	
				Jl		
				CATL		
				SAD		
				CD		
				SAAS		
Eixo e Eirol	Reabilitação	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	CACI	677 000,00	
	Requalificação e adaptação	Associação de Melhoramentos de Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	SAD	125 000,00	
				CD		
				SAAS		
				AAC		
	Ampliação, requalificação e adaptação	Centro Social e Paroquial de Santa Eulália e Eirol	Centro Social e Paroquial de Santa Eulália e Eirol	SAD	222 500,00	
				CD		
	Oliveirinha	Requalificação e adaptação	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Complexo Social - Quinta da Moita - Oliveirinha	SAD	400 000,00
					CD	
ERPI						
SAAS						
AAC						

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Intervenção	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Apoio municipal
					€
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Requalificação e adaptação	Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz	Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz	Creche	82 500,00
				Jl	
				CATL	
				SAD	
São Bernardo	Reabilitação	Centro Paroquial de São Bernardo	Centro Paroquial de São Bernardo - Equipamento de Apoio à Pessoa Idosa	SAD	306 500,00
				CD	
				ERPI	
São Jacinto	Ampliação e requalificação	Centro Social Paroquial de São Jacinto	Centro Social Paroquial de São Jacinto	Creche	340 000,00
				Jl	
				CD	
				SAAS	
UF de Glória e Vera Cruz	Requalificação e adaptação	Casa Vera Cruz	Creche da Vera e do Cruz	Creche	213 000,00
			Edifício Padre Fernandes	Creche	
				CATL	
				AAC	

Fonte: Dados disponibilizados pela CMA.

Quadro 52. Síntese da RSES com os equipamentos sociais concluídos e em funcionamento, em construção ou com financiamento público aprovado.

População-alvo	Grupo-alvo	Resposta social	Respostas sociais			Capacidade			
			Inicial	Final	Total	Atual	Previsto	Total	
			(n.º)						
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	29			1632	42	1674	+ 42 lugares
		Jl	53			2667			
		CATL	10			688			
		Subtotal	92			4987			
	Crianças e jovens em situação de perigo	CAFAP	1			33			
		CAC para resposta a situações de emergência	1			18			
		Subtotal	2			51			
		Total	94			5038			
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	20	1	21	745	30	775	+ 1 resposta
		CD	14			420			+ 15 lugares
		ERPI	16			692	15	707	
		Subtotal	50			1857			
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	1			15			Nova resposta
		UMDR	0	1	1	0	20	20	
		UC	1			30			
		Subtotal	2			45			
		Total	52			1902			
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	IP	1			NA			+ 1 resposta
	Pessoas adultas com deficiência	CACI	1			60			
		LR	3	1	4	38	30	68	
		Subtotal	4			98			
		Total	5			98			
Família e comunidade		SAAS	13			NA			
		AAC	8			828			
		R/CS	1			22			
		CC	1			NA			
		CAT	2			26			
		Subtotal	25			876			
Pessoas toxicodependentes	EID	1			200				
Pessoas vítimas de violência doméstica		EA (NAVVD)	1			NA			
		Cab	3			43			
		Subtotal	4			43			
TOTAL			181	3	184	8157	137	8294	

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais, pela Segurança Social e pela CMA.

VII. PROGRAMAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

VII.1. Missão, visão e valores

Missão

O município desempenha um papel determinante em matéria de ação social e bem-estar da população, enquanto estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade. O seu papel como agente promotor de um melhor atendimento e de uma resposta mais eficaz aos cidadãos, em especial

aos mais vulneráveis socialmente, no seu sentido mais amplo e holístico, está enquadrado pelas várias competências formalmente atribuídas, que lhe conferem um grande potencial de intervenção, direta e indireta, sobre as diferentes dimensões com influência nas condições de vida da população. Salientam-se os domínios relacionados com a habitação, a educação, a saúde, o transporte público, entre outros.

O decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e a portaria n.º 66/2021, de 17 de março, vieram fortalecer o papel das autarquias locais no domínio da área social e possibilitar uma maior adequação dos serviços prestados à população, através da atribuição da competência de elaborar a carta social.

Assim, e no âmbito da carta social, definiu-se a seguinte missão para o município de Aveiro:



Promover um desenvolvimento social integrado, em conjunto com os parceiros sociais e a comunidade, criando condições favoráveis ao desenvolvimento de uma RSES que responda adequadamente às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

Visão

Com base no conceito de desenvolvimento social, no direito à satisfação dos direitos sociais indispensáveis e na nova geração de políticas públicas sociais ativas direcionadas para a inclusão social, em detrimento da perspetiva assistencialista clássica, a carta social, no âmbito da programação da RSES, assume como visão:



Afirmar Aveiro como um espaço social e territorialmente coeso, dispondo de uma RSES adequadamente dimensionada e distribuída, que permita: i) responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes e antecipar as que vão surgindo a um ritmo acelerado, em resultado das transformações sociais na nossa sociedade; ii) criar condições facilitadoras da conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional; iii) promover a coesão social e territorial.

No centro da visão definida para a programação da RSES está o compromisso do município na garantia de resposta a todos aqueles que dela precisam, na eliminação das desigualdades injustas e evitáveis e na integração dos grupos sociais desfavorecidos, intervindo nas determinantes socioeconómicas.

No seu sentido mais amplo e holístico, a visão definida para a programação da RSES pretende contribuir ativamente para a modelação de um sistema territorial e urbano equilibrado e policêntrico, através da qualificação, revitalização e valorização dos centros urbanos e da formação de novas centralidades, para a dinamização da atividade económica e para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado e da qualidade ambiental, e, por conseguinte, para a melhoria contínua da qualidade de vida da população.

Valores

A visão definida para a carta social, no âmbito da programação da RSES, é orientada por seis valores que enquadram o desenvolvimento da estratégia de intervenção, devendo estar articulados entre si em todas as ações e medidas de operacionalização apresentadas:



- Subsidiariedade;
- Integração;
- Articulação;
- Participação;
- Inovação social;
- Responsabilidade intergeracional.

- **Subsidiariedade**, atendendo a que, pela proximidade à comunidade, é no território que se identificam as necessidades das populações, se localizam os recursos e os agentes de mudança que viabilizam ações de intervenção coletiva concertada e articulada, com vista à resolução ou prevenção de problemas concretos e ao desenvolvimento social, e se desenvolvem os processos participativos que permitem criar fatores de mudança propiciadores da construção de caminhos transformadores das situações de vulnerabilidade social e da inserção dos mais desfavorecidos;
- **Integração**, na medida em que a integração social é o grande propósito da intervenção social e que esta apela à ação concertada, coordenada e coerente das várias entidades na planificação, execução e avaliação da intervenção, à congregação de recursos e à convergência das políticas e dos instrumentos existentes na área social e noutros domínios, de modo a responder, de forma efetiva, ao carácter multidimensional da vulnerabilidade social, com destaque para os fenómenos de pobreza e exclusão social, e, assim, contribuir para a promoção da comunidade e para o desenvolvimento social;
- **Articulação**, considerando a necessidade de articular a intervenção social dos diferentes agentes sociais com atividade no território através do estabelecimento de parcerias efetivas e dinâmicas em torno de objetivos partilhados que funcionem de uma forma simples, desburocratizada e flexível e forneçam um espaço comum que facilite o diálogo, a participação e a decisão, possibilite a criação de sinergias na utilização dos recursos existentes na comunidade, permita a partilha de responsabilidades e

contribua para a promoção de projetos de ação coletivos que procurem soluções para a resolução dos problemas sociais ou para a criação de novas respostas sociais;

- **Participação**, sendo que o combate à pobreza e exclusão social, numa perspectiva de promoção do desenvolvimento social, é tanto mais efetivo quanto mais amplamente participado for o processo, devendo alargar-se aos atores locais e às populações, em especial às que estão em situação de maior vulnerabilidade social, o que pressupõe a tomada de consciência pelas entidades e comunidades das causas que originam a pobreza e exclusão social e a sua organização e mobilização para que participem nas ações concretas que visem a resolução dos problemas sociais existentes. De referir a importância das organizações de base associativa, enquanto dispositivos que contribuem para o reforço dos elos sociais e para o protagonismo que os cidadãos devem ter nos processos de desenvolvimento que os visam;
- **Inovação social**, uma vez que, face às mudanças sociais que ocorrem a um ritmo acelerado e à emergência de novos problemas sociais, torna-se imprescindível a implementação de políticas, medidas e programas que sejam portadores de dinâmicas de inovação nos processos de trabalho e nas práticas para se adequarem às novas realidades em presença. A sua concretização depende da descentralização da intervenção social, da desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados, do desenvolvimento de parcerias estratégicas baseadas na democracia participativa, da circulação e partilha de informação, da criação de um sistema de comunicação entre os serviços e os cidadãos e da geração de formas de atuação que motivem a participação das comunidades;
- **Responsabilidade intergeracional**, tendo em conta que é dever das gerações presentes adotar comportamentos sustentáveis no uso dos recursos, de forma a não privar as futuras gerações da possibilidade de usufruto.

VII.2. Objetivos

No quadro de uma complementaridade entre as entidades públicas e da administração local, as IPSS's e o CLAS, a programação da RSES visa, em função das necessidades diagnosticadas, adequar, otimizar e racionalizar os serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, em função das perspetivas de evolução da sociedade, para melhorar a qualidade dos serviços prestados à população e assegurar que, a cada momento, as respostas sociais disponíveis a nível municipal respondem à procura efetiva existente, tendo em vista uma maior coesão social e territorial.

No essencial, o que se pretende é acompanhar as necessidades de evolução da população, resultantes das transformações sociais que ocorrem a um ritmo acelerado e determinam a alteração das exigências atuais e a emergência de novas carências, e garantir uma cobertura territorial da RSES ajustada, contribuindo, deste modo, para a concretização da visão estabelecida para a programação da RSES: afirmar Aveiro como um espaço social e territorialmente coeso.

Partindo deste objetivo geral, são seus objetivos específicos os seguintes:

- Desenvolver os serviços e equipamentos sociais de proximidade para as situações que exijam um menor nível de especialização funcional;
- Melhorar a centralidade do território municipal na oferta de serviços e equipamentos sociais mais especializados;
- Criar condições para o desenvolvimento de respostas sociais com carácter inovador e com significativo impacte modernizador;
- Reforçar a influência do território municipal no contexto regional, através da criação de serviços e equipamentos sociais com um espectro territorial mais abrangente e com um nível de especialização superior;
- Diminuir as assimetrias territoriais locais e o isolamento das zonas mais periféricas e isoladas;
- Contribuir para a consolidação de uma RSES no município e na região com elevado padrão de qualidade.

VII.3. Critérios de programação

Princípios base

Partindo dos objetivos traçados, definiram-se os princípios base que orientarão a programação da RSES e a estruturação da estratégia de intervenção:

- **Universalidade:** garantir a igualdade e equidade no acesso de todos os utentes aos serviços e equipamentos sociais e reduzir as assimetrias sociais com base na desigualdade de oportunidades de acesso;
- **Proximidade:** assegurar a proximidade dos utentes aos serviços e equipamentos sociais, particularmente dos que integram grupos sociais com menor mobilidade e beneficiam de respostas sociais na sua área de residência, valorizando um quadro de vida local de qualidade;
- **Racionalidade:** permitir a diminuição da dispersão de recursos financeiros, materiais e humanos e a maximização dos resultados, de modo a evitar redundâncias desnecessárias na oferta e a melhorar a qualidade dos serviços prestados às populações com o menor volume de investimento, no quadro da valorização das competências, estruturas e instituições instaladas;
- **Sustentabilidade:** favorecer intervenções que melhorem a eficiência energética e hídrica e diminuam o impacto ambiental;
- **Territorialidade:** reordenar a RSES de modo a colmatar espaços não cobertos e contribuir para o reforço e a coesão do sistema urbano local, permitindo a estruturação do território através de um desenvolvimento territorial policêntrico.

Parâmetros técnicos

A programação da RSES é, ainda, suportada por um conjunto de parâmetros técnicos que apoiam o desenvolvimento da estratégia de intervenção:

- As tendências de evolução demográfica e socioeconómica e a previsão de indicadores sociais relevantes;
- A população de referência de cada resposta social e a sua perspetiva de evolução;
- A dimensão e caracterização da RSES e de outras infraestruturas;
- As taxas de utilização das respostas sociais;
- As taxas de cobertura das respostas sociais disponibilizadas pelos serviços competentes da segurança social;
- A articulação com os valores de referência de cobertura das respostas sociais, tendo por base as taxas de cobertura continentais ou outros referenciais nacionais ou internacionais;
- As necessidades identificadas no diagnóstico da RSES, em consonância com o DS e o PDS;
- As respostas sociais/áreas de investimento prioritário, estabelecidas pela tutela política nacional;
- A área de influência de cada resposta social, devendo distinguir-se os equipamentos de proximidade dos que não dependem tanto da proximidade ao seu público-alvo;
- A tipologia dos equipamentos sociais estabelecida na legislação em vigor e na nomenclatura aplicável;
- A dimensão padrão dos equipamentos sociais, por forma a estabelecer os limiares, mínimo e máximo, de utentes nas respostas sociais;
- Os recursos humanos existentes e necessários, nos termos previstos na legislação em vigor aplicável;
- A promoção da permanência dos idosos em contexto residencial e do apoio domiciliário em desfavor da institucionalização;
- A proximidade a serviços complementares de apoio, em particular nas áreas da saúde, da educação e do desporto.

Modelo de estruturação territorial

Refletindo a sua diversidade, as respostas sociais que compõem a RSES apresentam abrangências geográficas muito díspares, que vão desde uma capacidade de atração restrita ao local onde os equipamentos sociais se localizam (respostas sociais de proximidade) até uma capacidade polarizadora que se estende à totalidade do território nacional. Naturalmente, quanto mais alargado é o raio de implantação das respostas sociais, menor é a sua necessidade de proximidade ao seu público-alvo.

Constituindo a área de influência de uma resposta social um fator determinante para a sua programação, desenvolveu-se um modelo de estruturação territorial que definiu cinco níveis de atuação:

1. **Local:** serviços e equipamentos sociais cuja localização depende da proximidade ao grupo-alvo, correspondendo essencialmente a respostas sociais direcionadas a crianças e jovens (eg.: creches, JI e CATL) e pessoas idosas (eg.: SAD e centros de dia), que se pretendem universais e difundidas por todo o território municipal, de modo a assegurar que o seu público-alvo tenha resposta o mais próximo possível da sua área de residência e, no caso particular da população idosa, no âmbito do seu quadro de vida quotidiano, próximo dos seus familiares, para não perderem as relações de sociabilidade e garantir, sempre que possível, que se possam deslocar pelos seus próprios meios, sobretudo nas áreas urbanas mais consolidadas. Este nível operacionaliza-se através de duas dimensões territoriais fundamentais:
 - **Freguesia**, nas situações em que a dimensão populacional de uma freguesia justifique por si só a existência da resposta/equipamento social;
 - **Agrupamento de freguesias**, nas situações em que a dimensão populacional das freguesias não justifique soluções isoladas e requeira soluções de concertação territorial, numa lógica de eficiência e de eficácia da RSES, enquadrada no quadro da rede de acessibilidades instalada e das dinâmicas territoriais existentes e previsíveis.

2. **Municipal:** este nível subdivide-se em dois subníveis:
 - **Central**, nos serviços e equipamentos sociais vocacionados para grupos-alvo com um padrão de distribuição espacial difuso, carecendo, por isso, de uma localização acessível, normalmente existente nos locais centrais;
 - **Proximidade**, nos serviços e equipamentos sociais vocacionados para grupos-alvo específicos com um padrão de distribuição espacial pontual e concentrado num determinado local, justificando-se, por essa razão, que a resposta social seja aí instalada, principalmente considerando que se dirige, maioritariamente, a população com elevada carência económica e fortes condicionamentos de mobilidade.
3. **Supramunicipal:** serviços e equipamentos sociais com um nível intermédio de especialização e de área de influência, entre o nível municipal e o regional (geralmente a área de influência ultrapassa o território municipal, mas circunscreve-se aos municípios limítrofes);
4. **Regional:** serviços e equipamentos sociais com um nível de especialização elevado, de carácter estruturante, e com um largo espectro territorial;
5. **Nacional:** serviços e equipamentos sociais com um nível de especialização muito elevado e com uma área de influência nacional.

VII.4. Articulação com os instrumentos de orientação estratégica

A sustentabilidade da programação da RSES determina que esta se encontre em consonância com as prioridades estratégicas definidas nos principais instrumentos

de orientação estratégica a nível internacional, nacional, regional e local, que, desde que devidamente adequadas ao contexto municipal, se devem articular entre si, no sentido de potenciar sinergias e assegurar coerência e eficácia nas ações a desenvolver. Esta constitui uma condição essencial para que a programação da RSES contribua para alcançar as metas de desenvolvimento social estabelecidas nos diferentes níveis e âmbitos de aplicação, bem como para viabilizar um modelo de desenvolvimento territorial integrado e sustentável.

A **nível internacional** são de referir a Agenda Estratégica da União Europeia para 2019-2024, o Plano de Recuperação da Europa, a Agenda Territorial 2030 - Um futuro para todos os lugares e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, sob o lema “não deixar ninguém para trás”, preconiza um plano ambicioso assente nos ODS (Figura 96), cuja concretização está dependente do papel ativo dos governos locais e regionais, não apenas enquanto implementadores da Agenda, mas como agentes transformadores (Ferreira, 2020). Os 17 ODS são o enquadramento para guiar os esforços de todos em direção a um mundo socialmente mais justo, ambientalmente mais sustentável e economicamente mais desenvolvido e menos desigual (Ferreira, 2020).



Figura 96. ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods.

A “Carta Social de Aveiro”, enquanto instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da RSES ao nível municipal, pretende contribuir para o cumprimento dos seguintes ODS: 1 - Erradicar a pobreza; 2 - Acabar com a fome; 3 - Vida saudável; 5 - Igualdade de género; 8 - Trabalho digno e crescimento económico; 10 - Reduzir as desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 16 - Paz e justiça; e 17 - Parcerias para o desenvolvimento.

A **nível nacional** são de referir a Estratégia Portugal 2030, onde se destaca a “agenda temática i) as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade”, o PRR 2021-2026, onde se salientam as componentes “C1. Serviço nacional de saúde” e “C3. Respostas sociais”, na dimensão estruturante resiliência, e o PNCT, onde são de mencionar as políticas para a valorização do interior aprovadas. Para além destes merecem, ainda, referência:

- A ENCP - Estratégia Nacional de Combate à Pobreza;
- A ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo;
- A ENIND - Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não-Discriminação;
- A ENIPD - Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência;
- O PEM - Plano Estratégico para as Migrações;
- A ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas;
- A ENEAS - Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável;
- O PNS - Plano Nacional de Saúde 2021-2030 (Plano Nacional de Saúde 2030: Saúde Sustentável de tod@s para tod@s”);
- O PNSM - Programa Nacional para a Saúde Mental;
- A Estratégia da Saúde na Área das Demências;
- O PNPSE - Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar;
- A ENEC - Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

A nível **regional** é de referir a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Aveiro 2014-2020.

A nível **local** são de referir os seguintes documentos:

- O DS e PDS 2022-2024;
- O CLDS 5G Aveiro+ 2025-2028;
- O PMI 2023-2026;
- O PEEMA 2024-2028;
- Plano Municipal para o Desenvolvimento Habitacional de Aveiro.

A programação da RSES deve, ainda, ser articulada com os instrumentos de gestão territorial à escala nacional, regional e local, a saber, o PNPOT, o PROT-C e o PDM.

VII.5. Estratégia de intervenção

A visão definida para a programação da RSES materializa-se na estratégia de intervenção apresentada nas figuras seguintes. A estratégia de intervenção foi desenvolvida para corresponder a um ciclo programático de quatro anos e consubstancia-se em 6 eixos de intervenção, 17 objetivos estratégicos, 30 linhas de ação estratégica e 72 ações e medidas a desenvolver.



Figura 97. Síntese da estratégia de intervenção.

Fonte: Equipa técnica.

6 eixos de intervenção 17 objetivos estratégicos 30 linhas de ação estratégica 72 ações e medidas

Estratégia de intervenção



Eixo I

Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

OE 1.

Promover a adequação da rede de apoio à primeira infância às dificuldades crescentes em conciliar a vida pessoal e familiar com a atividade profissional

OE 2.

Assegurar o desenvolvimento integral e a inserção na comunidade das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

OE 3.

Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo



Eixo II

Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

OE 1.

Potenciar condições facilitadoras da vida autónoma em meio natural de vida e retardar e/ou evitar a institucionalização

OE 2.

Alargar, diversificar, qualificar, modernizar e humanizar os cuidados na dependência



Eixo III

Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade

OE 1.

Reforçar a rede de apoio às pessoas com incapacidade

OE 2.

Melhorar as condições para a automatização e vida independente



Eixo IV

Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

OE 1.

Reforçar as condições de prevenção e sinalização precoce da doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

OE 2.

Potenciar respostas específicas e diferenciadoras

OE 3.

Melhorar as condições de continuidade de cuidados



Eixo V

Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

OE 1.

Reforçar a rede de apoio à família e comunidade

OE 2.

Alargar e melhorar o apoio na violência doméstica

OE 3.

Promover a cidadania, igualdade e não discriminação

OE 4.

Garantir respostas aos cidadãos com comportamentos aditivos e dependências

OE 5.

Assegurar resposta rápida e eficaz a necessidades sociais emergentes



Eixo VI

Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

OE 1.

Melhorar as condições de conservação e operacionalidade dos equipamentos sociais

OE 2.

Capacitar os recursos humanos

Figura 98. Quadro de referência da estratégia de intervenção.

Fonte: Equipa técnica.

A construção da estratégia de intervenção suportou-se nos problemas sociais identificados e na sua priorização. Os quadros 53 e 54 apresentam a lista de problemas, objeto de priorização, e a sua ordenação final. Como referido anteriormente, a identificação dos problemas e a definição das prioridades de atuação foi realizada com base no diagnóstico efetuado, que serviu de base de evidência, e na auscultação dos *stakeholders*, que participaram ativamente.

Quadro 53. Dimensões sociais e respetivos problemas objeto de classificação, segundo o nível de prioridade.

Eixos	Principais problemas identificados	Níveis de prioridade
I - Melhorar a rede de apoio à infância e juventude	■ Reduzida oferta para crianças e jovens em situação de perigo, em particular no domínio do acolhimento (familiar e institucional) urgente e temporário e do apoio na fase de pré-desinstitucionalização/transição para a vida adulta e quando atingem os 18 anos;	I
	■ Carência de creches nas freguesias mais urbanas do território municipal;	II
	■ Dificuldades no exercício das competências parentais em diferentes contextos, face aos novos desafios da sociedade;	III
	■ Diminuição estrutural da natalidade e conseqüente não renovação das gerações;	IV
	■ Inexistência de respostas inclusivas para crianças e jovens com necessidades educativas específicas nos períodos letivos (nas AEC's) e de interrupções letivas;	V
	■ Inadequado modelo de funcionamento da CPCJ.	VI
II - Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados	■ Insuficiência/inadequação dos serviços e equipamentos de apoio, em contexto domiciliário ou institucional, face aos novos comportamentos, estilos de vida e expectativas das pessoas idosas e ao progressivo aumento das pessoas em situação de dependência, não só na perspetiva da pessoa cuidada, mas, também, dos seus cuidadores informais, particularmente em situações de grande dependência e demência;	I
	■ Isolamento social e físico das pessoas idosas nos setores mais periféricos e rurais, agravado pela crescente desertificação destes territórios, mas, também, nos centros urbanos, agravado pelas características dos edifícios em que vivem, que impedem muitos idosos de sair de casa (e.g.: ausência de elevador);	I
	■ Crescimento do número de pessoas em situação de dependência sem apoio, por falta de suporte familiar ou insuficiência de rendimentos, agravado pela falta de condições de habitabilidade/salubridade;	II

(Continua)

(Continuação)

Eixos	Principais problemas identificados	Níveis de prioridade
II - Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados	■ Complexificação das necessidades de apoio social e de saúde das pessoas em situação de dependência;	III
	■ Aumento da probabilidade de ocorrência de situações de dependência física, psíquica e/ou social em resultado do crescimento progressivo do número de pessoas idosas e da esperança média de vida da população;	IV
	■ Baixo investimento no envelhecimento ativo e saudável;	V
	■ Inatividade cognitiva e física das pessoas idosas;	VI
	■ Fraco reconhecimento das capacidades, competências, conhecimentos e/ou aptidões das pessoas idosas;	VII
	■ Triplo envelhecimento da população: mais idosos, idosos mais velhos e jovens mais velhos;	VII
	■ Carência de projetos intergeracionais de cooperação e partilha de saberes e experiências entre idosos e crianças e jovens.	VIII
III - Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade	■ Insuficiência da rede de apoio direcionada para as necessidades específicas das pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias;	I
	■ Obstáculos à integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência ou incapacidade;	I
	■ Fortes limitações das pessoas com deficiência ou incapacidade em participar nas diversas dimensões da vida e da cidadania em igualdade de circunstâncias com as demais;	II
	■ Pouca sensibilização das entidades empregadoras para a contratação das pessoas com deficiência ou incapacidade;	III
	■ Dificuldades de acesso a qualificação escolar e profissional das pessoas com deficiência ou incapacidade;	IV
	■ Fraca acessibilidade das habitações, que impedem muitas pessoas com deficiência ou incapacidade, principalmente cadeirantes, de sair de casa, levando ao seu isolamento social e físico.	V
IV - Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	■ Inexistência de respostas específicas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante em todos os domínios de intervenção (prevenção, tratamento e acompanhamento);	I
	■ Aumento da prevalência da doença mental na população;	II
	■ Dificuldades das famílias em lidar com o doente mental, acentuadas pela falta de conhecimento sobre a problemática (cuidadores informais pouco capacitados para reconhecer os sintomas, compreender as causas e adequar a forma de atuação) e, em muitos casos, pela carência socioeconómica;	III

(Continua)

(Continuação)

Eixos	Principais problemas identificados	Níveis de prioridade
IV - Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	■ Existência de fatores que podem contribuir para o aumento do número de casos de doença mental, como o consumo de substâncias psicoativas, a vulnerabilidade social e económica de pessoas e/ou famílias e o isolamento social e físico;	IV
	■ Falta de conhecimento da comunidade sobre a problemática da doença mental, nos seus diferentes contextos, tais como os circuitos de atuação (e.g.: programas preventivos e/ou promotores de saúde mental) e os serviços institucionais envolvidos;	V
	■ Dificuldades das instituições envolvidas trabalharem em rede e estabelecerem parcerias com vista à promoção de projetos e/ou respostas no âmbito da saúde mental (prevenção, tratamento e acompanhamento), resultado da ausência de programas de financiamento.	VI
V - Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade	■ Insuficiência/inadequação da oferta habitacional de cariz social;	I
	■ Grande número de habitações sem acessos a pessoas com mobilidade reduzida (e.g.: elevador), em particular no centro urbano;	I
	■ Oferta habitacional escassa e, não raramente, inacessível;	I
	■ Risco social associado à violência doméstica contra vítimas especialmente vulneráveis (negligência e/ou abusos e/ou maus-tratos físicos ou psíquicos), em razão do sexo, idade, deficiência, doença ou outro fator;	I
	■ Dificuldade de muitas pessoas e/ou famílias no acesso a bens e serviços essenciais para a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência, a serviços e equipamentos sociais e de saúde e a habitação condigna (acentuada pela especulação imobiliária, que influencia negativamente os valores praticados e dificulta o acesso a habitação por parte dos grupos sociais mais vulneráveis);	II
	■ Incapacidade de muitas famílias em garantir as suas funções devido a dificuldades de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, em particular no domínio dos cuidados aos filhos e aos ascendentes, agravada pela falta de criação de condições pelas entidades empregadoras;	III
	■ Degradação do parque habitacional;	IV
	■ Crescente procura do território por parte de cidadãos estrangeiros, com o conseqüente aumento da população residente estrangeira, sem garantia de acesso aos serviços essenciais (e.g.: habitação, saúde e trabalho);	V
	■ Crescimento do número de pessoas em situação de sem-abrigo;	VI
■ Aparecimento de novos fenómenos associados à pobreza e exclusão social, como a "pobreza escondida/envergonhada" e os "novos pobres";	VII	

(Continua)

(Continuação)

Eixos	Principais problemas identificados	Níveis de prioridade
V - Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade	■ Desrespeito pelos direitos básicos de cidadania;	VIII
	■ Risco social associado à exposição a comportamento discriminatórios em função de cor, raça, origem étnica, nacionalidade, religião, sexo, orientação sexual, identidade de género, idade, deficiência, doença, classe social ou outro fator;	VIII
	■ Dificuldades no acolhimento e na integração social e profissional da população migrante;	IX
	■ Risco social associado a comportamentos aditivos e dependências, para indivíduos e/ou grupos específicos e para a comunidade;	X
	■ Menor acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal e social dos grupos em situação de pobreza e exclusão social;	XI
	■ Agravamento da crise social e económica pela pandemia da covid-19 e, mais recentemente, pela guerra na Ucrânia, que provocou um aumento do desemprego, acentuou as desigualdades sociais e económicas e alargou o risco real de pobreza a mais famílias;	XII
	■ Aumento crescente do número de pessoas em situação de isolamento social e físico.	XIII
VI - Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais	■ Falta de recursos das organizações sociais (financeiros, materiais e humanos);	I
	■ Constrangimentos por parte das organizações sociais em contratar e reter colaboradores, em particular nas áreas da ação direta e dos serviços gerais e nas respostas sociais que funcionam ao longo das 24 horas diárias e durante os sete dias da semana (e.g.: ERPI e LR);	II
	■ Dificuldade das organizações sociais em responder ao aumento e à diversificação das necessidades sociais;	III
	■ Baixa qualificação profissional dos auxiliares de ação direta nas organizações sociais;	IV
	■ Necessidade de fortalecer o ecossistema de empreendedorismo e inovação social, bem como de formação e capacitação;	V
	■ Reduzida sensibilização das organizações sociais (corpos dirigentes) para a importância da atualização permanente de conhecimentos dos colaboradores;	VI
	■ Falta de profissionalização dos corpos dirigentes;	VI
	■ Fraco dinamismo de algumas instituições;	VII
	■ Existência de resistência, por parte de algumas organizações sociais, ao estabelecimento de parcerias (individualismo) e ao trabalho em rede;	VII
■ Desconhecimento, por parte de algumas organizações sociais, dos recursos e respostas das entidades parceiras.	VIII	

Fonte: Equipa técnica.

Quadro 54. Prioridades de atuação definidas pelos *stakeholders*.

Eixos	Problemas prioritários
I - Melhorar a rede de apoio à infância e juventude	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reduzida oferta para crianças e jovens em situação de perigo, em particular no domínio do acolhimento (familiar e institucional) urgente e temporário e do apoio na fase de pré-desinstitucionalização/transição para a vida adulta e quando atingem os 18 anos
II - Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados	<ul style="list-style-type: none"> ■ Insuficiência/inadequação dos serviços e equipamentos de apoio, em contexto domiciliário ou institucional, face aos novos comportamentos, estilos de vida e expectativas das pessoas idosas e ao progressivo aumento das pessoas em situação de dependência, não só na perspetiva da pessoa cuidada, mas, também, dos seus cuidadores informais, particularmente em situações de grande dependência e demência ■ Isolamento social e físico das pessoas idosas nos setores mais periféricos e rurais, agravado pela crescente desertificação destes territórios, mas, também, nos centros urbanos, agravado pelas características dos edifícios em que vivem, que impedem muitos idosos de sair de casa (e.g.: ausência de elevador)
III - Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com deficiência ou incapacidade	<ul style="list-style-type: none"> ■ Insuficiência da rede de apoio direcionada para as necessidades específicas das pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias ■ Obstáculos à integração no mercado de trabalho das pessoas com deficiência ou incapacidade
IV - Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	<ul style="list-style-type: none"> ■ Inexistência de respostas específicas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante em todos os domínios de intervenção (prevenção, tratamento e acompanhamento)
V - Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade	<ul style="list-style-type: none"> ■ Insuficiência/inadequação da oferta habitacional de cariz social ■ Grande número de habitações sem acessos a pessoas com mobilidade reduzida (e.g.: elevador), em particular no centro urbano ■ Oferta habitacional escassa e, não raramente, inacessível ■ Risco social associado à violência doméstica contra vítimas especialmente vulneráveis (negligência e/ou abusos e/ou maus-tratos físicos ou psíquicos), em razão do sexo, idade, deficiência, doença ou outro fator
VI - Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais	<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de recursos das organizações sociais (financeiros, materiais e humanos)

Fonte: Equipa técnica.

As ações e medidas a desenvolver no âmbito da estratégia de intervenção são as que se consideram como essenciais pelas entidades sociais que integram a RSES para garantir a adequação da RSES às necessidades sociais existentes e previstas, em função das perspetivas de evolução da sociedade, e configuram um cenário “ótimo” e “desejável” (Anexo LXVIII). No essencial, e salvo algumas exceções, correspondem a intenções, não raramente dependentes de fatores externos e alheios às entidades sociais que integram a RSES, como a publicação de legislação e regulamentação específica, a concretização das parcerias necessárias, o parecer e/ou a celebração de acordo de cooperação por parte da Segurança Social e a disponibilidade de recursos financeiros.

Para cada eixo de intervenção foram, ainda, definidas metas de implementação a atingir no final do ciclo programático de quatro anos. As metas de implementação refletem, sempre que possível, os problemas que exigem intervenção prioritária, bem como o que será atingível face aos recursos materiais e humanos, aos potenciais obstáculos ou dificuldades e ao intervalo temporal. As metas de implementação servirão, também, de apoio à avaliação do grau de execução das ações e medidas a desenvolver.

Para efeitos da elaboração da estratégia de intervenção considerou-se a RSES existente no momento do levantamento de campo, que decorreu, na generalidade, entre janeiro e março de 2024, e os serviços e equipamentos sociais em construção ou com financiamento público aprovado.

A implementação da estratégia de intervenção é da responsabilidade das diferentes entidades com competências nos domínios específicos em causa, presentes no território ou a instalar, que assegurarão a dotação dos recursos financeiros, bem como a alocação dos recursos humanos e físicos necessários à respetiva concretização.



Eixo I. Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Num contexto onde as famílias encontram cada vez mais obstáculos ao pleno exercício das competências parentais em diferentes contextos, face aos novos desafios da sociedade, pela falta de conhecimento e informação, pela dificuldade de acesso a recursos ou pela vivência de situações adversas, ligadas a modelos de cuidados desorganizados, violentos e/ou negligentes, as respostas sociais destinadas à infância e juventude assumem um papel fundamental na vida das crianças e dos jovens e das famílias.

As respostas sociais direcionadas à infância e juventude representam um garante de apoio ao pleno e equilibrado desenvolvimento das crianças e dos jovens, na medida em que apoiam, complementam ou substituem a família no seu processo de socialização e promovem o seu desenvolvimento pessoal e social num ambiente seguro e estimulante, assegurando o seu próprio projeto de vida.

Apesar da diminuição contínua da taxa de natalidade nas últimas décadas e das projeções demográficas apontarem para um agravamento desta tendência nos próximos anos, no município de Aveiro encontram-se, ainda, algumas carências no domínio de intervenção da infância e juventude, nomeadamente nas crianças até aos três anos de idade, onde a oferta de creche é insuficiente nas freguesias mais urbanas do território municipal, e nas crianças e jovens em situação de perigo, onde se destaca a carência de respostas sociais direcionadas para o seu acolhimento (familiar e institucional) urgente e temporário e para o seu apoio na fase de pré-desinstitucionalização/transição para a vida adulta e quando atingem os 18 anos.

É a estes problemas e outros identificados no diagnóstico levado a cabo no âmbito da carta social, para servir de suporte à programação da RSES e garantir um processo de tomada de decisão informado, que as ações e medidas previstas no âmbito do eixo I procurarão responder de forma adequada.

Quadro 55. Linhas de ação estratégica para o eixo I.

Eixo I.

Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Linha de ação estratégica

Ações

OE 1. Promover a adequação da rede de apoio à primeira infância às dificuldades crescentes em conciliar a vida pessoal e familiar com a atividade profissional

LA 1. Aumentar a taxa de cobertura da resposta social de creche e promover a sua reconfiguração e flexibilização 1

LA 2. Garantir a adequação da oferta à procura na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar 1

OE 2. Assegurar o desenvolvimento integral e a inserção na comunidade das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

LA 3. Disponibilizar uma resposta adaptada às necessidades de acompanhamento das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens 3

OE 3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo

LA 4. Proporcionar as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em situação de perigo 5

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica

Número total de ações

10

Quadro 56. Ações e medidas para o eixo I.

Eixo I.

Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Linha de ação estratégica

Ações

OE 1. Promover a adequação da rede de apoio à primeira infância às dificuldades crescentes em conciliar a vida pessoal e familiar com a atividade profissional

LA 1. Aumentar a taxa de cobertura da resposta social de creche e promover a sua reconfiguração e flexibilização	A 1. Incentivar o reforço da capacidade instalada na resposta social de creche nas freguesias mais urbanas do território municipal
LA 2. Garantir a adequação da oferta à procura na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar	A 2. Assegurar uma resposta ajustada às necessidades territoriais e/ou educativas (modelos pedagógicos próprios e inovadores) específicas na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar

OE 2. Assegurar o desenvolvimento integral e a inserção na comunidade das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

LA 3. Disponibilizar uma resposta adaptada às necessidades de acompanhamento das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens	A 3. Garantir uma oferta ajustada às necessidades na resposta social de CATL A 4. Alargar e diversificar a oferta inclusiva e a custos reduzidos para jovens a partir dos 10 anos, com e sem necessidades educativas específicas, nos períodos letivos (atividades extracurriculares) e de interrupções letivas (ocupação dos tempos livres/campos de férias) A 5. Promover a capacitação dos recursos humanos das instituições que desenvolvem respostas de CATL e campos de férias para lidar com crianças e jovens com PND
---	--

OE 3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo

LA 4. Proporcionar as condições adequadas ao desenvolvimento integral das crianças e dos jovens em situação de perigo	A 6. Criar respostas destinadas ao apoio psicológico de crianças e jovens em situação de perigo (com processos de promoção e proteção na CPCJ) A 7. Fomentar o reforço da capacidade instalada no apoio familiar e aconselhamento parental (e.g.: CAFAP) A 8. Impulsionar o alargamento e a diversificação da oferta no acolhimento (familiar e institucional), de emergência ou temporário (e.g.: CAC para resposta a situações de emergência e CAC) A 9. Estimular a criação de respostas destinadas ao apoio à fase de pré-desinstitucionalização/transição para a vida adulta (e.g.: CAC com unidade de apoio e promoção da autonomia dos jovens) A 10. Incentivar o desenvolvimento de respostas direcionadas ao apoio a jovens institucionalizados que atingem os 18 anos
--	--

OE Objetivo estratégico LA Linha de ação estratégica A Ação

Quadro 57. Metas de implementação para o eixo I.

Eixo I.

Melhorar a rede de apoio à infância e juventude

Objetivos estratégicos

Metas de implementação

OE 1. Promover a adequação da rede de apoio à primeira infância às dificuldades crescentes em conciliar a vida pessoal e familiar com a atividade profissional

- . Aumentar, através da criação/ampliação, a capacidade instalada (60 lugares) na resposta social de creche no setor mais urbano e populoso (UF de Glória e Vera Cruz);
- . Implementar em, pelo menos, uma creche, um modelo inovador de funcionamento - aberto todos os dias do ano, com horários alargados ao período noturno e com serviço de *babysitting* para necessidades pontuais (Freguesias de Aradas e Esgueira).

OE 2. Assegurar o desenvolvimento integral e a inserção na comunidade das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens

- . Realizar um levantamento das necessidades das crianças (a partir dos 6 anos) e dos jovens no âmbito da ocupação dos tempos livres;
- . Promover atividades extracurriculares nos períodos letivos, com acesso a crianças com necessidades educativas específicas, em todos os AE's;
- . Criar, pelo menos, um campo de férias inclusivo em cada ano letivo que funcione nos períodos de interrupção letiva e tenha uma abrangência concelhia;
- . Capacitar os recursos humanos das instituições que desenvolvem respostas de CATL e campos de férias para lidar com crianças e jovens com PND;
- . Criar uma sala *snoezelen* para crianças e jovens com necessidades educativas específicas, de utilização partilhada com pessoas idosas, com incapacidade e com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante (meta partilhada com os eixos II - OE 1, III - OE 1 e IV - OE 2).

OE 3. Reforçar a rede de apoio a crianças e jovens em situação de perigo

- . Implementar, pelo menos, uma casa de acolhimento com unidade de apoio e promoção da autonomia dos jovens por uma IPSS municipal.

OE Objetivo estratégico



Eixo II. Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

As alterações do perfil demográfico da população a que temos vindo a assistir nas últimas décadas, no sentido do progressivo envelhecimento, decorrente da diminuição dos índices de fecundidade e mortalidade e do prolongamento da esperança média de vida, consequência do notável progresso social e da resultante melhoria das condições de vida, representam um desafio incontornável para a sociedade atual, devido não só ao seu crescimento exponencial, mas, também, ao aumento do número de anos que constituem este período da vida.

Consequência da realidade descrita, mas, também, do prolongamento da vida ativa das famílias, um dos domínios onde hoje se identifica uma necessidade cada vez maior de consolidar uma boa rede de apoio, em contexto domiciliário ou institucional, é nas pessoas idosas, que potencialmente se encontram em situação de maior vulnerabilidade a situações de insegurança e isolamento social e apresentam maior risco de perda de autonomia, em resultado da maior dificuldade em realizar determinadas funções e atividades pessoais e sociais relacionadas com a vida diária que afetam a autossuficiência e o acesso a serviços e equipamentos.

Efetivamente, o envelhecimento galopante e as crescentes dificuldades das famílias em cuidar dos seus familiares idosos têm sido dois dos principais desafios para a RSES em termos de capacidade de resposta, obrigando à sua profunda reconfiguração para responder ao forte crescimento da procura de respostas para a dependência. É inquestionável que uma das primeiras manifestações da transformação demográfica em curso é o aumento da incidência de doenças crónicas e da incapacidade funcional e, por conseguinte, do número de pessoas em situação de dependência. Fatores como a insuficiência de recursos económicos e o

isolamento social agravam a situação e requerem a capacidade de criar e ativar mais e melhores recursos para apoiar esta população.

O município de Aveiro não é alheio a esta realidade, situação que tem determinado, nos últimos anos, um aumento e uma diversificação das respostas sociais para colmatar e/ou minimizar as necessidades desta população em situação de especial vulnerabilidade. Mas apesar do reconhecido esforço realizado, persistem algumas carências, particularmente para as situações de maior dependência, onde a oferta é claramente insuficiente para a procura verificada e, simultaneamente, desajustada às necessidades específicas existentes. Destacam-se os casos da resposta social de ERPI e das respostas da rede geral da RNCCI.

O eixo II consubstancia a necessidade de melhorar e especializar a rede de apoio para o envelhecimento e dependência, tendo como principais objetivos: i) Fomentar a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e/ou em situação de dependência; ii) Prevenir e combater o isolamento social e geográfico das pessoas idosas e/ou em situação de dependência; iii) Prevenir fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crónicas e/ou incapacitantes; e iv) Criar e/ou adequar as respostas da RSES e da rede geral da RNCCI destinadas às pessoas idosas e/ou em situação de dependência, particularmente no domínio dos grandes dependentes e das pessoas com demência.

Quadro 58. Linhas de ação estratégica para o eixo II.

Eixo II.

Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

Linha de ação estratégica

Número de ações

OE 1. Potenciar condições facilitadoras da vida autónoma em meio natural de vida e retardar e/ou evitar a institucionalização

LA 1. Favorecer condições de apoio ao idoso em contexto domiciliário

3

LA 2. Propiciar condições à manutenção do idoso no seu meio sócio-familiar

2

LA 3. Promover um envelhecimento ativo e saudável, de forma a potenciar a qualidade de vida das pessoas idosas e combater a exclusão e o isolamento social

6

(Continua)

(Continuação)

OE 2. Alargar, diversificar, qualificar, modernizar e humanizar os cuidados na dependência

LA 4. Reforçar a oferta na dependência e incentivar a evolução no modelo de prestação de cuidados e a melhoria da intervenção	3
LA 5. Promover projetos de institucionalização integrada (utentes e familiares)	1
LA 6. Incentivar serviços e equipamentos de apoio ao cuidador informal	2

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica

Número total de ações

17

Quadro 59. Ações e medidas para o eixo II.

Eixo II.

Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Potenciar condições facilitadoras da vida autónoma em meio natural de vida e retardar e/ou evitar a institucionalização

LA 1. Favorecer condições de apoio ao idoso em contexto domiciliário	A 1. Assegurar uma oferta adequada às carências na resposta social de SAD
	A 2. Desenvolver uma nova geração de apoio domiciliário, que permita a evolução de um serviço centrado na satisfação das necessidades básicas, como a alimentação e a higiene, para um serviço inovador e integrado, mais flexível e multifacetado, com informação partilhada entre o utente e os múltiplos cuidadores
	A 3. Incentivar projetos de teleassistência 24h
LA 2. Propiciar condições à manutenção do idoso no seu meio sócio-familiar	A 4. Garantir uma oferta ajustada às necessidades na resposta social de centro de dia
	A 5. Reconfigurar e flexibilizar as respostas em contexto institucional de dia
LA 3. Promover um envelhecimento ativo e saudável, de forma a potenciar a qualidade de vida das pessoas idosas e combater a exclusão e o isolamento social	A 6. Potenciar projetos de preparação e planeamento da reforma
	A 7. Promover atividades de valorização das capacidades, competências, conhecimentos e/ou aptidões das pessoas idosas
	A 8. Desenvolver iniciativas intergeracionais de cooperação e partilha de saberes e experiências entre idosos e crianças e jovens
	A 9. Incentivar o voluntariado sénior
	A 10. Fomentar iniciativas de literacia das pessoas idosas (académica, cultural, funcional e tecnológica)
A 11. Estimular projetos de atividade física para pessoas idosas	

(Continua)

(Continuação)

OE 2. Alargar, diversificar, qualificar, modernizar e humanizar os cuidados na dependência

<p>LA 4. Reforçar a oferta na dependência e incentivar a evolução no modelo de prestação de cuidados e a melhoria da intervenção</p>	<p>A 12. Ampliar a capacidade instalada na resposta social de ERPI e garantir a prestação de cuidados sociais e de saúde mais especializados, particularmente no domínio dos grandes dependentes e das pessoas com demência, como a doença de Alzheimer, com vista não só à sua assistência, mas também ao controlo (e eventual desaceleração) da doença</p> <hr/> <p>A 13. Aumentar a capacidade instalada na rede de cuidados continuados integrados (e.g.: UMDR e ULDM)</p> <hr/> <p>A 14. Potenciar a criação de respostas inovadoras que assentem num modelo de habitação colaborativa e comunitária</p>
<p>LA 5. Promover projetos de institucionalização integrada (utentes e familiares)</p>	<p>A 15. Estimular a criação de estruturas residenciais com capacidade de resposta a múltiplas problemáticas, destinadas ao acolhimento de diferentes elementos do agregado familiar em situação de dependência (e.g.: pais idosos com filhos deficientes)</p>
<p>LA 6. Incentivar serviços e equipamentos de apoio ao cuidador informal</p>	<p>A 16. Impulsionar a criação de serviços domiciliários que assumam a responsabilidade de cuidar do utente durante períodos de curta duração para que o cuidador possa realizar outras atividades (e.g.: ir às compras, ao cinema e jantar fora)</p> <hr/> <p>A 17. Fomentar a criação de respostas residenciais vocacionadas para o acolhimento temporário de utentes e o conseqüente descanso do seu cuidador</p>

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Quadro 60. Metas de implementação para o eixo II.

Eixo II.

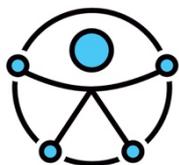
Reforçar, diferenciar e qualificar a oferta no envelhecimento e dependência e promover o recurso a soluções inovadoras nos serviços prestados

Objetivos estratégicos

Metas de implementação

<p>OE 1. Potenciar condições facilitadoras da vida autónoma em meio natural de vida e retardar e/ou evitar a institucionalização</p>	<ul style="list-style-type: none">. Implementar, pelo menos, dois projetos de promoção do envelhecimento ativo e saudável (e.g.: sessões de psicomotricidade/estimulação cognitiva, universidade sénior, atividades artísticas, sessões de leitura, turismo sénior, participação comunitária/voluntariado, entre outros);. Constituir uma equipa multidisciplinar para dinamizar <i>ateliers</i> nas instituições (e.g.: atividades lúdicas e desportivas);. Promover parcerias para utilização de espaços subaproveitados para a prática de atividade física;. Criar um gabinete de apoio psicológico;. Realizar um levantamento das necessidades da população idosa e/ou dependente no âmbito do apoio domiciliário;. Criar uma sala <i>snoezelen</i>, de utilização partilhada com crianças e jovens com necessidades educativas específicas e com pessoas com incapacidade e com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante (meta partilhada com os eixos I - OE 2, III - OE 1 e IV - OE 2);. Aumentar, através da criação/ampliação, a capacidade instalada na resposta social de SAD (UF de Glória e Vera Cruz);. Desenvolver, pelo menos, um SAD de nova geração que funcione de forma integrada, assegurando cuidados de apoio social e de saúde (Freguesia de São Bernardo);. Implementar um serviço de teleassistência 24h (meta partilhada com o eixo III - OE 2).
<p>OE 2. Alargar, diversificar, qualificar, modernizar e humanizar os cuidados na dependência</p>	<ul style="list-style-type: none">. Capacitar os recursos humanos para a prestação de cuidados a grandes dependentes e a pessoas com demência, como a doença de <i>Alzheimer</i>;. Aumentar, através da criação/ampliação, a capacidade instalada na resposta social de ERPI (Freguesia de Eixo e EiroI e UF de Glória e Vera Cruz);. Criar uma ULDM e aumentar a capacidade instalada nas respostas de UMDR e de UC, preferencialmente localizadas no mesmo equipamento, com vista à criação de um "Hospital de Cuidados Continuados Integrados em Aveiro", em articulação com a saúde e uma IPSS municipal;. Criar uma habitação colaborativa e comunitária por uma IPSS municipal.

OE Objetivo estratégico



Eixo III. Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade

Numa sociedade que pretende realizar todo o seu potencial e garantir condições de acesso e de exercício dos direitos de cidadania nos diversos contextos de vida em igualdade para todos os cidadãos é imperativo consolidar a rede de atendimento especializado a pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias, para aumentar as suas possibilidades de desenvolvimento e facilitar a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional.

O eixo III da carta social tem como objetivo complementar e reforçar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no município de Aveiro por todas as entidades com responsabilidades diretas e indiretas no domínio das pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias, de modo a promover a qualidade de vida e a inclusão social e laboral das pessoas com deficiência ou incapacidade.

O município de Aveiro apresenta um conjunto de serviços e equipamentos sociais para responder às pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias que, quando comparado com outras unidades de referência, pode ser considerado pouco diverso e incapaz de responder à procura existente, em particular no domínio das pessoas adultas com deficiência. Note-se que para a sobrelotação das respostas sociais existentes para pessoas adultas com deficiência contribui, em grande medida, a inexistência de respostas sociais específicas para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante, tema que desenvolveremos no eixo seguinte.

Quadro 61. Linhas de ação estratégica para o eixo III.

Eixo III.

Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Reforçar a rede de apoio às pessoas com incapacidade

LA 1. Garantir soluções ajustadas às necessidades das pessoas e às especificidades do ciclo de vida em que se encontram	2
--	---

OE 2. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente

LA 2. Incentivar a modernização nos serviços e equipamentos de apoio inclusivo e proximidade territorial	3
---	---

LA 3. Proporcionar a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais e potenciar a empregabilidade	3
---	---

LA 4. Colmatar a reduzida oferta de transportes adaptados para pessoas com mobilidade reduzida provisória ou definitiva	2
--	---

LA 5. Contribuir para a construção de parcerias e redes no âmbito do turismo inclusivo ou acessível	1
--	---

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica

Número total de ações

11

Quadro 62. Ações e medidas para o eixo III.

Eixo III.

Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Reforçar a rede de apoio às pessoas com incapacidade

LA 1. Garantir soluções ajustadas às necessidades das pessoas e às especificidades do ciclo de vida em que se encontram	A 1. Incentivar a criação de novas respostas sociais (e.g.: CAARPD, RAI e habitação colaborativa e comunitária)
	A 2. Estimular o reforço da capacidade instalada em respostas sociais existentes (eg.: CACI e LR)

OE 2. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente

LA 2. Incentivar a modernização nos serviços e equipamentos de apoio inclusivo e proximidade territorial	A 3. Fomentar a organização de iniciativas para a capacitação de pessoas, famílias, instituições e comunidades para a autonomia
	A 4. Potenciar o desenvolvimento de projetos para a melhoria das condições de conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional
	A 5. Impulsionar a criação de respostas para a consolidação do modelo de apoio à vida independente (e.g.: SAPAPDI - CAVI)
	A 6. Estimular a qualificação através de formação profissional
LA 3. Proporcionar a aquisição e o desenvolvimento de competências profissionais e potenciar a empregabilidade	A 7. Fomentar experiências profissionais em contexto real de trabalho para aperfeiçoar as competências e facilitar a integração no mercado de trabalho
	A 8. Sensibilizar as entidades empregadoras para a contratação de pessoas com incapacidade
LA 4. Colmatar a reduzida oferta de transportes adaptados para pessoas com mobilidade reduzida provisória ou definitiva	A 9. Potenciar a criação de serviços de transporte adaptados
	A 10. Impulsionar o desenvolvimento de projetos no domínio da mobilidade inclusiva
LA 5. Contribuir para a construção de parcerias e redes no âmbito do turismo inclusivo ou acessível	A 11. Promover o desenvolvimento de serviços destinados a suprir as dificuldades das pessoas com necessidades específicas

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Quadro 63. Metas de implementação para o eixo III.

Eixo III.

Promover a inovação social na resposta às necessidades das pessoas com incapacidade

Objetivos estratégicos

Metas de implementação

OE 1. Reforçar a rede de apoio às pessoas com incapacidade

- . Criar uma sala *snoezelen*, de utilização partilhada com crianças e jovens com necessidades educativas específicas e com pessoas idosas e com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante (meta partilhada com os eixos I - OE 2, II - OE 1 e IV - OE 2);
- . Aumentar a capacidade instalada nas respostas sociais de CACI e LR (Freguesia de Eixo e Eirol);
- . Criar uma habitação colaborativa e comunitária (Freguesia de Eixo e Eirol).

OE 2. Melhorar as condições para a autonomização e vida independente

- . Concretizar as propostas de intervenção previstas no âmbito dos diagnósticos realizados às barreiras (e.g.: urbanísticas, arquitetónicas, nos transportes, nas comunicações e na informação) e necessidades das pessoas com incapacidade;
- . Aumentar, através da criação/ampliação, a capacidade instalada na resposta social de SAD;
- . Desenvolver, pelo menos, um SAD de nova geração que funcione de forma integrada, assegurando cuidados de apoio social e de saúde;
- . Implementar um serviço de teleassistência 24h (meta partilhada com o eixo II - OE 1).

OE Objetivo estratégico



Eixo IV. Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

A saúde mental e a saúde física são duas vertentes fundamentais e indissociáveis da saúde, mas a saúde mental é há décadas o “parente pobre” da saúde. Não obstante a crescente prevalência desta problemática em Portugal, à semelhança do que acontece na Europa e no resto do mundo, a doença mental continua a ser o setor da saúde em que o Estado menos dedica atenção política e menos investe.

A pandemia provocada pela covid-19, responsável por um aumento dos níveis de solidão, ampliou a incidência desta problemática na população de forma muito significativa. De acordo com dados da OMS, publicados em 2022, a prevalência global de ansiedade e depressão cresceu em 25% no período pandémico, afetando maioritariamente os jovens e as mulheres.

A população idosa (institucionalizada e não institucionalizada) é também particularmente vulnerável à doença mental. O risco aumenta quando se associa a isolamento social e a limitações na capacidade funcional. Também nesta população a pandemia provocada pela covid-19 foi responsável por um aumento da sintomatologia depressiva e ansiosa.

O atraso na implementação e desenvolvimento de medidas, a falta de respostas e as assimetrias na sua distribuição territorial, bem como a escassez de recursos humanos, sobretudo nos cuidados de saúde mental comunitários, repercute-se na falta de equidade e de igualdade de acesso ao tratamento da doença mental, para desespero dos doentes e das famílias, cuidadoras informais que continuam sem apoio e acompanhamento.

Aos fatores descritos acresce, ainda, o preconceito, ainda bastante enraizado, em relação à doença mental, que determina que frequentemente as pessoas com doença mental sejam alvo de atitudes estigmatizantes e discriminatórias e que se

constitui como um dos principais entraves à recuperação e reabilitação dos indivíduos, levando a que, não raramente, os próprios não reconheçam a sua doença.

Mas apesar do quadro descrito e dos enormes desafios que persistem, nos últimos anos a problemática da saúde mental tem estado na ordem do dia do debate público e tem ganho relevância na agenda política nacional, prevendo-se um investimento significativo para concluir a reforma da saúde mental.

No município de Aveiro não existem respostas sociais específicas para as pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante. Esta necessidade tem sido colmatada, com dificuldade, pelas respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade. Então, o principal objetivo do eixo IV é definir uma estratégia que permita, primeiro, promover a saúde mental e fomentar estilos de vida saudáveis, e, depois, dotar o território regional de uma rede de apoio à doença mental capaz de responder às necessidades existentes, quer no domínio da RSES, quer no domínio dos CCISM, e garantir que a mesma está disponível para todos os cidadãos, com vista a tornar o município de Aveiro como um território de referência no domínio da saúde mental.

Quadro 64. Linhas de ação estratégica para o eixo IV.

Eixo IV.

Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Reforçar as condições de prevenção e sinalização precoce da doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

LA 1. Incentivar projetos no âmbito da promoção do bem-estar e da saúde mental da população e da prevenção e intervenção precoce na doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	2
--	---

LA 2. Contribuir para a criação de ambientes que promovam e sustentem a saúde mental	3
---	---

(Continua)

(Continuação)

OE 2. Potenciar respostas específicas e diferenciadoras

LA 3. Promover a criação de respostas de acordo com as necessidades diagnosticadas (tratamento, estabilização e reabilitação)	1
--	---

OE 3. Melhorar as condições de continuidade de cuidados

LA 4. Fomentar projetos no domínio da inclusão social de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	2
---	---

LA 5. Estimular o desenvolvimento de um programa de emprego apoiado para a integração de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante	1
---	---

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica

Número total de ações

9

Quadro 65. Ações e medidas para o eixo IV.

Eixo IV.

Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Reforçar as condições de prevenção e sinalização precoce da doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

<p>LA 1. Incentivar projetos no âmbito da promoção do bem-estar e da saúde mental da população e da prevenção e intervenção precoce na doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante</p>	<p>A 1. Fomentar o desenvolvimento de ações de sensibilização no domínio da saúde mental para os diferentes grupos populacionais, particularmente os mais vulneráveis, e suas famílias, com vista a melhorar a literacia em saúde mental e a reduzir a estigmatização e discriminação de pessoas com problemas de saúde mental</p> <p>A 2. Impulsionar o desenvolvimento de iniciativas no âmbito do apoio na área da psicologia, psiquiatria e outras especialidades para os diferentes grupos populacionais, particularmente os mais vulneráveis, e suas famílias</p>
<p>LA 2. Contribuir para a criação de ambientes que promovam e sustentem a saúde mental</p>	<p>A 3. Promover a implementação de práticas promotoras da saúde mental e do bem-estar em contexto escolar, assentes no modelo de aprendizagem socioemocional (e.g.: cheque psicologia e/ou psiquiatria, metodologias ativas de aprendizagem e diversificação das atividades extracurriculares - área artística, cultural e desportiva)</p> <p>A 4. Estimular a implementação de práticas promotoras da saúde mental e qualidade de vida em idosos (institucionalizados e não institucionalizados)</p> <p>A 5. Incentivar o desenvolvimento de programas de promoção da saúde mental e da felicidade em contexto laboral (e.g.: criar nas empresas a figura de tutor para apoiar no processo de integração e adaptação às funções) e a partilha de boas práticas</p>

(Continua)

(Continuação)

OE 2. Potenciar respostas específicas e diferenciadoras

LA 3. Promover a criação de respostas de acordo com as necessidades diagnosticadas (tratamento, estabilização e reabilitação)

A 6. Impulsionar o desenvolvimento de respostas da RSES, de CCISM ou projetos piloto

OE 3. Melhorar as condições de continuidade de cuidados

LA 4. Fomentar projetos no domínio da inclusão social de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

A 7. Promover a capacitação dos recursos humanos (e.g.: RSI, SAAS e atendimento social) para apreensão de técnicas/estratégias para lidar com este público-alvo

A 8. Promover a organização de atividades de pintura, teatro, dança, expressão corporal, desporto, entre outras

LA 5. Estimular o desenvolvimento de um programa de emprego apoiado para a integração de pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

A 9. Incentivar a criação de respostas de índole profissional com vista à integração das pessoas com problemas de saúde mental no mercado de trabalho em posições adequadas às suas capacidades

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Quadro 66. Metas de implementação para o eixo IV.

Eixo IV.

Implementar soluções específicas e inovadoras para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

Objetivos estratégicos

Metas de implementação

OE 1. Reforçar as condições de prevenção e sinalização precoce da doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

- . Realizar campanhas de sensibilização para a saúde mental, com especial incidência na depressão e na ansiedade;
- . Elaborar um plano de promoção da saúde mental para as entidades sociais;
- . Promover uma iniciativa de empreendedorismo e inovação social na área da promoção da saúde mental e do bem-estar em contexto laboral junto das empresas da CIRA.

OE 2. Potenciar respostas específicas e diferenciadoras

- . Criar uma sala *snoezelen*, de utilização partilhada com crianças e jovens com necessidades educativas específicas e com pessoas idosas e com incapacidade (meta partilhada com os eixos I - OE 2, II - OE 1 e III - OE 1);
- . Desenvolver, pelo menos, uma resposta no âmbito do tratamento (e.g.: RAMa, RAMo e RTA), em articulação com a saúde.

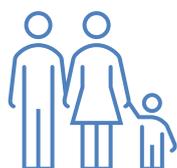
OE 3. Melhorar as condições de continuidade de cuidados

- . Criar uma EAD de CCISM, em articulação com a saúde.

Ações transversais

- . Elaborar um relatório das necessidades e propostas de intervenção;
- . Estabelecer um protocolo com parceiros e definir um modelo de operacionalização.

OE Objetivo estratégico



Eixo V. Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

As grandes mudanças sociais que temos vindo a experimentar, nomeadamente ao nível da configuração familiar, do mercado de trabalho, das mentalidades e do modo e das expectativas de vida, entre muitas outras, acarretam consigo problemas e necessidades sociais individuais, familiares e comunitárias diferentes e com consequências evidentes ao nível do acesso e da utilização da RSES.

Aos conhecidos problemas sociais juntam-se hoje novas necessidades originadas pela transformação da sociedade e do seu modo de organização, que aumentam ainda mais a pressão sobre a RSES e agravam os seus problemas de desajustamento já bastante evidentes. Ao cenário descrito acresce a imprevisibilidade e velocidade da evolução social, que obriga a RSES a uma capacidade de adaptação rápida e permanente.

A crise da economia portuguesa, provocada pelo impacto da pandemia da covid-19 e acentuada pela guerra na Ucrânia, agravou fragilidades pré-existentes e revelou novas debilidades. O aumento do desemprego e a perda do poder de compra gerou impactos dramáticos, alargando o risco real de pobreza a mais famílias e acentuando as desigualdades sociais e económicas, em particular nos grupos sociais mais vulneráveis.

É neste contexto que a definição de trajetórias exequíveis e resilientes, conducentes à criação das condições necessárias para garantir capacidade de resposta atempada e adequada a problemas sociais velhos e emergentes, assume uma importância absolutamente decisiva.

O eixo V reúne um conjunto de ações e medidas que visam apoiar as famílias, na sua multidimensionalidade, e construir uma comunidade mais coesa, alavancando oportunidades para a inclusão, inserção e integração social. Entre outros objetivos,

as ações e medidas previstas neste eixo V visam: i) Proporcionar uma resposta global e integrada às problemáticas das pessoas, famílias e comunidades mais prementes e geradoras de pobreza e exclusão social; ii) Contribuir para a (re)inserção e proteção social de pessoas, famílias e comunidades socialmente desinseridas e/ou economicamente desfavorecidas e contrariar ou minimizar o impacto dos fatores geradores de pobreza e exclusão social em contextos de maior precariedade socioeconómica; e iii) Promover a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos humanos e a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e grupos mais vulneráveis, combatendo as desigualdades socioeconómicas e os efeitos da pandemia e reforçando a coesão socioterritorial.

Quadro 67. Linhas de ação estratégica para o eixo V.

Eixo V.

Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

Linha de ação estratégica

Ações

OE 1. Reforçar a rede de apoio à família e comunidade

LA 1. Capacitar a família e comunidade nas suas diferentes dimensões de funcionamento

5

OE 2. Alargar e melhorar o apoio na violência doméstica

(Continua)

(Continuação)

LA 2. Estimular o desenvolvimento de serviços ou projetos inovadores e intersectoriais de apoio às vítimas	5
---	---

OE 3. Promover a cidadania, igualdade e não-discriminação

LA 3. Assegurar o acolhimento e a integração da população migrante	1
---	---

LA 4. Valorizar a diversidade e o pluralismo como um ativo social e comunitário, eliminando estigmas e preconceitos	1
--	---

OE 4. Garantir resposta aos cidadãos com CAD

LA 5. Prevenir e diminuir os CAD e promover a reintegração social, familiar, escolar ou profissional das pessoas afetadas por esta problemática	2
--	---

OE 5. Assegurar resposta rápida e eficaz a necessidades sociais emergentes

LA 6. Sinalizar e avaliar grupos em situação de vulnerabilidade social e garantir a sua integração na RSES, com vista à prestação de apoio de acordo com as suas necessidades específicas	1
--	---

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica

Número total de ações

15

Quadro 68. Ações e medidas para o eixo V.

Eixo V.

Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

Linha de ação estratégica

Ações

OE 1. Reforçar a rede de apoio à família e comunidade

LA 1. Capacitar a família e comunidade nas suas diferentes dimensões de funcionamento	A 1. Promover a criação de soluções habitacionais para pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica
	A 2. Estimular o aumento da capacidade instalada nas respostas sociais que visam o apoio a pessoas em situação de sem-abrigo (e.g.: aumentar a capacidade instalada nas respostas sociais de CAT e apartamentos partilhados e criar a resposta social de CI)
	A 3. Incentivar o reforço da capacidade instalada nas respostas sociais dirigidas para pessoas e/ou famílias em situação de carência socioeconómica, na dupla vertente das respostas de emergência e de continuidade, através da criação de novas ou do alargamento das existentes
	A 4. Impulsionar a implementação de respostas sociais inovadoras direcionadas à prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de pobreza e exclusão social (e.g.: ações de sensibilização de combate à iliteracia financeira e à violência em contexto escolar, ações de divulgação aos cidadãos mais vulneráveis sobre os seus direitos e deveres, projetos de apoio à parentalidade positiva e programas de desenvolvimento de competências)
	A 5. Fomentar a instalação de respostas sociais vocacionadas para a satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores (e.g.: centro de férias e lazer)

OE 2. Alargar e melhorar o apoio na violência doméstica

A 6. Promover a prevenção das várias manifestações da violência doméstica, conscientizar sobre os seus impactos e fomentar uma cultura de não violência (e.g.: ações de sensibilização contra a violência no namoro)
A 7. Garantir proteção e segurança às vítimas e diminuir o seu risco de revitimação (e.g.: teleassistência)

(Continua)

(Continuação)

LA 2. Estimular o desenvolvimento de serviços ou projetos inovadores e intersectoriais de apoio às vítimas

A 8. Assegurar uma resposta adequada às características e necessidades da população local e regional no atendimento e acompanhamento (e.g.: estruturas de atendimento que prestam, presencial e telefonicamente, informação jurídica e apoio psicológico e social e RAP)

A 9. Garantir uma resposta ajustada às necessidades da população local e regional no acolhimento de emergência (e.g.: unidades residenciais para acolhimento urgente de vítimas, acompanhadas ou não de filhos menores ou maiores dependentes com deficiência)

A 10. Estimular a expansão das respostas destinadas ao acolhimento temporário de vítimas (mulheres e homens), acompanhadas ou não de filhos menores (e.g.: CAB's), em particular em domínios não abrangidos (e.g.: vítimas idosas, vítimas com deficiência, vítimas com doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante, vítimas de violência sexual, vítimas LGBTQIA+ e vítimas de violência financeira)

OE 3. Promover a cidadania, igualdade e não-discriminação

LA 3. Assegurar o acolhimento e a integração da população migrante

A 11. Reforçar e diversificar a resposta no acolhimento e na integração social e profissional da população migrante (e.g.: regularização, ajuda psicológica, apoios sociais, alojamento, serviços de saúde e educação/formação/capacitação, empregabilidade e atividades comunitárias), com vista à sua autonomia

LA 4. Valorizar a diversidade e o pluralismo como um ativo social e comunitário, eliminando estigmas e preconceitos

A 12. Criar serviços especializados de prevenção e combate a todas as formas de discriminação, exclusão social, violência e violação de direitos, em razão da cor, raça, origem étnica, nacionalidade, religião, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género, idade, deficiência, doença, classe social ou outro fator

OE 4. Garantir resposta aos cidadãos com CAD

LA 5. Prevenir e diminuir os CAD e promover a reintegração social, familiar, escolar ou profissional das pessoas afetadas por esta problemática

A 13. Dar continuidade aos projetos em curso e promover o desenvolvimento de novas iniciativas no domínio da prevenção e diminuição dos CAD

A 14. Reforçar a oferta para colmatar as necessidades dos cidadãos com CAD, suas famílias e comunidades afetadas (e.g.: apartamento de reinserção social)

OE 5. Assegurar resposta rápida e eficaz a necessidades sociais emergentes

LA 6. Sinalizar e avaliar grupos em situação de vulnerabilidade social e garantir a sua integração na RSES, com vista à prestação de apoio de acordo com as suas necessidades específicas

A 15. Impulsionar soluções inovadoras para atender a necessidades sociais emergentes

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Quadro 69. Metas de implementação para o eixo V.

Eixo V.

Garantir resposta global e integrada às necessidades da família e comunidade

Objetivos estratégicos

Metas de implementação

OE 1. Reforçar a rede de apoio à família e comunidade	<ul style="list-style-type: none">. Colaborar com o NPISAA na atualização do diagnóstico das necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo e na elaboração dos planos de ação anuais;. Realizar, pelo menos, duas ações de sensibilização em domínios relacionados com a prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de pobreza e exclusão social (e.g.: iliteracia financeira, violência em contexto escolar, direitos e deveres dos cidadãos mais vulneráveis e parentalidade positiva);. Promover a reconfiguração da tipologia das habitações sociais no setor público e privado, com vista a assegurar a adequação dos imóveis aos tipos de agregados familiares;. Criar, pelo menos, uma resposta de alojamento urgente e temporário para situações de emergência (devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis ou a situações de risco iminente) ou de transição (até o encaminhamento para uma solução habitacional definitiva) nas freguesias urbanas.
OE 2. Alargar e melhorar o apoio na violência doméstica	<ul style="list-style-type: none">. Colaborar com a RIVD na atualização da situação do município e na elaboração dos planos de ação anuais;. Colaborar com a RIVD na realização de ações de sensibilização dirigidas à comunidade em geral.
OE 3. Promover a cidadania, igualdade e não-discriminação	<ul style="list-style-type: none">. Realizar, pelo menos, duas campanhas de sensibilização por ano, sobre desconstrução de estereótipos e prevenção de práticas discriminatórias;. Implementar, pelo menos, um projeto de intervenção no âmbito do acolhimento e da integração social e profissional da população migrante.
OE 4. Garantir resposta aos cidadãos com CAD	<ul style="list-style-type: none">. Elaborar um relatório das necessidades e propostas de intervenção, em articulação com todos os <i>stakeholders</i>;. Realizar, pelo menos, duas campanhas de sensibilização por ano, sobre CAD;. Assegurar a continuidade dos projetos de intervenção nos domínios da prevenção, diminuição e minimização de danos (Projeto Disconnect, Projeto ALTERNATIVAS e Giros), bem como da reinserção social (Projeto RIS - Rede de Intervenção Social);. Implementar, pelo menos, um projeto de intervenção no domínio dos CAD.
OE 5. Assegurar resposta rápida e eficaz a necessidades sociais emergentes	<ul style="list-style-type: none">. Assegurar a continuidade das reuniões de avaliação da evolução da situação social realizadas no âmbito das diferentes estruturas.

OE Objetivo estratégico



Eixo VI. Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

A igualdade de oportunidades, o bem-estar e a melhoria das condições de vida são fatores determinantes para a construção de uma sociedade moderna e justa. É neste contexto que a preocupação com a qualificação dos serviços e equipamentos sociais, para garantir um acesso crescente a respostas sociais de qualidade que promovam a satisfação das necessidades dos cidadãos, é um compromisso municipal. É tempo de ajustar os serviços e equipamentos sociais às novas exigências, aliando as questões da equidade e universalidade das respostas, à qualidade e segurança dos edifícios e à gestão eficaz e eficiente dos recursos.

Partindo da necessidade de responder às fragilidades identificadas na RSES municipal e assegurar a adequação da sua qualidade funcional, arquitetónica e ambiental às carências atuais de curto e médio prazo, as ações e medidas propostas no âmbito do eixo VI visam promover a reabilitação e capacitação da RSES municipal e aumentar progressivamente os níveis de qualidade e adequação do serviço prestado ao utente através da melhoria das condições humanas, materiais e operacionais.

Num quadro com estas características, o eixo VI assume como principais objetivos:

i) Aperfeiçoar as condições de operacionalidade dos serviços e equipamentos sociais nos domínios da higiene, conforto, salubridade, segurança e acessibilidade, bem como da eficiência energética e qualidade ambiental; ii) Estimular o apetrechamento e a modernização da RSES; iii) Incentivar a utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação nos serviços e equipamentos sociais; iv) Melhorar a qualidade do serviço prestado aos utentes e as condições de trabalho dos recursos humanos afetos à RSES; v) Criar, requalificar e adequar os serviços e equipamentos sociais às necessidades dos diferentes grupos-alvo; vi) Coordenar e monitorizar a intervenção social no município de Aveiro, de modo a evitar sobreposições e a

direcionar o investimento para as necessidades prioritizadas; vii) Otimizar os recursos e mecanismos da rede social; e viii) Promover a dinamização da rede social.

Quadro 70. Linhas de ação estratégica para o eixo VI.

Eixo VI.

Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Melhorar as condições de conservação e operacionalidade dos equipamentos sociais

LA 1. Assegurar a satisfação das exigências de funcionalidade, conforto, higiene e salubridade dos edifícios, bem como de eficiência energética, qualidade ambiental, segurança e acessibilidade	5
---	---

OE 2. Capacitar os recursos humanos

LA 2. Incentivar a atualização permanente de conhecimentos dos colaboradores, com vista à melhoria do desempenho e da progressão profissional	3
--	---

LA 3. Criar condições para a criação de parcerias e trabalho em rede	1
---	---

LA 4. Promover a igualdade de género, a eliminação de discriminações e a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional	1
--	---

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica

Número total de ações

10

Quadro 71. Ações e medidas para o eixo VI.

Eixo VI.

Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

Linha de ação estratégica

Ação

OE 1. Melhorar as condições de conservação e operacionalidade dos equipamentos sociais

LA 1. Assegurar a satisfação das exigências de funcionalidade, conforto, higiene e salubridade dos edifícios, bem como de eficiência energética, qualidade ambiental, segurança e acessibilidade	A 1. Construir edifícios de raiz para substituir equipamentos sociais com problemas de conservação e adequação
	A 2. Ampliar ou reabilitar equipamentos sociais com problemas de conservação e adequação
	A 3. Reconverter equipamentos sociais para responder a necessidades demográficas e socioeconómicas diagnosticadas
	A 4. Identificar e promover o licenciamento dos equipamentos sociais que atualmente não se encontram em conformidade com as exigências legais e normativas, em articulação com o PMAA - AEIES
	A 5. Dotar os equipamentos sociais com recursos humanos e meios técnicos e materiais adequados às exigências da realidade social atual, com vista à melhoria da qualidade dos serviços prestados e, por conseguinte, da qualidade de vida dos utentes

OE 2. Capacitar os recursos humanos

LA 2. Incentivar a atualização permanente de conhecimentos dos colaboradores, com vista à melhoria do desempenho e da progressão profissional	A 6. Desenvolver estratégias centradas na valorização dos colaboradores, na melhoria das condições laborais e na criação de planos de desenvolvimento profissional, com vista à retenção dos recursos humanos
	A 7. Organizar formação contínua para os colaboradores das organizações sociais e para os corpos dirigentes nas diferentes áreas e contextos de intervenção social, bem como em matérias relacionadas com a gestão das instituições
	A 8. Desenvolver formação para dotar os colaboradores das competências digitais necessárias à utilização das ferramentas tecnológicas adequadas às suas necessidades funcionais
LA 3. Criar condições para a criação de parcerias e trabalho em rede	A 9. Promover ações de formação para fomentar o espírito de criação de parcerias e trabalho em rede
LA 4. Promover a igualdade de género, a eliminação de discriminações e a conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional	A 10. Identificar e promover boas práticas institucionais em matéria de políticas de igualdade de género, de eliminação de discriminações e de conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional e implementar medidas de ação positivas e inovadoras passíveis de serem incorporadas pelas organizações sociais

OE Objetivo estratégico **LA** Linha de ação estratégica **A** Ação

Quadro 72. Metas de implementação para o eixo VI.

Eixo VI.

Qualificar a rede de serviços e equipamentos sociais

Objetivos estratégicos

Metas de implementação

OE 1. Melhorar as condições de conservação e operacionalidade dos equipamentos sociais

. Intervir, pelo menos, em 25% dos equipamentos sociais com necessidades de melhoria das condições de funcionamento diagnosticadas.

OE 2. Capacitar os recursos humanos

. Realizar um levantamento das necessidades de formação dos recursos humanos;

. Promover a articulação entre a autarquia, as entidades sociais e os estabelecimentos de ensino secundário, profissional e superior locais para dar resposta às necessidades de formação dos recursos humanos;

. Elaborar um plano para a igualdade e não discriminação para as entidades sociais;

. Desenvolver ações de sensibilização no domínio das boas práticas institucionais em matéria de eliminação de discriminações e de conciliação entre a vida pessoal e familiar e a atividade profissional;

. Estabelecer parcerias interinstitucionais com vista à partilha de boas práticas e recursos e desenvolvimento de atividades;

. Criar um grupo de discussão sobre o modelo de funcionamento e financiamento das instituições;

. Criar um mecanismo de avaliação do impacto social das instituições.

OE Objetivo estratégico

VII.6. Plano de monitorização e avaliação

O processo de realização da carta social municipal não se esgota no ato de elaboração da estratégia de intervenção, a última etapa do seu ciclo de desenvolvimento é relativa à monitorização e avaliação. É esta etapa que garante que a carta social municipal se mantém um instrumento permanentemente válido, uma vez que permite a sua constante adequação a uma realidade que evolui ininterruptamente em função de alterações nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, no desenvolvimento local e na política social.

Na qualidade de entidade responsável pela elaboração da carta social municipal, a sua monitorização e avaliação compete à CMA, que é igualmente responsável pela sua atualização, em consonância com o DS e o PDS e com a evolução da RSES, bem como pelo apoio e/ou orientação técnica às várias entidades.

A monitorização e avaliação permite reagir de forma atempada a eventuais desvios face ao inicialmente previsto, na medida em que torna possível perceber as transformações da realidade e proceder à tomada de medidas corretivas que possibilitem manter o equilíbrio e a sustentabilidade da RSES (adequação da oferta à procura).

É tendo como pano de fundo este cenário que se recomenda que a CMA promova um processo de monitorização e avaliação da carta social municipal que assegure o acompanhamento contínuo do progresso da implementação da estratégia de intervenção e garanta a atualização regular e sistemática dos principais indicadores de caracterização da evolução da RSES, na dupla vertente da situação atual e das perspetivas de evolução. O plano de monitorização e avaliação é composto pelas seguintes componentes:

1) Recolha, tratamento, atualização e análise da informação

A primeira etapa do plano de monitorização e avaliação é a recolha, o tratamento, a atualização e a análise da informação, que serve de base à avaliação intermédia e final. Esta etapa deve ocorrer com uma periodicidade, pelo menos, bienal.

A seleção dos indicadores de caracterização a recolher deve ter por base a informação considerada relevante para fornecer uma visão global da evolução da RSES, em particular da oferta e procura e do estado de conservação. Neste âmbito, é fundamental proceder à atualização dos questionários e à constituição de uma base de dados para a organização de toda a informação.

No caso concreto do indicador lista de espera, este deve ser atualizado pelas instituições e comunicado à Rede Social com uma periodicidade, pelo menos, semestral (abril e outubro).

Para o efeito será criada e disponibilizada pela Rede Social uma grelha de recolha de informação (incluindo os campos NISS, data de nascimento e freguesia de residência), a preencher por resposta social, bem como um manual de apoio à atualização das listas de espera, para apoiar as instituições no seu preenchimento e uniformizar o processo.

Para efeitos da atualização da carta social municipal, as entidades do setor social, solidário ou lucrativo, reportam obrigatoriamente aos municípios informação sobre o encerramento e/ou criação de respostas sociais no território municipal, bem como sobre as necessidades e as vagas ocupadas e/ou livres nas respostas sociais que se encontram em funcionamento. Cabe aos competentes serviços da segurança social atualizar as taxas de cobertura, tendo por referência a informação reportada.

2) Avaliação intermédia e final

A segunda etapa do plano de monitorização e avaliação consiste na avaliação, que deve ser feita, igualmente, com uma periodicidade, pelo menos, bienal. Esta etapa culmina na realização de dois relatórios: (i) o relatório de avaliação intermédia, a realizar a meio do ciclo programático de quatro anos (2027), com o objetivo de fazer

o ponto de situação da execução das ações e medidas a desenvolver, do cumprimento das metas e da evolução da RSES; e (ii) o relatório de avaliação final, a realizar no final do ciclo programático de quatro anos (2029). Ambos devem ser objeto de análise por parte do CLASA e ser enviados aos serviços competentes da segurança social.

Os relatórios a realizar devem respeitar uma matriz que incida nas seguintes dimensões de análise:

- Identificação de alterações no quadro legal;
- Descrição de transformações na envolvente territorial, demográfica e socioeconómica;
- Evolução da RSES constante na carta social municipal, identificando os serviços e equipamentos sociais que se encontrem em funcionamento e a respetiva capacidade, assim como os serviços e equipamentos sociais entretanto encerrados e/ou criados, em fase de construção ou com financiamento público aprovado e a respetiva localização, entidade titular e capacidade;
- Avaliação do grau de execução das ações e medidas a desenvolver e do cumprimento das metas;
- Definição de propostas de alteração à estratégia de intervenção, caso se justifique.

3) Revisão

A última etapa do plano de monitorização e avaliação corresponde à revisão. A carta social municipal tem uma vigência de quatro anos, pelo que a sua revisão é obrigatória findo esse período ou sempre que a RSES se revele desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede aplicáveis.

Constituem fundamento para a revisão da carta social municipal transformações que se reflitam significativamente no planeamento estratégico e no ordenamento da RSES anteriormente aprovados, bem como alterações na orientação das políticas públicas nacionais ou locais, por solicitação dos membros do Governo responsáveis

pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais ou por iniciativa do próprio município.

4) Equipa técnica de monitorização e avaliação

A implementação do plano de monitorização e avaliação prevê a constituição de uma equipa técnica de monitorização e avaliação com técnicos da autarquia que operacionalize todo o processo e assegure a coerência da atuação. Esta estrutura deve funcionar em estreita ligação com o CLASA e garantir a articulação com técnicos de outros departamentos da autarquia que justifique envolver.

Adicionalmente, o CLASA tem um papel fundamental como órgão consultivo e de acompanhamento, devendo emitir pareceres sobre os relatórios de avaliação intermédia e final.

Considerações finais

Num contexto em que é inquestionável que a ação social, entendida como um conjunto de ações cuja finalidade é a melhoria da qualidade de vida das populações (Braga *et al.*, 1996), desempenha um papel preponderante e imprescindível na sociedade, a elaboração de um instrumento de planeamento dinâmico sujeito a atualização periódica onde é feito o diagnóstico e o ordenamento estratégico e prospetivo da RSES à escala municipal é da máxima importância para assegurar uma intervenção consciente e eficaz.

Ciente desta realidade, o presente projeto pretende, com base na identificação dos recursos, potencialidades e constrangimentos, bem como das necessidades, problemas e prioridades de intervenção, construir uma ferramenta capaz de orientar o desenvolvimento consistente da RSES no território de Aveiro.

Um tal desígnio depende, primeiro, da construção de uma consciência coletiva dos problemas sociais e, depois, do estabelecimento de um compromisso estratégico comum a médio prazo das entidades públicas e privadas que na área de Aveiro assumem a responsabilidade de trabalhar para um território mais justo e digno, garantindo, desta forma, a concertação das metodologias de trabalho, a

coordenação do esforço coletivo e a otimização dos mecanismos e recursos de intervenção disponíveis, com vista à ativação das melhores soluções e respostas para as carências identificadas.

Embora não deva ser encarada como uma etapa única, mas como parte integrante e determinante de um processo de desenvolvimento social mais abrangente, que ultrapassa largamente a dimensão da RSES, a elaboração da carta social municipal é um passo decisivo para a construção de uma política social coesa e para a promoção do desenvolvimento social.

Referências bibliográficas

Amaral, L. (2010). *Economia portuguesa, as últimas décadas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água;

ARH do Centro (2012). *Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas dos rios Vouga, Mondego e Lis Integrados na Região Hidrográfica 4. Parte 1 - Enquadramento e Aspetos Gerais*. ARH do Centro;

Bandeira, M. L. (2004). *Demografia - Objecto, teorias e métodos*. Escolar Editora;

Bandeira, M. L. (Dir.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): Evolução e perspectivas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Braga, M. E., Simões, M. G. A., Carrolo, M. I., Abreu, M. R. T., Morgado, M. V. & Gomes, M. V. B. (1996). *O ser e o estar da ação social*. Direcção-Geral da Ação Social. Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação;

Cardoso, J., Magalhães, P., & Pais, J. M. (Org.) (2013). *Portugal social de A a Z. Temas em aberto*. Impresa Publishing/Expresso;

Carrilho, M. (1990). Perspectivas de evolução da população residente no Continente até ao ano 2010. *Planeamento*, 12 (1/2), 29-48;

Carrilho, M. (2005). Metodologia de cálculo das projecções demográficas: Aplicação em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 37, 5-24;

CMA (2018). *Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios - Caderno I*. CMA;

Daveau, S. et al. (1985). *Mapas climáticos de Portugal. Nevoeiro e nebulosidade. Contrastes térmicos*. Centro de Estudos Geográficos;

EU/AWG (2014). *The 2015 ageing report underlying assumptions and projection methodologies*. European Commission;

Feio, M., & Daveau, S. (2004). *O relevo de Portugal: Grandes unidades regionais*. Associação Portuguesa de Geomorfólogos;

Ferrão, J. (2003). Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991 - 2001. *Revista de Estudos Demográficos*, 34;

Ferrão, J. (2005). Dinâmicas demográficas: Uma visão panorâmica. In C. A. Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal. Sociedade, paisagens e cidades* (pp. 50-71). Círculo de Leitores e Autores;

Ferreira, C. M. R. (1996). *Expressão geográfica da natalidade em Portugal. O caso do município de Aveiro* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra];

Ferreira, D. B. (2005). O ambiente climático. In C. A. Medeiros (Dir.), *Geografia de Portugal. O ambiente físico* (pp. 306-385). Círculo de Leitores;

Ferreira, P. M. (2020). *Rumo a 2030: Os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Instituto Marquês de Valle Flor;

Gabinete de Estratégia e Planeamento (2023). *Carta Social - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2021*. Gabinete de Estratégia e Planeamento;

Grou, J. D. R. F. (2016). *Hidrogeologia e recursos hídricos subterrâneos na bacia hidrográfica do Rio Foja, Gândara, região Centro de Portugal* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra];

Haub, C. (1987). *Understanding population projections*. Population Reference Bureau;

INE (2014). *Tipologia de áreas urbanas de 2014 (TIPAU 2014)*. INE;

INE (2015). *As novas unidades territoriais para fins estatísticos*. INE;

Lema, P. B., & Rebelo, F. (1996). *Geografia de Portugal. Meio físico e recursos naturais*. Universidade Aberta;

Matias, G. (2014). *Migrações e cidadania*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Mendes, M. F., Caleiro, A., Lagarto, S., & Ribeiro, F. (2013). An application of statistical methods of indirect estimation and projection of internal migration flows within the Portuguese mainland. In J. Lita da Silva, F. Caleiro, I. Natário, & C. A. Braumann (Eds), *Advances in regression, survival analysis, extreme values, markov processes and other statistical applications*. Springer;

Mendes, M. F., & Rosa M. J. V. (2012). *Projeções 2030 e o futuro. Encontro presente no futuro*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

MTSSS (2011). *Programa de emergência social*. MTSSS;

Nazareth, J. M. (1988). *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Edições Presença;

Nazareth, J. M. (2004). *Demografia - A ciência da população*. Editorial Presença;

Oliveira, I. T., & Mendes, M. F. (2010). A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007. *Análise Social*, 194, 115-138;

O'Neill, B., Balk, D., Brickman, M., & Ezra, M. (2001). A guide to global population projections. *Demographic Research*, 4, 203-288;

Preston, S. H., Heuveline, P., & Guillot, M. (2001). *Demography. Measuring and modeling population processes*. Blackwell Publishing;

Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Rosa, M. J. V., & Chitas, P. (2013). *Portugal e a Europa: Os números*. Fundação Francisco Manuel dos Santos;

Torres, A. (1996). *Demografia e desenvolvimento: Elementos básicos*. Gradiva.

Documentos legais

Lei n.º 3/2025, de 6 de janeiro. (2025). Diário da República: 1.ª série, n.º 3.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2025/01/00300/0003500081.pdf>

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. (2018). Diário da República: 1.ª série, n.º 157.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2018/08/15700/0410204108.pdf>

Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro. (2013). Diário da República: 1.ª série, n.º 19.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2013/01/01901/0000200147.pdf>

Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. (2020). Diário da República: 1.ª série, n.º 156.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2020/08/15600/0000800017.pdf>

Portaria n.º 77/2022, de 3 de fevereiro. (2022). Diário da República: 1.ª série I, n.º 24.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2022/02/02400/0001000026.pdf>

Portaria n.º 66/2021, de 17 de março. (2021). Diário da República: 1.ª série, n.º 53.
<https://files.diariodarepublica.pt/1s/2021/03/05300/0003600041.pdf>

Bases de dados eletrónicas

www.cartasocial.pt

www.dge.mec.pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods

www.eportugal.gov.pt

www.iefp.pt

www.ine.pt

www.ipma.pt

www.pordata.pt

Índice de figuras

Figura 1. Gráfico termopluviométrico.	42
Figura 2. População residente no município entre 1950 e 2021.	45
Figura 3. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.	47
Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.	49
Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.	51
Figura 6. Crescimento natural no município entre 2001 e 2022.	52
Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2021.	54
Figura 8. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.	56
Figura 9. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.	57
Figura 10. Pirâmide etária da população residente no município em 2011 e 2021.	59
Figura 11. Pirâmide etária da população residente no município em 2001 e 2011.	59
Figura 12. Pirâmide etária da população residente no município em 2001 e 2021.	59
Figura 13. Pirâmide etária da população residente no município em 1950 e 2021.	59
Figura 14. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011 e 2021.	60
Figura 15. Índice de dependência total por freguesia em 2011 e 2021.	61
Figura 16. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011 e 2021.	63
Figura 17. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011 e 2021.	64

Figura 18. Provável evolução da população residente no município entre 2021 e 2041 (cenários).....	74
Figura 19. População residente e sobreviventes no município entre 1950 e 2041.	75
Figura 20. População residente e sobreviventes por freguesia entre 2021 e 2041.	76
Figura 21. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031.	78
Figura 22. Provável variação populacional por freguesia entre 2031 e 2041.	79
Figura 23. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.	79
Figura 24. Provável evolução dos nados-vivos no município entre 2021 e 2041 (cenários).....	83
Figura 25. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.....	87
Figura 26. Provável população residente no município, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.	88
Figura 27. Pirâmide etária da população no	91
Figura 28. Pirâmide etária da população no	91
Figura 29. Pirâmide etária da população no	91
Figura 30. Provável evolução do índice de envelhecimento no município entre 2021 e 2041.	92
Figura 31. Provável evolução do índice de envelhecimento no município, segundo o sexo, entre 2021 e 2041.....	92
Figura 32. Provável evolução do índice de dependência de jovens, idosos e total no município entre 2021 e 2041.....	96
Figura 33. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.	97
Figura 34. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041.	99
Figura 35. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.	101
Figura 36. População ativa, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.....	104
Figura 37. População ativa, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.	104
Figura 38. População empregada, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.....	106
Figura 39. População empregada, segundo a freguesia e o grupo etário, em 2021.	106
Figura 40. População empregada, segundo a freguesia e o nível de escolaridade, em 2021.....	107
Figura 41. População empregada, segundo a freguesia e o setor de atividade económica, em 2021.....	108
Figura 42. Evolução da taxa de emprego entre 2011 e 2021.....	115
Figura 43. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.	115

Figura 44. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021 e meta estratégia Europa 2030.....	116
Figura 45. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo o sexo, e meta estratégia Europa 2030.....	117
Figura 46. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia, e meta estratégia Europa 2030.....	117
Figura 47. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos em 2021, segundo a freguesia e o sexo, e meta estratégia Europa 2030.....	118
Figura 48. Taxa de desemprego em 2011 e 2021.	119
Figura 49. Taxa de desemprego, segundo o sexo, em 2021.....	119
Figura 50. Taxa de desemprego, segundo a freguesia, em 2011 e 2021.....	120
Figura 51. Taxa de desemprego, segundo a freguesia e o sexo, em 2021.....	120
Figura 52. Evolução da população desempregada entre 2014 e 2024 (fevereiro).121	
Figura 53. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2021.	124
Figura 54. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.....	124
Figura 55. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.	125
Figura 56. Poder de compra <i>per capita</i> em 2021.....	128
Figura 57. Evolução do poder de compra <i>per capita</i> entre 2011 e 2021.	128
Figura 58. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, no município.	132
Figura 59. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, no município.....	133
Figura 60. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, no município.	135
Figura 61. Respostas sociais, segundo a população-alvo, no município.	137
Figura 62. Respostas sociais, segundo o grupo-alvo, no município.	138
Figura 63. Respostas sociais, segundo a tipologia, no município.....	138
Figura 64 [A e B]. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo.....	140
Figura 65. Capacidade das respostas sociais segundo a natureza jurídica no município.	142
Figura 66. Utentes das respostas sociais segundo a natureza jurídica no município.	142
Figura 67 [A e B]. Área de influência dos utentes das respostas sociais por população-alvo.....	143

Figura 68. Taxa de cobertura das respostas sociais para primeira infância em 2023.	149
Figura 69. Área de influência dos utentes das respostas sociais para crianças e jovens.....	150
Figura 70. Área de influência dos utentes das respostas sociais para crianças e jovens em situação de perigo.....	150
Figura 71. Utesntes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para crianças e jovens.....	151
Figura 72. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas idosas em 2023.	156
Figura 73. Área de influência dos utentes das respostas sociais para pessoas idosas.	156
Figura 74. Utesntes, segundo o sexo, nas respostas sociais para pessoas idosas. ..	157
Figura 75. Utesntes, segundo a idade, nas respostas sociais para pessoas idosas.	157
Figura 76 [A a C]. Utesntes, segundo a capacidade para a realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas idosas.	158
Figura 77 [A a C]. Utesntes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas idosas.	159
Figura 78. Utesntes, segundo o diagnóstico de demência, nas respostas sociais para pessoas idosas.....	160
Figura 79. Utesntes, segundo o tipo de.....	160
Figura 80. Taxa de cobertura das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade em 2023.	163
Figura 81. Área de influência dos utentes das respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.	164
Figura 82. Utesntes, segundo o sexo, nas respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.....	165
Figura 83. Utesntes, segundo a idade, na resposta social de IP.	165
Figura 84. Utesntes, segundo a idade, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.	165
Figura 85 [A e B]. Utesntes, segundo a capacidade para a realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.....	166
Figura 86 [A e B]. Utesntes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.....	168
Figura 87 [A e B]. Área de influência dos utentes das respostas sociais para família e comunidade.....	172
Figura 88. Utesntes, segundo o sexo, nas respostas sociais para família e comunidade.	172

Figura 89. Utentes, segundo a idade, nas respostas sociais para família e comunidade.....	172
Figura 90. Utentes, segundo o sexo e a idade, na resposta social de EID.....	174
Figura 91. Área de influência dos utentes das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica.....	177
Figura 92. Área de influência dos beneficiários das equipas de protocolo (processos RSI).....	182
Figura 93. Beneficiários por freguesia nas equipas de protocolo (processos RSI).	183
Figura 94. Área de influência dos beneficiários das cantinas sociais (âmbito do PES).	185
Figura 95. Beneficiários por freguesia nas cantinas sociais (âmbito do PES).	185
Figura 96. ODS da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.....	235
Figura 97. Síntese da estratégia de intervenção.....	237
Figura 98. Quadro de referência da estratégia de intervenção.	238

Índice de mapas

Mapa 1. Enquadramento geográfico.....	38
Mapa 2. Hipsometria.....	39
Mapa 3. Declives.....	40
Mapa 4. População residente por freguesia em 2021.....	48
Mapa 5. Variação populacional por freguesia entre 2011 e 2021.....	50
Mapa 6. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.....	51
Mapa 7. Índice de envelhecimento por freguesia em 2021.....	61
Mapa 8. Índice de dependência total por freguesia em 2021.....	62
Mapa 9. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2021.....	63
Mapa 10. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2021.....	64
Mapa 11. População residente provável por freguesia em 2031 e 2041.....	76
Mapa 12. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2031 e entre 2031 e 2041.....	78
Mapa 13. Provável variação populacional por freguesia entre 2021 e 2041.....	80
Mapa 14. Provável variação populacional por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.....	82
Mapa 15. Nascimentos em 2021 e nascimentos prováveis em 2031 por freguesia.....	85

Mapa 16. Índice de envelhecimento provável em 2031 por freguesia.....	94
Mapa 17. Índice de dependência total provável por freguesia em 2031.	96
Mapa 18. Distribuição territorial dos equipamentos sociais.....	135
Mapa 19. Distribuição territorial das respostas sociais.....	136
Mapa 20. Distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.	145
Mapa 21. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.	153
Mapa 22. Distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.....	161
Mapa 23. Distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.	170
Mapa 24. Distribuição territorial da resposta social de EID.	173
Mapa 25. Distribuição territorial da resposta social de EA (NAVVD).	176

Índice de quadros

Quadro 1. População residente no município entre 1950 e 2021.....	45
Quadro 2. População residente no município entre 2001 e 2022.....	46
Quadro 3. População residente no município, segundo os grandes grupos etários, entre 1950 e 2021.....	57
Quadro 4. Cenário “base/normal”	70
Quadro 5. Cenário “otimista”	71
Quadro 6. Cenário “desejável”	72
Quadro 7. População residente e sobreviventes no município entre 1950 e 2041..	75
Quadro 8. Projeções da população residente por freguesia entre 2021 e 2041.....	77
Quadro 9. Projeções da população residente por freguesia, com saldo migratório, entre 2021 e 2041.....	81
Quadro 10. Nados-vivos por freguesia entre 2021 e 2041.....	84
Quadro 11. Taxa de natalidade por freguesia entre 2021 e 2041.....	86
Quadro 12. População residente e sobreviventes no município, segundo os grandes grupos etários, entre 2021 e 2041.....	88
Quadro 13. População residente e variação populacional no município, segundo o escalão etário, entre 2021 e 2041 (cenário “base/normal”).	89
Quadro 14. Índice de envelhecimento por freguesia entre 2021 e 2041.....	93
Quadro 15. Índice de dependência total por freguesia entre 2021 e 2041.....	95

Quadro 16. Índice de dependência de idosos por freguesia entre 2021 e 2041.....	98
Quadro 17. Índice de dependência de jovens por freguesia entre 2021 e 2041....	100
Quadro 18. Esperança média de vida à nascença por freguesia em 2021.....	102
Quadro 19. Taxa de atividade por freguesia, segundo o sexo, em 2021.....	105
Quadro 20. População empregada, segundo a situação na profissão, em 2021..	109
Quadro 21. População empregada, segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões, em 2021.	111
Quadro 22. Profissões com um maior número de população empregada em 2021.	112
Quadro 23. Proporção da população ativa que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.....	113
Quadro 24. Proporção da população residente que está empregada por freguesia, segundo o sexo, em 2021.....	114
Quadro 25. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 2011 e 2021.....	116
Quadro 26. População residente com 15 e mais anos de idade por freguesia, segundo o principal meio de vida, em 2021.....	123
Quadro 27. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2021.	124
Quadro 28. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2021.....	126
Quadro 29. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.	127
Quadro 30. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2021.....	127
Quadro 31. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.	145
Quadro 32. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para crianças e jovens.....	147
Quadro 33. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.	152
Quadro 34. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.....	154
Quadro 35. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.	161
Quadro 36. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.	162

Quadro 37. Utentes, segundo o tipo de problema, na resposta social de intervenção precoce.	167
Quadro 38. Utentes, segundo o tipo de diagnóstico, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.....	168
Quadro 39. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.	169
Quadro 40. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização das respostas sociais para família e comunidade.	171
Quadro 41. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica.....	175
Quadro 42. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização das respostas sociais para pessoas vítimas de violência doméstica.....	177
Quadro 43. Equipas de protocolo (processos RSI).....	180
Quadro 44. Cantinas sociais (âmbito do PES).	184
Quadro 45. Outras ações e medidas sociais.	187
Quadro 46. Síntese da RSES.....	205
Quadro 47. Análise SWOT.....	210
Quadro 48. Equipamentos sociais concluídos e em funcionamento, em construção ou com financiamento público aprovado - capacidade.....	217
Quadro 49. Equipamentos sociais concluídos e em funcionamento, em construção ou com financiamento público aprovado - investimento.	218
Quadro 50. Equipamentos sociais com apoio municipal aprovado no âmbito do PMAA - AEIES - capacidade.....	219
Quadro 51. Equipamentos sociais com apoio municipal aprovado no âmbito do PMAA - AEIES - apoio municipal.	221
Quadro 52. Síntese da RSES com os equipamentos sociais concluídos e em funcionamento, em construção ou com financiamento público aprovado.....	223
Quadro 53. Dimensões sociais e respetivos problemas objeto de classificação, segundo o nível de prioridade.	239
Quadro 54. Prioridades de atuação definidas pelos <i>stakeholders</i>	243
Quadro 55. Linhas de ação estratégica para o eixo I.	246
Quadro 56. Ações e medidas para o eixo I.	247
Quadro 57. Metas de implementação para o eixo I.	248
Quadro 58. Linhas de ação estratégica para o eixo II.....	251
Quadro 59. Ações e medidas para o eixo II.	253
Quadro 60. Metas de implementação para o eixo II.....	255

Quadro 61. Linhas de ação estratégica para o eixo III.	257
Quadro 62. Ações e medidas para o eixo III.	258
Quadro 63. Metas de implementação para o eixo III.	259
Quadro 64. Linhas de ação estratégica para o eixo IV.	262
Quadro 65. Ações e medidas para o eixo IV.	264
Quadro 66. Metas de implementação para o eixo IV.	266
Quadro 67. Linhas de ação estratégica para o eixo V.	269
Quadro 68. Ações e medidas para o eixo V.	271
Quadro 69. Metas de implementação para o eixo V.	273
Quadro 70. Linhas de ação estratégica para o eixo VI.	276
Quadro 71. Ações e medidas para o eixo VI.	277
Quadro 72. Metas de implementação para o eixo VI.	278

Índice de anexos

Anexo I. Questionário de entidade gestora.....	307
Anexo II. Questionário de equipamento social.....	308
Anexo III. Questionário de creche.....	310
Anexo IV. Questionário de estabelecimento de educação pré-escolar.....	311
Anexo V. Questionário de CATL.....	312
Anexo VI. Questionário de CAFAP.....	313
Anexo VII. Questionário de CAC para resposta a situações de emergência.....	315
Anexo VIII. Questionário de SAD, CD e ERPI.....	316
Anexo IX. Questionário de UC.....	317
Anexo X. Questionário de IP.....	318
Anexo XI. Questionário de CACI e LR.....	319
Anexo XII. Questionário de SAAS, AAC e R/CS.....	321
Anexo XIII. Questionário de CC.....	322
Anexo XIV. Questionário de CAT.....	323
Anexo XV. Questionário de EID.....	324
Anexo XVI. Questionário de EA (NAVVD).....	325
Anexo XVII. Questionário de CAb.....	327

Anexo XVIII. Questionário de equipa de protocolo (processo RSI).	329
Anexo XIX. Questionário de cantina social (âmbito do PES).....	330
Anexo XX. Questionário de RAP.....	331
Anexo XXI. Questionário de GIP.....	332
Anexo XXII. Questionário de CLAIM.....	333
Anexo XXIII. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.	334
Anexo XXIV. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2021.....	335
Anexo XXV. Crescimento natural no município entre 2001 e 2022.	336
Anexo XXVI. Crescimento natural por freguesia em 2011 e 2021.....	337
Anexo XXVII. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.....	338
Anexo XXVIII. População residente no município, segundo o sexo e o grupo etário, em 1950, 2001, 2011 e 2021.....	339
Anexo XXIX. Índice de envelhecimento e índice de dependência por freguesia em 2011 e 2021.....	340
Anexo XXX. População ativa por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.....	341
Anexo XXXI. População empregada por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.....	342
Anexo XXXII. População empregada por freguesia, segundo o nível de escolaridade, em 2021.....	343
Anexo XXXIII. População empregada por freguesia, segundo o setor de atividade económica, em 2021.....	344
Anexo XXXIV. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos por freguesia, segundo o sexo, em 2021.....	345
Anexo XXXV. Taxa de desemprego por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.	346
Anexo XXXVI. RSES.....	347
Anexo XXXVII. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia. ..	355
Anexo XXXVIII. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	356
Anexo XXXIX. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por população-alvo, no município.....	357
Anexo XL. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.	358
Anexo XLI. Respostas sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.....	359
Anexo XLII. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo no município.....	364

Anexo XLIII. Área de influência dos utentes das respostas sociais por população-alvo no município.....	365
Anexo XLIV. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.....	366
Anexo XLV. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de creche.....	367
Anexo XLVI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.....	368
Anexo XLVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CATL.....	369
Anexo XLVIII. Utes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para crianças e jovens.....	370
Anexo XLIX. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.....	371
Anexo L. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de SAD.....	372
Anexo LI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CD.....	373
Anexo LII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de ERPI.....	374
Anexo LIII. Utes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para pessoas idosas.....	375
Anexo LIV. Utes, segundo a capacidade de realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas idosas.....	376
Anexo LV. Utes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas idosas.....	377
Anexo LVI. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.....	378
Anexo LVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de lar residencial.....	379
Anexo LVIII. Utes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.....	380
Anexo LIX. Utes, segundo a capacidade de realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.....	381
Anexo LX. Utes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.....	382
Anexo LXI. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.....	383

Anexo LXII. Utentes na resposta social de SAAS.	384
Anexo LXIII. Capacidade, utentes e taxa de utilização na resposta social de AAC.	385
Anexo LXIV. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização na resposta social de CAT.	386
Anexo LXV. Utentes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para família e comunidade.....	387
Anexo LXVI. Utentes, segundo o sexo e a idade, na resposta social de EID.....	388
Anexo LXVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização na resposta social de CAb.....	389
Anexo LXVIII. Equipamentos sociais existentes e propostos.....	390

Anexos

Anexo I. Questionário de entidade gestora.

1. Designação	
2. Morada	
3. Freguesia	
4. Telefone	
5. Correio eletrónico	
6. Natureza jurídica	Pública Solidária Lucrativa
7. Por que equipamentos sociais é responsável atualmente?	
7.1. Equipamento social 1	
7.1.1. Designação	
7.1.2. Morada	
7.1.3. Freguesia	
7.1.4. Telefone	
7.1.5. Correio eletrónico	
7.1.6. Que respostas sociais funcionam neste equipamento social atualmente?	
7.2. Equipamento social 2	
7.2.1. Designação	
7.2.2. Morada	
7.2.3. Freguesia	
7.2.4. Telefone	
7.2.5. Correio eletrónico	
7.2.6. Que respostas sociais funcionam neste equipamento social atualmente?	
7.3. Equipamento social 3	
7.3.1. Designação	
7.3.2. Morada	
7.3.3. Freguesia	
7.3.4. Telefone	
7.3.5. Correio eletrónico	
7.3.6. Que respostas sociais funcionam neste equipamento social atualmente?	
7.4. Equipamento social 4	
7.4.1. Designação	
7.4.2. Morada	
7.4.3. Freguesia	
7.4.4. Telefone	
7.4.5. Correio eletrónico	
7.4.6. Que respostas sociais funcionam neste equipamento social atualmente?	
7.5. Equipamento social 5	
7.5.1. Designação	
7.5.2. Morada	
7.5.3. Freguesia	
7.5.4. Telefone	
7.5.5. Correio eletrónico	
7.5.6. Que respostas sociais funcionam neste equipamento social atualmente?	

Anexo II. Questionário de equipamento social.

1. Designação			
2. Morada			
3. Freguesia			
4. Telefone			
5. Correio eletrónico			
6. Natureza jurídica	Pública	Solidária	Lucrativa
7. Ano de construção			
8. Ano da última remodelação			
9. Estado de conservação			
Interior	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Exterior	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Muito mau	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
10. Adequação às exigências de funcionalidade			
	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Muito mau	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
11. Eficiência energética e qualidade ambiental			
	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Muito mau	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
12. Adaptação às TIC			
Soluções de wi-fi e material informático	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Muito mau	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
13. Mobiliário			
Qualidade	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Muito mau	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Quantidade	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		
Muito mau	Muito bom		
	Bom		
	Razoável		
	Mau		

(Continua)

(Continuação)

14. Acessibilidade

Barreiras arquitetónicas

Interiores	Não
	Sim
	Adaptado

Exteriores	Não
	Sim
	Adaptado

Soluções

Interiores	Corrimão
	Rampa
	Elevador vertical
	Elevador com cadeira
	Elevador com plataforma

Exteriores	Corrimão
	Rampa

15. Segurança

Plano de emergência Não Sim

16. Espaços exteriores

Jardim Não Sim

Estado de conservação	Muito bom
	Bom
	Razoável
	Mau
	Muito mau

Equipamento/material desportivo Não Sim

Estado de conservação	Muito bom
	Bom
	Razoável
	Mau
	Muito mau

Parque infantil Não Sim

Estado de conservação	Muito bom
	Bom
	Razoável
	Mau
	Muito mau

Anexo III. Questionário de creche.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes participados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Idade e sexo

Idade		n.º de utentes	
		H	M
Bercário	< 1 ano		
Creche	1 ano		
	2 anos		

2.3.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo IV. Questionário de estabelecimento de educação pré-escolar.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes participados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
3 anos		
4 anos		
5 anos		

2.3.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo V. Questionário de CATL.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes participados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
6-9 anos		
10-11 anos		
12-14 anos		
15 anos		

2.3.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo VI. Questionário de CAFAP.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes participados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Agregados familiares

2.3.1.1. Número de elementos

N.º de elementos do agregado familiar	N.º de agregados familiares
2	
3	
4	
5	
6 e mais	
Total	

2.3.1.2. Número de filhos

Número de filhos	n.º de agregados
1 filho	
2 filhos	
3 filhos	
4 filhos	

2.3.2. País

2.3.2.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
14 anos		
15-19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55 anos		

2.3.2.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

(Continua)

(Continuação)

2.3.3. Filhos

2.3.3.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
< 1 ano		
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos		
6-9 anos		
10-11 anos		
12-14 anos		
15-17 anos		
18 anos		

2.3.3.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo VII. Questionário de CAC para resposta a situações de emergência.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes participados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
< 1 ano		
1 ano		
2 anos		
3 anos		
4 anos		
5 anos		
6-9 anos		
10-11 anos		
12-14 anos		
15-17 anos		
18-21 anos		
> 21 anos		

2.3.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo VIII. Questionário de SAD, CD e ERPI.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes participados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85-89 anos		
90-94 anos		
95-99 anos		
100 anos		

2.3.2. Capacidade de realização de atividades básicas da vida diária

Atividade básica da vida diária	n.º de utentes	
	Dependente	Independente
Banho		
Vestir-se		
Mobilidade		
Utilização do WC		
Alimentação		
Continência		

2.3.3. Tipo de problema na função do corpo

Problemas nas funções do corpo	n.º de utentes			
	Problema completo	Problema grave	Problema moderado	Sem problema
Mentais				
Visão				
Auditivas, da voz e fala				
Órgãos ou aparelhos internos				
Movimento				

2.3.4. Diagnóstico de demência

n.º de utentes total

n.º de utentes com Alzheimer

n.º de utentes com outro tipo de demência. Qual?

n.º de utentes com outro tipo de demência. Qual?

n.º de utentes com outro tipo de demência. Qual?

2.3.5. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo X. Questionário de IP.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes participados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Tipo de deficiência, idade e sexo

Tipo de deficiência	n.º de utentes					
	2 anos		3-4 anos		5-6 anos	
	H	M	H	M	H	M
Alterações nas funções ou estruturas do corpo	Atraso de desenvolvimento sem etiologia conhecida					
	Atraso de desenvolvimento por condições específicas					
	Fatores de risco biológico					
Risco grave de atraso de desenvolvimento	Fatores de risco ambiental		Fatores de risco parentais			
	Fatores de risco contextuais					

2.3.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo XI. Questionário de CACI e LR.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.1.3. Lista de espera

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes comparticipados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65 anos		

2.3.2. Capacidade de realização de atividades básicas da vida diária

Atividade básica da vida diária	n.º de utentes	
	Dependente	Independente
Banho		
Vestir-se		
Mobilidade		
Utilização do WC		
Alimentação		
Continência		

2.3.3. Tipo de problema na função do corpo

Problemas nas funções do corpo	n.º de utentes			
	Problema completo	Problema grave	Problema moderado	Sem problema
Mentais				
Visão				
Auditivas, da voz e fala				
Órgãos ou aparelhos internos				
Movimento				

(Continua)

(Continuação)

2.3.4. Diagnóstico de paralisia cerebral

2.3.5. Diagnóstico de trissomia 21

2.3.6. Diagnóstico de perturbações do desenvolvimento

2.3.7. Diagnóstico de perturbação do espectro do autismo

2.3.8. Diagnóstico de doença do foro mental ou psiquiátrico incapacitante

n.º de utentes global

n.º de utentes com esquizofrenia

n.º de utentes com doença bipolar

2.3.9. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo XII. Questionário de SAAS, AAC e R/CS

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.2. Caracterização dos utentes

2.2.1. Agregados familiares

N.º de elementos do agregado familiar	N.º de agregados familiares
1	
2	
3	
4	
5	
6 e mais	
Total	

2.2.2. Elementos dos agregados familiares

2.2.2.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
0-4 anos		
5-9 anos		
10-14 anos		
15-19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85 anos		

2.2.2.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo XIII. Questionário de CC.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.2. Caracterização dos utentes

2.2.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
0-4 anos		
5-9 anos		
10-14 anos		
15-19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85 anos		

2.2.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo XIV. Questionário de CAT.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.2. Caracterização dos utentes

2.2.1. Idade e género

Idade	n.º de utentes	
	H	M
≤19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85 anos		

2.2.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo XV. Questionário de EID.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização da resposta social

2.1. Caracterização geral

2.1.1. Capacidade

2.1.2. Utentes

2.2. Caracterização do acordo com a segurança social

2.2.1. Lotação máxima do acordo

2.2.2. Número de utentes comparticipados

2.3. Caracterização dos utentes

2.3.1. Idade e sexo

Idade	n.º de utentes	
	H	M
19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65 anos		

2.3.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de utentes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

2.3.3. Tipo de consumo

Substâncias lícitas

Substâncias ilícitas

Anexo XVI. Questionário de EA (NAVVD).

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização das vítimas

2.1. Idade e sexo

Idade	H	M
	(n.º)	
19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85 anos		

2.2. Município

Município	n.º de vítimas
Águeda	
Albergaria-a-Velha	
Anadia	
Aveiro	
Estarreja	
Ílhavo	
Murtosa	
Oliveira do Bairro	
Ovar	
Sever do Vouga	
Vagos	
Outro. Qual?	

2.3. Relação com o agressor

Grau de parentesco	n.º de vítimas
Cônjuge/Companheiro(a)	
Ex Cônjuge/Companheiro(a)	
Namorado/Namorada	
Pai/Mãe	
Padrasto/Madrasta	
Filho(a)	
Enteado(a)	
Irmão/Irmã	
Genro/Nora	
Outro. Qual?	

2.4. Tipo de violência

Violência	n.º de vítimas
Emocional	
Social	
Física	
Sexual	
Financeira	
Perseguição	
Outra. Qual?	

(Continua)

(Continuação)

3. Caracterização dos agressores

3.1. Idade e sexo

Idade	H	M
	(n.º)	
19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85 anos		

Anexo XVII. Questionário de CAb.

1. Designação do equipamento social onde a resposta social funciona

2. Caracterização das vítimas

2.1. Idade

Idade	n.º de vítimas
19 anos	
20-24 anos	
25-29 anos	
30-34 anos	
35-39 anos	
40-44 anos	
45-49 anos	
50-54 anos	
55-59 anos	
60-64 anos	
65-69 anos	
70-74 anos	
75-79 anos	
80-84 anos	
85 anos	

2.2. Dependentes

Dependentes	n.º de vítimas
Sem filhos	
1 filho	
2 filhos	
3 filhos	
4 filhos	

2.3. Município

Município	n.º de vítimas
Águeda	
Albergaria-a-Velha	
Anadia	
Aveiro	
Estarreja	
Ílhavo	
Murtosa	
Oliveira do Bairro	
Ovar	
Sever do Vouga	
Vagos	
Outro. Qual?	

2.4. Relação com o agressor

Grau de parentesco	n.º de vítimas
Cônjuge/Companheiro(a)	
Ex Cônjuge/Companheiro(a)	
Namorado/Namorada	
Pai/Mãe	
Padrasto/Madrasta	
Filho(a)	
Enteado(a)	
Irmão/Irmã	
Genro/Nora	
Outro. Qual?	

(Continua)

(Continuação)

2.5. Tipo de violência

Violência	n.º de vítimas
Emocional	
Social	
Física	
Sexual	
Financeira	
Perseguição	
Outra. Qual?	

3. Caracterização dos dependentes (filhos)

3.1. Idade e sexo

Idade	H	M
	(n.º)	
0-4 anos		
5-9 anos		
10-14 anos		
15-19 anos		
20 anos		

4. Caracterização dos agressores

4.1. Idade e sexo

Idade	H	M
	(n.º)	
19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85 anos		

Anexo XVIII. Questionário de equipa de protocolo (processo RSI).

1. Número de beneficiários

2. Caracterização dos beneficiários

2.4. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de beneficiários
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eirol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo XIX. Questionário de cantina social (âmbito do PES).

1. Número de refeições

1.1. Protocoladas

1.2. Distribuídas

2. Caracterização dos beneficiários

2.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de beneficiários
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eírol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

Anexo XX. Questionário de RAP.

1. Número de crianças

2. Caracterização das crianças

2.1. Idade e sexo

Idade	H M	
	(n.º)	
2 anos		
3-5 anos		
6-9 anos		
10-11 anos		
12-14 anos		
15-17 anos		
18 anos		

2.2. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de crianças
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eírol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

2.3. Tipo de violência

Violência	n.º de crianças
Emocional	
Social	
Física	
Sexual	
Financeira	
Perseguição	
Outra. Qual?	

Anexo XXI. Questionário de GIP.

1. Número de migrantes

2. Caracterização dos migrantes

2.1. Idade e sexo

Idade	H	M
	(n.º)	
19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60 anos		

2.2. Habilitação literária

Habilitação literária	n.º de migrantes
Analfabeto	
Sem nível de ensino	
1º ciclo do ensino básico	
2º ciclo do ensino básico	
3º ciclo do ensino básico	
Ensino secundário	
Pós secundário não superior	
Ensino superior	

2.3. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de migrantes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eírol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

2.4. País de origem

País	n.º de migrantes

Anexo XXII. Questionário de CLAIM.

1. Número de migrantes

2. Caracterização dos migrantes

2.1. Idade e sexo

Idade	H	M
	(n.º)	
0-4 anos		
5-9 anos		
10-14 anos		
15-19 anos		
20-24 anos		
25-29 anos		
30-34 anos		
35-39 anos		
40-44 anos		
45-49 anos		
50-54 anos		
55-59 anos		
60-64 anos		
65-69 anos		
70-74 anos		
75-79 anos		
80-84 anos		
85 anos		

2.2. Habilitação literária

Habilitação literária	n.º de migrantes
Analfabeto	
Sem nível de ensino	
1º ciclo do ensino básico	
2º ciclo do ensino básico	
3º ciclo do ensino básico	
Ensino secundário	
Pós secundário não superior	
Ensino superior	

2.3. Situação profissional

Situação profissional	n.º de migrantes
Trabalhador por conta própria	
Trabalhador por conta de outrem	
Desempregado	
Estudante	
Doméstica	
Reformado	
Outra. Qual?	

2.4. Freguesia de residência

Freguesia	n.º de migrantes
Aradas	
Cacia	
Eixo e Eírol	
Esgueira	
Oliveirinha	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	
Santa Joana	
São Bernardo	
São Jacinto	
União das freguesias de Glória e Vera Cruz	
Outros municípios. Quais?	

2.5. País de origem

País	n.º de migrantes

Anexo XXIII. População residente por freguesia entre 2001 e 2021.

Unidades territoriais	2001	2011	2021
	(n.º)		
Aradas	7628	9157	10087
Cacia	7006	7354	6830
Eixo e Eirol	6034	6324	6190
Esgueira	12262	13431	13505
Oliveirinha	4780	4817	4675
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	4535	4564	4383
Santa Joana	7426	8094	8026
São Bernardo	4079	4960	5273
São Jacinto	1016	993	758
UF de Glória e Vera Cruz	18569	18756	21227
Aveiro	73335	78450	80954
Região de Aveiro	364973	370394	367403
Centro	2348397	2327755	2227239
Continente	9869343	10047621	9855909

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXIV. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2021.

Unidades territoriais	2001-2011		2011-2021		2001-2021	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Aradas	1529	20,04	930	10,16	2459	32,24
Cacia	348	4,97	-524	-7,13	-176	-2,51
Eixo e Eirol	290	4,81	-134	-2,12	156	2,59
Esgueira	1169	9,53	74	0,55	1243	10,14
Oliveirinha	37	0,77	-142	-2,95	-105	-2,20
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	29	0,64	-181	-3,97	-152	-3,35
Santa Joana	668	9,00	-68	-0,84	600	8,08
São Bernardo	881	21,60	313	6,31	1194	29,27
São Jacinto	-23	-2,26	-235	-23,67	-258	-25,39
UF de Glória e Vera Cruz	187	1,01	2471	13,17	2658	14,31
Aveiro	5115	6,97	2504	3,19	7619	10,39
Região de Aveiro	5421	1,49	-2991	-0,81	2430	0,67
Centro	-20642	-0,88	-100516	-4,32	-121158	-5,16
Continente	178278	1,81	-191712	-1,91	-13434	-0,14

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXV. Crescimento natural no município entre 2001 e 2022.

Anos	N (n.º)	TN (‰)	M (n.º)	TM (‰)	CN (n.º)	TCN (‰)
2001	824	11,24	634	8,65	190	2,59
2002	817	10,94	645	8,64	172	2,30
2003	823	10,94	659	8,76	164	2,18
2004	783	10,34	590	7,79	193	2,55
2005	789	10,35	608	7,98	181	2,37
2006	758	9,89	620	8,09	138	1,80
2007	700	9,07	602	7,80	98	1,27
2008	761	9,81	638	8,22	123	1,59
2009	815	10,44	662	8,48	153	1,96
2010	799	10,18	697	8,88	102	1,30
2011	761	9,70	652	8,31	109	1,39
2012	708	8,95	678	8,57	30	0,38
2013	703	8,89	706	8,93	-3	-0,04
2014	671	8,48	670	8,47	1	0,01
2015	623	7,86	732	9,23	-109	-1,38
2016	706	8,88	710	8,93	-4	-0,05
2017	707	8,85	755	9,45	-48	-0,60
2018	702	8,72	713	8,85	-11	-0,14
2019	699	8,57	744	9,12	-45	-0,55
2020	676	8,31	822	10,11	-146	-1,80
2021	641	7,92	875	10,81	-234	-2,89
2022	654	7,83	767	9,18	-113	-1,35

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXVI. Crescimento natural por freguesia em 2011 e 2021.

Unidades territoriais	2011						2021					
	N (nº)	TN (‰)	M (nº)	TM (‰)	CN (nº)	TCN (‰)	N (nº)	TN (‰)	M (nº)	TM (‰)	CN (nº)	TCN (‰)
Aradas	97	10,59	89	9,72	8	0,87	83	8,23	99	9,81	-16	-1,59
Cacia	62	8,43	61	8,29	1	0,14	61	8,93	76	11,13	-15	-2,20
Eixo e Eirol	53	8,38	40	6,33	13	2,06	40	6,46	60	9,69	-20	-3,23
Esgueira	135	10,05	86	6,40	49	3,65	122	9,03	133	9,85	-11	-0,81
Oliveirinha	45	9,34	50	10,38	-5	-1,04	34	7,27	63	13,48	-29	-6,20
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	31	6,79	32	7,01	-1	-0,22	30	6,84	63	14,37	-33	-7,53
Santa Joana	68	8,40	68	8,40	0	0,00	63	7,85	80	9,97	-17	-2,12
São Bernardo	48	9,68	39	7,86	9	1,81	42	7,97	51	9,67	-9	-1,71
São Jacinto	6	6,04	8	8,06	-2	-2,01	6	7,92	14	18,47	-8	-10,55
UF de Glória e Vera Cruz	216	11,52	179	9,54	37	1,97	160	7,54	236	11,12	-76	-3,58
Aveiro	761	9,70	652	8,31	109	1,39	641	7,92	875	10,81	-234	-2,89
Região de Aveiro	3086	8,33	3483	9,40	-397	-1,07	2737	7,45	4326	11,77	-1589	-4,32
Centro	18342	7,88	26356	11,32	-8014	-3,44	14891	6,69	31564	14,17	-16673	-7,49
Continente	91701	9,13	97968	9,75	-6267	-0,62	75795	7,69	119595	12,13	-43800	-4,44

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXVII. Crescimento efetivo por freguesia entre 2011 e 2021.

Unidades territoriais	N	M	CN	SM	CE
	(n.º)				
Aradas	1019	898	121	809	930
Cacia	558	768	-210	-314	-524
Eixo e Eírol	507	607	-100	-34	-134
Esgueira	1321	1133	188	-114	74
Oliveirinha	402	650	-248	106	-142
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	346	529	-183	2	-181
Santa Joana	749	765	-16	-52	-68
São Bernardo	538	429	109	204	313
São Jacinto	63	115	-52	-183	-235
UF de Glória e Vera Cruz	2094	2163	-69	2540	2471
Aveiro	7597	8057	-460	2964	2504
Região de Aveiro	31669	41539	-9870	6879	-2991
Centro	177674	310438	-132764	32248	-100516
Continente	901964	1169101	-267137	75425	-191712

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXVIII. População residente no município, segundo o sexo e o grupo etário, em 1950, 2001, 2011 e 2021.

Grupos etários	1950			2001			2011			2021		
	H	M	HM									
	(n.º)											
0-4	2041	1941	3982	1900	1979	3879	1867	1771	3638	1700	1592	3292
5-9	1772	1614	3386	1975	1954	3929	1834	1872	3706	1794	1609	3403
10-14	1837	1733	3570	2129	1962	4091	2062	2025	4087	1924	1872	3796
15-19	1946	1896	3842	2488	2403	4891	2102	2121	4223	1920	1977	3897
20-24	2079	1782	3861	2878	2819	5697	2145	2183	4328	2277	2235	4512
25-29	1563	1692	3255	2911	3112	6023	2712	2780	5492	2320	2407	4727
30-34	1281	1322	2603	2741	2908	5649	3155	3251	6406	2459	2397	4856
35-39	1286	1477	2763	2755	3055	5810	3027	3394	6421	2706	2830	5536
40-44	1180	1364	2544	2781	3001	5782	2776	3094	5870	3131	3295	6426
45-49	896	1221	2117	2509	2571	5080	2740	3122	5862	2983	3383	6366
50-54	793	1014	1807	2196	2418	4614	2629	3059	5688	2737	3110	5847
55-59	678	874	1552	1796	2030	3826	2367	2604	4971	2609	3104	5713
60-64	572	825	1397	1614	1869	3483	2080	2412	4492	2520	3051	5571
65-69	464	656	1120	1603	1826	3429	1699	2006	3705	2249	2542	4791
70-74	359	531	890	1317	1641	2958	1408	1756	3164	1849	2332	4181
75-79	254	413	667	876	1265	2141	1230	1580	2810	1426	1821	3247
80-84	118	190	308	483	752	1235	799	1207	2006	951	1363	2314
≥85	60	141	201	267	551	818	488	1093	1581	887	1592	2479
Total	19179	20686	39865	35219	38116	73335	37120	41330	78450	38442	42512	80954

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXIX. Índice de envelhecimento e índice de dependência por freguesia em 2011 e 2021.

Unidades territoriais	Índice de envelhecimento		Índice de dependência					
			Total		Jovens		Idosos	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
	(%)							
Aradas	119,01	152,46	45,63	50,46	20,83	19,99	24,79	30,47
Cacia	107,73	164,55	45,80	50,47	22,05	19,08	23,75	31,39
Eixo e Eirol	104,08	153,43	46,32	48,80	22,70	19,25	23,62	29,54
Esgueira	81,00	143,21	40,87	47,89	22,58	19,69	18,29	28,20
Oliveirinha	139,41	169,57	54,29	60,54	22,68	22,46	31,61	38,08
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	115,57	184,56	50,78	56,65	23,55	19,91	27,22	36,74
Santa Joana	113,96	170,81	45,44	57,25	21,24	21,14	24,20	36,11
São Bernardo	93,87	130,92	45,41	52,49	23,42	22,73	21,99	29,76
São Jacinto	127,94	366,67	45,39	63,36	19,91	13,58	25,48	49,78
UF de Glória e Vera Cruz	156,70	176,68	47,03	49,70	18,32	17,96	28,71	31,73
Aveiro	116,05	162,16	45,95	51,45	21,27	19,63	24,68	31,83
Região de Aveiro	126,89	185,58	230,03	247,84	101,38	86,78	128,64	161,05
Centro	163,43	228,62	56,57	63,57	21,47	19,34	35,09	44,22
Continente	130,57	184,59	51,65	57,52	22,40	20,21	29,25	37,31

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXX. População ativa por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				
	H	M	HM	15-24	25-39	40-54	≥55	Total
	(n.º)			(n.º)				
Aradas	2556	2668	5224	320	1888	1998	1018	5224
Cacia	1751	1615	3366	209	1039	1360	758	3366
Eixo e Eiról	1637	1546	3183	223	1012	1327	621	3183
Esgueira	3430	3559	6989	445	2210	2792	1542	6989
Oliveirinha	1161	1105	2266	166	667	875	558	2266
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1101	1002	2103	139	633	891	440	2103
Santa Joana	1982	1946	3928	232	1234	1553	909	3928
São Bernardo	1341	1383	2724	150	834	1176	564	2724
São Jacinto	165	138	303	27	77	116	83	303
UF de Glória e Vera Cruz	5260	5618	10878	593	3803	4231	2251	10878
Aveiro	20384	20580	40964	2504	13397	16319	8744	40964
Região de Aveiro	90446	86723	177169	12274	55095	71519	38281	177169
Centro	507335	489219	996554	63439	297197	409196	226722	996554
Continente	2318306	2272054	4590360	308776	1445718	1864302	971564	4590360

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXXI. População empregada por freguesia, segundo o sexo e o grupo etário, em 2021.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				Total
	H	M	HM	15-24	25-39	40-54	≥55	
	(n.º)			(n.º)				
Aradas	2426	2513	4939	288	1791	1899	961	4939
Cacia	1676	1518	3194	183	993	1311	707	3194
Eixo e Eirol	1555	1448	3003	193	954	1265	591	3003
Esgueira	3238	3341	6579	389	2070	2658	1462	6579
Oliveirinha	1122	1038	2160	147	637	842	534	2160
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1067	939	2006	118	596	868	424	2006
Santa Joana	1863	1813	3676	201	1137	1468	870	3676
São Bernardo	1288	1322	2610	126	799	1133	552	2610
São Jacinto	149	127	276	22	70	107	77	276
UF de Glória e Vera Cruz	4953	5232	10185	518	3553	4002	2112	10185
Aveiro	19337	19291	38628	2185	12600	15553	8290	38628
Região de Aveiro	86104	81251	167355	10805	51976	68306	36268	167355
Centro	480640	455929	936569	54240	277606	389585	215138	936569
Continente	2150427	2069996	4220423	251979	1323432	1742614	902398	4220423

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXXII. População empregada por freguesia, segundo o nível de escolaridade, em 2021.

Unidade territorial	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
Aradas	25	1396	1255	105	2158	4939
Cacia	20	1445	992	59	678	3194
Eixo e Eirol	25	1307	937	68	666	3003
Esgueira	52	2026	2071	154	2276	6579
Oliveirinha	28	996	590	36	510	2160
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	46	1089	522	37	312	2006
Santa Joana	23	1271	1052	86	1244	3676
São Bernardo	19	680	660	47	1204	2610
São Jacinto	10	144	86	3	33	276
UF de Glória e Vera Cruz	78	1523	2202	165	6217	10185
Aveiro	326	11877	10367	760	15298	38628
Região de Aveiro	1490	68731	47464	3555	46115	167355
Centro	7554	374425	273769	22175	258646	936569
Continente	39087	1570836	1222265	98340	1289895	4220423

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXXIII. População empregada por freguesia, segundo o setor de atividade económica, em 2021.

Unidade territorial	Primário	Secundário	Terciário			Total
			De natureza social	Relacionados com a atividade económica	Total terciário	
Aradas	52	1458	1494	1935	3429	4939
Cacia	30	1337	711	1116	1827	3194
Eixo e Eirol	38	1196	717	1052	1769	3003
Esgueira	49	2060	1852	2618	4470	6579
Oliveirinha	49	846	516	749	1265	2160
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	55	906	421	624	1045	2006
Santa Joana	31	1183	1064	1398	2462	3676
São Bernardo	23	736	861	990	1851	2610
São Jacinto	18	89	57	112	169	276
UF de Glória e Vera Cruz	90	2152	3787	4156	7943	10185
Aveiro	435	11963	11480	14750	26230	38628
Região de Aveiro	3852	65448	40360	57695	98055	167355
Centro	33247	274285	283838	345199	629037	936569
Continente	119877	1064973	1246923	1788650	3035573	4220423

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXXIV. Taxa de emprego no grupo etário dos 20 aos 64 anos por freguesia, segundo o sexo, em 2021.

Unidade territorial	H	M	HM
	(%)		
Aradas	78,21	74,92	76,49
Cacia	78,94	69,23	73,97
Eixo e Eirol	79,68	71,93	75,73
Esgueira	77,49	73,52	75,41
Oliveirinha	81,79	72,03	76,73
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	78,95	69,48	74,17
Santa Joana	78,40	72,27	75,22
São Bernardo	80,51	76,96	78,66
São Jacinto	67,61	57,08	62,27
UF de Glória e Vera Cruz	75,61	73,16	74,32
Aveiro	77,89	72,80	75,24
Região de Aveiro	78,02	70,69	74,25
Centro	75,27	68,72	71,91
Continente	74,11	67,61	70,75

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXXV. Taxa de desemprego por freguesia, segundo o sexo, em 2011 e 2021.

Unidade territorial	2011			2021		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Aradas	9,44	8,31	9,44	5,09	5,81	5,46
Cacia	11,74	10,07	11,74	4,28	6,01	5,11
Eixo e Eiról	10,04	10,41	10,04	5,01	6,34	5,66
Esgueira	11,27	11,25	11,27	5,60	6,13	5,87
Oliveirinha	10,09	9,66	10,09	3,36	6,06	4,68
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	10,41	9,18	10,41	3,09	6,29	4,61
Santa Joana	11,04	11,08	11,04	6,00	6,83	6,42
São Bernardo	9,09	8,64	9,09	3,95	4,41	4,19
São Jacinto	15,22	15,23	15,22	9,70	7,97	8,91
UF de Glória e Vera Cruz	11,17	11,25	11,17	5,84	6,87	6,37
Aveiro	10,37	11,10	10,73	5,14	6,26	5,70
Região de Aveiro	10,09	12,67	11,32	4,80	6,31	5,54
Centro	9,99	12,08	10,98	5,26	6,80	6,02
Continente	12,51	13,92	13,19	7,24	8,89	8,06

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XXXVI. RSES.

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	
Aradas	Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, Aveiro	Escola Básica do Bonsucesso, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Escola Básica das Leirinhas, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Escola Básica de Verdemilho, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Jardim de Infância de Quinta do Picado, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
	Associação os Salineiros - Associação Aveirense para a Educação Ativa	Associação os Salineiros - Associação Aveirense para a Educação Ativa	Creche	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
	Centro Comunitário da Paróquia de São Pedro Aradas	Centro Comunitário da Paróquia de Aradas	Creche	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
		Lar Paraquial Amélia Madail	Serviço de apoio domiciliário	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
			Centro de dia	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
	Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro	Centro Integrado de Aradas	Estrutura residencial para pessoas idosas	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
			Creche	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de dia	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
			Serviço de apoio domiciliário	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
	Escola Pequeno Cidadão, Lda	Escola Pequeno Cidadão	Creche	Creche	Crianças e jovens	Lucrativa
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Lucrativa
Cacia	Agrupamento de Escolas Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro	Escola Básica de Póvoa do Paço, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Escola Básica de Quintã do Loureiro, Cacia, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Escola Básica de Sarrazola, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
	Centro Social Paroquial de Cacia	Centro Social Paroquial de Cacia	Creche	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de atividades de tempos livres	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
			Serviço de apoio domiciliário	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
Centro de dia	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária			
Serviço de atendimento e acompanhamento social	Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária			
Eixo e Eirol	Agrupamento de Escolas de Eixo, Aveiro	Escola Básica de Eixo, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Jardim de Infância de Azurva, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Centro de atividades e capacitação para a inclusão	Centro de atividades e capacitação para a inclusão	Pessoas adultas com deficiência	Solidária

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
Eixo e Eirol	Associação de Assistência de Eixo	Centro Infantil de Eixo	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
	Associação de Melhoramentos de Eixo	Associação de Melhoramentos de Eixo	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
			Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
			Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
			Ajuda alimentar a carenciados	Família e comunidade em geral	Solidária
	Centro Social de Azurva	Centro Social de Azurva	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
	Centro Social e Paroquial de Santa Eulália e Eirol	Centro Social e Paroquial de Santa Eulália e Eirol	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
			Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
	Lar Ilda Carvalho, Lda	Lar Ilda Carvalho	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Lucrativa
	Esgueira	Agrupamento de Escolas de Esgueira, Aveiro	Escola Básica de Alumieira, Mataduços, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens
Escola Básica de Esgueira, Aveiro			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Escola Básica de Quinta do Simão, Aveiro			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Jardim de Infância de Cabo Luís, Aveiro			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Agrupamento de Escolas Rio Novo do Príncipe, Cacia, Aveiro		Escola Básica de Taboeira, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
Cáritas Diocesana de Aveiro		Centro de Acolhimento Infantil	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Casa de acolhimento para resposta a situações de emergência	Crianças e jovens em situação de perigo	Solidária
Centro Social de Esgueira		Centro Social de Esgueira	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
Centro Social e Paroquial de Santo André de Esgueira		Centro Social e Paroquial de Santo André de Esgueira	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
	Serviço de apoio domiciliário		Pessoas idosas	Solidária	
	Centro de dia		Pessoas idosas	Solidária	
Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro)	ERPI - Lar Passo Sénior - Fundação CESDA	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária	

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
Esgueira	Fundação CESDA (Centro Social do Distrito de Aveiro)	Fundação CESDA - Equipamentos	Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
			Ajuda alimentar a carenciados	Família e comunidade em geral	Solidária
			Centro de alojamento temporário	Família e comunidade em geral	Solidária
	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Creche da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
	Ensigeste II - Empreendimentos Educativos, Lda	Colégio Português	Creche	Crianças e jovens	Lucrativa
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Lucrativa
	Quinta dos Pequenotes - Creche e Jardim de Infância, Lda	Quinta dos Pequenotes - Creche e Jardim de Infância	Creche	Crianças e jovens	Lucrativa
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Lucrativa
Oliveirinha	Agrupamento de Escolas de Oliveirinha, Aveiro	Escola Básica de Costa do Valado, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
		Jardim de Infância de Oliveirinha, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
		Jardim de Infância de Quintãs, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Lar da APPACDM - Oliveirinha	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
	Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado	Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado	Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
			Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
	Centro Infantil da Casa do Povo de Oliveirinha	Centro Infantil da Casa do Povo de Oliveirinha	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Complexo Social - Quinta da Moita - Oliveirinha	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
			Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
			Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
			Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
Ajuda alimentar a carenciados			Família e comunidade em geral	Solidária	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Agrupamento de Escolas de Oliveirinha, Aveiro	Escola Básica de Nossa Senhora de Fátima, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
	Casa do Sol Poente - Residência Sénior, Lda	Casa do Sol Poente - Residência Sénior	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Lucrativa

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima	Centro Social Paroquial Nossa Senhora de Fátima	Creche	Crianças e jovens	Solidária	
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária	
			Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária	
			Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária	
			Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária	
	Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz	Centro Social e Paroquial São Pedro de Nariz	Creche	Crianças e jovens	Solidária	
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária	
			Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária	
		Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária		
Santa Joana	Agrupamento de Escolas José Estêvão, Aveiro	Escola Básica de Areias, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Escola Básica de Presa, Santa Joana, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
		Escola Básica de Solposto, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
	'Asas de Santa Joana' - Associação de Solidariedade e Ação Social	Complexo Social - Asas de Santa Joana	Creche	Crianças e jovens	Solidária	
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária	
			Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária	
			Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária	
			Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária	
	Gabinete de atendimento	Ajuda alimentar a carenciados	Família e comunidade em geral	Solidária		
	Centro Social Santa Joana Princesa	Centro Social Santa Joana Princesa	Creche	Crianças e jovens	Solidária	
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária	
			Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária	
		Centro Social Santa Joana Princesa - 3.ª Idade	Centro Social Santa Joana Princesa - 3.ª Idade	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
				Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
				Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
Colégio D. José I	Colégio D. José I	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Lucrativa		
São Bernardo	Agrupamento de Escolas José Estêvão, Aveiro	Escola Básica n.º 1 de São Bernardo, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública	
	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Lar da APPACDM - São Bernardo	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	Solidária	

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
São Bernardo	Centro Paroquial de São Bernardo	Centro Paroquial de São Bernardo - Equipamento de Apoio à Infância	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
		Centro Paroquial de São Bernardo - Equipamento de Apoio à Pessoa Idosa	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
			Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
	Fundação Padre Félix	Fundação Padre Félix	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
			Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
	São Jacinto	Centro Social Paroquial de São Jacinto	Centro Social Paroquial de São Jacinto	Creche	Crianças e jovens
Estabelecimento de educação pré-escolar				Crianças e jovens	Solidária
Centro de dia				Pessoas idosas	Solidária
Serviço de atendimento e acompanhamento social				Família e comunidade em geral	Solidária
UF de Glória e Vera Cruz	Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, E.P.E.	UCC de Aveiro	Equipa de cuidados continuados integrados	Pessoas em situação de dependência	Pública
	Agrupamento de Escolas de Aveiro	Escola Básica de Barrocas, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
		Escola Básica de Santiago, Aveiro	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Pública
	Instituto da Segurança Social (Entidade proprietária) Santa Casa da Misericórdia de Aveiro (Entidade gestora)	Centro Infantil de Aveiro	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
	APPACDM Aveiro - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental	Lar da APPACDM - Santiago	Lar residencial	Pessoas adultas com deficiência	Solidária
	Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Aradas	'Casa Mãe de Aradas'	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
	Associação de Solidariedade Social dos Professores	Casa do Professor de Aveiro	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
Associação Nacional de Intervenção Precoce	Associação Nacional de Intervenção Precoce	Intervenção precoce	Crianças e jovens com deficiência	Solidária	

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
UF de Glória e Vera Cruz	Cáritas Diocesana de Aveiro	Cáritas Aveiro	Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
			Ajuda alimentar a carenciados	Família e comunidade em geral	Solidária
			Centro de alojamento temporário	Família e comunidade em geral	Solidária
			Estrutura de atendimento (Núcleo de atendimento a vítimas de violência doméstica)	Pessoas vítimas de violência doméstica	Protocolo entre entidades de diferente natureza
	Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro	Centro Alcoólicos Recuperados do Distrito de Aveiro	Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
	Centro Comunitário Vera-Cruz	Centro Comunitário Vera-Cruz	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
			Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
			Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
			Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária
			Ajuda alimentar a carenciados	Família e comunidade em geral	Solidária
			Refeitório/cantina social	Família e comunidade em geral	Solidária
	Centro de Infância, Arte e Qualidade	Centro de Infância, Arte e Qualidade - Sede	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
		Centro de Infância, Arte e Qualidade - Secção	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
	Casa Vera Cruz	Creche da Vera e do Cruz	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
		Edifício do Jardim	Centro de apoio familiar e aconselhamento parental	Crianças e jovens em situação de perigo	Solidária
			Creche	Crianças e jovens	Solidária
		Edifício Padre Fernandes	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
			Ajuda alimentar a carenciados	Família e comunidade em geral	Solidária

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
UF de Glória e Vera Cruz	Florinhas do Vouga	Edifício sede Praceta das Florinhas do Vouga	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Solidária
			Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Solidária
		Estrutura residencial para pessoas idosas "Casa Sacerdotal Santa Joana Princesa"	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
		Centro comunitário "Bairro de Santiago"	Centro comunitário	Família e comunidade em geral	Solidária
		Equipa de intervenção direta "Bairro de Santiago"	Equipa de intervenção direta	Pessoas toxicodependentes	Solidária
	Serviço de atendimento e acompanhamento social "Bairro de Santiago"	Serviço de atendimento e acompanhamento social	Família e comunidade em geral	Solidária	
	Fundação Casa do Pessoal da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro	Equipamento Creche Eng.º António Pascoal da Fundação CPSSDA	Creche	Crianças e jovens	Solidária
	Patronato Nossa Senhora de Fátima	Patronato Nossa Senhora de Fátima	Creche	Crianças e jovens	Solidária
			Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Solidária
			Centro de dia	Pessoas idosas	Solidária
			Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Solidária
	Age & Living, Lda	Apoio Domiciliário Vitaliving	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Lucrativa
	Alegre Queiroz & Moreira, Lda	Habituadeos - Serviço de Apoio Domiciliário - Aveiro	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Lucrativa
	ATL Quadro Mágico	ATL Quadro Mágico	Centro de atividades de tempos livres	Crianças e jovens	Lucrativa
	Cuidado e Companhia, Lda	Cuidado e Companhia	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Lucrativa
	Destaquaternura, Lda	Babydoso	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Lucrativa
	Gerivi 01 A1 S.A.	DomusVi - Unidade Dom Pedro V	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Lucrativa
			Unidade de convalescência	Pessoas em situação de dependência	Pública
	Jardim de Infância O Tagarela, Lda	Jardim de Infância O Tagarela	Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Lucrativa
	Riacare - Serviços de Apoio Domiciliário, Lda	Riacare - Serviços de Apoio Domiciliário	Serviço de apoio domiciliário	Pessoas idosas	Lucrativa
	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	Edifício Irmãos Rangel	Estrutura residencial para pessoas idosas	Pessoas idosas	Lucrativa
Trá-lá-lá Educação para a Criança, Lda	Trá-lá-lá Educação para a Criança	Creche	Crianças e jovens	Lucrativa	
		Estabelecimento de educação pré-escolar	Crianças e jovens	Lucrativa	

(Continua)

(Continuação)

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Resposta social	Grupo-alvo	Natureza jurídica
-	Cáritas Diocesana de Aveiro	-	Casa de abrigo	Pessoas vítimas de violência doméstica (Homens)	Solidária
-	Casa Vera Cruz	-	Casa de abrigo	Pessoas vítimas de violência doméstica (Mulheres)	Solidária
-	Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	-	Casa de abrigo	Pessoas vítimas de violência doméstica (Mulheres)	Solidária

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XXXVII. Entidades gestoras, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Freguesias	Pública	Solidária	Lucrativa	Total
	(n.º)			
Aradas	1	3	1	5
Cacia	1	1	0	2
Eixo e Eirol	1	5	1	7
Esgueira	2	5	2	9
Oliveirinha	1	4	0	5
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1	2	1	4
Santa Joana	1	2	1	4
São Bernardo	1	3	0	4
São Jacinto	0	1	0	1
UF de Glória e Vera Cruz	2	13	10	25
Freguesia do território municipal indefinida	0	3	0	3
Total	8	32	15	55

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XXXVIII. Equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Freguesias	Pública	Solidária	Lucrativa	Total
	(n.º)			
Aradas	4	4	1	9
Cacia	3	1	0	4
Eixo e Eírol	2	5	1	8
Esgueira	5	6	2	13
Oliveirinha	3	4	0	7
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1	2	1	4
Santa Joana	3	4	1	8
São Bernardo	1	4	0	5
São Jacinto	0	1	0	1
UF de Glória e Vera Cruz	3	20	10	33
Freguesia do território municipal indefinida	0	3	0	3
Total	25	54	16	95

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XXXIX. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por população-alvo, no município.

População-alvo		Resposta social	Pública	Solidária	Lucrativa	Outra	Total
			(n.º)				
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	0	25	4	0	29
		JI	24	23	6	0	53
		CATL	0	9	1	0	10
	Crianças e jovens em situação de perigo	CAFAP	0	1	0	0	1
		CAC para resposta a situações de emergência	0	1	0	0	1
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	0	15	5	0	20
		CD	0	14	0	0	14
		ERPI	0	12	4	0	16
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	1	0	0	0	1
		UC	1	0	0	0	1
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	IP	0	1	0	0	1
		Pessoas adultas com deficiência	CACI	0	1	0	0
	LR		0	3	0	0	3
Família e comunidade		SAAS	0	13	0	0	13
		AAC	0	8	0	0	8
		R/CS	0	1	0	0	1
		CC	0	1	0	0	1
		CAT	0	2	0	0	2
Pessoas toxicodependentes		EID	0	1	0	0	1
Pessoas vítimas de violência doméstica		EA (NAVVD)	0	0	0	1	1
		CAb	0	3	0	0	3
Total			26	134	20	1	181

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XL. Respostas sociais, segundo a natureza jurídica, por freguesia.

Unidade territorial	Pública	Solidária	Lucrativa	Outra	Total
	(n.º)				
Aradas	4	11	2	0	17
Cacia	3	6	0	0	9
Eixo e Eirol	2	12	1	0	15
Esgueira	5	16	4	0	25
Oliveirinha	3	11	0	0	14
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1	9	1	0	11
Santa Joana	3	12	1	0	16
São Bernardo	1	9	0	0	10
São Jacinto	0	4	0	0	4
UF de Glória e Vera Cruz	4	41	11	1	57
Freguesia do território municipal indefinida	0	3	0	0	3
Total	26	134	20	1	181

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XLI. Respostas sociais, segundo a população-alvo, por freguesia.

Unidade territorial	Crianças e jovens				
	Crianças e jovens			Crianças e jovens em situação de perigo	
	Creche	JI	CATL	CAFAP	CAC para resposta a situações de emergência
	(n.º)				
Aradas	4	7	0	0	0
Cacia	1	4	1	0	0
Eixo e Eirol	2	4	0	0	0
Esgueira	6	11	1	0	1
Oliveirinha	1	4	1	0	0
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2	3	2	0	0
Santa Joana	2	6	0	0	0
São Bernardo	1	2	1	0	0
São Jacinto	1	1	0	0	0
UF de Glória e Vera Cruz	9	11	4	1	0
Freguesia do território municipal indefinida	0	0	0	0	0
Total resposta social	29	53	10	1	1
Total grupo-alvo	92			2	
Total população-alvo	94				

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Pessoas idosas e/ou em situação de dependência				
	Pessoas idosas			Pessoas em situação de dependência	
	SAD	CD	ERPI	ECCI	UC
	(n.º)				
Aradas	2	2	2	0	0
Cacia	1	1	0	0	0
Eixo e Eirol	3	2	1	0	0
Esgueira	1	1	1	0	0
Oliveirinha	1	2	2	0	0
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2	0	1	0	0
Santa Joana	2	2	2	0	0
São Bernardo	1	1	1	0	0
São Jacinto	0	1	0	0	0
UF de Glória e Vera Cruz	7	2	6	1	1
Freguesia do território municipal indefinida	0	0	0	0	0
Total resposta social	20	14	16	1	1
Total grupo-alvo	50			2	
Total população-alvo	52				

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Pessoas com deficiência ou incapacidade		
	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência	
		IP	CACI
	(n.º)		
Aradas	0	0	0
Cacia	0	0	0
Eixo e Eírol	0	1	0
Esgueira	0	0	0
Oliveirinha	0	0	1
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	0	0	0
Santa Joana	0	0	0
São Bernardo	0	0	1
São Jacinto	0	0	0
UF de Glória e Vera Cruz	1	0	1
Freguesia do território municipal indefinida	0	0	0
Total resposta social	1	1	3
Total grupo-alvo	1	4	
Total população-alvo	5		

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Família e comunidade				
	SAAS	AAC	R/CS	CC	CAT
	(n.º)				
Aradas	0	0	0	0	0
Cacia	1	0	0	0	0
Eixo e Eirol	1	1	0	0	0
Esgueira	1	1	0	0	1
Oliveirinha	1	1	0	0	0
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1	0	0	0	0
Santa Joana	1	1	0	0	0
São Bernardo	1	1	0	0	0
São Jacinto	1	0	0	0	0
UF de Glória e Vera Cruz	5	3	1	1	1
Freguesia do território municipal indefinida	0	0	0	0	0
Total resposta social	13	8	1	1	2
Total grupo-alvo	25				
Total população-alvo	25				

(continua)

(continuação)

Unidade territorial	Pessoas toxicodependentes	Pessoas vítimas de violência doméstica		Total
	EID	EA (NAVVD)	CAb	
	(n.º)			
Aradas	0	0	0	17
Cacia	0	0	0	9
Eixo e Eirol	0	0	0	15
Esgueira	0	0	0	25
Oliveirinha	0	0	0	14
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	0	0	0	11
Santa Joana	0	0	0	16
São Bernardo	0	0	0	10
São Jacinto	0	0	0	4
UF de Glória e Vera Cruz	1	1	0	57
Freguesia do território municipal indefinida	0	0	3	3
Total resposta social	1	1	3	181
Total grupo-alvo	1	4		181
Total população-alvo	1	4		181

Fonte: Carta Social do GEP/MTSSS.

Anexo XLII. Capacidade, utentes, utentes com acordo e lista de espera das respostas sociais por população-alvo no município.

População-alvo		Resposta social	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera
			(n.º)			
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	1632	1583	1336	2200
		Jl	2667	2413	1224	278
		CATL	688	667	568	66
		Sub-total	4987	4663	3128	2544
	Crianças e jovens em situação de perigo	CAFAP	33	27	20	0
		CAC para resposta a situações de emergência	18	16	16	NA
		Sub-total	51	43	36	0
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	745	582	402	76
		CD	420	305	262	101
		ERPI	692	666	402	1162
		Sub-total	1857	1553	1066	1339
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	15	15	NA	NA
		UC	30	30	NA	NA
Sub-total	45	45	NA	NA		
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	IP	NA	132	37	30
		Pessoas adultas com deficiência	CACI	60	60	60
	LR		38	38	38	89
	Sub-total		98	98	98	104
Família e comunidade	SAAS	NA	3021	NA	NA	
	AAC	828	821	NA	NA	
	R/CS	22	13	NA	NA	
	CC	NA	60	NA	NA	
	CAT	26	26	26	NA	
	Sub-total	876	3941	26	NA	
Pessoas toxicodependentes	EID	200	200	200	NA	
Pessoas vítimas de violência doméstica	EA (NAVVD)	NA	327	NA	NA	
	CAb	43	40	31	NA	
	Sub-total	43	367	31	NA	
Total			8157	11042	4622	4017

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XLIII. Área de influência dos utentes das respostas sociais por população-alvo no município.

População-alvo		Resposta social	Freguesia	Município	Outros municípios
			(n.º)		
Crianças e jovens	Crianças e jovens	Creche	868	515	200
		Jl	1385	729	228
		CATL	419	210	38
		Sub-total	2672	1454	466
	Crianças e jovens em situação de perigo	CAFAP	8	19	0
		CAC para resposta a situações de emergência	0	3	13
	Sub-total	8	22	13	
Pessoas idosas e/ou em situação de dependência	Pessoas idosas	SAD	369	174	39
		CD	200	71	34
		ERPI	250	221	195
		Sub-total	819	466	268
	Pessoas em situação de dependência	ECCI	2	13	0
		UC	ND	ND	ND
	Sub-total	2	13	0	
Pessoas com deficiência ou incapacidade	Crianças e jovens com deficiência	IP	25	107	0
	Pessoas adultas com deficiência	CACI	3	53	4
		LR	4	17	17
		Sub-total	7	70	21
Família e comunidade	SAAS	2537	455	29	
	AAC	431	388	2	
	R/CS	12	1	0	
	CC	60	0	0	
	CAT	20	3	3	
	Sub-total	3060	847	34	
Pessoas toxicodependentes	EID	40	54	106	
Pessoas vítimas de violência doméstica	EA (NAVVD)	0	319	8	
	CAb	0	0	40	
	Sub-total	0	319	48	
Total			6633	3352	956

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XLIV. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para crianças e jovens.

Unidade territorial	Crianças e jovens													Crianças e jovens em situação de perigo			Total				
	Creche			JI			CATL			Sub-total			CAFAP	CAC para resposta a situações de emergência		Sub-total					
	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Sol	Pub	Sol	Luc	Total
	(n.º)																				
Aradas	3	1	4	4	2	1	7	0	0	0	4	5	2	11	0	0	0	4	5	2	11
Cacia	1	0	1	3	1	0	4	1	0	1	3	3	0	6	0	0	0	3	3	0	6
Eixo e Eirol	2	0	2	2	2	0	4	0	0	0	2	4	0	6	0	0	0	2	4	0	6
Esgueira	4	2	6	5	4	2	11	1	0	1	5	9	4	18	0	1	1	5	10	4	19
Oliveirinha	1	0	1	3	1	0	4	1	0	1	3	3	0	6	0	0	0	3	3	0	6
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2	0	2	1	2	0	3	2	0	2	1	6	0	7	0	0	0	1	6	0	7
Santa Joana	2	0	2	3	2	1	6	0	0	0	3	4	1	8	0	0	0	3	4	1	8
São Bernardo	1	0	1	1	1	0	2	1	0	1	1	3	0	4	0	0	0	1	3	0	4
São Jacinto	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	2	0	2
UF de Glória e Vera Cruz	8	1	9	2	7	2	11	3	1	4	2	18	4	24	1	0	1	2	19	4	25
Total	25	4	29	24	23	6	53	9	1	10	24	57	11	92	1	1	2	24	59	11	94

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XLV. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de creche.

Unidade territorial	Capacidade			Utentes			Utentes com acordo	Utentes em lista de espera			Taxa de utilização		
	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total
	(n.º)										(%)		
Aradas	163	33	196	163	33	196	129	490	55	545	100	100	100
Cacia	34	-	34	34	-	34	34	67	-	67	100	-	100
Eixo e Eirol	84	-	84	84	-	84	72	223	-	223	100	-	100
Esgueira	277	53	330	273	53	326	235	211	20	231	98,56	100	98,79
Oliveirinha	42	-	42	42	-	42	40	77	-	77	100	-	100
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	85	-	85	76	-	76	64	58	-	58	89,41	-	89,41
Santa Joana	144	-	144	126	-	126	126	90	-	90	87,50	-	87,50
São Bernardo	74	-	74	74	-	74	74	85	-	85	100	-	100
São Jacinto	25	-	25	24	-	24	20	21	-	21	96	-	96
UF de Glória e Vera Cruz	574	44	618	561	40	601	542	783	20	803	97,74	90,91	97,25
Total	1502	130	1632	1457	126	1583	1336	2105	95	2200	97	96,92	97

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XLVI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de estabelecimento de educação pré-escolar.

Unidade territorial	Capacidade				Utentes				Utentes com acordo	Utentes em lista de espera				Taxa de utilização			
	Pub	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total	Sol	Pub	Sol	Luc	Total	Pub	Sol	Luc	Total
	(n.º)									(%)							
Aradas	150	113	48	311	133	111	48	292	86	0	17	5	22	88,67	98,23	100	93,89
Cacia	150	44	-	194	120	42	-	162	42	0	3	-	3	80	95,45	-	83,51
Eixo e Eirol	75	97	-	172	70	97	-	167	88	0	62	-	62	93,33	100	-	97,09
Esgueira	150	225	95	470	136	212	60	408	208	0	6	5	11	90,67	94,22	63,16	86,81
Oliveirinha	100	50	-	150	84	50	-	134	49	0	3	-	3	84	100	-	89,33
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	44	57	-	101	37	54	-	91	54	0	0	-	0	84,09	94,74	-	90,10
Santa Joana	100	91	92	283	93	82	71	246	78	0	15	0	15	93	90,11	77,17	86,93
São Bernardo	50	108	-	158	43	108	-	151	108	0	24	-	24	86	100	-	95,57
São Jacinto	-	20	-	20	-	20	-	20	20	-	0	-	0	-	100	-	100
UF de Glória e Vera Cruz	200	525	83	808	193	506	43	742	491	0	138	0	138	96,50	96,38	51,81	91,83
Total	1019	1330	318	2667	909	1282	222	2413	1224	0	268	10	278	89,21	96,39	69,81	90,48

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XLVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CATL.

Unidade territorial	Capacidade			Utentes			Utentes com acordo	Utentes em lista de espera			Taxa de utilização		
	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total
	(n.º)										(%)		
Aradas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cacia	40	-	40	40	-	40	40	6	-	6	100	-	100
Eixo e Eirol	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Esgueira	100	-	100	77	-	77	77	0	-	0	77	-	77
Oliveirinha	20	-	20	20	-	20	20	19	-	19	100	-	100
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	45	-	45	44	-	44	30	1	-	1	97,78	-	97,78
Santa Joana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Bernardo	165	-	165	165	-	165	165	16	-	16	100	-	100
São Jacinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	298	20	318	256	65	321	236	24	0	24	85,91	-	100,94
Total	668	20	688	602	65	667	568	66	0	66	90,12	-	96,95

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XLVIII. Utentes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para crianças e jovens.

Resposta social	Grupo etário	H	M	HM
		(n.º)		
Creche	4 a 12 meses	180	163	343
	1 ano	291	295	586
	2 anos	339	315	654
	Sub-total	810	773	1583
JI	3 anos	335	323	658
	4 anos	401	352	753
	5 anos	521	481	1002
	Sub-total	1257	1156	2413
CATL	6-9 anos	241	216	457
	10-11 anos	40	34	74
	12-14 anos	30	20	50
	≥15 anos	0	0	0
	Sub-total	311	270	581
Total		2378	2199	4577

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo XLIX. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas idosas e/ou em situação de dependência.

Unidade territorial	Pessoas idosas									Pessoas em situação de dependência			Total				
	SAD			CD	ERPI			Sub-total			ECCI	UC					Sub-total
	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Pub	Pub	Pub	Pub	Sol	Luc	Total
	(n.º)																
Aradas	2	0	2	2	2	0	2	6	0	6	0	0	0	0	6	0	6
Cacia	1	0	1	1	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	2	0	2
Eixo e Eirol	3	0	3	2	0	1	1	5	1	6	0	0	0	5	1	6	
Esgueira	1	0	1	1	1	0	1	3	0	3	0	0	0	3	0	3	
Oliveirinha	1	0	1	2	2	0	2	5	0	5	0	0	0	5	0	5	
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	2	0	2	0	0	1	1	2	1	3	0	0	0	2	1	3	
Santa Joana	2	0	2	2	2	0	2	6	0	6	0	0	0	6	0	6	
São Bernardo	1	0	1	1	1	0	1	3	0	3	0	0	0	3	0	3	
São Jacinto	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	
UF de Glória e Vera Cruz	2	5	7	2	4	2	6	8	7	15	1	1	2	8	7	17	
Total	15	5	20	14	12	4	16	41	9	50	1	1	2	41	9	52	

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo L. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de SAD.

Unidade territorial	Capacidade			Utentes			Utentes com acordo	Utentes em lista de espera			Taxa de utilização		
	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total
	(n.º)										(%)		
Aradas	60	-	60	46	-	46	37	15	-	15	76,67	-	76,67
Cacia	30	-	30	25	-	25	15	8	-	8	83,33	-	83,33
Eixo e Eirol	99	-	99	93	-	93	89	7	-	7	93,94	-	93,94
Esgueira	25	-	25	22	-	22	15	0	-	0	88	-	88
Oliveirinha	50	-	50	50	-	50	50	10	-	10	100	-	100
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	43	-	43	43	-	43	43	7	-	7	100	-	100
Santa Joana	56	-	56	40	-	40	40	26	-	26	71,43	-	71,43
São Bernardo	50	-	50	50	-	50	50	0	-	0	100	-	100
São Jacinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	72	260	332	63	150	213	63	3	0	3	87,50	57,69	64,16
Total	485	260	745	432	150	582	402	76	0	76	89,07	57,69	78,12

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LI. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de CD.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)				(%)
Aradas	40	40	20	32	100
Cacia	25	20	15	17	80
Eixo e Eirol	60	54	45	8	90
Esgueira	30	30	30	5	100
Oliveirinha	70	26	26	0	37,14
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-	-	-	-	-
Santa Joana	80	45	42	21	56,25
São Bernardo	20	20	20	0	100
São Jacinto	20	20	20	0	100
UF de Glória e Vera Cruz	75	50	44	18	66,67
Total	420	305	262	101	72,62

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de ERPI.

Unidade territorial	Capacidade			Utentes			Utentes com acordo	Utentes em lista de espera			Taxa de utilização		
	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total	Sol	Sol	Luc	Total	Sol	Luc	Total
	(n.º)										(%)		
Aradas	116	-	116	115	-	115	92	383	-	383	99,14	-	99,14
Cacia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eixo e Eirol	-	20	20	-	20	20	-	-	10	10	-	100	100
Esgueira	45	-	45	45	-	45	45	93	-	93	100	-	100
Oliveirinha	152	-	152	152	-	152	152	329	-	329	100	-	100
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-	64	64	-	60	60	-	-	0	0	-	93,75	93,75
Santa Joana	58	-	58	58	-	58	32	72	-	72	100	-	100
São Bernardo	13	-	13	12	-	12	12	20	-	20	92,31	-	92,31
São Jacinto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	112	112	224	111	93	204	69	252	3	255	99,11	83,04	91,07
Total	496	196	692	493	173	666	402	1149	13	1162	99,40	88,27	96,24

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LIII. Utentes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Grupo etário	SAD			CD			ERPI			Total		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
	(n.º)											
≤64 anos	25	12	37	11	13	24	13	12	25	49	37	86
65-69 anos	8	16	24	6	7	13	11	11	22	25	34	59
70-74 anos	20	25	45	12	14	26	20	14	34	52	53	105
75-79 anos	21	39	60	12	21	33	27	39	66	60	99	159
80-84 anos	61	57	118	22	48	70	41	95	136	124	200	324
≥85 anos	86	154	240	32	87	119	88	275	363	206	516	722
Total	221	303	524	95	190	285	200	446	646	516	939	1455

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LIV. Utentes, segundo a capacidade de realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Atividade básica da vida diária	SAD			CD			ERPI		
	Independente	Dependente	Total	Independente	Dependente	Total	Independente	Dependente	Total
	(n.º)								
Banho	229	295	524	151	134	285	122	524	646
Vestir-se	260	264	524	183	102	285	165	481	646
Mobilidade	314	210	524	220	65	285	230	416	646
Utilização do WC	292	232	524	227	58	285	205	441	646
Alimentação	340	184	524	262	23	285	410	236	646
Continência	292	232	524	209	76	285	216	430	646

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LV. Utentes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas idosas.

Problemas nas funções do corpo	SAD					CD					ERPI				
	Problema completo	Problema grave	Problema moderado	Sem problema	Total	Problema completo	Problema grave	Problema moderado	Sem problema	Total	Problema completo	Problema grave	Problema moderado	Sem problema	Total
	(n.º)														
Mentais	39	64	118	303	524	6	42	70	167	285	101	165	231	149	646
Visão	11	51	203	259	524	1	19	93	172	285	30	147	269	200	646
Auditivas, da voz e fala	18	59	186	261	524	5	19	59	202	285	57	136	261	192	646
Órgãos ou aparelhos internos	19	69	178	258	524	1	29	86	169	285	64	165	206	211	646
Movimento	106	103	156	159	524	12	42	89	142	285	91	188	226	141	646

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LVI. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Unidade territorial	Crianças e jovens com deficiência	Pessoas adultas com deficiência			Total
	IP	CACI	LR	Sub-total	
	Sol				
	(n.º)				
Aradas	0	0	0	0	0
Cacia	0	0	0	0	0
Eixo e Eirol	0	1	0	1	1
Esgueira	0	0	0	0	0
Oliveirinha	0	0	1	1	1
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	0	0	0	0	0
Santa Joana	0	0	0	0	0
São Bernardo	0	0	1	1	1
São Jacinto	0	0	0	0	0
UF de Glória e Vera Cruz	1	0	1	1	2
Total	1	1	3	4	5

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo, lista de espera e taxa de utilização na resposta social de lar residencial.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Utentes em lista de espera	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)				(%)
Aradas	-	-	-	-	-
Cacia	-	-	-	-	-
Eixo e Eirol	-	-	-	-	-
Esgueira	-	-	-	-	-
Oliveirinha	19	19	19	45	100
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-	-	-	-	-
Santa Joana	-	-	-	-	-
São Bernardo	10	10	10	23	100
São Jacinto	-	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	9	9	9	21	100
Total	38	38	38	89	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LVIII. Utentes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Resposta social	Grupo etário	H	M	HM
		(n.º)		
IP	≤2 anos	8	8	16
	3-4 anos	57	20	77
	5-6 anos	27	12	39
	Sub-total	92	40	132
CACI	≤19 anos	0	0	0
	20-29 anos	2	1	3
	30-39 anos	5	9	14
	40-49 anos	6	14	20
	50-59 anos	9	11	20
	≥60 anos	1	2	3
	Sub-total	23	37	60
LR	≤19 anos	0	0	0
	20-29 anos	1	1	2
	30-39 anos	3	3	6
	40-49 anos	4	10	14
	50-59 anos	5	8	13
	≥60 anos	1	2	3
	Sub-total	14	24	38
Total		129	101	230

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LIX. Utentes, segundo a capacidade de realização de ABVD, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.

Atividade básica da vida diária	CACI			LR		
	Independente	Dependente	Total	Independente	Dependente	Total
	(n.º)					
Banho	26	34	60	15	23	38
Vestir-se	32	28	60	20	18	38
Mobilidade	45	15	60	31	7	38
Utilização do WC	43	17	60	26	12	38
Alimentação	47	13	60	28	10	38
Continência	47	13	60	29	9	38

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LX. Utentes, segundo o tipo de problema na função do corpo, nas respostas sociais para pessoas adultas com deficiência.

Problemas nas funções do corpo	CACI					LR				
	Problema completo	Problema grave	Problema moderado	Sem problema	Total	Problema completo	Problema grave	Problema moderado	Sem problema	Total
	(n.º)									
Mentais	8	21	31	0	60	6	12	20	0	38
Visão	1	5	16	38	60	0	7	8	23	38
Auditivas, da voz e fala	12	13	13	22	60	6	9	7	16	38
Órgãos ou aparelhos internos	5	10	3	42	60	0	7	11	20	38
Movimento	8	12	7	33	60	4	5	7	22	38

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXI. Tipologia, natureza jurídica e distribuição territorial das respostas sociais para família e comunidade.

Unidade territorial	SAAS	AAC	R/CS	CC	CAT	Total
	Sol					
	(n.º)					
Aradas	0	0	0	0	0	0
Cacia	1	0	0	0	0	1
Eixo e Eirol	1	1	0	0	0	2
Esgueira	1	1	0	0	1	3
Oliveirinha	1	1	0	0	0	2
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	1	0	0	0	0	1
Santa Joana	1	1	0	0	0	2
São Bernardo	1	1	0	0	0	2
São Jacinto	1	0	0	0	0	1
UF de Glória e Vera Cruz	5	3	1	2	1	12
Total	13	8	1	2	2	26

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXII. Utentes na resposta social de SAAS.

Unidade territorial	Utentes
	Sol
	(n.º)
Aradas	-
Cacia	203
Eixo e Eirol	319
Esgueira	450
Oliveirinha	303
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	224
Santa Joana	405
São Bernardo	77
São Jacinto	33
UF de Glória e Vera Cruz	1007
Total	3021

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXIII. Capacidade, utentes e taxa de utilização na resposta social de AAC.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol
	(n.º)		(%)
Aradas	-	-	-
Cacia	-	-	-
Eixo e Eirol	110	110	100
Esgueira	75	75	100
Oliveirinha	109	109	100
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-	-	-
Santa Joana	107	106	99,07
São Bernardo	110	104	94,55
São Jacinto	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	317	317	100
Total	828	821	99,15

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXIV. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização na resposta social de CAT.

Unidade territorial	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)			(%)
Aradas	-	-	-	-
Cacia	-	-	-	-
Eixo e Eirol	-	-	-	-
Esgueira	16	16	16	100
Oliveirinha	-	-	-	-
Requeixo, Nossa Senhora de Fátima e Nariz	-	-	-	-
Santa Joana	-	-	-	-
São Bernardo	-	-	-	-
São Jacinto	-	-	-	-
UF de Glória e Vera Cruz	10	10	10	100
Total	26	26	26	100

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXV. Utentes, segundo o sexo e a idade, nas respostas sociais para família e comunidade.

Grupo etário	SAAS			AAC			R/CS			CC			CAT			Total		
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
	(n.º)																	
0-14 anos	312	311	623	117	96	213	0	0	0	10	15	25	0	0	0	439	422	861
15-24 anos	189	193	382	61	58	119	0	0	0	0	0	0	2	3	5	252	254	506
25-64 anos	794	798	1592	172	231	403	9	0	9	0	0	0	15	3	18	990	1032	2022
≥65 anos	173	251	424	34	52	86	4	0	4	19	16	35	2	1	3	232	320	552
Total	1468	1553	3021	384	437	821	13	0	13	29	31	60	19	7	26	1913	2028	3941

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXVI. Utentes, segundo o sexo e a idade, na resposta social de EID.

Grupo etário	H	M	HM
	(n.º)		
≤19 anos	1	0	1
20-29 anos	25	8	33
30-39 anos	58	20	78
40-49 anos	38	11	49
50-59 anos	24	6	30
≥60 anos	4	5	9
Total	150	50	200

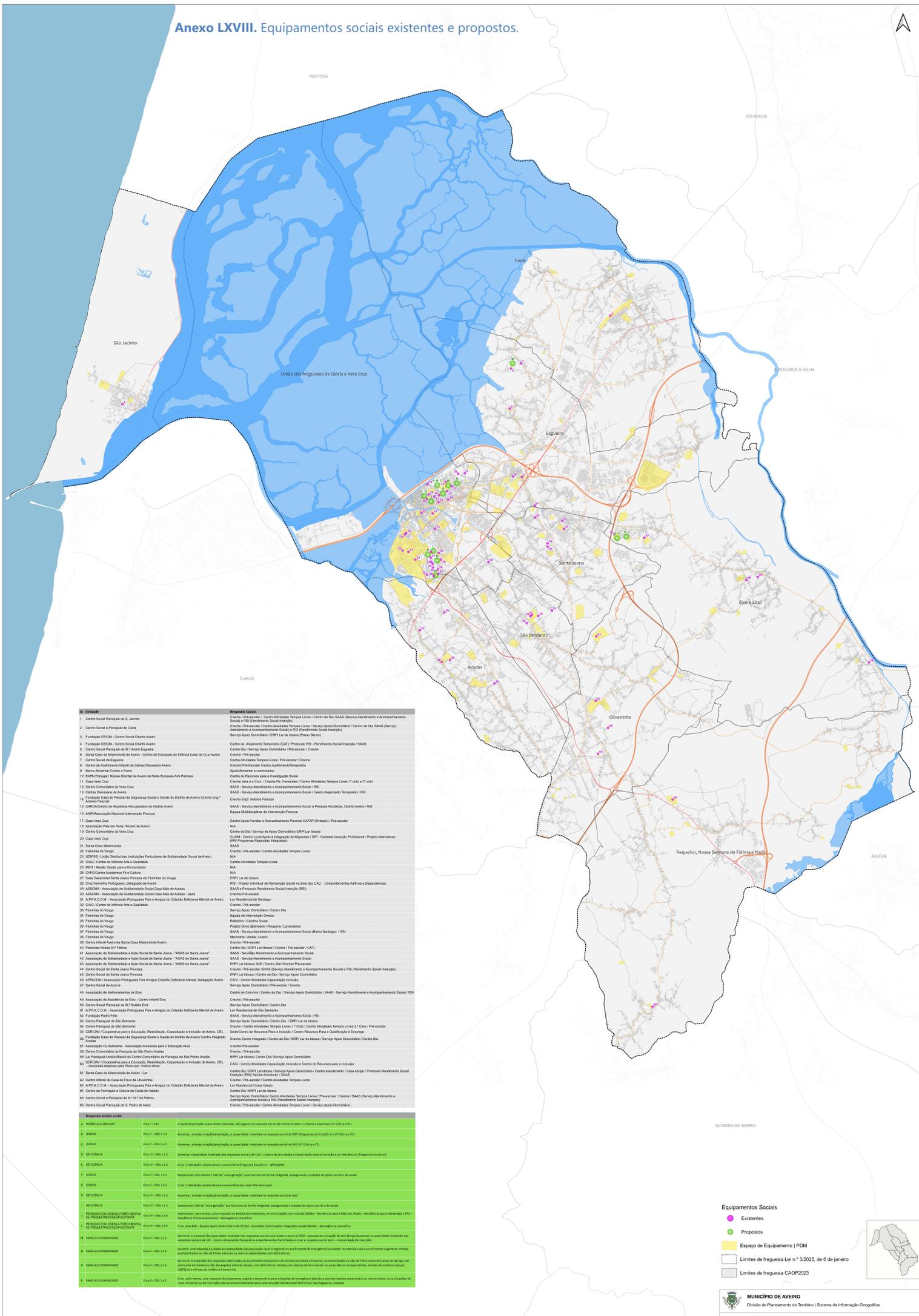
Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXVII. Capacidade, utentes, utentes com acordo e taxa de utilização na resposta social de CAB.

Entidade gestora	Capacidade	Utentes	Utentes com acordo	Taxa de utilização
	Sol	Sol	Sol	Sol
	(n.º)			(%)
Cáritas Diocesana de Aveiro	12	9	NA	75
Casa Vera Cruz	16	16	16	100
Santa Casa da Misericórdia de Aveiro	15	15	15	100
Total	43	40	31	93,02

Fonte: Dados disponibilizados pelas entidades sociais.

Anexo LXVIII. Equipamentos sociais existentes e propostos.



N.º	Entidade	Resposta Social
1	Centro Social Paroquia de S. Jacinto	Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre / Centro de Dia SAAS (Serviço Atendimento e Acompanhamento Social) e RSI (Plano de Resposta Social Integrado)
2	Centro Social e Paróquia de Cedra	Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre / Centro de Dia SAAS (Serviço Atendimento e Acompanhamento Social) e RSI (Plano de Resposta Social Integrado)
3	Fundação CEDEA - Centro Social Distrito Aveiro	Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental CAPAF (Instituído) / Pólo social
4	Fundação CEDEA - Centro Social Distrito Aveiro	Centro de Apoio Familiar e Acompanhamento Parental CAPAF (Instituído) / Pólo social
5	Centro Social Paróquia de St.º André Egusara	Centro de Dia / Serviço Apoio Doméstico / Pólo social / Centro
6	Santa Casa de Misericórdias de Aveiro - Centro de Educação e Integração Social de Cruz Aveiro	Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre / Pólo social / Centro
7	Centro Social de Sagadas	Centro Alameda Tempo Livre / Pólo social / Centro
8	Centro de Atendimento Infantil - Centro Catequético Aveiro	Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre / Pólo social / Centro
9	Santa Alameda Centro de Fátima	Centro de Recursos para a Investigação Social
10	ESAP/Protagal - Núcleo Central de Apoio à Rede Europeia Anti-Pobreza	Centro de Recursos para a Investigação Social
11	Casa Vera Cruz	Centro Vera Cruz / Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre 1.º piso e 2.º piso
12	Centro Comunitário da Vera Cruz	SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social / RSI
13	Centro Desportivo de Aveiro	SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social / Centro (Agrupamento Temporal) / RSI
14	Fundação Casa de Passagem da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro Centro Eng.º António Paoloso	Centro Eng.º António Paoloso
15	CANSA/ Centro de Atividades Recreativas do Distrito Aveiro	SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social / Pressão Alameda, Distrito Aveiro / RSI
16	ADP/ Associação Nacional Intervenção Precoce	Equipa Multidisciplinar de Intervenção Precoce
17	Casa Vera Cruz	Centro Apoio Familiar e Acompanhamento Parental CAPAF (Instituído) / Pólo social
18	Associação Povo em Rua - Núcleo de Aveiro	N/A
19	Centro Comunitário da Vera Cruz	Centro de Dia / Serviço Apoio Doméstico ERPI - Lar de Idosos
20	Casa Vera Cruz	CLM - Centro Local Apoio à Integração de Migrantes / GP - Gabinete Integração Profissional / Projeto Alternativas (PIP) / Programa Integração Integrada
21	Santa Casa Misericórdia	SAAS
22	Flores do Vouga	Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre
23	UDPSR (Instituto Central das Instituições Particulares de Solidariedade Social de Aveiro)	N/A
24	CICG - Centro de Integração e Qualidade	Centro Alameda Tempo Livre
25	MIMI - Missão Solidária para a Juventude	N/A
26	CAP/ Centro de Apoio à Família e à Criança	ERPI - Lar de Idosos
27	Cas. Socialistas Centro Jovem Processos de Flores do Vouga	ERPI - Projeto Individual de Resposta Social no âmbito do CAD - Comportamentos Ativos e Dependentes
28	Cas. Vermilha Portuguesa - Delegação de Aveiro	SAAS / Pólo social / Resposta Social Integrada (RSI)
29	ASSCAM - Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Anzós	Centro / Pólo social
30	ASSCAM - Associação de Solidariedade Social Casa Mãe de Anzós - Sede	Lar Residência de Idosos
31	A.P.A.C.C.M. - Associação Portuguesa Para a Integração de Crianças Deficientes Mentais de Aveiro	Centro / Pólo social
32	CICG - Centro de Integração e Qualidade	Centro / Pólo social / Centro de Dia
33	Flores do Vouga	Equipa de Intervenção Direta
34	Flores do Vouga	Resposta Social Integrada
35	Flores do Vouga	Projeto (Iniciativa) - Resposta Social Integrada
36	Flores do Vouga	SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social (Serviço Apoio Doméstico) / RSI
37	Flores do Vouga	Mobilidade (Ativo) - Jovens
38	Centro Infantil Aveiro da Santa Casa Misericórdia Aveiro	Centro / Pólo social
39	Paróquia Nossa de Fátima	Centro de Dia / ERPI - Lar de Idosos / Centro / Pólo social / CATL
40	Associação de Solidariedade e Apoio Social de Santa Joana - "ASAAS de Santa Joana"	SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social
41	Associação de Solidariedade e Apoio Social de Santa Joana - "ASAAS de Santa Joana"	SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social
42	Associação de Solidariedade e Apoio Social de Santa Joana - "ASAAS de Santa Joana"	ERPI - Lar de Idosos / Centro de Dia / Centro / Pólo social
43	Centro Social de Santa Joana Processos	Centro / Pólo social / RSI (Serviço Atendimento e Acompanhamento Social) / RSI (Plano de Resposta Social Integrado)
44	Centro Social de Santa Joana Processos	ERPI - Lar de Idosos / Centro de Dia / Serviço Apoio Doméstico
45	APROCAM - Associação Portuguesa Para Amigos Cegos/Deficientes Mentais - Delegação Aveiro	CAC - Centro Alameda Capacitação Inclusiva
46	Centro Social de Alameda	Serviço Apoio Doméstico / Pólo social / Centro
47	Associação de Melhoramento de Edo	Centro de Convívio / Centro de Dia / Serviço Apoio Doméstico / SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social / RSI
48	Associação de Amadores de Cão - Centro Infantil Edo	Centro / Pólo social
49	Centro Social Paróquia de St.º Cristóvão Edo	Serviço Apoio Doméstico / Centro de Dia
50	A.P.A.C.C.M. - Associação Portuguesa Para a Integração de Crianças Deficientes Mentais de Aveiro	Lar Residência de Idosos Bemol
51	Fundação Povo em Rua	SAAS - Serviço Atendimento e Acompanhamento Social / RSI
52	Centro Paróquia de São Bernardo	Serviço Apoio Doméstico / Centro de Dia / ERPI - Lar de Idosos
53	Centro Paróquia de São Bernardo	Centro / Centro Alameda Tempo Livre 1.º piso / Centro Alameda Tempo Livre 3.º piso / Pólo social
54	CEBIC/IV - Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro, CRL	Sede/ Centro de Recursos Para a Inclusão / Centro de Recursos Para a Qualificação e Emprego
55	Fundação Casa de Passagem da Segurança Social e Saúde do Distrito de Aveiro Centro Alameda	Centro Centro Integrado / Centro de Dia / ERPI - Lar de Idosos / Serviço Apoio Doméstico / Centro de Dia
56	Associação Os Saneiros - Associação Aveiro para a Integração Povo	Centro / Pólo social
57	Centro Comunitário de Paróquia de São Pedro Alameda	Centro / Pólo social
58	Lar Paróquia Nossa Mãe de Deus - Centro Comunitário de Paróquia de São Pedro Alameda	ERPI - Lar de Idosos / Centro de Dia / Serviço Apoio Doméstico
59	CEBIC/IV - Cooperativa para a Educação, Reabilitação, Capacitação e Inclusão de Aveiro, CRL	CAC - Centro Alameda Capacitação Inclusiva e Centro de Recursos para a Inclusão
60	Associação Portuguesa Para Amigos Cegos/Deficientes Mentais - Delegação Aveiro	Lar Residência de Idosos Bemol
61	Santa Casa de Misericórdias de Aveiro - Lar	Centro de Dia / ERPI - Lar de Idosos / Serviço Apoio Doméstico / Centro Alameda / Casa Apoio / Projeto Resposta Social Integrada / RSI (Plano de Resposta Social Integrado) / RSI
62	Centro Infantil da Casa de Fátima de Oliveira	Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre
63	A.P.A.C.C.M. - Associação Portuguesa Para a Integração de Crianças Deficientes Mentais de Aveiro	Lar Residência de Idosos Bemol
64	Centro de Formação e Cultura da Cidade do Valeão	Centro de Dia / ERPI - Lar de Idosos
65	Centro Social e Paróquia de St.º de Fátima	Serviço Apoio Doméstico - Centro Alameda Tempo Livre / Pólo social / Centro / SAAS (Serviço Atendimento e Acompanhamento Social) e RSI (Plano de Resposta Social Integrado)
66	Centro Social Paróquia de St.º Pedro de Nanc	Centro / Pólo social / Centro Alameda Tempo Livre / Serviço Apoio Doméstico

Equipamentos Sociais

- Existentes
- Propostos
- Espaço de Equipamento | PDM
- Limites de freguesia Lei n.º 3/2025, de 6 de janeiro
- Limites de freguesia CAOP2023

MUNICÍPIO DE AVEIRO
Divisão de Planeamento do Território / Sistema de Informação Geográfica

EQUIPAMENTOS E RESPOSTAS SOCIAIS - Divisão de Ação Social
v. março 2025

ec. 1.25.000

